

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

TATIELLE BELEM LANGBECKER

**TRABALHO E GÊNERO: MULHERES NA ATIVIDADE PECUÁRIA FAMILIAR
NO MUNICÍPIO DE ENCRUZILHADA DO SUL/RS**

Porto Alegre

2016

TATIELLE BELEM LANGBECKER

**TRABALHO E GÊNERO: MULHERES NA ATIVIDADE PECUÁRIA FAMILIAR
NO MUNICÍPIO DE ENCRUZILHADA DO SUL/RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Julia Marques
Lopes

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Langbecker, Tatielle Belem
Trabalho e gênero: mulheres na atividade pecuária
familiar no município de Encruzilhada do Sul/RS /
Tatielle Belem Langbecker. -- 2016.
176 f.

Orientadora: Marta Julia Marques Lopes.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Mulher. 2. Pecuária familiar. 3.
Desenvolvimento rural. I. Lopes, Marta Julia
Marques, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TATIELLE BELEM LANGBECKER

**TRABALHO E GÊNERO: MULHERES NA ATIVIDADE PECUÁRIA FAMILIAR
NO MUNICÍPIO DE ENCRUZILHADA DO SUL/RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 30 de março de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Marta Júlia Marques Lopes – Orientadora
UFRGS

Profa. Dra. Ethel Bastos da Silva
UFSM

Prof. Dr. Marcelino de Souza
UFRGS

Prof. Dr. Cleiton Stigger Perleberg
UFPEL

Para minha avó, Vera Lúcia (*in memoriam*), exemplo de mulher trabalhadora e batalhadora, fonte de inspiração e luz da minha caminhada. Também dedico esta dissertação aos meus pais, Uilma e Eder, sinônimos de amor incondicional, que sempre estiveram presentes apoiando minhas decisões.

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer deve ser constante em nosso cotidiano, por isso, há que se dar o devido reconhecimento a quem nos ajudou, de forma espontânea ou não, contribuindo e fazendo parte deste processo de construção pessoal e acadêmica que um curso de mestrado proporciona;

Agradeço aos meus pais, Uilma e Eder, base de todo o processo, que, apesar e acima de tudo, são meus exemplos de amor e dedicação;

À Vó Vera (*in memorian*) e ao Vô Clóvis, pelos ensinamentos, apoio e pelo “Que saudade!”, todas as vezes em que chegava a Dom Pedrito;

À minha irmã Thaís, companheira de horas boas e ruins, disposta a ouvir minhas maluquices e “poréns” que ocorreram ao longo desta caminhada. Ao meu pequeno irmão Talles, anjo que surgiu em nossas vidas para nos fortalecer e ensinar como se enfrentam as barreiras postas em nossos caminhos;

Ao meu namorado Róbert, não só por entender minha ausência e os meus não neste processo de construção da dissertação, mas também pelo apoio e motivação para conseguir concluir esta etapa;

À minha grande amiga Letícia que, independente da distância, sempre se fez presente com suas palavras de conforto;

À Rosana e Gabriela por receberem esta guria “de e da” Campanha, em Porto Alegre.

À Mari, Isa e Vó Percilha, pelo acolhimento amoroso, carinho, sorrisos: ensinamentos que irei levar para a vida toda;

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Marta Júlia Marques Lopes, por aceitar minha proposta de pesquisa e contribuir significativamente na construção e delineamentos da mesma. Pela sabedoria, dedicação, atenção e compromisso dispendidos em orientar-me com seu conhecimento e valiosas contribuições;

Aos professores, colegas e servidores que formam o PGDR da UFRGS;

À CAPES, pelo apoio financeiro através de bolsa de estudos, permitindo dedicação exclusiva ao mestrado;

Aos técnicos da EMATER de Encruzilhada do Sul, pelo acolhimento e confiança na proposta de trabalho a ser desenvolvida, pelo material disponibilizado, pelos contatos e encaminhamentos às mulheres inseridas nas atividades da pecuária familiar no município. Ah! E também pelas conversas, risadas, carapinhas, chocolates e chimarrão;

A todas as mulheres participantes desta pesquisa, por me receberem em suas casas sem ao menos me conhecer e, mesmo assim, relatarem suas trajetórias de vida na pecuária familiar. Pelo carinho recebido e por me proporcionarem um sentimento único ao contribuir de alguma forma para o reconhecimento dessas mulheres trabalhadoras;

A todos que, de alguma forma, participaram das etapas deste processo construtivo - o mestrado - ou seja, pela contribuição dada por novos olhares e diferentes ideias acerca das mesmas realidades.

As oportunidades do indivíduo não as definiremos em termos de felicidade, mas em termos de liberdade. Simone de Beauvoir.

RESUMO

Este estudo apresenta como objetivo geral conhecer e compreender a situação das mulheres nas atividades de trabalho na pecuária familiar, em áreas rurais no município de Encruzilhada do Sul. A proposta justifica-se por buscar compreender as dinâmicas de vida e trabalho dessas mulheres. Através do conhecimento empírico das dinâmicas vivenciadas na pecuária familiar e fazendo uso de referenciais que tratam da divisão sexual do trabalho, buscou-se o aporte analítico a partir de uma perspectiva de gênero, adotando-se também concepções ampliadas de desenvolvimento rural. A proposta metodológica surge de uma construção qualitativa em que, primeiramente, define-se o objeto de pesquisa, e, na sequência, o método a ser seguido, buscando a compreensão do contexto estudado. As participantes foram identificadas através das indicações realizadas pela Emater do município. Foram disponibilizados dados pertencentes às estatísticas da ação de Inclusão Produtiva do Plano Brasil Sem Miséria no município, o que permitiu a identificação de mulheres inseridas na ação e na pecuária familiar. As entrevistas foram: duas entrevistas-piloto e mais 13 entrevistas no decorrer da pesquisa de campo, ou seja, o total de entrevistas foi de 15. A saturação de dados foi o método utilizado para a definição do número de entrevistadas. As entrevistas foram gravadas e transcritas para as análises, desenvolvidas por meio da análise de conteúdo com auxílio do NVivo8 para a categorização analítica. As unidades de análise dividiram-se em “estrutura de trabalho e dinâmicas familiares” e “vulnerabilidades e violências de gênero”. O primeiro capítulo analítico apresenta um estudo descritivo do perfil das mulheres participantes do Plano Brasil Sem Miséria, enfatizando a inserção destas na pecuária familiar, e do perfil sociodemográfico das participantes da pesquisa. No segundo capítulo analítico, analisa-se a estrutura de trabalho e as dinâmicas familiares, para compreender a situação de trabalho dessas mulheres, através de aspectos que lhes permitem atender tanto a lida doméstica quanto a lida na agricultura e na pecuária. A divisão das atividades de trabalho é realizada de acordo com os recortes de gênero e também de geração. O terceiro capítulo analítico analisa as condições de trabalho que consubstanciam situações de vulnerabilidade e privação de direitos, como por exemplo, a distribuição e destino da renda na propriedade concentrada entre homens e, quando se referencia aos ganhos de mulheres, esses se destinam ao suprimento das necessidades domésticas. A inserção do nome das mulheres nos blocos de notas, a divisão estabelecida entre casa e criação para mulheres (trabalhos leves/feminino) e lavoura para os homens (trabalhos pesados/masculino), o ajudar na agricultura e na pecuária afirmam os destinos de gênero da mulher, conduzem à modernização agrícola aos homens evidenciando os princípios da divisão sexual do trabalho: separação e hierarquização. A pecuária, aprendida a partir do homem (marido, pai, avô), representa orgulho em praticá-la por questões culturais, por ocupar uma posição masculina, refletindo o bem-estar e o desprender-se do doméstico. Assim, a inserção das mulheres na atividade é percebida como um exemplo de empoderamento, sendo este componente para ampliar o entendimento sobre o desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Mulher. Pecuária familiar. Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

This study has the main goal to know and understand the situation of women in work activities in family livestock in rural areas in the city of Encruzilhada do Sul. The research has the proposal of understand the dynamic of life and work of these women. Through the empirical knowledge of the dynamics experienced in family farming and making use of references that deal with the sexual division of labor, sought the analytical contribution from a gender perspective, also embraced extended conceptions of rural development. The methodological proposal emerges from a qualitative construction, which, initially, is defined the object of research, and, in sequence, the method to be followed, seeking to understand the context studied. The participants were identified through the indications made by Emater the municipality. Data were made available from the statistics of the “Inclusão Produtiva of Plano Brasil Sem Miséria” of the city, which allowed the identification of women inserted in the action and family livestock. The interviews were: two experimental interviews and 13 more interviews during the field research, totaling 15 interviews. The saturation data was the method used to define the number of interviewed. The interviews were recorded and transcribed for analysis, developed through content analysis with the assistance of NVivo8 for analytical categorization. The units of analysis were divided into "work structure and parental dynamics" and "vulnerabilities and gender violence". The first analytical chapter presents a descriptive profile study of women participating in the “Plano Brasil Sem Miséria”, emphasizing the inclusion of these in family livestock, and socio-demographic profile of women participating in the survey. In the second analytical chapter analyzes the structure of work and family dynamics, to understand the work situation of women through aspects that allow meet both the housework as in agriculture and livestock. The division of work activities are performed according to gender and also generation. The analytic third chapter looks at working conditions that embody situations of vulnerability and deprivation of rights, such as the distribution and destination of income on the concentrated ownership between, and when reference is to women's profit, they are meant to supply domestic needs. The inclusion of the name of women in notepads, the established division between home and creation for women (light labor/ feminine) and agriculture for men (hard labor/male), help in agriculture and livestock, affirmed the woman's gender destinations, leading to agricultural modernization to men, and highlights the principles of sexual division of labor: separation and hierarchy. Livestock, learned from the man (husband, father, grandfather), represents proud to practice it for cultural reasons, for occupying a man's position, reflecting the well-being and loosen up of the domestic. So the insertion of women in the activity is perceived as an example of the empowerment being this component to enlarge the understanding of rural development.

Keywords: Women. Family livestock. Rural development.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pessoas com 10 anos ou mais de idade com as classes de rendimento nominal mensal em Encruzilhada do Sul em 2010.....	55
Tabela 2 - Idade dos beneficiários do fomento à inclusão produtiva – Brasil Sem Miséria, por sexo, em Encruzilhada do Sul 2012/2013	61
Tabela 3 - Escolaridade dos beneficiários do fomento à inclusão produtiva – Brasil Sem Miséria, por sexo, em Encruzilhada do Sul 2012/2013	62
Tabela 4 - Horas trabalhadas em atividades domésticas e não domésticas/dia considerando o sexo, dos beneficiários do Brasil Sem Miséria – Inclusão Produtiva, em Encruzilhada do Sul 2012/2013	66
Tabela 5 - Características sociodemográficas das mulheres participantes da pesquisa.....	69

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	AS MULHERES NA PECUÁRIA FAMILIAR E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO - QUESTÕES PARA A PESQUISA	17
2.1	Pecuária familiar no RS: contexto de heterogeneidades	20
2.1.1	Encruzilhada do Sul – ocupações, pecuária e novos usos da terra	24
2.2	Gênero, mulheres e trabalho: um olhar sobre o rural	27
2.2.1	Divisão sexual do trabalho – reflexões potenciais para análise do trabalho rural feminino.....	29
2.2.2	Mulheres, dinâmicas familiares e trabalho no rural – tradição, conciliação ou...?.....	32
2.3	Trabalho, gênero e desenvolvimento rural: articulando definições e caminhos escolhidos para a análise do tema	40
3	METODOLOGIA	46
3.1	Caracterização do estudo	46
3.2	Participantes	47
3.3	Geração de dados	49
3.4	Interpretação dos dados	50
4	MULHERES E A PECUÁRIA FAMILIAR: O CONTEXTO RURAL DE ENCRUZILHADA DO SUL	53
4.1	Encruzilhada do Sul: trabalho e gênero no cenário estudado	53
4.2	Pecuária familiar, o "Brasil Sem Miséria" e as mulheres	57
4.2.1	Perfil sociodemográfico de mulheres inseridas na pecuária familiar participantes do Brasil Sem Miséria	60
4.3	Mulheres nas atividades de trabalho da pecuária familiar em Encruzilhada do Sul – Quem são?	68
5	TRABALHO E DINÂMICAS FAMILIARES – COMPREENDENDO O TRABALHO DAS MULHERES NA PECUÁRIA FAMILIAR	78
5.1	Ocupações e autoidentificação: nuances da divisão sexual do trabalho na pecuária familiar	78

5.2	Tempo e trabalho na pecuária familiar: composição “accessória” ou produto de um sistema de gênero dominante?	83
5.3	Produção e reprodução – entre o clássico e o novo, a divisão sexual do trabalho na pecuária familiar	89
5.3.1	Lida na pecuária – as mulheres no brete, representações de gênero.....	110
6	DESIGUALDADES E SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE DAS MULHERES NA PECUÁRIA FAMILIAR – ALGUMA COISA A GENTE COMBINA, COMPARTILHA... QUAIS COISAS, EM QUE MEDIDA?.....	126
6.1	Vulnerabilidades e as violências em seus múltiplos sentidos.....	136
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
	REFERÊNCIAS	161
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	171
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	173
	APÊNDICE C – FOLHA EXPLICATIVA.....	174
	APÊNDICE D – AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM	175
	APÊNDICE E - AUTORIZAÇÃO	176

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação foi desenvolvida como requisito parcial para a obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O desenvolvimento do estudo busca gerar informações e conhecimentos acerca da situação das mulheres inseridas na atividade pecuária familiar em um município da Metade Sul do Rio Grande do Sul.

A motivação pela temática surge durante a graduação em Tecnologia em Agronegócio, quando o trabalho final desenvolvido aborda a situação de mulheres pecuaristas e a decisão gerencial em uma perspectiva de identificá-las como potenciais gestoras das unidades de produção. Dessa forma, focalizando as atividades de caráter familiar, emerge a motivação de conhecer a situação de mulheres inseridas na pecuária de corte familiar, atividade essa culturalmente construída como masculina. Essa motivação investigativa, além de centrar-se nas condições relativas à divisão sexual do trabalho, desencadeia o interesse e a necessidade em abordar situações cotidianas de trabalho e modos de vida que possam configurar-se em vulnerabilidades às mulheres nesse âmbito.

Nesse sentido, é senso comum que as mulheres sempre estiveram inseridas nas atividades no rural em ações culturalmente definidas como femininas, ou seja, cuidados domésticos, educação dos filhos, produções menores, como por exemplo, o cultivo de hortas para consumo próprio, entre outras, como afirma Brumer (2004). Isto contribuiu, ao longo do tempo, para a invisibilidade socioeconômica da mulher atuante no rural, destacando aquelas que estão inseridas nas atividades rurais familiares agropecuárias.

As atividades ditas femininas, analisadas a partir da divisão sexual do trabalho na agricultura, são definidas como ajuda à estrutura familiar, ainda que o trabalho desenvolvido seja equivalente ao masculino ou o mesmo praticado pelos homens. Por conseguinte, desmotivadas em permanecer no campo, em função das desigualdades vivenciadas no ambiente familiar da agricultura, uma parcela considerável de mulheres inseridas na atividade, geralmente mais jovens, optam pela migração às cidades, já que no rural são poucas as suas perspectivas profissionais (BRUMER, 2004).

A autora, que inspirou algumas das nossas reflexões, também destaca que as configurações da condição de trabalho, renda e migração estão associadas às diferenças encontradas nas diversas regiões do Rio Grande do Sul. Exemplo disso verifica-se nas localidades com maior envelhecimento da população, (decorrentes, provavelmente, da migração de jovens) e pode estar atrelado ao desenvolvimento da bovinocultura, assim como,

regiões com agricultura diversificada apresentam relação com a população, relativamente, mais jovem (BRUMER, 2004).

Ao constatar a possibilidade de diferentes configurações de produção e trabalho no rural, opta-se por inserir a pecuária nas dinâmicas familiares da agricultura, adotando assim uma ampliação da definição de agricultura familiar. Nesse sentido, algumas características pontuais caracterizam as atividades familiares nesse ambiente, como, a utilização predominante de mão de obra familiar, detenção de áreas não maiores que quatro módulos fiscais¹, fonte de renda advinda de atividades econômicas associadas ao próprio estabelecimento e direção do estabelecimento ou empreendimento familiar (BRASIL, 2006).

Outro aspecto fundamental é a função socioeconômica dessas produções frente à população rural e a economia brasileira, pois no que tange ao abastecimento de hortaliças, frutas, legumes e vários outros produtos no país, é a agricultura familiar que o faz. Também se salienta a agricultura familiar como unidade de produção, consumo e reprodução, assim contribuindo diretamente para a redução da fome, pois produzem para o seu sustento, comercializam alguns produtos, podendo, ainda, ser eleita como motor dos processos de desenvolvimento rural (COSTABEBER; CAPORAL, 2003).

As áreas rurais ocupadas pela agricultura familiar demonstram a abrangência dessa atividade no país. Em 2006, 84,4% dos estabelecimentos rurais eram de agricultura familiar, entretanto esta detinha apenas 24,3% da área total ocupada por atividades rurais. A função social fica evidente ao mencionar que, no mesmo ano, 74,4% do pessoal ocupado em atividades rurais estão diretamente ligados às atividades de caráter familiar (DIEESE², 2011).

Além disso, buscando situar a atividade em estudo, faz-se necessária uma reflexão acerca do que se entende por desenvolvimento rural, já que se enfatiza o rural em uma perspectiva ampliada. Autores como Schneider (2004) dizem que a complexidade de avaliar este conceito é nítida, entretanto o autor considera que o desenvolvimento rural pode ser definido como um conjunto de ações articuladas com o intuito de propiciar mudanças socioeconômicas e ambientais no espaço rural para que se possa melhorar a renda, qualidade de vida e bem-estar das populações rurais. Referindo-se a “[...] um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial” (SCHNEIDER, 2004, p. 98).

¹ Unidade de medida de área fundiária específica de cada município que considera o tipo de exploração predominante, renda obtida a partir dessa exploração, explorações existentes no município que sejam expressivas em função da área e renda e o conceito de propriedade familiar (LANDAU, 2012).

² Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

Com base na compreensão ampliada de desenvolvimento e, ao mesmo tempo definindo o escopo desta pesquisa, direciona-se a abordagem às dinâmicas familiares, ou, aos “[...] agricultores familiares que criam bovinos de corte”, denominados como pecuaristas familiares por Ribeiro (2009, p. 63). De acordo com o autor, a terminologia refere-se aos produtores que apresentam características semelhantes aos agricultores familiares, como pequenas áreas, porém desenvolvem a bovinocultura de corte extensiva associadas, em sua maioria, a outras atividades.

Nesse sentido, enfatiza-se a participação de mulheres nas atividades pecuárias familiares buscando compreendê-la na perspectiva do gênero nesse contexto predominantemente reconhecido pela sociedade como masculino, buscando analisar também a dimensão geracional da atividade. Como afirma Brumer (2004), provavelmente há relações entre o envelhecimento no campo e a prática da bovinocultura. Neste estudo, não enfocamos particularmente as mudanças demográficas e sim a intenção referencia-se à exploração do ambiente pecuário, enfatizando a situação das mulheres na atividade, pois, mesmo considerando mudanças sociais substanciais e a era da informação e comunicação, existem situações que apontam para realidades de subordinação e vulnerabilidade das mulheres nesse âmbito.

Essas questões são discutidas por Melo e Di Sabbato (2009), que enfatizam as discussões de gênero apresentadas em estudos no rural, buscando emergir maneiras mais consistentes de avaliar as diferentes situações de mulheres e homens na sociedade, sendo necessária, portanto, a ampliação da visão sobre esses “papeis” estabelecidos pela cultura e pela própria sociedade. Assim, apresentar perspectivas e situações de mulheres nas atividades rurais induz à reflexão de que o ambiente não deve ser analisado apenas a partir de uma visão homogênea e, sim considerar a “[...] situação de convivência entre indivíduos de sexos diferentes, que realizam atividades produtivas e, compartilham um projeto de sobrevivência” (SOUZA; SILVA, 2012, p. 2012).

Nessa perspectiva, a presença das mulheres no ambiente pecuário familiar se dá, principalmente, em função de sua posição, muitas vezes, desvalorizada e não reconhecida. Encontram-se situações em que as mulheres são responsáveis pelo trabalho com a casa e filhos e, geralmente, sem remuneração, desconsiderando suas contribuições para o desenvolvimento e crescimento conjunto da família.

As relações assimétricas de gênero em que predomina o poder masculino, muitas vezes, resultam em inúmeras formas de violência presentes no rural. Assim, autoras como Costa, Lopes e Soares (2014) identificam manifestações de violência no rural nas relações

sociais vivenciadas rotineiramente, as quais transparecem nas disparidades de posse, atividades de manejo da terra, maiores cargas de trabalho determinadas “[...] nas assimetrias de poder, que sustentam hierarquias intrafamiliares e sociais, e na legitimidade masculina da divisão sexual do trabalho no âmbito da agricultura familiar” (COSTA; LOPES; SOARES, 2014, p. 215).

A realidade das mulheres inseridas na pecuária de corte familiar é pouco discutida, já que a atividade apresenta características determinadas culturalmente que a “instituem” como masculina. Em parte, isso pode ser decorrente da forte influência histórica e sociocultural presente na Metade Sul do Rio Grande do Sul ao remeter à bovinocultura de corte. A região, por vezes, é reconhecida como detentora de médias a grandes produções e propriedades, entretanto a realidade vivenciada por muitas famílias é desconhecida, pois as atividades familiares são ocultadas nesse contexto de produção e trabalho.

Embora grandes produtores estejam inseridos na Metade Sul, existem famílias em atividades diversas. Isso está retratado em um estudo que avaliou a situação de vulnerabilidade das atividades desenvolvidas nas Microrregiões da Campanha Meridional e Serra do Sudeste, Metade Sul do RS, reforçando a ideia da atividade pecuária extensiva como elemento formador da identidade sociocultural e de grande importância econômica (MATTE; WAQUIL; NESKE, 2014).

Os autores destacam que a pecuária de corte tem, forçosamente, aberto espaço para atividades como monoculturas e silvicultura, o que causa preocupações se haverá continuidade da pecuária de corte tradicional, pois nas Microrregiões estudadas já surgem impactos como, por exemplo, diminuição das áreas destinadas à pecuária em campo nativo, indução à modernização da atividade, redução da biodiversidade, entre outros efeitos. Isso passa a representar vulnerabilidade ao referir-se à continuidade da atividade pecuária extensiva e, os autores destacam a necessidade de estudos analisarem dinâmicas que envolvem a pecuária tradicional (MATTE; WAQUIL; NESKE, 2014).

Ao destacar a presença de opostos econômicos dentro de uma mesma área (região do Estado), justifica-se esta proposta de pesquisa, pelo intuito de conhecer diferentes realidades da pecuária familiar no Estado e região através de pesquisa documental e refletir as vivências cotidianas das mulheres rurais inseridas em um município.

Assim sendo, a estrutura desta dissertação inicia-se com a primeira parte aportando às ideias introdutórias e a justificativa do tema escolhido. Na sequência, desenvolve-se a problemática partindo da construção teórica fundamentada na divisão sexual do trabalho e no

cenário da pecuária familiar no Rio Grande do Sul e Encruzilhada do Sul, ambiente empírico do estudo.

A seguir, apresenta-se a metodologia composta pela caracterização do estudo e das participantes, a geração de dados e o instrumento auxiliar na busca pelos dados, por fim a interpretação e análise dos dados. Os capítulos analíticos iniciam-se com o estudo descritivo das mulheres inseridas na pecuária familiar em Encruzilhada do Sul. Em um primeiro momento, apresentam-se considerações sobre o cenário geral de trabalho e gênero no município; na sequência do capítulo, em decorrência da pesquisa exploratória, aponta-se a relação de mulheres na pecuária familiar com o Brasil Sem Miséria³ e o respectivo perfil sociodemográfico; por último, descreve-se o perfil das mulheres participantes da pesquisa.

O segundo capítulo analítico trata da análise da estrutura do trabalho e das dinâmicas familiares no intuito de compreender a situação de trabalho das mulheres inseridas na pecuária familiar no que tange à divisão sexual do trabalho. Alude-se às ocupações e auto identificações em relação à percepção feminina sobre sua identidade, buscando iniciar a discussão da divisão sexual do trabalho. Em seguida, observam-se os tempos e trabalhos das mulheres na pecuária familiar; a divisão sexista fundamentada na perspectiva de trabalhos produtivos e trabalhos reprodutivos, como se constituem as dinâmicas familiares em torno dos “tipos” de trabalho; e por fim discute-se sobre as relações, diretas e indiretas, das mulheres com a pecuária, suas perspectivas e motivações.

O terceiro capítulo analítico versa sobre condições encontradas nos trabalhos e nas dinâmicas familiares vivenciadas pelas mulheres participantes da pesquisa que consubstanciam situações vulneráveis e de privação de direitos. Nesse sentido, foram analisados alguns elementos dessas estruturas e dinâmicas, como destino e distribuição de renda e crédito, integração comunitária, entre outros, verificando, a partir da perspectiva de gênero, a persistência de um sistema assimétrico de gênero. Em um segundo momento, discutem-se os diferentes tipos de violência e as dificuldades por que passam as mulheres no rural, e como esses podem ser potenciais promotores de vulnerabilidades. E, por fim, tecem-se as considerações finais.

³ O Plano Brasil Sem Miséria foi criado para superar a extrema pobreza no país. Partiu da integração entre programas e ações novas e já existentes articulando governo federal, estados e municípios. O plano considera a pobreza como um fenômeno multidimensional utilizando-se de diferentes estratégias concordes com as especificidades encontradas nos diferentes espaços brasileiros (BRASIL, 2013).

2 AS MULHERES NA PECUÁRIA FAMILIAR E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO - QUESTÕES PARA A PESQUISA

Entende-se que a agricultura familiar, em seu contexto histórico, sempre esteve às margens das grandes produções, o que determina desigualdades sociais, principalmente, no que se refere à renda e dificuldades de acesso às políticas públicas. Entretanto, é a partir do reconhecimento da agricultura familiar que emergem produções e modos de vida baseados em valores sociais que transcendem o econômico, como por exemplo, a preservação da biodiversidade, valorização do trabalho familiar, inclusão de jovens e de mulheres, entre outras questões, que atuam “[...] como estratégia de construção do desenvolvimento rural sustentável” (MATTEI, 2014, p. 85).

É nesse sentido que surge o interesse em investigar problemáticas que representem as múltiplas e diversas situações/condições presentes no rural. Neste estudo, a problemática parte da realidade evidenciada por dados disponibilizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos - DIEESE - (2011), os quais refletem desigualdades de gênero, como as ocupações no rural, posição e diferenças salariais entre homens e mulheres na atividade agropecuária, entre outros. A primeira referência mostra as disparidades de gênero encontradas no rural em 2009, onde da totalidade das ocupações presentes, 22% são exercidas por homens na condição de trabalhadores permanentes e apenas 5,1% são mulheres.

A sequência das características refere-se aos trabalhadores temporários visualizando situação semelhante, pois 17% são homens e 6,1% são mulheres. Dados que se repetem ao se analisar aqueles que trabalham por conta própria, em que 32,2% são homens e 10,6% são mulheres. Ao observar os dados relacionados aos empregadores rurais, além de a fatia ser inferior às demais, a ocorrência ecoa, já que 3,7% são representados por homens e somente 0,8%, pelo sexo feminino (DIEESE, 2011).

Entretanto, ao considerar outras dimensões dessa realidade, englobando os trabalhadores não remunerados e os que destinam a produção para autoconsumo, as mulheres passam a “liderar” as fatias encontradas. Os percentuais denotam as desigualdades encontradas no campo, pois 30,7% das mulheres ocupadas no rural estão em situação de atividades não remuneradas contra 11,1% dos homens. Além disso, 46,7% das mulheres atuantes no ambiente agropecuário praticam atividades para autoconsumo, enquanto que os homens representam 14% desta parcela (DIEESE, 2011).

Enfatizando a realidade apresentada, o DIEESE (2011) também explicita outra questão que vai ao encontro do abordado, isto é, em 2009 a fatia relativa às pessoas sem rendimento

em atividades agropecuárias evidenciou 77,9% de mulheres rurais nesta situação contra 25,5% dos homens.

Mesmo considerando esses fatos, a ideia principal da pesquisa não se restringe às comparações até então identificadas e expostas, porém estas contextualizam a realidade, assim como, expressam as desigualdades vivenciadas que, muitas vezes, são estabelecidas e perpetuadas pela maneira de pensar, pelo comportamento sociocultural tradicional e sexista na sociedade.

Essas questões nos remetem ao encontro do que Paulilo (2004) define como invisibilidade do trabalho feminino rural, corroborando essa afirmação, pois há uma forte discriminação no tratamento das atividades desenvolvidas pelas mulheres no seio familiar, ou nos cuidados com hortas e no entorno da propriedade, que não são consideradas como trabalho, refletindo a “[...] desvalorização que perpassa toda a sociedade e suas principais instituições, incluindo a família” (PAULILO, p. 235, 2004). A autora destaca também que o foco dos estudos direcionados para a temática de gênero, em sua maioria, costuma abordar questões enfatizando os direitos reprodutivos e a violência contra a mulher esquecendo as ênfases em direito de propriedade e redistribuição de renda.

A partir desses enfoques, surge o interesse de conciliar diferentes perspectivas, ou seja, enfatizar condições de invisibilidade, de situações de violência no trabalho, condições de poder e dominação masculina que geram submissão das mulheres e o não reconhecimento de suas atividades. Também e complementando essa abordagem, há que se identificarem condições que contemplem a perspectiva dessas mulheres na busca de se promoverem socioeconomicamente na atividade pecuária.

As situações referidas induzem reflexões sobre como se configura a situação das mulheres pecuaristas familiares. Como salienta Barbosa (2013), as dinâmicas rurais que não se baseiam na diversificação das atividades produtivas, que mantêm modos próprios, exemplificando a partir da agricultura convencional, apresentam maiores dificuldades de inserirem as mulheres em processos decisórios, contribuindo para a reprodução dos modelos de domínio masculino. A atividade pecuária familiar espelha, pois, esses modelos e configura-se como sistema característico por seus modos de produzir dificultando a participação da mulher no que tange à sua inserção em espaços públicos, reservando-lhes o privado e as tradicionais atividades femininas a serviço da família.

Nesse sentido, buscaram-se elementos para análise, tendo-se como base empírica do estudo, eleito pelas configurações que permeiam a atividade pecuária familiar, o município de Encruzilhada do Sul, inserido na Metade Sul do Rio Grande do Sul. Essa região do Estado é

caracterizada por apresentar desenvolvimento econômico inferior à Metade Norte. O município foco apresenta os delineamentos consonantes com a pecuária familiar, situações significativas de êxodo rural e dificuldades de reprodução social e material (RIBAS; SEVERO; MIGUEL, 2004). Sua escolha remete à representação de situação emblemática da região pelo Programa de Pesquisa Interdisciplinar (PROINTER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (BECK, 2010).

Com isso, remete-se à pertinência do município como unidade de estudo da pesquisa, pois traz consigo, historicamente, a atividade pecuária como formadora de sua composição socioeconômica e, algumas condições analisadas, atualmente, podem representar fragilidades na manutenção dos sistemas de criação de bovinos de corte e ovinos. Isso decorre da inserção da silvicultura no município, com plantações de pinus, eucalipto e acácia, que ocupam cerca de 80 mil hectares da área do município (ENCRUZILHADA DO SUL, 2015).

Nessas condições, o domínio e monopólio da silvicultura, muito provavelmente, causam preocupações aos produtores familiares sobre o futuro de suas propriedades, pois grandes empresas buscam expansão dos negócios, o que pode implicar a aquisição de terras de pequenos produtores. Ao refletir a situação das mulheres, são inúmeras as incertezas sobre a presença e permanência delas na pecuária, pois além da atividade ser predominantemente masculina, a possível redução de produtores familiares torna-as potencialmente vulneráveis à migração urbana. Assim, reflete-se sobre a situação de maior vulnerabilidade das mulheres às incertezas do futuro “de gênero”.

Em se tratando da Metade Sul do Rio Grande do Sul, esta passou a ser vista de maneira distinta da Metade Norte, ou seja, considerada como região de grandes propriedades, onde as pequenas produções seriam praticamente insignificantes (RIBEIRO, 2009). O autor ainda salienta que isso provocou a visualização de que o Estado seria composto por duas regiões diferentes, aquela que abrange os minifúndios e outra de latifúndios, “[...] assim esta visão consolidou a ideia de que a bovinocultura de corte seria desenvolvida apenas em grandes áreas” (RIBEIRO, p. 19, 2009).

Dessa forma, o município de Encruzilhada do Sul, localizado na Mesorregião do Sudeste Rio-grandense e Microrregião de Serras do Sudeste (FEEDADOS, 2015), município foco deste estudo, destaca-se por seu vasto território representado por 3.348,319 Km² e uma população estimada de 25.563 habitantes, sendo destes, aproximadamente, 7.415 (29%) moradores rurais (IBGE, 2013). A partir do cenário apresentado, a região onde se localiza o município não se caracteriza apenas como a Metade do Estado menos dinâmica, mas sim contempla o Bioma Pampa com seus tradicionais sistemas de produção.

Ao se olhar de forma ampliada para a região a partir de novos modos de produzir que configuram cenários de diversidade a serem cada vez mais estudados, pode-se ir além do historicamente reconhecido. Assim, além da dimensão econômica da ideia de desenvolvimento, o intuito é explorar e enfatizar as múltiplas dimensões que o compõe. Ou seja, é necessário destacar a importância de elementos, sociais e culturais, tidos, muitas vezes, como periféricos, podendo aí estarem inseridas as relações de gênero no trabalho que ilustram, várias vezes, desigualdades entre homens e mulheres.

Com isso, na sequência trata-se de expor algumas das especificidades que delineiam a pecuária familiar no Rio Grande do Sul como atividade imersa em um contexto de heterogeneidades e impulsionar reflexões que permitam visualizar a situação de trabalho de mulheres inseridas nesta dinâmica.

2.1 Pecuária familiar no RS: contexto de heterogeneidades

As diferenças nas configurações fundiárias são evidentes ao comparar as metades Sul e Norte do Rio Grande do Sul, entretanto isso não indica que as dinâmicas praticadas partam dos mesmos princípios. Em cada localidade, a atividade tem suas particularidades fundamentadas em ocorrências históricas que contribuem para a construção da identidade socioeconômica dos espaços, resultando na heterogeneidade do rural, tão abordada e estudada.

Contudo, é comum a vinculação da criação de bovinos de corte com grandes áreas e produtores, mas os chamados pecuaristas familiares apresentam características comuns aos agricultores familiares tendo como elemento diferenciador a atividade produtiva. Nesse sentido, surgem estudos interessados em identificar a real condição desses produtores e famílias podendo auxiliar no seu reconhecimento. Assim, Ribeiro (2003) indica que

Há, entretanto um "tipo" diferenciado de agricultor familiar forjado sob condições históricas de luta e adaptado ao ambiente, que é o "pecuarista familiar". Este pecuarista, o gaúcho do pampa, fruto da mentalidade das grandes áreas, da família como unidade de defesa da terra, do vizinho como inimigo, da luta pela sobrevivência contra tudo e contra todos, do gado como essência das atividades, não apenas como "negócio", mas como mercadoria de reserva. Este "tipo", de passado glorioso, de lembranças que nunca viveu, que soube como ninguém adaptar-se às dificuldades ambientais, ao isolamento, à solidão e às distâncias, diminuiu a área em divisão por heranças, empobreceu em renda e patrimônio, dispensou a mão de obra contratada, adaptou-se em gastos e consumo. Muitas vezes, buscou novas rendas como venda de mão de obra, mesmo assim tem permanecido na atividade e tem persistido exatamente como persiste a agricultura familiar (RIBEIRO, 2003, p. 24).

Esse tipo diferenciado de agricultor familiar tem sido denominado de pecuarista familiar, ou seja, agricultores familiares que desenvolvem a bovinocultura de corte como a principal atividade econômica e, por vezes, a ovinocultura e/ou pequenas áreas agrícolas. A expressão pecuarista familiar, em primeira mão utilizada pelo serviço de extensão rural, tinha por intuito denominar esse grupo de agricultores que eram invisibilizados, pois estavam inseridos em um espaço conhecido por deter grandes propriedades, ocultando o outro lado da realidade (RIBEIRO, 2009).

O termo “pecuarista familiar”, em sua definição, abrange as demais produções animais (aves, suínos, produção leiteira), demonstrando que talvez não seja a expressão mais adequada para essa categoria social. Entretanto, em espanhol há a expressão “ganaderos familiares”, a qual possivelmente se adequaria melhor, porém no Rio Grande do Sul, assim como em outros Estados, a categoria foi reconhecida como pecuaristas familiares (RIBEIRO, 2009).

No Rio Grande do Sul, institucionalmente a categoria é legitimada pela lei 13.515 de 13 de Setembro de 2010, a qual estabelece o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar. A lei determina que os beneficiados pelas ações do programa tenham de enquadrar-se nos seguintes critérios: produção de bovinos, bubalinos, caprinos de corte e ovinos, mão de obra predominante familiar podendo contratar pessoal no máximo por 120 dias no ano, posse de no máximo 300 hectares, residência no local ou próximo, obtenção de renda no mínimo de 70% proveniente da produção pecuária e não agropecuária, exceto benefícios sociais (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Com o intuito de identificar e caracterizar as dinâmicas dos pecuaristas familiares em diferentes ambientes empíricos surgiram vários estudos. Além das características expostas pela lei, outras são comuns aos diferentes tipos de pecuaristas familiares, como por exemplo, a relação de autonomia com o mercado, pois a comercialização é realizada, geralmente, de acordo com as necessidades da família e não com a demanda de mercado (FERNANDES, 2012).

Os diferentes tipos de pecuaristas familiares assentam-se, principalmente, aos distintos sistemas de produção desenvolvidos pelos produtores focados em atender às necessidades das famílias. Nesse sentido, os pesquisadores dedicados à temática encontram especificidades na tipologia dos produtores conforme os espaços e situações estudados. Sandrini (2005) investigou a inserção dos pecuaristas familiares na cadeia produtiva da carne no Rio Grande do Sul e identificou três tipos de unidades de produção: autônomas, diversificadas com médio grau de mercantilização e diversificadas com alto grau de mercantilização.

As autônomas são mais independentes do mercado do que as demais, pois os produtores não direcionam suas atividades à obtenção de lucro e sim ao sustento das famílias. A maior fonte de renda é a comercialização de gado de corte e a produção vegetal. A produção animal não transformada (ovos, leite) e a transformada (derivados) não respondem significativamente na renda da família. Apresentam a maior proporcionalidade da produção para autoconsumo em relação à receita total (SANDRINI, 2005).

A autora também destaca que a unidade de produção autônoma conta com membros mais velhos, com mais de 60 anos, onde a aposentadoria passa a ser um importante elemento na independência financeira frente ao mercado. Outro elemento característico é a falta de diversificação na produção, em parte pelas expectativas de continuidade da atividade que são poucas e, por outro lado, pela pouca capacidade de trabalho atrelada à baixa possibilidade para contratação de mão de obra.

As unidades familiares diversificadas com grau médio de comercialização caracterizam-se por apresentar a diversificação das atividades por parte dos membros da família, inclusive com atividades não agrícolas e produção para autoconsumo. Ao contrário das unidades autônomas, esse tipo, além de apresentar a comercialização do gado de corte como principal fonte de renda, parte da receita origina-se da venda da produção animal transformada e não transformada. A comercialização é realizada a partir da análise do preço, ou seja, quando o valor está mais elevado (SANDRINI, 2005).

O terceiro tipo, unidades de produção diversificada com alto grau de comercialização, apresenta maior dependência do mercado do que os demais, pois a maior parte do que se produz é comercializado e sua produção para autoconsumo é significativamente baixa. A comercialização se dá quando o gado está pronto para o abate, já que o sistema desenvolvido é o ciclo completo ou a terminação. O consumo intermediário, gastos com produção animal e vegetal, destaca-se nesse tipo. Um fator interessante é a baixa contratação de mão de obra. No primeiro tipo, a família era formada apenas pelo casal, no segundo havia a combinação entre mão de obra contratada e familiar e neste, os membros da família são direcionados às atividades produtivas da propriedade (SANDRINI, 2005).

Outro estudo sobre os tipos de pecuarista familiares foi o desenvolvido por Cotrim (2003) ao investigar a atividade no município de Canguçu/RS. O autor identificou três tipos diferentes, relacionando-os às características históricas do município: pecuaristas familiares tradicionais, pecuaristas familiares pluriativos e pecuaristas familiares comerciais. O primeiro tipo define-se por produtores que são herdeiros de estancieiros cujas propriedades foram fracionadas por herança.

Geralmente, os pecuaristas familiares tradicionais são aposentados que desenvolvem a pecuária extensiva. Os pecuaristas familiares pluriativos são “[...] descendentes de peões e agregados que trabalhavam nas estâncias”, possuem pequenas áreas de terra e desenvolvem outras atividades além da pecuária de corte, como por exemplo, outros cultivos e atividades não agrícolas. Já os pecuaristas familiares comerciais originam-se de herdeiros de estâncias e imigrantes italianos. Estes últimos estão mais envolvidos com a comercialização do gado, entretanto o sistema de produção também é o extensivo (COTRIM, 2003, p. 114).

Os diferentes tipos de pecuaristas familiares exemplificam que grandes estabelecimentos, vistos de maneira homogênea, não expõem totalmente a realidade. Vários estudos referem que há outra face da pecuária, complexa e diversificada, explicitando que são os pecuaristas familiares os reveladores da pobreza deste ambiente rural (FERNANDES, 2012).

A busca por caracterizar e descrever as dinâmicas socioeconômicas dos pecuaristas familiares permite identificar algumas características comuns: mão de obra familiar com eventuais contratações, variedade de relações mercantis conforme os diferentes tipos de pecuaristas familiares, a atividade principal é a bovinocultura de corte, sobretudo, algumas vezes, não considerada como a principal fonte de renda e a heterogeneidade das dinâmicas no que cerne aos recursos, produções, comercialização, acesso às informações, anseios e expectativas (RIBEIRO, 2009).

Portanto, as várias investigações sobre os pecuaristas familiares possibilitam um olhar mais adequado sobre a realidade encontrada na atividade de pecuária de corte, pois nem sempre a percepção ultrapassa a ideia de uma atividade vinculada exclusivamente às grandes propriedades. Essa associação “[...] ocorre porque, a bovinocultura de corte foi a primeira atividade implementada nas sesmarias, que haviam sido distribuídas pela coroa portuguesa aos seus militares” (SANDRINI, 2005, p. 116).

Contudo, como já mencionado, houve o fracionamento das terras, por questões de herança ou por fatores externos como políticas agrícolas e econômicas, e isso resultou em inúmeras famílias com pequena extensão de terra, as quais, grande parte, atualmente, encontra-se em situações de empobrecimento. E, um aspecto de grande relevância para a continuidade da atividade pecuária é a sua realização, principalmente, fundamentada na tradição (SANDRINI, 2005).

Dessa forma, os elementos acima apresentados, característicos da pecuária de corte familiar, expressam sua heterogeneidade e semelhanças entre algumas tipificações desenvolvidas, demonstrando que a pecuária de corte vai além do imaginário construído

histórica e culturalmente. Com isso, estão dadas algumas perspectivas para se apresentar o espaço empírico desta pesquisa.

2.1.1 Encruzilhada do Sul – ocupações, pecuária e novos usos da terra

O município de Encruzilhada do Sul, localizado na Mesorregião do Sudeste Rio-grandense e Microrregião de Serras do Sudeste (POR EXTENSO - FEE, 2015), apresenta grande extensão de terra caracterizando os sistemas de produção nele inseridos. Sua extensão territorial é de 3.348,319 Km² e possui uma população estimada em 25.563 habitantes, sendo destes, aproximadamente, 7.415 (29%) moradores rurais (IBGE, 2013).

Conforme as informações contidas na plataforma do IBGE, em 2012, o PIB per capita no município foi de R\$ 11.765, 57, comparando-o com o PIB per capita do Rio Grande do Sul, R\$ 25.779,21, nota-se uma considerável disparidade nos valores. Analisando os rendimentos médios mensais dos domicílios particulares permanentes de Encruzilhada do Sul, constata-se que, no rural, aparentemente, esses são maiores que no meio urbano, pois os valores são respectivamente de R\$ 660,61 e R\$ 633,41. Isso reafirma a aptidão do município às atividades produtivas do rural.

Em se tratando de alguns aspectos de relevo, o município apresenta uma variedade de formações. As formas de relevo predominantes são as Terras Baixas e Aplainadas, como diz a denominação, são terras planas podendo apresentar leves ondulações e geralmente estão próximas aos rios e arroios; e as Terras Altas e Serras são compostas pelas partes centrais de planaltos antigos e terras dos topos plainos em que os processos erosivos removeram parte dos resíduos rochosos (CUNHA et al., 2005).

Figura 1 – Mapa de localização do município de Encruzilhada do Sul



Fonte: FEEDADOS, 2015.

Ao longo da história, o município modificou suas dinâmicas produtivas baseadas no uso da terra. A pecuária extensiva e a agricultura convencional, sistemas produtivos tradicionais, passaram a compartilhar espaço territorial com novos usos da terra, como a fruticultura comercial e a silvicultura, assim como novas formas de posse da terra baseadas na reforma agrária. Essas novas dinâmicas, então, transformaram as relações sociais inseridas na área geográfica do município, onde além da interface de valorização social do local, surge a importância econômica modificando relações de poder (SOUZA, 2006).

As terras que garantiam o sustento de produtores foram sendo substituídas por essas outras culturas e, intercalando os períodos com tempos de trabalho intenso e tempos de não trabalho. As modificações nas dinâmicas sociais e produtivas são identificadas ao longo da história, pois o primeiro sesmeiro a chegar ao município, em 1771, desenvolvia a pecuária extrativista, isto é, captura de gado selvagem com o intuito principal da extração do couro (SOUZA, 2006).

Somente no fim dos anos de 1940 é que o uso e posse da terra se alteram, pois, até então, a terra estava na posse de poucos e o restante da população vivia aos redores dos grandes produtores (SOUZA, 2006). A introdução de inovações no sistema produtivo dos pecuaristas de Encruzilhada do Sul alcançou poucos produtores caracterizando-os como pecuaristas empresariais, enquanto os demais passam a ser denominados de pecuaristas tradicionais (RIBAS; SEVERO; MIGUEL, 2004).

A divisão de terras por heranças, o fracionamento por arrendamentos ou venda de parte das terras, fez com que o pecuarista tradicional se descapitalizasse e reduzisse suas propriedades inserindo-se em um processo de estagnação. Assim, uma parcela dos pecuaristas tradicionais formou os chamados pecuaristas familiares. A ovinocultura e o plantio de grãos foram inseridos nos sistemas produtivos desenvolvidos pelos pecuaristas familiares (RIBAS; SEVERO; MIGUEL, 2004).

Contudo, atualmente, com o surgimento da silvicultura no município, Souza (2006) afirma que a lógica da produção extensiva se faz presente nas plantações florestais, pois o uso da terra envolve pouco o proprietário, liberando-o para as demais atividades, como por exemplo, as redes de comunicações. As novas dinâmicas, apesar de trazerem novas atividades produtivas, podem representar momentos temporários para as dinâmicas locais. A exploração maciça dos recursos naturais e a mão de obra externa ao município e à região são alguns exemplos dos desencadeamentos das novas atividades (RIBAS; SEVERO; MIGUEL, 2004).

A pecuária ainda permanece como uma atividade relevante no município, pois conforme dados do IBGE, em 2013, o rebanho bovino compunha-se por, aproximadamente,

124.934 cabeças e o rebanho ovino em torno de 74.992 cabeças. Também se desenvolveram outras atividades de criação de animais, como por exemplo, a criação de galináceos, que em 2013 representou um efetivo de 60.000 animais, e suínos com aproximadamente 7.744 animais (IBGE, 2013). Porém, as produções de bovinos e ovinos que percorreram décadas de história permanecem como importantes contribuintes para caracterização do perfil socioeconômico do município.

Buscando analisar a participação das mulheres na atividade, a análise de dados disponibilizados pelo IBGE não permite a visualização do contingente que estaria envolvido com a pecuária de corte familiar, considerando bovinos e ovinos. Entretanto, é possível identificar um total de 142 estabelecimentos⁴, nos quais se encontram mulheres como produtoras em atividade econômica de pecuária e criação de outros animais. Não estão disponíveis dados mais atuais e, como ilustração, citam-se as informações do IBGE datadas de 2006. Nelas, a área dos estabelecimentos possui uma grande variação de tamanhos, abrangendo desde propriedades de 1 a menos de 2 hectares, até 200 hectares (IBGE, 2006).

Mesmo que de maneira limitada, esses dados permitem a visualização de que há, no município de Encruzilhada do Sul, mulheres que se ocupam com a atividade de pecuária familiar. Em termos de área do estabelecimento, a pecuária familiar considera até 300 hectares, o que abrange os estabelecimentos de até 200 hectares encontrados pelo IBGE. E, ao referenciar a expressão “pecuária e criação de outros animais”, considerando a história do município, subentende-se que a bovinocultura e ovinocultura estejam inseridas nesse rol.

A população rural corresponde em torno de 29% do total de habitantes, a situação de alfabetização no rural de Encruzilhada do Sul encaminha-se para alcançar sua totalidade. (IBGE, 2010). Um estudo de 2007 demonstrou que em Encruzilhada do Sul as pessoas idosas do rural entre 80 e 84 anos, os chamados “mais velhos”, na maior parte são mulheres, católicas, predominantemente analfabetas e viúvas (MORAIS, 2007). Essa situação indica uma tendência demográfica atual ao envelhecimento populacional e reafirma a relevância de considerar elementos de gênero e geração na pesquisa, buscando identificar as situações vivenciadas pelas mulheres e relacioná-las a presença da pecuária de corte familiar no município.

⁴ Estabelecimento agropecuário: “É toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: à do produtor ou à do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável” (IBGE, 2007, p.12).

Assim, no texto acima, apresentaram-se aspectos que demarcam o cenário de estudo. No intuito de relacionar o campo empírico com a situação de trabalho de mulheres pecuaristas familiares, o texto que segue direciona-se a reflexões de gênero e trabalho no rural. Discutem-se relações de gênero no rural buscando sintetizar a problemática em estudo na perspectiva da divisão sexual do trabalho, da situação das mulheres inseridas em dinâmicas familiares e sua vulnerabilidade no ambiente rural considerando as perspectivas de gênero e geração.

2.2 Gênero, mulheres e trabalho: um olhar sobre o rural

Para compreender a situação das mulheres inseridas em diferentes ambientes promotores de desigualdades fundamentadas em condições que definem o homem como a “norma”, a utilização do gênero como categoria de análise se faz essencial. Analisar a atividade pecuária familiar implica em reflexões constitutivas das relações de gênero.

Em um primeiro momento, o debate de gênero se concentrou em identificar a mulher como *sujeito-objeto* dos estudos acadêmicos, denunciando a opressão e detendo-se mais à descrição do que à análise. Louro (1996) salienta algumas modificações ocorridas no sentido da expressão “gênero”, como a transformação do conceito de gênero como representação das diferenças biológicas entre os sexos para a construção social do ser masculino e feminino. Nesse sentido são focalizados os processos de formação do masculino e feminino desencadeando na ideia de relações, onde “[...] os sujeitos se produzem em relação e na relação” (LOURO, 1996, p. 10).

A definição de gênero proposta por Scott (1995) também se refere à construção social do conceito a partir das relações sociais fundamentadas nas diferenças entre os sexos. A autora salienta uma definição composta por duas partes e várias subpartes, isto é, uma das partes representada por essa construção baseada em diferenças biologicamente percebidas, e a outra fundamentada na relação de gênero como forma primordial das relações de poder. Há ainda outros quatro elementos constitutivos das relações sociais: simbologia cultural, conceitos atrelados aos símbolos que denotam interpretações, permanência da dualidade representativa dos gêneros e a identidade subjetiva.

A relação das duas partes principais da constituição do gênero trazidas por Scott (1995) denota nitidamente a dependência de uma a outra, ou seja, o poder presente nas relações de gênero fundamenta-se nas diferenças percebidas biologicamente. Isso implica a compreensão de que as estruturas hierárquicas se baseiam em relações “naturalmente” estabelecidas entre homens e mulheres.

Dessa forma, a definição de gênero pode servir como elemento para a explicação da persistência de desigualdades entre homens e mulheres, assim como, fornece “[...] explicações sobre as diferentes experiências sociais impostas ao corpo sexuado” (LOPES, 1996, p.80). Pensando nessa persistência das desigualdades, Louro (1996) salienta que o intuito não seria excluir as diferenças entre os sujeitos, já que mulheres e homens não podem ser iguais em todos os aspectos, mas apontar que tais diferenças são empregadas como argumento para sustentar tratamentos desiguais. Nessa base, acrescentamos, assentam-se as hierarquias entre homens e mulheres, entre trabalho feminino e trabalho masculino por exemplo.

Nessa perspectiva, o gênero como categoria analítica revela-se com potencial para explorar as relações de desigualdades inseridas no rural e mais especificamente no ramo pecuário. Especialmente no rural, as assimetrias de gênero são bastante evidentes, pois, como diz Brumer (2004), culturalmente, a mulher é destinada a desempenhar determinadas atividades produtivas e reprodutivas e a conformar-se com a tradicional distribuição de poder e de acesso à terra, permanecendo em uma posição subordinada no ambiente familiar.

A pesquisa de Panzutti (1996) pode ser trazida como exemplo da evidência das desigualdades de gênero no rural, pois a autora estudou elementos de gênero em um grupo de mulheres inseridas na produção familiar de algodão. Os resultados trouxeram reflexos das desigualdades e injustiças sofridas pelas mulheres por, histórica e culturalmente, serem vistas como complementares aos homens, e ainda destacaram a dificuldade de desvincular as características ditas femininas como definidoras do ser indivíduo por parte da mulher.

Nesse estudo, a autora constata que a divisão das tarefas consideradas femininas e masculinas na produção rural afirma-se apenas na teoria, pois na prática a mulher combina o trabalho doméstico com a produção agrícola, desempenhando atividades ditas masculinas e ainda participando da plantação e criação de animais para subsistência. Entretanto, isso não reflete em sua participação frente às decisões dos destinos da produção, pois estas são consideradas tarefas masculinas, nas quais a participação das mulheres traduz-se como mera sugestão (PANZUTTI, 1996).

Panzutti (1996) salienta que a modernização deslocou a mulher da atividade de produção de algodão para o meio urbano, principalmente ao mencionar a mecanização que passa a desempenhar funções anteriormente determinadas à mulher. Isso, de modo geral, se percebe em produções agrícolas onde há a possibilidade de substituição da mão de obra por mecanização. Entende-se que esta situação pode ser encontrada no ambiente deste estudo.

Pensando a produção pecuária de corte familiar, onde a mão de obra é conhecidamente resumida, o questionamento acerca da condição/situação das mulheres inseridas na atividade

emerge como proposição de pesquisa, ou seja, em que situação se encontram as mulheres inseridas nesse ambiente específico? Como uma leitura baseada no gênero pode auxiliar no conhecimento e compreensão dessa problemática?

A noção de “ajuda” instituída ao trabalho feminino predomina fortemente em contextos em que há a presença da agricultura familiar. Contudo, o questionamento dessa ideia do trabalho da mulher rural representado pela noção de “ajuda”, colabora para o reconhecimento feminino diante das práticas socioeconômicas cotidianas presentes nas dinâmicas das famílias rurais. Com base em Scott (2010), isso permitiria visualizar as relações de poder imersas em um processo de contínua negociação entre homens e mulheres em diferentes domínios de poder (SCOTT, 2010). No entanto, é possível afirmar-se que as formas simbólicas de dominação, persistentes historicamente, são ainda eficientes em submeter e relegar o trabalho feminino ao desvalor expresso na definição de “ajuda”.

2.2.1 Divisão sexual do trabalho – reflexões potenciais para análise do trabalho rural feminino

Pensar na divisão sexual do trabalho talvez, no senso comum, pareça uma questão dada, isto é, mulheres desenvolvem atividades construídas culturalmente como femininas (serviços domésticos, cuidados, educação dos filhos) e “reservadas” ao ambiente privado, enquanto cabem aos homens as atividades presentes no ambiente público que demandam uma carga maior de “responsabilidades”. Ou seja, cada um desempenhando “suas” respectivas atividades devidamente hierarquizadas. Entretanto, o debate dessas questões desconstrói, reconstrói e relativiza muitas das situações encontradas nas práticas sociais de homens e mulheres, apontando para diversidades situacionais.

Neste sentido, o surgimento da noção de divisão sexual do trabalho permitiu a visualização das relações sociais de sexo, isto quer dizer que ao pensar em trabalho foi possível “averiguar” que “[...] homens e mulheres não são produto de um destino biológico, mas que eles são, antes de tudo, construções sociais que têm uma base material” (KERGOAT, 1996, p. 19). Com isso, Kergoat (1996) afirma que se possibilita o conhecimento da realidade vivenciada pela mulher no trabalho estabelecido como feminino, assim como a crítica aos conceitos sexistas.

As relações sociais de sexo elaboram um olhar macro sobre a questão, em que o trabalho entra como forma de legitimar a discussão. As relações sociais de sexo apontam uma ruptura com as explicações que consideram as características biológicas como determinantes

das práticas sociais, e afirmam que as diferenças entre sexos estão fundadas na construção social, na hierarquia e poder estabelecidos entre os sexos, o que permitiria uma construção histórica dessa situação que se perpetua (KERGOAT, 1996, grifo nosso).

Classicamente, a separação entre as atividades femininas e masculinas explícitas na divisão sexual do trabalho estabelece aos homens a inserção na esfera produtiva, vinculando-os às ações de maior valor social, e as mulheres ficam imersas nas atividades de cunho reprodutivo (HIRATA; KERGOAT, 2007). Isso reflete os dois princípios básicos que fundamentam a divisão sexual do trabalho, isto é, a separação das atividades, já citada, e a sua hierarquização.

As autoras afirmam que os “critérios” que desenham a divisão sexual do trabalho são reconhecidos e naturalizados pelos aspectos biológicos em todas as sociedades. Entretanto, isso não significa que a definição seja imutável; ao contrário, apresenta inúmeras variações conforme o contexto histórico, geográfico e as inter-relações entre as diferentes formas de divisão social de trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Os trabalhos de Hirata, datados de 1995, ainda mostram longevidade e destacam algumas características que se replicam em diferentes sociedades, como por exemplo, o tipo de máquina e de trabalho nas indústrias é distribuído seguindo a divisão estabelecida entre o feminino e masculino. Os homens ocupam cargos que exigem conhecimentos técnicos, enquanto as mulheres exercem atividades manuais e repetitivas; “[...] empregadores reconheciam, de bom grado, qualidades próprias à mão de obra feminina, mas não há um reconhecimento destas “qualidades” como sendo qualificações profissionais” (HIRATA, 1995, p.44).

Fica evidente, então, que as reflexões de Hirata e Kergoat (2007), isto é, a divisão sexual do trabalho apresenta características comuns nas diferentes sociedades, como a biologia dos sexos determinante nas relações sociais; todavia, as sociedades apresentam elementos históricos, sociais e geográficos que demarcam caracteres diferenciadores na divisão social e sexual do trabalho.

Em estudos atuais, ao tratar da divisão sexual do trabalho, Hirata (2010) destaca a importância de conceituar trabalho e de associá-lo à divisão sexual do saber e do poder. A definição de trabalho, nesta perspectiva, “[...] é um conceito ampliado, que inclui o trabalho profissional e doméstico, formal e informal, remunerado e não remunerado” (HIRATA, 2010, p. 1). Já as relações sexuais de saber e poder referem-se às atribuições dadas às mulheres e aos homens, isto é, as responsabilidades direcionadas às mulheres pela educação dos filhos, condicionam-nas a ocupar posições inferiores aos homens no mercado de trabalho.

Por consequência, isso reflete em diferenças nos rendimentos econômicos promovendo a figura masculina e reforçando a desigualdade de poder frente à família. Disso deriva-se um círculo vicioso e não virtuoso, baseado nas relações que associam respectivamente as tríades trabalho/família/sociedade e trabalho/saber/poder. Em síntese, essas associações vão reforçar a ideia da divisão social de sexo refletida na divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2010).

Essa definição de trabalho corrobora com ideias de Lopes (1996), já que para a autora a noção de trabalho considera situações além da relação mercantilizada de trabalho, baseada na remuneração proveniente da prestação de serviços. Ou seja, o trabalho doméstico se insere nessa noção, ampliando as possibilidades de interpretações no que se refere ao trabalho feminino em particular.

Ao encontrar possibilidades que permitam a reflexão para além do naturalismo institucionalizado entre as diferenças de sexo no trabalho, essas se constituem em razão e consequência de questionamentos acerca das constantes desigualdades entre homens e mulheres, ou ainda, da hierarquia calcada entre os sexos. Entretanto o dualismo entre trabalhos produtivos (masculino) e reprodutivos (feminino) permanece ainda atual, definindo os modelos de trabalhadores. Esse dualismo se sustenta, em parte, na ideia das qualidades naturais femininas em desempenhar determinadas atividades, como por exemplo, cuidados de saúde (LOPES, 1996). Essas ideias, de fato, submetem-se a novos marcos históricos, mas, estudos atuais da autora apontam permanências que se sustentam onde convém ao sistema capitalista.

Além disso, Hirata (2010) elucida algumas especificidades apontadas por novas configurações da divisão sexual do trabalho. Em países como o Brasil e França são destacados três elementos dessas novas configurações: “[...] a bipolarização do emprego feminino; a mudança nos modos de “conciliação” entre vida familiar e vida profissional; a DST nos locais de trabalho” (HIRATA, 2010, p.1-2).

O primeiro elemento, a bipolarização do emprego feminino, compõe-se de um lado por mulheres profissionais com formação acadêmica ou executivas e, de outro lado por mulheres que ocupam os setores tradicionalmente femininos, tais como, empregada doméstica, saúde pública, educação, entre outros. O segundo elemento, a conciliação entre vida profissional e familiar, é um tema contemporâneo, que se subdivide em quatro modelos: tradicional, a mulher é responsável pelo trabalho doméstico e o homem pelo trabalho produtivo; de conciliação, a mulher concilia trabalho doméstico e externo enquanto o homem permanece somente com o trabalho produtivo; de parceria, há a divisão de tarefas domésticas

e cuidados com os filhos supondo-se a igualdade; e da delegação, onde a mulher delega outras mulheres para as atividades domésticas e cuidados das crianças (HIRATA, 2010).

O terceiro elemento refere que a divisão sexual do trabalho, as inovações no ambiente tecnológico e as diferenças entre homens e mulheres provocadas pelas transformações não são independentes. Isto é, “[...] as relações sociais (inclusive as de sexo e gênero) moldam a tecnologia, que é uma cristalização das relações sociais” (HIRATA, 2010, p. 2).

Assim, mesmo estudos mais antigos podem ainda contribuir com as novas configurações da divisão sexual do trabalho e permitem refletir sobre a dinamicidade das práticas sociais. Isso reforça a validade da divisão sexual do trabalho nas diferentes sociedades considerando as mudanças que acompanham diferentes tempos e espaços, continuamente sustentada pela polarização feminino/masculino (LOPES, 1996).

Postas algumas contribuições sobre a divisão sexual do trabalho, remete-se a Kergoat (1996, 2000) no intuito de sintetizar reflexões. É importante articular a fundamentação da divisão sexual do trabalho com as relações sociais de sexo, pois a primeira refere-se às situações empíricas e a segunda fornece o suporte teórico. As práticas sociais, por exemplo, a divisão sexual do trabalho, compõem modalidades nas diferentes relações sociais, especificamente aqui, referindo-se às relações sociais de sexo.

As noções e reflexões acima, articuladas em nossa problemática empírica “trabalho feminino na pecuária”, resultaram em novos questionamentos ou no aprofundamento de olhares investigativos sobre o tema.

2.2.2 Mulheres, dinâmicas familiares e trabalho no rural – tradição, conciliação ou...?

Inicialmente, os estudos clássicos da divisão sexual do trabalho remetem à compreensão das práticas sociais encontradas nas indústrias, pois foi nesse ambiente que surgiram as primeiras reivindicações por parte das mulheres, especialmente referenciando a França (HIRATA; KERGOAT, 2007). Nesse sentido, aos poucos o debate ganhou sustentação teórica e gradativamente estenderam-se às demais práticas sociais, incluindo-se discussões relativas a outras questões de gênero.

As atividades desenvolvidas no rural tem recebido atenção de algumas pesquisas, especialmente da agricultura familiar, e as marcas da divisão sexual do trabalho têm sido evidenciadas. As pesquisas desenvolvidas por Paulilo (1987) exemplificam essa questão. A autora traz vários depoimentos de homens e mulheres, de diversas partes do Brasil, inseridos em diferentes sistemas de produção.

Várias particularidades são percebidas, entretanto o fator que as unifica é justamente a ideia do chamado trabalho “leve” ser de responsabilidade das mulheres e o trabalho “pesado” desempenhado pelos homens. Não há um delineamento que distinga o trabalho leve do pesado, o considerado como leve em algumas localidades pode ser visto, em outros lugares, como trabalhado pesado. O consenso está na própria divisão sexual do trabalho que determina o trabalho feminino como sendo o mais barato (PAULILO, 1987). Pode-se então argumentar que “leve significa mais barato”. Seria um argumento/mecanismo de estabelecimento de valor mercantil do trabalho de uns e outros, homens e mulheres.

Nesse sentido, a autora questiona o motivo que definiria o trabalho feminino como menos remunerado. A resposta não se encontra em especificidades do rural, mas pode estar relacionada em uma de suas dimensões a que:

Essa situação decorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho das mulheres fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar. A conclusão, portanto, é clara: o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar (PAULILO, 1987, p.7).

As marcas construídas socialmente da divisão sexual do trabalho no rural se estendem à atualidade reafirmando as posições masculina e feminina nas dinâmicas familiares rurais. Tanto é que, embora haja importantes iniciativas de organizações de mulheres rurais lutando por diversas pautas que demonstram a diversidade vivenciada, o conflito intrafamiliar ainda se faz presente. A participação em grupos e organizações “[...] impõe o rearranjo da divisão de trabalho no interior da família”, respondendo várias vezes na intensificação da marca sexista do trabalho doméstico (MEDEIROS; PAULILO, 2013, p.188).

A posição de submissão das mulheres rurais e a invisibilidade do seu trabalho também são discutidas por Brumer (2004). Nos estabelecimentos agropecuários, as atividades desenvolvidas por mulheres na esfera produtiva, relacionadas à produção para comércio, interpretam-se na maioria das vezes como ajuda, como parte de um esforço coletivo. Isso resulta na invisibilidade do trabalho feminino praticado no interior da propriedade, reforça a presença do homem como “representante” familiar nos ambientes externos, como bancos, sindicatos, cooperativas, e assim por diante (BRUMER, 2004).

A autora acrescenta que, além disso, o conhecimento tecnológico necessário para administrar a propriedade rural não é alcançado pelas mulheres, assim como, estas não se inserem na administração dos recursos financeiros advindos da comercialização dos produtos.

Já os trabalhos com horta para autoconsumo, cuidados com animais (alimentação, limpeza, ordenha), limpeza, processamento de produtos agrícolas, dentre outras atividades construídas para serem desempenhadas pelas mulheres, mantêm-se como propriamente femininas (BRUMER, 2004).

As produções familiares mostram-se como objetos empíricos potenciais para a observação do significado do trabalho feminino fundamentado na ideia de complementar e acessório ao masculino. De fato, isso se dá “[...] por concepções de bases culturais sobre uma divisão sexual do trabalho em que cabe ao homem a função de provedor, restando à mulher os encargos maternos e domésticos” (PANZUTTI, 1996, p. 10). A realidade que posiciona o homem como provedor do lar é propagada pelas gerações e explícita, materializa as desigualdades de gênero.

Tal questão evidencia-se pela convicção, culturalmente construída, de que o trabalho feminino reflete apenas “ajuda” tornando-o não remunerado, destituído assim de titularidade. Ao ser visto como “ajuda” presume-se seu não reconhecimento, pois desencontraria o conceito de trabalho, ou seja, “[...] não transforma a natureza através do dispêndio da capacidade física e mental” (MELO, 2002, p. 6).

Dessa forma, é concebida uma dupla desvalorização do trabalho praticado pelas mulheres rurais, isto é, parte em relação às atividades produtivas da propriedade consideradas como auxílio e parte por meio do não reconhecimento das atividades de cunho reprodutivo. Essa situação reflete diretamente na reduzida participação política feminina em sindicatos, onde o poder masculino é hegemônico, já que, a grande maioria das decisões e dos votos está nas mãos dos homens (TEDESCHI, 2004).

A participação política das mulheres rurais e a inserção em atividades remuneradas é em parte dificultada por razões que a definem apenas como um membro da família, não a reconhecendo como produtora. Nesse sentido, evidencia-se outra dificuldade citada por Melo (2002), a de que elas possam participar de programas governamentais que não incluam as mulheres, ou supondo que, ao se referirem a “agricultores familiares”, as mulheres estariam inclusas, praticam explicitamente a divisão sexual do trabalho (MELO, 2002).

A exclusão das mulheres rurais, explícita ou não, de programas governamentais reforça a ideia de invisibilidade do trabalho feminino. Melo (2002) salienta a importância de dar visibilidade ao trabalho feminino e enfatiza que isso não representa, somente, inclusão estatística e descritiva, mas também significa integrar a perspectiva de gênero nas análises de trabalho e ainda reavaliar o conceito de trabalho incorporando a multiplicidade pertencente à definição.

A modernização agrícola também é um fator que acentua as particularidades da divisão sexual do trabalho. Com as novas tecnologias, surge a necessidade de investimentos em aprendizagem para possibilitar a operacionalização de maquinários, por exemplo, e essa “incumbência” direciona-se ao homem, afinal é ele que mantém contatos, participa de sindicatos, cooperativas (BRUMER, 2004).

A herança da terra aponta outro aspecto que evidencia desigualdades de gênero e fragiliza a permanência da mulher no campo. Mesmo com a conquista do direito à terra prevalecem as desigualdades entre homens e mulheres quando a questão remete à sua partilha. Em regiões de colonização italiana e alemã dos três estados do sul do Brasil, a mulher passa a acessar a terra em virtude do casamento, caso não haja filhos homens, quando a filha cuida dos pais na velhice, quando a propriedade fundiária é extensa ou ainda, quando a atividade produtiva não tem importância para os demais herdeiros (PAULILO, 2004).

As condições apresentadas induzem à migração para o meio urbano, principalmente ao destacar a escassez de oportunidades para a inserção socioeconômica dos jovens, especialmente das mulheres. Em síntese, a divisão sexual do trabalho, a invisibilidade do trabalho executado por jovens, em destaque as mulheres, tradições que priorizam o homem aos trabalhos especializados, de chefia, comercialização e a herança, todos esses elementos tornam atrativa a migração feminina aos ambientes urbanos (BRUMER, 2004).

A migração feminina na procura por trabalhos não agrícolas também é enfatizada por Litre (2010) como uma estratégia para buscar visibilidade no trabalho rural. Outras alternativas são desenvolvidas no intuito de melhorar o poder de barganha das mulheres rurais, tais como, educação, associação com outras mulheres e, ainda pequenos investimentos em empreendimentos próprios.

Algumas dessas alternativas buscam relacionar o desenvolvimento rural e gênero, como pode ser visto nas novas configurações que aos poucos contribuem para a visibilidade das mulheres rurais. Isto é retratado no trabalho de Lunardi e Souza (2010), onde os autores pesquisaram, em uma região do Rio Grande do Sul, a inserção do turismo como potencial fator nas mudanças de relações de trabalho, mas, de certo modo as atividades desenvolvidas pelas mulheres no turismo podem ser visualizadas como extensão de suas atividades domésticas. Entretanto possibilitam a inserção de mulheres nas redes de comunicação, elevação de autonomia econômica e social, refletindo em seu reconhecimento como sujeito.

Particularizando a pecuária nesse contexto, Litre (2010) discute em sua tese a participação da mulher na atividade pecuária familiar do Pampa no Brasil, Uruguai e Argentina. Foram encontradas quatro situações que ilustram a participação feminina na

pecuária: atividade exclusivamente administrada pela mulher, decisões compartilhadas com outra pessoa, as “colaboradoras” que atuam nas atividades produtivas, mas não contribuem nas decisões e as “observadoras” que desempenham atividades domésticas e criação dos filhos sem participar das decisões produtivas.

As chefas da unidade produtiva, em geral ocupam essa posição em virtude da ausência masculina (solteira, viúva, divorciada), já as mulheres que compartilham as decisões, geralmente trata-se de mulheres casadas ou filhas com pais idosos. As colaboradoras vivenciam forte divisão sexual do trabalho entre elas e seus esposos e filhos, pois o homem assume as decisões produtivas, em contrapartida encontram-se casos em que as filhas lutam por manter voz ativa em meio a irmãos. E as observadoras apontam suas ações estritamente relacionadas com os afazeres domésticos sem intervirem em atividades produtivas, nem na gestão (LITRE, 2010).

Outras realidades buscam inserir as mulheres nas atividades de pecuária para desmistificar a tradicional situação que as definem apenas como ajudantes. Em vista disso Cândido (2009) pesquisou a iniciativa da Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural (AMRU) em disponibilizar crédito para a criação de gado caprino e bovino. A AMRU tinha como objetivo inserir novas atividades produtivas que possibilitassem o empoderamento da mulher rural.

A situação dessas mulheres foi sendo reconstruída, tanto no que cerne às desigualdades de gênero como no cotidiano vivenciado em virtude de inúmeros ataques armados que ocorreram, anteriormente, no país. A inclusão da atividade contribuiu diretamente para a construção de novas dinâmicas familiares e para o reconhecimento das mulheres e respeito frente à comunidade em que vivem. No entanto, essa inclusão é muito pequena e ainda sem reforço de políticas públicas favorecedoras (CÂNDIDO, 2009).

Essa configuração, mesmo que ilustrativa e pontual, difere da encontrada nos países que compõem o Pampa, isto é, Brasil, Uruguai e Argentina, onde a invisibilidade feminina na tomada de decisões é evidente, reforçada até mesmo pelas próprias mulheres que, assim como os homens, subestimam o valor de suas atividades, pois o trabalho doméstico e o não remunerado não são considerados como produtivos (LITRE, 2010).

Assim é possível sublinhar a diversidade de situações em que as mulheres rurais encontram-se ao estarem inseridas na pecuária. Deste modo, refletindo sobre a pecuária familiar pampiana, a invisibilidade das mulheres rurais pode suscitar condições que as vulnerabilizem e impulsionem, por exemplo, as diversas faces da violência no rural.

Nesse raciocínio, o trabalho das mulheres, historicamente, é marcado por simbologias que o constroem como “menos” importante, principalmente, quando comparado ao trabalho masculino: - ora, são os homens os responsáveis pelas atividades que remuneram as famílias! Esta representação simbólica se materializa em bens e valores (inclusive financeiros) que influenciam nas relações de gênero vivenciadas cotidianamente entre homens e mulheres e traz consigo abundância de desigualdades que respondem e mesclam-se, não raro, com situações de violência, por exemplo.

Nessa perspectiva, o debate ganha peculiaridades ao direcionar-se o olhar para as desigualdades tratando-se das mulheres inseridas no trabalho rural, pois estão expostas, de modo geral, a culturas intensamente assentadas na dominação masculina e dificuldades de garantia de direitos. É importante destacar que a violência no rural assume várias facetas que materializam desigualdades sociais. Assim, esta pode ser entendida pela análise dos processos das transformações das relações sociais, trajetórias, práticas e representações simbólicas de diferentes classes sociais (burguesia, trabalhadores, produtores familiares, entre outros), assim como, pela diversidade dos atores sociais (profissão, gênero, etnia) (SANTOS, 2001).

Apesar de não ser o centro desta pesquisa, observa-se que situações de violência são referidas em estudos de pesquisadoras da saúde nessa área. As violências contra as mulheres, assentada nas assimetrias de gênero no rural, adquirem inúmeros contornos. Geralmente, se manifestam na divisão sexual do trabalho, discriminações em relação aos cuidados com a terra, desigualdades na posse de terras, sobrecarga de trabalho, dentre outros fatores fundamentados nas hierarquias intrafamiliares construídas na base das desigualdades de poder homem-mulher (COSTA; LOPES; SOARES, 2014).

As hierarquias intrafamiliares constituem uma forma de violência contra as mulheres distinta da praticada contra aos homens, pois estes sofrem violência, geralmente, a partir de pessoas desconhecidas, enquanto aquelas são vítimas, na maioria das vezes, de seus pais, maridos, tios, dentro do ambiente familiar (GUIMARÃES, 2006). Isso reafirma a violência contra elas como resultante das assimetrias de poder baseadas nas culturas de gênero construídas socialmente (COSTA, 2012).

No rural, além das mulheres sofrerem com a invisibilidade de seu trabalho visto apenas como “ajuda”, ao tratar das questões de violência a realidade também é ocultada diz Lorenzoni (2007). A autora enfatiza as diferentes formas de violência contra a mulher no rural, sendo, em um primeiro momento, perceptível se tratar de violência física. Nesse sentido, a autora explicita a violência de gênero/sexista, pela sobrecarga de trabalho,

desvalorização pela pobreza e condição social, física, moral, verbal, psicológica, doméstica, ou até mesmo, pelo uso de agrotóxicos.

A violência de gênero explicita-se como a definição que engloba as demais situações de violência contra as mulheres, já que seu princípio está na construção social dos papéis feminino e masculino, onde o feminino é submisso ao masculino sustentando as desigualdades de gênero em todas as sociedades; a violência pela sobrecarga de trabalho diz respeito à tripla jornada do trabalho das mulheres e, por instituir-se na divisão dos papéis feminino e masculino, não as considera trabalhadoras (LORENZONI, 2007).

A violência pela condição social e pobreza refere-se às precárias condições do sistema educacional do campo, recente reconhecimento de sua condição de trabalhadora. Há dificuldade de acesso à documentação e atendimento de cunho preconceituoso no que se refere à saúde. As violências, física, moral, verbal, psicológica e doméstica no ambiente rural, geralmente compõem um ciclo com várias fases contemplando cada um dos tipos citados. Esse “conjunto” de violências é o mais recorrente no espaço intrafamiliar no rural (LORENZONI, 2007).

A violência pelo uso de agrotóxicos refere-se aos danos causados à saúde pelo uso de agroquímicos, os quais podem desencadear sequelas em crianças cujas mães trabalharam com a aplicação de agrotóxicos ao estarem grávidas. E por fim, a violência no campo, propriamente dita, e a violência institucional. A primeira é sofrida pelas famílias a partir do momento em que sua produção não é suficiente para a manutenção, desencadeando as lutas pela terra, política agrícola e reforma agrária; e a institucional que se formaliza nas diferentes sociedades e organizações, pois é ela que assegura o bem-estar de alguns e se reproduz na estrutura familiar, na educação, religiões e assim por diante (LORENZONI, 2007).

Entretanto, mesmo ao enfatizar a multiplicidade dos tipos de violência contra as mulheres encontrados no rural, esta se apresenta em um cenário de silêncios, pois o ambiente é culturalmente construído como machista e, as mulheres não são reconhecidas nem como trabalhadoras, nem como cidadãs. O contexto do enfrentamento à violência nesse meio é de extrema vulnerabilidade, pois há falta de espaços institucionais que cumpram o dever de apoiar as mulheres inseridas nessas situações (COSTA, 2012).

A violência simbólica de que fala Bourdieu (2002) em seus estudos sobre a dominação masculina pode ser um possível entendimento sobre a invisibilidade das situações de violência de gênero no rural, já que esta é vista pelo autor como um exemplo claro da “naturalização” da dominação masculina. A definição de violência simbólica retrata uma

[...] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2002, p. 6-7).

Essa forma de violência se utiliza de instrumentos sutis de dominação e exclusão social adotados por indivíduos, grupos e instituições (GOMES, 2008). A dominação masculina configura-se como uma das principais “fontes” da violência simbólica, pois o poder atribuído aos homens sobre as mulheres é reconhecido em todas as sociedades. Esta forma de dominar, assentada na subjetividade, passa a objetivar-se nas estruturas sociais que conduzem as atividades produtivas e reprodutivas baseadas na divisão sexual do trabalho e reprodução biológica (BOURDIEU, 2002).

Com isso, a construção social dos sexos transcende os acontecimentos históricos disseminando seus princípios universalmente. Nesse sentido, é percebida como uma matriz condutora das percepções, pensamentos e ações de todas as sociedades, incorporada pelos membros da sociedade e, implicando às mulheres a absorção da ideia de submissão assentada “[...] na incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica” (BOURDIEU, 2002, p. 44).

O medo e a vergonha de exposição das situações da violência vivenciadas, a dependência econômica e emocional, a cultura e a religião, sentimento de impotência frente ao poder masculino são alguns dos motivos explicitados pelas mulheres para se manterem em silêncio. Essas condições contribuem para a reprodução cultural dessa lógica, assim como, evidenciam que a violência é uma maneira de controle social sobre a vida das mulheres (LORENZONI, 2007).

Outra questão relacionada à violência de gênero no rural é percebida através do viés da geração, pois como menciona Brumer (2004) a migração da população jovem (e, inclui-se hoje, a transição demográfica pela qual passa o país) desencadeia o processo de envelhecimento do campo, o que aproxima a importância de relacionar as questões de violência de gênero e geração no rural. O envelhecimento, assim como as desigualdades entre os gêneros, é uma construção social baseada na forma como determinada sociedade estrutura a existência dos indivíduos (BUAES, 2007).

Assim, a perspectiva de gênero em relação à violência contra idosos e idosas no rural, é apontada no estudo de Dionisio et al. (2014). O autor analisou duas comunidades rurais em Portugal, as quais explicitaram maior incidência de abuso físico, emocional e negligências em

relação às mulheres mais velhas do que aos homens. Isso confirmou uma das hipóteses de seu estudo, isto é, a discriminação de gênero ao referenciar a violência contra idosos.

A vulnerabilidade social também é mencionada neste estudo, pois está diretamente relacionada à violência em alguns extratos sociais. Diz respeito ao acesso e disponibilidade escassos de recursos simbólicos ou materiais direcionados às populações e indivíduos excluídos. O não acesso a determinados recursos como educação, saúde, lazer, trabalho e cultura, dificulta a inserção social às oportunidades disponibilizadas pelo Estado, sociedade e mercado (ABRAMOVAY; PINHEIRO, 2003).

A vulnerabilidade presente na vida de mulheres idosas se manifesta em múltiplas formas e o rural pode ser, potencialmente, agravante para muitas situações de dependência, por exemplo. A carência de expectativa profissional é um exemplo, pois muitas dessas mulheres sempre trabalharam em atividades domésticas, cuidados com filhos e das que se inseriram no mercado de trabalho, grande parte assume trabalhos relacionados ao culturalmente construído como feminino: cuidar dos outros (LIMA; BUENO, 2009).

Belo (2013) constatou que no Estado de Pernambuco, o órgão de segurança evidencia que a situação de vulnerabilidade das mulheres idosas, principalmente residentes no rural, é um potencial fator que conduz ao aumento da violência e maus-tratos. A autora identifica que, na maioria das vezes, os agressores são os próprios membros da família da idosa.

Belo (2013, p. 17) destaca ainda que o “ser feminino” e “ser velho” “[...] estão profundamente arraigados na socialização destas mulheres”. Ou seja, mesmo em meio às mudanças vivenciadas, tanto em relação ao gênero quanto à geração, o contexto socializador das realidades culturalmente “verdadeiras” permanece e expõe as mulheres às vulnerabilidades potenciais e às desigualdades e violências.

Nesse sentido, associando gênero, geração e envelhecimento, mesmo não sendo o centro de nossa questão de pesquisa, busca-se, através da aproximação com as mulheres participantes do grupo em estudo, elementos vinculados ao trabalho rural e as atividades na pecuária que associem vulnerabilidades a esse exercício feminino.

2.3 Trabalho, gênero e desenvolvimento rural: articulando definições e caminhos escolhidos para a análise do tema

O olhar analítico para articular a problemática multifacetada que tentamos construir, necessariamente, integra diferentes perspectivas. No decorrer deste estudo busca-se, portanto, relacionar a problemática do trabalho feminino no rural e na pecuária mais precisamente, e

suas implicações na perspectiva do desenvolvimento rural. Assim, as reflexões que seguem, tem por objetivo articular ideias sobre desenvolvimento que se configurem em elementos que contribuirão para as análises teóricas da pesquisa.

O rural, aos poucos, inclui elementos que o distanciam da ideia de ambiente atrasado ou direcionado à produção agrícola em grande escala. Do mesmo modo, o debate sobre o desenvolvimento rural, ultrapassa a noção econômica e de modernização agrícola como “solução” das problemáticas inseridas no meio.

Siqueira e Osório (2001) desenvolvem a trajetória histórica do conceito de rural explorando vários autores que o definem em diferentes perspectivas. Dentre as perspectivas encontradas há uma variedade de enfoques que buscam delimitar as características e elementos que compõem o rural, como por exemplo, vertentes que centralizam a ideia em aspectos econômicos; tamanho das comunidades rurais; complexidade do rural menor comparada ao urbano; rural e urbano representariam conflitos entre duas realidades sociais diferentes, assim como, outras óticas.

A discussão sobre a definição de rural é praticamente inesgotável, segundo Kageyama (2004), porém encontra-se um consenso em alguns pontos discutidos por diversos autores, por exemplo: o rural é multissetorial e multifuncional, ou seja, possui funções produtivas, ambientais, ecológicas e sociais. Além disso, outra característica considerada é a densidade populacional relativamente baixa e o fato de não haver isolamento absoluto entre espaços rurais e urbanos.

Contudo, essas definições tradicionais e dicotômicas podem ser decorrentes dos processos de diferenciação entre o espaço rural e urbano, baseados na inserção da industrialização, apoiadas no sistema capitalista, que provocou a urbanização a partir da liberação de mão de obra advinda do rural. Com isso, no instante em que são incorporadas as diferenças que marcam as fronteiras entre um espaço, antes percebido como contínuo, surgem representações específicas que delineiam a oposição entre rural e urbano (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001).

Para os autores a definição de rural ainda não é precisa, pois

O conceito de rural, como muitos outros, é simultaneamente suficiente e insuficiente, porque a realidade não conhece classificações ou esquemas de qualquer espécie: nós é que os criamos para nos orientarmos na complexidade da existência, da realidade, a qual precisamos conhecer... para organizar a nossa experiência, nós emolduramos de várias formas a realidade, e o conceito de rural é uma delas (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001. p. 77).

Em uma perspectiva semelhante, transcendendo as visões dicotômicas e clássicas do que é o rural, Wanderley (2001) traz a ideia de rural a partir de um universo integrado e não isolado com especificidades oriundas de sua lógica histórica, social, cultural e ecológica que constroem uma realidade própria. A autora salienta a importância da “[...] concepção do meio rural, enquanto um lugar específico de vida e de trabalho”, o qual a sociedade brasileira pouco reconhece. Também enfatiza suas potencialidades econômicas, socioculturais e patrimoniais, onde estas deveriam ser vistas como “forças sociais para o desenvolvimento” (WANDERLEY, 2001, p.40).

Assim como a definição de rural, a ideia de desenvolvimento do rural também passou por transformações ao longo dos acontecimentos históricos, e de certa forma continua a absorver elementos na tentativa de aperfeiçoamento de seu entendimento. Conforme salientam Nicola e Diesel (2005), após a Segunda Guerra Mundial havia um consenso de que o desenvolvimento necessariamente tratava de um processo de transição de sociedades tradicionais para sociedades modernas.

No setor agrícola, as inovações foram impulsionadas pela Revolução Verde, focadas, por exemplo, em aspectos agronômicos e mecanização. Os resultados traduziram aumento de produtividade em propriedades e regiões que já apresentavam rendimentos superiores, no entanto as situações de pobreza se agravaram ampliando a exclusão e desigualdades sociais, e ainda intensificaram os efeitos negativos causados ao meio ambiente (NICOLA; DIESEL, 2005).

Os autores destacam que foi baseada nos sucessivos reflexos da inovação tecnológica frente às configurações do rural que surge a motivação de explorar os impactos negativos, principalmente junto às populações e regiões mais pobres. A partir disto emergem “[...] novas e diferentes estratégias de intervenção nos processos de promoção do desenvolvimento agrícola e rural” (NICOLA; DIESEL, 2005, p. 316).

Desse modo, alguns fatores são apontados por Schneider (2010) como fundamentais para a construção da nova percepção sobre a interpretação de desenvolvimento rural, tais como a discussão acerca da agricultura familiar e seu modelo socioeconômico e produtivo, ação do Estado por meio de políticas públicas para fortalecer a agricultura familiar, mudanças políticas e ideológicas e, por último, a discussão sobre sustentabilidade.

A partir dessas configurações iniciam as preocupações em aproximar o debate do desenvolvimento rural com as necessidades expostas e constatadas por parte dos agricultores e atores sociais imersos nesse ambiente. O desafio, de acordo com Schneider (2010), está em transcender as análises interpretativas de fatores como produção, tecnologias, instituições,

mercados inseridos no rural e gerar resultados que contribuam para a melhoria das condições de vida da população do campo, tornando efetivamente o desenvolvimento rural como uma trajetória que indique mudanças sociais.

Em vista disso, surgem novos olhares acerca da multiplicidade do mundo rural e eclodem novas questões e problemáticas a serem trabalhadas pelas diversas áreas do conhecimento conduzindo a pesquisas que proporcionam novos recortes do rural, como por exemplo, relações de gênero, identidade social, violência, entre outros. Dessa forma, fica nítida a possibilidade de inserção de novos conceitos, objetos de estudo e diretrizes teórico-metodológicas que concedam um caráter integrativo e multidimensional das interpretações das realidades rurais (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001).

Nessa mesma lógica, Raynaut (2006), um antropólogo francês, africanista, que tem estudado também o Brasil rural pela aproximação com programas de pós-graduação das universidades do Paraná e Federal do Rio Grande do Sul, mais precisamente do PGDR - Programa no qual a autora desenvolve seus estudos - aponta a necessidade da aplicação de abordagens teórico-metodológicas que ultrapassem as barreiras do olhar disciplinar disseminado em grande maioria das salas de aula. O diálogo entre as diferentes áreas e disciplinas se tornou uma tarefa complexa, onde cada um busca especializar seus conhecimentos.

Considerando a complexidade não disciplinar dos eventos em sociedade e entendendo a adequação às análises desta dissertação, cita-se Raynaut (2006) e os conceitos de “condições” e “situações” como suporte analítico para esta pesquisa. As “condições” relacionam-se ao que se “[...] impõe às vontades individuais na qualidade de dados objetivos referentes a um quadro existencial”, representado tanto por dados materiais (condições habitacionais, por exemplo) como imateriais (relações interpessoais e culturais, por exemplo) (RAYNAUT, 2006, p.158).

As “situações” destacam a posição singular ocupada por um indivíduo, família e/ou comunidade em relação ao universo das condições. Esta posição é resultante das múltiplas interações entre as diferentes condições, considerando um recorte de tempo e o desempenho dos atores sociais frente às condições. Cada grupo e ou indivíduo se confronta, constantemente, com restrições e potencialidades inseridas em seus quadros material e imaterial (RAYNAUT, 2006).

Dessa forma, a condição de vida aponta questões culturais, sociais e coletivas embasadas em representações e valores, cenários das relações interpessoais resultantes de organizações sociais e questões de poder, todas estas definidoras da posição do indivíduo

frente à estrutura socioeconômica da sociedade a qual ele pertence. E as situações de vida revelam um espaço próprio de ação do ator social proporcionando novas compreensões sobre condições externas que o identificam como submisso (RAYNAUT, 2006).

Os estudos de gênero têm utilizado, atualmente, noções que permitem relativizar as vivências das mulheres na perspectiva das relações de gênero, reconhecendo que as diferentes “situações” que se apresentam em suas vidas refletem e assumem também diferentes formas de reação das mulheres à opressão e à dominação masculina em sua materialidade e imaterialidade. Assim as “condições” não são determinismos, articulam-se em “situações” de vida diversas que podem indicar resistência, ou transformação nessas relações.

Os múltiplos fatores sejam materiais ou imateriais, impostos aos atores sociais são compreendidos como elementos dados, que se caracterizam como responsáveis pelo processo que constrói desigualdades. Além disso, os atores sociais, ao reinterpretarem suas condições propiciam espaço para o surgimento de novas realidades, ou seja, o resultado desse processo denomina-se de “situação” (GERHARDT; LOPES, 2013). Assim, poder-se-ia pensar quais as condições de vida e trabalho das mulheres no rural e qual seu protagonismo situacional em alterar e dar novos contornos a essas formas de vida.

Desse modo, Barbosa (2013) abordou, em sua tese, as situações de vida e trabalho de mulheres inseridas em um espaço específico da agricultura familiar no intuito de compreender as disputas presentes e associadas à perspectiva de gênero e trabalho. A autora também sustentou outras linhas teóricas em sua tese, como a abordagem seniana (Amartya Sen) de desenvolvimento, projetando articulações entre diferentes campos teórico-metodológicos enriquecendo suas discussões. Nessa perspectiva de articulação de diferentes elementos teóricos, Raynaut (2006, p.151) salienta que a fragmentação disciplinar “[...] não dá conta da realidade encontrada na hora em que se tenta responder concretamente aos problemas da vida real”.

No sentido de conduzir a pesquisa na ótica de conhecer e analisar a situação de trabalho de mulheres inseridas na pecuária familiar, sustenta-se a importância destas “inovações reflexivas”. Dessa maneira, reafirma-se, teoricamente, a relevância da pecuária familiar como potencial para análise de questões sobre a divisão sexual do trabalho que, ao mesmo tempo e de forma transversal, suscitam importantes discussões no grande rol de problemáticas do desenvolvimento rural.

Esta problemática destacada na literatura expõe essencialidades para que se possa pensar o desenvolvimento em contextos rurais. Assim, a partir do aporte teórico apresentado, e da observação de certas particularidades do ambiente empírico pesquisado, surgem algumas

questões norteadoras para esta investigação, tais como: Quem são e como vivem as mulheres trabalhadoras na pecuária familiar de Encruzilhada do Sul? A divisão sexual do trabalho, nesse âmbito, expressa-se na clássica dicotomia trabalho de homem e trabalho de mulher? Trabalho pesado e trabalho leve? Como as mulheres vivenciam essas práticas na perspectiva da dominação masculina? A pecuária pode proporcionar situações típicas de vulnerabilidade de gênero? De que formas essa vulnerabilidade de gênero se manifesta? Como o envelhecimento e a juventude estão implicados nessas práticas de trabalho? Assim adotam-se as perspectivas geracional e de gênero como fundamento analítico, articuladas ao desenvolvimento rural ampliado e definiram-se os seguintes objetivos:

Objetivo geral: Conhecer e analisar para compreender a situação das mulheres nas atividades de trabalho na pecuária familiar em áreas rurais no município de Encruzilhada do Sul/RS.

Objetivos Específicos:

- a) descrever o cenário sociodemográfico das mulheres pecuaristas familiares no município com base em análise documental, focalizando o registro no Plano Brasil Sem Miséria;
- b) caracterizar o perfil sociodemográfico e de trabalho das mulheres pecuaristas familiares participantes da pesquisa;
- c) analisar elementos da estrutura de trabalho e das dinâmicas familiares que identificam a divisão sexual do trabalho e suas repercussões na vida das mulheres inseridas na pecuária familiar;
- d) verificar condições de trabalho que consubstanciam situações de vulnerabilidade e privação de direitos, considerando elementos geracionais e de gênero.

3 METODOLOGIA

A construção metodológica desenvolvida no intuito de responder os objetivos desta pesquisa expõe as etapas e elementos que constituem o método aplicado, isto é, a caracterização do estudo, a definição das participantes, a geração de dados e técnicas de aproximação com o campo e a interpretação das informações narrativas, bem como os procedimentos éticos implementados.

3.1 Caracterização do estudo

Definido o objeto de estudo, a situação das mulheres nas atividades de trabalho na pecuária familiar, decidiu-se o método a ser desenvolvido. A afirmação se baseia no que Flick (2004) destaca como uma característica de estudos qualitativos, isto é, primeiramente delimita-se o objeto de estudo, para depois definir-se o método. Isso decorre do entendimento de que o objeto de estudo não se reduz a uma variável, pois a abordagem qualitativa empenha-se em apresentar a complexidade do contexto estudado. Neste caso, formas de vida e trabalho das mulheres na pecuária familiar.

No mesmo sentido, Minayo (2007) salienta que a realidade social é o centro de toda dinâmica que compõe o viver individual ou coletivo. A realidade apresenta maior riqueza do que as teorias que a predeterminam, assim os recortes realizados para responder grande parte da vida social são ineficazes. Torna-se necessária, portanto, uma aproximação do cenário e das mulheres em estudo, buscando elementos que permitam compreender suas vivências familiares e de trabalho e que configurem situações ricas e complexas para análise.

Nessa perspectiva, esta pesquisa delineou-se como estudo de caso, conforme Gil (2008). Diz o autor que o estudo de caso, dentre suas outras possibilidades, permite explorar situações não delimitadas da vida real, descrição do contexto do ambiente onde se realiza a pesquisa e a explicação de variáveis que desencadeiam fenômenos específicos. Assim, pensa-se que, apresentar o cenário interativo, onde se desenrolam as situações de vida e trabalho das mulheres rurais estudadas, torna-se viável e rico em elementos compreensivos dessa dinâmica.

Além do método baseado na abordagem qualitativa e apoiado no estudo de caso, também se realizaram algumas quantificações pertinentes à caracterização sociodemográfica descritiva da situação das mulheres pecuaristas familiares. Essa iniciativa mostrou-se eficaz já na pesquisa exploratória e permitiu identificar características prévias, contribuindo na

construção da problemática, além de possibilitar a visualização de informações sociodemográficas, como idade, escolaridade, número de filhos, entre outros.

Essas quantificações fizeram-se necessárias pelo desconhecimento objetivo do perfil de mulheres implicadas na atividade pecuária no município. Não existiam fontes secundárias disponíveis que caracterizassem essa população de mulheres trabalhadoras. Dessa forma, a pesquisa também apresenta características da pesquisa documental. Conforme Gil (2008), esse tipo de pesquisa se assemelha à pesquisa bibliográfica; a principal distinção, entretanto, está nas fontes a serem consultadas, pois a pesquisa documental investiga materiais ainda não analisados, podendo ser documentos de primeira mão (documentos oficiais, reportagens, fotografias, etc.) ou segunda mão (relatórios, tabelas, etc.). Nesse sentido, os documentos analisados nesta dissertação foram inéditos no que se refere à temática acima descrita.

3.2 Participantes

Para a definição das participantes da pesquisa contou-se com o auxílio do serviço de extensão rural (EMATER) de Encruzilhada do Sul na identificação de mulheres inseridas na pecuária familiar no município, em virtude do contato direto com as famílias rurais e conhecimento das realidades específicas. No decorrer da pesquisa exploratória, iniciada em março de 2015, o primeiro contato realizou-se com a Secretaria da Agricultura do município, a qual sugeriu o encaminhamento à Emater, pois as informações obtidas revelaram a ausência de cadastros com dados relativos às mulheres inseridas na atividade pecuária familiar.

Com isso, contactou-se a Emater local que confirmou haver essa participação feminina, possibilitando ainda o acesso a essas mulheres para a realização da pesquisa, tornando-a, dessa forma, viável. Na oportunidade, constatou-se também a ausência de dados que fornecessem informações do perfil dessas mulheres. Entretanto, a inserção do município juntamente com a Emater no Plano Brasil Sem Miséria, apontou o envolvimento destas em atividades na pecuária familiar contemplando aproximadamente 90 famílias. Essas famílias são beneficiadas com um auxílio financeiro de R\$2.400,00 para a inserção em atividades produtivas, dentre as quais se encontram as criações de ovinos e bovinos de corte.

O acompanhamento das famílias contempladas com a ação propunha a caracterização das mesmas a partir de formulários identificados como Diagnóstico da Unidade Produtiva aplicados pela Emater local. Esses formulários, 91 na sua totalidade, foram disponibilizados para esta pesquisa e possibilitaram o conhecimento do perfil das beneficiárias a fim de conhecermos parte dessa população feminina inserida na pecuária em Encruzilhada do Sul. A

partir destes, realizou-se a coleta de dados documentais, entre os meses de março e abril de 2015, procedendo-se a organização e sistematização dos mesmos com o auxílio da ferramenta Microsoft Excel 2010, de propriedade da pesquisadora.

A análise de caráter descritiva do perfil das mulheres inseridas no Brasil Sem Miséria se deu, especialmente, pela falta de informações que referenciassem características gerais do público a ser investigado. Assim, partindo dos princípios da pesquisa qualitativa, e das possibilidades que esta permite, enfatiza-se que a busca pela análise da realidade dos cenários a serem estudados é um elemento potencial deste tipo de pesquisa. Com isso, afirma-se que o ambiente exploratório proporcionou a identificação de mulheres inseridas na pecuária familiar e beneficiárias da ação, promovendo análises sobre a intersecção entre pobreza, mulheres e a pecuária, enriquecendo a discussão sobre a temática proposta.

Essas condições locais de aproximação das informações de pesquisa demandaram a realização de um pré-campo no intuito de conhecer algumas das potenciais participantes e questionar sobre o interesse em contribuir com a pesquisa. Ao comentar sobre o projeto, o retorno foi permitido pelas participantes contatadas. Com o retorno ao campo foram realizadas duas entrevistas-piloto, em maio de 2015, para teste do instrumento de geração das informações, as quais foram inclusas na totalidade do material para análise, devido à qualidade ser equivalente às demais entrevistas.

Sendo assim, além das entrevistas-piloto foram realizadas outras quatorze entrevistas, no mês de julho de 2015, sendo que uma delas foi excluída das análises devido a principal fonte de renda familiar referir-se ao fumo, o que não contemplava os critérios definidos para esta dissertação centrados na pecuária familiar. Neste sentido, foram contabilizadas quinze entrevistas válidas para as análises, incorporando as entrevistas-piloto. Os primeiros contatos e apresentações às entrevistadas foram realizados em conjunto com técnicos da Emater, possibilitando estabelecer relação de confiança e tranquilidade às participantes. A escolha das participantes se deu de forma intencional, através do auxílio e direcionamento da Emater às mulheres em atividade na pecuária familiar.

No que diz respeito aos aspectos éticos em pesquisa, a identidade das entrevistadas foi preservada, sendo as mesmas denominadas por algarismos numéricos e as duas entrevistas-piloto denominadas como A e B no intuito de assinalá-las, apontando a importância de incorporá-las na análise dos resultados. A solicitação de autorização das entrevistadas para utilização das informações geradas foi realizada por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), assim como se fez uso da Folha Explicativa, a fim de tornar clara a intenção da pesquisa (Apêndice C). Na sequência, realizou-se a transcrição das entrevistas

totalizando 11 horas e 48 minutos de gravações em áudio, esta realizada integralmente pela autora.

O número de participantes foi determinado de maneira a incluir progressivamente sujeitos que contribuíssem para a investigação. A saturação dos dados foi a maneira como se identificou o “limite” de participantes, isto é, “[...] quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos começam a ter uma regularidade de apresentação” (DESLANDES, 2007, p. 48). A autora destaca que, na pesquisa qualitativa, não se menciona a amostragem de sujeitos, pois os termos mais adequados admitem participantes como “[...] sujeitos incluídos na pesquisa ou grupo de estudo”.

3.3 Geração de dados

A geração de dados realizou-se por entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE A) desenvolvidas junto às mulheres inseridas na atividade de pecuária familiar de Encruzilhada do Sul. A entrevista foi, portanto, uma das técnicas adotadas, e, de acordo com Minayo (2007), fundamenta-se na construção de informações concernentes ao objeto de pesquisa, partindo da interação entre entrevistador e entrevistado. Destaca-se que a tipologia utilizada foi a entrevista semiestruturada que, conforme a autora acima, possibilita ao entrevistado expor suas ideias com a liberdade de expandir suas respostas além dos questionamentos.

Nas entrevistas, foram dirigidas às participantes perguntas visando conhecer e compreender como se dá a situação de trabalho na atividade pecuária. Em relação à pesquisa documental, no intuito de descrever o perfil sociodemográfico das mulheres pecuaristas familiares, foram investigadas informações encontradas no Diagnóstico da Unidade Produtiva dos participantes do Plano Brasil Sem Miséria, totalizando 91 diagnósticos.

Na sequência, dirigiram-se questionamentos que induziram a apresentação de elementos inseridos na estrutura de trabalho e nas dinâmicas familiares permitindo a identificação da divisão sexual do trabalho. Outras questões elaboradas visaram conhecer situações de vulnerabilidade no trabalho e averiguar relações com elementos geracionais.

Quanto à identificação e caracterização das participantes nas entrevistas, houve o preenchimento de um formulário com questões objetivas pertinentes. Esse perfil teve por motivação, não a representação estatística das participantes, mas sim o reconhecimento de características específicas que as aproximam, ou singularidades dos perfis. O diário de campo (ROESE, et al., 2006) também auxiliou na geração das informações, nele foram anotadas

descrições, observações e reflexões utilizadas para potencializar a posterior análise e interpretação dos dados.

3.4 Interpretação dos dados

A organização e interpretação dos dados e informações geradas foi realizada por meio da análise de conteúdo temático proposta por Bardin (1977). A autora salienta que a análise de conteúdo busca, por meio de um grupo de técnicas, analisar o conteúdo de mensagens e obter “[...] indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1977, p. 42). Resumidamente, desenvolveram-se as três principais etapas realizadas para se obter uma análise de conteúdo (CAMPOS, 2004). A primeira referiu-se à pré-exploração em que se realizou a leitura flutuante com o objetivo de organizar, de maneira não estruturada, o material percebido como importante para dar continuidade às próximas etapas. Na segunda, foram selecionadas as unidades de análise, as quais proporcionaram respostas às questões de pesquisa definidas nos objetivos desta dissertação. As unidades de análise traduzem-se em “estrutura de trabalho e dinâmicas familiares” e “vulnerabilidades e violências de gênero”, expressando os núcleos de sentidos dos processos teórico e metodológico, e identificadas em frases, palavras, sentenças representativas de algum sentido para o objeto investigado.

A terceira etapa consistiu na categorização, ou seja, as unidades de análise foram identificadas por categorias, as quais foram compostas por variáveis temáticas (CAMPOS, 2004). A análise dessas categorias permitiu relacionar significados com os objetivos da pesquisa e proporcionou singularizar o conhecimento da temática proposta.

Seguindo a orientação de Bardin (1977), a análise temática foi definida como primeira escolha por apoiar-se em identificar a composição da comunicação através de “núcleos de sentido” cuja frequência e presença expressam significados para o objeto em análise. Inicialmente, a categorização partiu da posição das mulheres participantes na atividade pecuária familiar, definidas como "apenas trabalhos domésticos", "trabalhos domésticos e atividade pecuária", entre outras categorias que despontaram na aproximação com o campo.

A categorização foi realizada utilizando o software NVivo 8 como ferramenta de apoio. De acordo com Guizzo, Krzimirski e Oliveira (2003), o emprego do software na análise qualitativa auxilia na organização e análise dos dados, facilitando este processo, anteriormente realizado de forma manual, demandando maior tempo e dificuldade nas

interpretações. Nesse sentido, o software permitiu uma operacionalização sistemática e efetiva dos dados na pesquisa qualitativa, proporcionando dinamicidade ao processo de categorização.

No intuito de se familiarizar com a operacionalização do programa e reforçar a leitura intensa do material de análise, importante etapa do trabalho, realizou-se, no primeiro momento, a introdução do material transcrito no programa e trabalhou-se com os chamados *free nodes*, classificados como Nós Livres, ou seja, categorizações independentes que não possibilitam a criação de sub-nós (GUIZZO; KRZIMINSKI; OLIVEIRA, 2003). Para esta experimentação, procedeu-se à categorização de acordo com os blocos do instrumento de pesquisa acordados com os objetivos da pesquisa: Bloco um – Perfil sociodemográfico, Bloco dois – Características econômicas da propriedade, Bloco três – Divisão sexual do trabalho e Bloco quatro – Violência: geração e gênero.

Na sequência, todo o material foi reestruturado. Primeiramente, foram inclusos os “atributos” – características – em cada entrevista, o que resultou na supressão da categoria “perfil sociodemográfico”. A classificação dos atributos concentrou-se nas seguintes características: aposentadoria, faixa etária, estado civil, escolaridade, presença de filhos, distância da cidade, fonte de renda, membros da família na cidade, moradores na propriedade, nome da propriedade e obtenção da terra.

A nova categorização realizada permitiu a releitura de todo o material e a reestruturação das categorias em “tree nodes”, ou “árvores de nós”, permitindo a organização em subcategorias com a finalidade de criar classificações específicas dos dados e relação de dependência entre os nós (GUIZZO; KRZIMINSKI; OLIVEIRA, 2003). Esta etapa teve por início estabelecer categorias, fundamentadas nos objetivos e aporte teórico, servindo como guias para as subcategorias posteriores. Nesse sentido, refletiu-se sobre as categorias anteriormente preestabelecidas: bloco um – foi reorganizado em atributos; bloco dois – passou a denominar-se de características da propriedade; bloco três – entendeu-se que a denominação “divisão sexual do trabalho (DST)” não era conveniente, pois analisando os objetivos, a intenção é identificar a DST nos “elementos da estrutura de trabalho e das dinâmicas familiares” e não predizê-la anteriormente às análises. Assim, o bloco três representou as “estruturas de trabalho e dinâmicas familiares”. Ressalta-se a opção por manter as duas situações juntas, ou seja, as mesmas apresentam elementos que se complementam tornando-as indissociáveis.

E por último, o bloco quatro passa a abranger as “vulnerabilidades e violências de gênero”, categorizada em abigeatos e roubos, como evitar, vulnerabilidades e violências de

gênero, integração comunitária, distribuição e destino da renda, crédito, opiniões sobre violência de gênero. A “estrutura de trabalho e dinâmicas familiares” apresentou o maior número de categorias: autoidentificação, atividades e decisões produtivas, atividades e decisões reprodutivas, ocupações, ajuda, tempo e distribuição das atividades, trabalho para terceiros, aprendizado, satisfação, sucessão, melhorias, lavoura e pecuária. Sendo a categoria “pecuária”, em virtude de conduzir a temática do estudo, subdividida em: aspectos positivos, aspectos negativos, motivações, o “ser mulher” na pecuária e opinião sobre a definição.

Posto isto apresentou-se as etapas da metodologia adotada, as quais emergiram de um processo construtivo fundamentado em ideias e procedimentos qualitativos de pesquisa. Na sequência direciona-se aos elementos descritivos e analíticos da dissertação iniciando pela caracterização sociodemográfica identificada na fase exploratória, seguida do perfil das participantes diretas; posteriormente analisou-se elementos da estrutura e dinâmicas familiares que identifiquem a divisão sexual do trabalho e, por fim, condições de trabalho que consubstanciem situações de vulnerabilidades e privação de direitos das participantes.

4 MULHERES E A PECUÁRIA FAMILIAR: O CONTEXTO RURAL DE ENCRUZILHADA DO SUL

Neste capítulo, desenvolve-se a descrição e análise do contexto de Encruzilhada do Sul e o cenário sociodemográfico das mulheres inseridas nas atividades de trabalho da pecuária familiar no município, com a finalidade de conhecer e compreender qual a situação de trabalho dessas mulheres. Em um primeiro momento apresentam-se dados gerais que mostram aspectos salariais, posição nas atividades de trabalho e escolaridade, dentre outros. No entanto, é importante salientar que não existem registros ou cadastros locais que explicitem a situação das mulheres especificamente nas atividades da pecuária familiar. Essa condição de inexistência de informações conduziu à contextualização, de forma geral, do município e a particularização da pecuária na perspectiva dos registros existentes no Plano Brasil Sem Miséria do município. Assim, na sequência estão dispostos os dados encontrados na análise do Diagnóstico da Unidade Produtiva com o intuito de caracterizar as mulheres participantes da Inclusão Produtiva do Plano Brasil Sem Miséria, salientando a presença dessas mulheres na pecuária familiar. E, por último apresenta-se o perfil sociodemográfico das mulheres participantes da pesquisa, assim como, algumas características da atividade produtiva praticada.

4.1 Encruzilhada do Sul: trabalho e gênero no cenário estudado

Apresentam-se, primeiramente, alguns dados sociodemográficos de Encruzilhada do Sul que refletem características das condições e a divisão sexual do trabalho no município. A população rural do município representa aproximadamente 29% da população total, sendo 16% homens e 13% mulheres. A taxa de analfabetismo para mulheres com 15 anos ou mais é de 9,2% no município, considerando o urbano e o rural; e para os homens, 11,3% (IBGE, 2010).

As ocupações por sexo nos três setores de atividades, agricultura, indústria e serviços, refletem a divisão sexual do trabalho no município. Em termos de agricultura, 52,90% dos homens ocupados estão inseridos neste setor, enquanto que a representatividade é de 27,80% dentre as mulheres. Na indústria, os percentuais reduzem-se para os dois sexos, ou seja, 6,20% para as mulheres e 14% para os homens. Contudo no setor de serviços, são as mulheres que ficam à frente, pois representam 66% das mulheres ocupadas; em contrapartida 33,10% dos homens ocupados encontram-se neste setor (IBGE, 2010).

Ao refletir sobre a masculinização das atividades produtivas extensivas encontradas no município, há predominância masculina na agricultura. Já na indústria esses índices caem para os dois sexos, porém ainda há prevalência masculina, já que esta supera em mais de 100% a participação feminina nas indústrias. Entretanto, o setor de serviços é de domínio feminino, ou seja, a representatividade das mulheres é praticamente o dobro dos homens nesse setor. Isso provavelmente indica a grande participação das mulheres nas tradicionais atividades sociais, domésticas e de cuidados.

Essa condição é reafirmada ao analisar toda a população, a partir de 10 anos, ocupada no município, cuja atividade de trabalho principal refere-se aos serviços domésticos, isto é, 91 homens e 960 mulheres. Dentre outros dados, a divisão sexual do trabalho também pode ser visualizada através do percentual médio de contribuição do rendimento das mulheres na renda familiar, ou seja, essa representatividade é de 39% (IBGE, 2010).

Esses indicadores atestam a divisão sexual do trabalho perpetuada historicamente pela sociedade fundamentada nas relações capitalistas e na dominação masculina, onde as atividades “reprodutivas” são atribuídas às mulheres, e as atividades “produtivas” são conferidas aos homens. As práticas de trabalho nos ambientes reprodutivo e produtivo são baseadas nas estruturas advindas da divisão sexual do trabalho no sistema econômico dominante, no qual o campo produtivo reproduz a simbologia das atividades femininas e masculinas na cultura, respondendo pelas discrepâncias de salários e desvalorização do trabalho doméstico, por exemplo. E ainda mais, na esfera produtiva, há a apropriação de que o trabalho doméstico abrange as habilidades “naturais” femininas revertendo na exploração socioeconômica de mulheres trabalhadoras nesse ramo (ÁVILA, 2013).

Outros indicadores mostram a presença das desigualdades de gênero materializadas na divisão sexual do trabalho, por exemplo, nas diferenças de rendimentos médios mensais de mulheres e homens e a proporção de pessoas sem rendimento, considerando dados de todo o município. O rendimento médio de todas as fontes de renda das mulheres de 10 anos ou mais de idade em Encruzilhada do Sul corresponde a R\$ 679,39; entretanto os homens, na mesma condição, apresentam um rendimento médio mensal de R\$ 984,70. O rendimento médio mensal dos homens no município corresponde 31,01% a mais do que as mulheres recebem; a proporção de mulheres sem rendimentos com 16 anos de idade ou mais é de 28,4% enquanto para os homens a representatividade é 15,7% (IBGE, 2010). Essas condições reiteram a permanência das disparidades entre o masculino e feminino, especialmente, no que se refere ao valor mercantil atribuído ao trabalho na perspectiva do gênero.

Em relação às diferenças de rendimentos mensais, a discrepância é ainda mais nítida quando observadas algumas das faixas salariais recebidas por homens e mulheres no município (tabela 1).

Tabela 1 - Pessoas com 10 anos ou mais de idade com as classes de rendimento nominal mensal em Encruzilhada do Sul em 2010

Classes de rendimentos	Nº de mulheres	Nº de homens	Relação mulheres/homens
Até ¼ de salário mínimo	1.039	522	+ 99,04%
De ¼ a ½ salário mínimo	744	517	+ 43,90%
De ½ a 1 salário mínimo	2.469	2.987	- 17,35%
De 1 a 2 salários mínimo	1.828	2.614	- 30,07%
De 2 a 3 salários mínimo	431	666	- 35,29%

Fonte: IBGE, 2010.

Observa-se que na menor faixa de rendimento mensal, até um quarto de salário mínimo, são as mulheres a maior representatividade, já que o número de mulheres que nela se encontram é praticamente o dobro em relação aos homens. Na proporção em que o rendimento mensal aumenta, ocorre a inversão do número de mulheres e homens correspondentes às classes de rendimento, pois a maioria daqueles que recebem entre dois e três salários mínimos são homens, resultando em uma redução (-35,29%) do número de mulheres comparadas aos homens na mesma condição.

Ao analisar as diferentes atividades de trabalho no rural, o número de homens (3.539) ocupados cuja atividade de trabalho principal é a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura é significativamente maior do que o de mulheres (1.207) ocupadas nessas atividades. No entanto, as atividades no município cujo trabalho principal é a educação são desempenhadas por aproximadamente 370 mulheres e 31 homens. Nessa correlação observa-se a inversão entre homens e mulheres, indicando que a socialização feminina aproxima as mulheres desse setor, naturalizando e hierarquizando a atribuição de valor social do trabalho.

Os indicadores - relação salarial e diferentes atividades de trabalho - mencionados acima ilustram a construção social nas relações sociais de sexo que têm por base o trabalho e expressam a divisão sexual. Os menores rendimentos mensais das mulheres e a maior ocupação em atividades consideradas femininas, como a educação, por exemplo, reproduzem os princípios organizadores da divisão sexual do trabalho: “[...] o *princípio de separação* ‘existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres’ e o *princípio de hierarquização* ‘um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher” (KERGOAT, 2000, p. 1).

A autora afirma que estes princípios estão presentes em todas as sociedades, independente de espaço e tempo. A prática dos princípios de separação e hierarquização é

permitida em função da legitimação da ideologia naturalista. Esta ideologia sobrepõe o gênero ao sexo biológico convertendo as práticas sociais em “papéis” diferentes e acordes com os sexos conduzindo ao entendimento de que há naturalidade nos destinos de homens e mulheres devido aos preceitos biologicistas adotados ao longo da história (KERGOAT, 2000).

Nesse sentido, a escolaridade também é um indicador potencial de análise das desigualdades entre os sexos. As mulheres com 25 anos de idade ou mais, residentes em domicílios particulares do município na posição de cônjuge ou companheira e com ensino superior incompleto, representam 477 pessoas em Encruzilhada do Sul, e o número de homens na mesma condição é 93. As mulheres em condição semelhante, alterando apenas a escolaridade para ensino superior completo, representam uma totalidade de 165, enquanto o número de homens na mesma condição totaliza 16 (IBGE, 2010).

Em se tratando da população com escolaridade inferior às mencionadas, 662 homens com 25 anos ou mais de idade, com o ensino fundamental incompleto e sem instrução, residentes em domicílios particulares, ocupam a posição de cônjuge ou companheiro no município, ao mesmo tempo em que as mulheres representam 2.686 pessoas na mesma esfera. Da mesma forma, verifica-se que os homens (4.015) com 25 anos de idade ou mais, com o ensino fundamental incompleto, residentes em domicílios particulares são responsáveis pela maioria desses, pois nesta condição encontram-se aproximadamente 1.718 mulheres (IBGE, 2010).

As informações apresentadas acima marcam as diferenças entre os sexos mesmo considerando as particularidades em relação à escolaridade. Nota-se que o número de mulheres com o ensino superior incompleto ou completo é significativamente maior em relação aos homens; ainda assim, independente da escolaridade, há a persistência do enquadramento das mulheres na posição de cônjuges ou companheiras. A maioria das pessoas com menor escolaridade e classificadas como cônjuge ou companheiro (a) mantém-se representada pelas mulheres, e os responsáveis pelo ambiente domiciliar continuam sendo os homens. Ou seja, mesmo com a maior escolaridade feminina, no município, identifica-se a hegemonia masculina quando se refere à responsabilização pelo ambiente domiciliar.

Isso demonstra que, mesmo com o aumento na escolarização das mulheres, a queda da taxa de fecundidade e inserção no mercado de trabalho, esses elementos transformadores não foram o bastante para romper com inúmeras desigualdades sociais baseadas no sexo/gênero. Há, também, uma desproporcionalidade entre o avanço da escolaridade de mulheres, especialmente no que tange às graduações universitárias e aos respectivos cargos ocupados por elas. Com isso, parte das mulheres que se inserem em trabalhos correspondentes a sua

formação, produzem a necessidade de contratação de outras mulheres que desenvolvam as atividades de trabalhos tidos como femininos, construindo a bipolaridade dos empregos femininos e assinalando a permanência das desigualdades entre os sexos (MELO; DI SABBATO, 2011).

As constatações apresentadas acima, atestam para Encruzilhada do Sul, a persistência das assimetrias entre os sexos no que se refere aos salários, às atividades de trabalho, à posição ocupada nos domicílios familiares, mesmo considerando os ganhos na escolaridade das mulheres. Na sequência, outras informações, mesmo que particularizadas, pois advêm dos dados cadastrais do Plano Brasil Sem Miséria, complementam o perfil de mulheres trabalhadoras no município analisado neste estudo.

4.2 Pecuária familiar, o "Brasil Sem Miséria" e as mulheres

A formação socioeconômica do Rio Grande do Sul e a construção do tipo social, o gaúcho, deu-se, inicialmente com a introdução do gado pelos jesuítas na futura Província de São Pedro no século XVII. Isso contribuiu também para a configuração do relevo rio-grandense, pois o pastejo, as lotações que aumentavam e a seletividade do paladar ovino “[...] encarregaram-se de afeiçoar os campos nativos ao regime do pastoreio”. Dessa forma, “[...] a boa qualidade do solo” e “[...] exuberância das pastagens rio-grandenses” propiciaram condições ideais para o crescimento e reprodução do gado bovino (REVERBEL, 1986, p. 22).

Em Encruzilhada do Sul, a trajetória histórica da pecuária assemelha-se ao curso seguido pelo Estado, pois “[...] a vocação pecuarista do município é herança do sistema agrário indígena”. Posterior ao afastamento dos indígenas locais, a região passou a contemplar grande rebanho *vacum*. Devido à procura por carne, animais de transporte e couro do centro da colônia e à privilegiada posição geográfica na rota das mercadorias entre o centro do país e a região do Prata, a tendência ao desenvolvimento da pecuária encruzilhadense se confirmou (RIBAS; SEVERO; MIGUEL, 2004, p. 19).

As frequentes disputas pelo território físico resultaram na concessão das Sesmarias⁵ por parte da Coroa Portuguesa aos militares e tropeiros, delineando uma sociedade baseada na pecuária e militarizada. Algumas mudanças nas dinâmicas rurais, como o cercamento das propriedades e novas configurações nas relações do trabalho rural, provocaram alterações nos cenários conhecidos, pois várias famílias passaram a ocupar as áreas marginais e a força de

⁵ A Sesmaria equivalia a 13068 hectares até o ano de 1822 quando se extingue. Ver em: http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf

trabalho passou a ser vendida aos grandes produtores. Com isso, os pecuaristas empresariais, capitalizados e capazes de enfrentarem as posteriores crises econômicas e políticas mantiveram-se, enquanto os pecuaristas tradicionais e agricultores familiares não se sustentaram da mesma forma (RIBAS; SEVERO; MIGUEL, 2004).

Além disso, houve o fracionamento das propriedades oriundas das Sesmarias por questões de herança e fatores de políticas agrícolas e econômicas (SANDRINI, 2005). Esse percurso histórico foi percorrido por grande parte dos municípios da Metade Sul do Rio Grande do Sul e reproduz seus traços históricos ainda encontrados na pecuária rio-grandense. Constata-se a origem da chefia masculina nos estabelecimentos rurais apontada na concessão das Sesmarias, quando as mesmas eram “doadas” aos tropeiros e militares. Esse é um indicativo para a construção cultural da pecuária do Sul associada à figura masculina e a grandes extensões de terras. É dessa forma que a atividade tem se consolidado no imaginário social.

Entretanto, a realidade atual mostra um contingente de famílias rurais, com áreas substancialmente menores que os pecuaristas empresariais e tradicionais, desenvolvendo a pecuária de corte motivados pela tradição de gerações anteriores. E o que provoca maior preocupação é perceber a situação de pobreza em que se encontra a maioria dessas famílias (SANDRINI, 2005). Nesse sentido, a pesquisa exploratória deste estudo identificou, em Encruzilhada do Sul, situações semelhantes, ou seja, várias famílias praticantes da atividade pecuária que se encontram em situação de extrema pobreza.

O conhecimento dessa situação surgiu do contato com os técnicos da Emater local. Na oportunidade, o intuito foi investigar sobre a existência de dados sociodemográficos que identificassem a presença e características de mulheres envolvidas com a pecuária familiar. Em termos gerais, informações que contemplem essas características são inexistentes, porém há dados sobre o Plano Brasil sem Miséria no município, identificando a presença de mulheres como o principal público a ser beneficiado com essa ação. Em maioria são as mulheres as cadastradas na ação, assim como, grande percentual das participantes tem a pecuária familiar como principal atividade na propriedade.

A situação de vulnerabilidade social desse público foi destacada pelos agentes da Emater local, assim como as dificuldades vivenciadas em função das grandes distâncias das propriedades em relação à cidade. O acesso à saúde pública, medicamentos, escola em nível médio, produtos agropecuários, dentre outros, são obstaculizados pela própria distância que torna cara as idas à cidade, pelas condições, muitas vezes, precárias das estradas e pela falta de transporte público disponível para as populações rurais.

Nesse sentido, o Plano Brasil Sem Miséria, lançado em meados de 2011, objetivou até o final de 2014 combater a extrema pobreza no país, tendo como público prioritário famílias com renda per capita de até R\$ 70,00 (BRASIL, 2013). Esse valor foi reajustado no ano de 2014 para renda familiar per capita de até R\$ 77,00⁶ (BRASIL, 2015). A parceria com os municípios permitiu uma atuação mais próxima aos beneficiários, já que são as prefeituras que estão em contato direto com as famílias por meio das redes de serviços públicos. É por intermédio dos municípios que o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é realizado, permitindo o conhecimento das famílias mais pobres (BRASIL, 2013).

O Cadastro Único possibilita o conhecimento das pessoas em condições de pobreza e impulsiona o planejamento de políticas sociais delineadas conforme as especificidades dos distintos públicos, como por exemplo, população rural, periferias das grandes cidades, população em situação de rua, quilombolas, indígenas e demais públicos-alvo buscando atender as particularidades de cada um (CAMPELLO; MELO, 2014).

Através do cadastramento no CadÚnico, são conhecidos os públicos a serem alcançados pelo Brasil Sem Miséria, pois é ele que mostra as famílias a serem incluídas nas ações que buscam a saída da linha da pobreza. Daí a importância da permanente atualização dos dados por parte dos municípios (BRASIL, 2013). Dessa forma, destaca-se a relevância do CadÚnico como ferramenta fundamental para o “[...] planejamento e orientação das políticas de desenvolvimento social”, “[...] assim como a preocupação com as vulnerabilidades e potencialidades de populações específicas” na busca por ações transversais visando à justiça social ao público alvo (CAMPELLO; MELO, 2014, p. 50).

As diversas ações do Brasil sem Miséria distribuem-se em três eixos de atuação: garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva (BRASIL, 2013). As informações disponibilizadas pela Emater local referem-se ao Diagnóstico da Unidade Produtiva e permitem traçar um perfil dos beneficiários no município de Encruzilhada do Sul, sendo observada a prevalência feminina.

O eixo da inclusão produtiva, para melhor atender as particularidades da população alvo, foi dividido em dois momentos: ações destinadas às famílias rurais e outro às famílias urbanas. A população rural apresentava um alto índice de extrema pobreza: para cada quatro famílias, uma estava nessa condição, isto é, 25% da população rural no ano de 2010. Por meio dos Diagnósticos das Unidades Produtivas, dentre outras potenciais dificuldades,

⁶ Para maiores informações sobre a definição e reajuste da linha da pobreza ver Falcão e Costa (2014). In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014.

identificaram-se duas: produções insuficientes e reduzido acesso à comercialização de excedentes. Assim, as ações desenvolvidas mesclaram assistência técnica e extensão rural e fomentos a fundo perdido para melhorias na produção familiar rural (CAMPELLO; MELO, 2014).

O fomento às atividades produtivas rurais é concedido às famílias agricultoras no intuito de estruturar atividades produtivas nas propriedades. Dessa forma, devem ser desenvolvidos projetos com essa finalidade, junto aos técnicos da Ater. O benefício pode alcançar R\$ 2.400,00 divididos em três parcelas. Em Encruzilhada do Sul, 92 famílias receberam recursos para o financiamento de projetos elaborados juntamente com a Ater (BRASIL, 2015).

Com a finalidade de delinear projetos e conhecer melhor as realidades rurais, 91 dessas famílias responderam ao Diagnóstico da Unidade Produtiva Familiar aplicado pela Emater do município. Esses dados viabilizaram o apontamento de características dos participantes do plano no município, em especial das mulheres, já que estas representam 92,31% dos cadastramentos (ENCRUZILHADA DO SUL, 2015). Posto isto, na sequência apresentam-se dados referentes ao público tratado até agora, no intuito não só de analisar as relações de trabalho e gênero, mas também discutir a situação da pobreza e as mulheres rurais inseridas na pecuária familiar.

4.2.1 Perfil sociodemográfico de mulheres inseridas na pecuária familiar participantes do Brasil Sem Miséria

A compreensão dos processos sociais implica desmistificar pré-concepções, especialmente em relação às dinâmicas produtivas e socioeconômicas do rural. O caminho para um desenvolvimento rural sustentável em suas diferentes perspectivas contempla múltiplas dimensões. Conforme Wanderley (2009), há três dimensões, pelo menos, a serem consideradas “dependentes” umas das outras na busca do desenvolvimento: econômica, contemplando questões como geração de renda e emprego; dimensão sociopolítica remetendo à política, condições de vida, como a pobreza, sociabilidade, construção de identidades sociais (gênero, geração, raça, entre outros); e a dimensão sócio-cultural-ambiental que trata das relações sociedade e natureza.

Nesse sentido, a dimensão sociopolítica está contemplada nas informações que seguem, já que a intenção é apresentar o perfil sociodemográfico de mulheres inseridas na pecuária familiar e participantes do Brasil Sem Miséria, com o propósito de evidenciar a

multiplicidade encontrada na pecuária familiar contradizendo o culturalmente construído: pecuária - “atividade masculina e imune à pobreza”. Pode-se afirmar, no que diz respeito à pobreza feminina, que a relação com a divisão sexual do trabalho é persistente, pois a entrada das mulheres no mercado de trabalho ocorre em consonância com o aumento dos trabalhos informais, sem remuneração e elevação das taxas de desemprego, fixando-as junto a essas condições (MELO; DI SABBATO, 2011).

Em se tratando de mulheres rurais, altos índices de indigência e pobreza são constatados em meio às trabalhadoras rurais. Assim, dizem Melo e Di Sabbato (2011), a permanência da separação entre o papel da mulher e do homem, ainda é mantida como funcional para a reprodução da família rural e substancializam o trabalho feminino para consumo próprio, respondendo na não remuneração do mesmo.

As informações apresentadas na sequência permitirão um olhar analítico sensível a aspectos próprios do perfil das mulheres inseridas na pecuária familiar, participantes do Plano Brasil Sem Miséria no município em estudo.

Nesse sentido, as informações sociodemográficas permitem um melhor conhecimento sobre as populações a serem alcançados pelas políticas públicas. Assim, a faixa etária é um importante instrumento nos delineamentos de ações, assim como sua relação com os contingentes de sexo. Desta forma, a tabela abaixo apresenta o perfil etário das mulheres inseridas na inclusão produtiva do Brasil Sem Miséria (tabela 2) e, também os percentuais correspondentes em relação aos homens contemplados.

Tabela 2 - Idade dos beneficiários do fomento à inclusão produtiva – Brasil Sem Miséria, por sexo, em Encruzilhada do Sul 2012/2013

Idade	Mulheres		Homens	
	Valor Absoluto	Valor Relativo	Valor Absoluto	Valor Relativo
Até 30 anos	14	15,73%	6	7,23 %
De 31 a 40	23	25,84%	12	14,46 %
De 41 a 50	34	38,20%	30	36,14 %
De 51 a 60	18	20,22%	29	34,94%
De 61 a 70	0	0%	6	7,23%
Total	89	100%	83	100%

Fonte: Adaptado de Emater Encruzilhada do Sul, Diagnóstico da Unidade Produtiva – Brasil Sem Miséria, 2015.

Verifica-se que as mulheres inseridas na modalidade de inclusão produtiva do Brasil Sem Miséria apresentam perfil etário mais jovem que os homens. Observa-se que as mulheres de até 50 anos representam 79,77% da totalidade e aquelas com até 30 anos são em maioria (15,73%) quando comparadas aos homens (7,23%) da mesma faixa etária. Os homens com até

50 anos de idade correspondem a 57,83% do total de homens inseridos na ação. A média de idade das mulheres é de 42,19 anos, enquanto que para os homens a média é de 47,33 anos.

Os dados apresentados afirmam a presença de mulheres mais jovens em relação aos homens quando comparados em termos de faixa etária. Entretanto, estudos de Brumer (2004) constataam que a faixa etária compreendida entre 20 a 25 anos de idade é composta pelo maior número de homens, em função das condições que encaminham a mulher ao êxodo rural. Também se verifica que há um maior número de mulheres inseridas no plano do que homens, pois entre os 91 diagnósticos realizados, apenas 2,20% dos arranjos familiares não possuem mulheres, enquanto que 8,79% não possuem homens.

Essas constatações permitem pensar algumas particularidades potenciais de serem analisadas, já que, quando a família rural segue os padrões das dinâmicas intrafamiliares tradicionais, o êxodo tem idade e sexo, ou seja, sujeitos mais jovens e, em especial, as mulheres mais novas. Porém, à medida que a pobreza se inclui como elemento presente nas condições de vida das populações rurais, parece que o delineamento encaminha a uma face jovem e feminina. Portanto, é necessário ressaltar que a pobreza é um potente delineador desse perfil.

A escolaridade também é um importante indicador das situações encontradas no rural, principalmente no que se refere às disparidades entre homens e mulheres. As mulheres rurais enfrentam distintas condições/situações que, de certa maneira, conduzem-nas à busca de maiores níveis de escolaridade visando sua promoção socioeconômica. Para Brumer (2004), na maioria dos casos, estas não são beneficiadas diretamente pelas condições de herança, mesmo lhes sendo de direito. Há, ainda, dificuldades para encontrar emprego digno no rural e muitas vezes a recusa de seguirem o mesmo caminho de seus familiares.

Na tabela 3 abaixo são apresentados os níveis de escolaridade de homens e mulheres participantes do Brasil sem Miséria em Encruzilhada do Sul.

Tabela 3 - Escolaridade dos beneficiários do fomento à inclusão produtiva – Brasil Sem Miséria, por sexo, em Encruzilhada do Sul 2012/2013

Escolaridade	Mulheres		Homens	
	Valor Absoluto	Valor Relativo	Valor Absoluto	Valor Relativo
Analfabeto	6	6,74%	7	8,43%
Alfabetizado	2	2,25%	4	4,82%
E. F. Incompleto	73	82,02%	65	78,31%
E. F. Completo	4	4,49%	4	4,82%
E.M. Incompleto	3	3,37%	1	1,20%
E. M. Completo	1	1,12%	0	0,00%
Não respondeu	0	0,00%	2	2,41%
Total	89	100%	83	100%

Fonte: Adaptado de Emater Encruzilhada do Sul, Diagnóstico da Unidade Produtiva – Brasil Sem Miséria, 2015.

A baixa escolaridade entre a população rural, de modo geral, é elevada independente de sexo, porém constata-se que a escolaridade dos homens é menor que a das mulheres. Ao somar o percentual de analfabetos com os alfabetizados tem-se uma representatividade de 8,99% para as mulheres e 13,25% para os homens. Em termos de ensino fundamental incompleto 82,02 % das mulheres apresentam esta condição, enquanto que os homens estão, nessa condição, em 78,31%. A continuidade dos estudos em termos de ensino médio é observada em 4,49% das beneficiárias, considerando o ensino médio completo e incompleto e, para os homens essa representatividade fica em 1,20%.

A elevação da escolaridade das mulheres contribui, relativamente, nas mudanças de perfil da força de trabalho feminina, porém não é fator de eliminação das desigualdades calcadas no gênero e nos processos produtivos. Mesmo com a equiparação da escolaridade de homens e mulheres os rendimentos masculinos continuam maiores que os femininos. Entre outros argumentos, as dificuldades de escolarização feminina, em vários casos, estão associadas à trajetória de vida da mulher (salienta-se, portanto, a socialização de gênero), como por exemplo, a interrupção dos estudos por motivos de casamento, maternidade e a “[...] responsabilidade da socialização dos filhos” (NEVES, 2011, p.169).

A presença de filhos dentre as beneficiárias é de 78,02%, mais um dado que indica as conquistas das mulheres ligadas à difusão de métodos anticoncepcionais e contribui para a separação entre a reprodução e o exercício da sexualidade feminina (MELO; DI SABBATO, 2011). A média do número de filhos é de 1,62, o mínimo remete àquelas que não têm filhos e o número máximo é de 6 filhos, embora apenas 11,23% possuam entre 4 e 6 filhos. Esses dados refletem no número de pessoas nos arranjos familiares, onde a média representou 3,51 pessoas, sendo o mínimo 1 e o máximo 8. A moda refletiu 3 membros no arranjo familiar, ou seja, o casal mais um filho, configuração que em períodos anteriores não era comum em famílias rurais.

A queda da taxa de fecundidade no Brasil é constatada tanto no urbano quanto no rural, pois no Brasil, em 2000, a média de filhos no espaço urbano era de 2,18, tendo esse índice caído para 1,79 em 2010; no rural, a média de filhos no ano de 2000 foi de 3,49 reduzindo para 2,63 em 2010 (IBGE, 2010). Os reflexos são notados na redução do número de pessoas por domicílios brasileiros, pois no rural, em 2000, o número médio de pessoas por domicílio era de 4,24 e em 2010 retraiu para 3,64; no urbano, a situação se repete: em 2000 a média de pessoas por domicílio foi de 3,25 e em 2010 caiu para 2,72 (IBGE, 2010).

No que se refere à idade dos filhos das mulheres que foram tema desta pesquisa, a maioria encontra-se entre 6 e 15 anos, ou seja, 58,78%. Acima de 21 anos, a representatividade é a menor (8,78%) e, entre 16 e 20 anos, há 17,57% da totalidade do número de filhos dos beneficiários da ação de inclusão produtiva do plano. As crianças menores de 0 a 5 anos representam 14,86% desse conjunto.

A escolaridade condiz com a maioria das idades apresentadas, pois 54,73% estão cursando o ensino fundamental; 6,76% cursam o ensino médio e apenas 0,68% cursam ensino técnico. Aqueles que concluíram o ensino fundamental correspondem a 2,70% e os que concluíram o ensino médio, a 3,38%. Dentre os que pararam ou deixaram de estudar, 6,08% não concluíram o ensino fundamental e 0,68% o ensino médio. Em idade não escolar, a representatividade é 14,19%, curso técnico completo representa 0,68% e outras situações, como falta de documentação, representam 9,46% do total.

As perspectivas podem ser animadoras, já que se verifica, muito provavelmente, a ausência do analfabetismo para essa geração, pois 62,17% frequentam a escola e 13,52% não frequentam mais, mas possuem, no mínimo, o ensino fundamental incompleto. Aqueles que não estudam, em sua maioria, não estão em idade escolar; porém alguns casos (9,46%) foram classificados como outros, nos quais se encontram aqueles que não responderam, os que não apresentaram justificativa para não estudarem, e ainda os que indicaram falta de documentação.

A aposentadoria é outro dado que condiz com as idades das beneficiárias, pois nenhuma das mulheres recebe o benefício pela previdência social, mas os familiares, majoritariamente, dentre os maridos 7,69% recebem, por motivos de doença ou idade e tempo de contribuição. O benefício mais frequentemente recebido por essas famílias é o Bolsa Família. Inclusive o pagamento do fomento a atividades produtivas rurais do Brasil Sem Miséria é realizado por meio do cartão do Bolsa Família ou pelo Cartão Cidadão, diretamente repassado do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ao beneficiário (BRASIL, 2013).

Talvez aí esteja uma das principais respostas para serem as mulheres as titulares do Brasil Sem Miséria, a participação no Bolsa Família que deve ter uma titularidade apenas, nesses casos deve estar em nome dos maridos. As desigualdades, especialmente as de gênero neste caso, evidenciam a necessidade de responsabilização e protagonismo do estado através de políticas públicas promotoras de equidade. Desta forma, algumas políticas sociais buscam “compensar” essas disparidades e acabam por confundir o significado de políticas econômicas e sociais. “Estas duas dimensões, que na realidade são complementares, acabam sendo

separadas e a política econômica ganha uma autonomia que subordina a política de proteção social” (MELO; DI SABBATO, 2011, p. 55).

Possivelmente, as dificuldades em estabelecer a separação entre a finalidade econômica e social das políticas sociais contribuem para a insistência nas designações dos sexos, pois repassam às mulheres a responsabilidade de cuidados com a saúde e a frequência escolar, dentre outros, dos filhos e menores de idade que se encontram no arranjo familiar. O intuito não é criticar negativamente, mas refletir sobre a permanência de situações desiguais que penalizam as mulheres mesmo que ações sociais indiquem as mulheres como maioria nos cadastramentos de programas.

A integração social também pode refletir algumas condições/situações vivenciadas pelas mulheres. Verifica-se que o espaço de integração social mais frequentado pelas beneficiárias do Brasil Sem Miséria são as associações comunitárias (26,97%) encontradas nas diferentes localidades rurais. Em segunda posição, estão as igrejas (11,24%). Os grupos informais contam com 2,25% de participação das mulheres e as que não responderam representam outros 2,25%. O percentual é de 1,12% de mulheres inseridas em grupos exclusivos de mulheres, igreja e associação comunitária e outros 1,12% participando de grupos exclusivos de mulheres e associação comunitária.

Contudo, chama a atenção a parcela de beneficiárias - 53,93% - que não frequentam nenhum ambiente com foco na integração social. Isso pode representar a permanência da socialização familiar que atribui às mulheres os trabalhos domésticos, “[...] mesmo no contexto da reconfiguração das relações sociais de sexo a que se assiste hoje” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 607). Isto é, a tarefa de educação dos filhos, cuidados com a casa entre outras tarefas, “naturalmente” atribuídas às mulheres e a responsabilização em participar de ambientes públicos é materializada na figura masculina, demarcando a simbologia cultural, historicamente construída: ambiente público para os homens e privado para as mulheres.

Em relação à propriedade dos estabelecimentos, 46,15% são proprietários com documentação, 39,56% são proprietários sem título, e os demais se mesclam em situações de inventário, arrendatário, posseiro e parceria. A situação fundiária revela uma área média das propriedades de 15,04 hectares, sendo que o máximo se concentra em 148 hectares e o mínimo em um hectare. Dentre as atividades desenvolvidas pelas famílias participantes do fomento à inclusão de atividades produtivas, observa-se que a maioria se insere na pecuária familiar, pois 62,92% desenvolvem a bovinocultura e/ou a ovinocultura associadas a outras atividades, como por exemplo, a criação de suínos, aves, caprinos e equinos.

O acesso ao fomento possibilitou aos beneficiários a aquisição de animais e materiais necessários para a implantação de seus projetos produtivos. Em maior parte, foram realizadas diversas combinações de produtos e animais, permitindo atender as especificidades de cada projeto, como por exemplo, materiais para reforma ou construção de estrutura necessária para a produção, cultivos, ovinos, bovinos, aves, suínos, entre outros. A aquisição de bovinos e/ou ovinos, atrelados ou não a outros produtos, representou 70% das compras da ação de inclusão produtiva do Brasil Sem Miséria (EMATER ENCRUZILHADA DO SUL, 2015).

A aquisição de bovinos ou ovinos por parte daqueles que ainda não desenvolviam atividades de criação aumentou o número das famílias envolvidas com a pecuária familiar de 62,92% para 85%. A inclusão produtiva e a continuidade das atividades de criação denotam a aptidão do município, assim como das famílias, para o desenvolvimento da pecuária. Essas informações confirmam a perspectiva que a pecuária praticada ao sul do Rio Grande do Sul também emerge em meio a situações de pobreza e, neste caso, é representada pelo protagonismo das mulheres, principal objetivo da política, seja ela intencional ou não.

Por outro lado, observa-se a persistência da separação das atividades desempenhadas por homens e mulheres, marginalizando os trabalhos tidos como femininos. Isso pode ser constatado através das horas de trabalho em atividades domésticas e não domésticas desempenhadas por homens e mulheres membros dos arranjos familiares do grupo estudado (tabela 4).

Tabela 4 - Horas trabalhadas em atividades domésticas e não domésticas/dia considerando o sexo, dos beneficiários do Brasil Sem Miséria – Inclusão Produtiva, em Encruzilhada do Sul 2012/2013

Horas de Trabalho	Atividades Domésticas		Atividades Não Domésticas	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Média	9,89	1,28	3,58	8,02
Moda	10	0	2	8
Desvio Padrão	3,42	2,41	3,30	2,88
Mínimo	0	0	0	0
Máximo	14	12	12	14

Fonte: Adaptado de Emater Encruzilhada do Sul, Diagnóstico da Unidade Produtiva – Brasil Sem Miséria, 2015.

O tempo dispendido pelas mulheres em atividades domésticas é em média de 9,89 horas diárias, enquanto que para os homens a média de tempo nas mesmas atividades é menor, isto é, de 1,28 horas. Ao comparar o tempo diário médio gasto pelos homens em atividades não domésticas (8,02 horas) com o das mulheres (3,58 horas), observa-se que este é maior. Porém, considerando a somatória das horas diárias em trabalhos domésticos e não domésticos a média feminina (13,47 horas) é superior à masculina (9,3 horas). Ou seja, as mulheres além de trabalharem mais horas em atividades domésticas do que os homens, este

mesmo tempo é maior do que o despendido por eles em atividades não domésticas; e ainda a somatória das duas condições (atividades domésticas e não domésticas) revela que as mulheres apresentam maior número de horas trabalhadas diariamente.

Os demais indicadores (moda, desvio padrão, mínimo e máximo) contribuem na visualização da condição subalterna do trabalho feminino. Em se tratando do trabalho doméstico, a moda das horas trabalhadas pelas mulheres é dez (10), e pelos homens é zero, isto é, trata dos valores com maior frequência dentre os observados, constatando o maior empenho das mulheres nas atividades domésticas. O desvio padrão mostra a variação em relação à média, demonstrando que a menor variação existente é no trabalho doméstico realizado pelos homens (2,41), assim como, em segundo momento, no trabalho não doméstico (2,88). Contudo, as horas de trabalho desenvolvidas pelas mulheres apresentam as maiores variações em relação tanto em atividades domésticas (3,42) como não domésticas (3,30).

Essa observação permite admitir que as situações mais estáveis em relação ao trabalho referem-se aos homens, pois as variações da média de horas trabalhadas são menores em comparação às variações femininas encontradas, consolidando a construção social que delimita os trabalhos reprodutivos para as mulheres e produtivos para os homens. Ao analisar o número mínimo de horas trabalhadas em atividades domésticas pelos homens (zero) e pelas mulheres (1 hora), e o número máximo nas mesmas atividades (mulheres 14 horas, e homens 12 horas) nota-se a insistência das configurações sexistas na divisão social do trabalho.

É nítida a persistência da tradicional divisão sexual do trabalho, que, neste caso, está associada à situação de pobreza dos arranjos familiares investigados. O maior número de horas trabalhadas em atividades não remuneradas ficou explícito, e este coopera na intensificação das condições de vulnerabilidade social dessas mulheres. Essas funções de condutoras do lar as tornam economicamente dependentes dos homens para o sustento da família e, ainda considerando as diferentes necessidades dos membros do núcleo familiar, a penalidade pela condição de bem-estar da família recai sobre elas (MELO; DI SABBATO, 2011).

Mesmo com o direcionamento das políticas públicas às mulheres, as desigualdades de gênero persistem. Ainda que haja mudanças na organização familiar brasileira, como por exemplo, o aumento do número de mulheres como pessoas de referência do núcleo familiar substituindo a denominação “chefe de família”, (MELO; DI SABBATO, 2011) há a permanência do reconhecimento social definidor do que “deve ser” trabalho remunerado e quem o faz. Apesar disso, há que se reconhecerem os benefícios do Brasil Sem Miséria a estas famílias, pois proporcionaram além do suporte econômico, a identificação das necessidades e

potencialidades específicas, formulando projetos para cada família e garantindo o apoio técnico na implementação destes (MELO et al, 2014).

As informações acima possibilitam apresentar um breve perfil sociodemográfico das mulheres participantes da inclusão produtiva do Brasil Sem Miséria, em Encruzilhada do Sul, incluindo todas as envolvidas na ação; salienta-se, no entanto, que 85% estão inseridas na atividade pecuária familiar. Isso propicia o reconhecimento de uma face pouco divulgada da Metade Sul do Rio Grande do Sul, e ainda provoca questionamentos sobre as concepções de “masculinidade” presentes na pecuária sulista e sua respectiva condição de pobreza particularmente feminina. Na sequência, descreve-se o perfil das mulheres participantes desta pesquisa, buscando conhecê-las e, posteriormente, compreendê-las em suas dinâmicas de trabalho na pecuária familiar e sua articulação com as relações de gênero.

4.3 Mulheres nas atividades de trabalho da pecuária familiar em Encruzilhada do Sul – Quem são?

As relações sociais, assimétricas e hierárquicas, entre os sexos constituíram o trabalho da mulher, especialmente ao referir-se ao trabalho no campo, como sendo complementar e auxiliar às demais atividades produtivas das propriedades rurais. Isso é incorporado, inclusive, por várias mulheres que entendem sua “função” como acessória ao processo produtivo, ocasionando o limitado conhecimento sobre as atividades desenvolvidas por mulheres na pecuária, ainda mais quando se trata da pecuária na América Latina, culturalmente dominada pelos homens (LITRE, 2010).

A partir dessas considerações, descrevem-se características sociodemográficas das mulheres inseridas na atividade de pecuária familiar no município de Encruzilhada do Sul, participantes da pesquisa (tabela 5), no intuito de contribuir para conhecer essa população em estudo. Apontam-se informações como idade, escolaridade, estado civil, número de filhos e na sequência demais informações geradas na pesquisa de campo, tais como, situação fundiária, aspectos produtivos, distâncias percorridas, entre outras.

Tabela 5 - Características sociodemográficas das mulheres participantes da pesquisa

Entrevistada	Idade	Escolaridade	Número de filhos	Estado Civil
01	56	5ª série	2	Viúva
02	52	4ª série	2	Casada
03	46	E. Fundamental Completo	3	Casada
04	29	4ª série	1	União Estável
05	43	3ª série	4	Casada
06	55	5ª série	1	Casada
07	70	4ª série	2	Casada
08	46	2ª série	3	Casada
09	39	3ª série	3	Solteira
10	65	2ª série	3	Viúva
11	63	4ª série	3	Divorciada
12	23	E. Fundamental Completo	1	Solteira
13	50	5ª série	2	Casada
A	23	E. Fundamental Completo	0	Solteira
B	45	4ª série	3	Solteira

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo realizada em Encruzilhada do Sul, 2015.

A idade das entrevistadas revela a presença de picos etários no contexto estudado, porém a maioria das participantes (11) possui 40 anos de idade ou mais e apenas três até 30 anos. Também se constataram cinco mulheres com 55 anos ou mais, todas gozando do direito de aposentadoria pela previdência social. A escolaridade, de modo geral, é baixa dentre as entrevistadas sendo que apenas três possuem o ensino fundamental completo, três estudaram até a 5ª série, cinco completaram a educação formal até a 4ª série, duas até a 3ª série e outras duas até a 2ª série. Ainda que a baixa escolaridade seja um denominador comum às entrevistadas, constata-se a ausência de analfabetismo dentre as participantes.

É importante ressaltar a relação da escolaridade das entrevistadas com as respectivas idades, pois algumas frequentaram a escola na época em que o ensino primário era até a 4ª série, com a possibilidade de mais dois anos de estudos. Essa situação pode ser percebida em relatos das entrevistadas:

Eu tirei a segunda série daquele tempo do primário. A segunda série valia pela quinta de hoje né. Isso que eu já estou bem esquecida né, mas as situações de conta eu aprendi todas e história... essas coisas assim, tudo, tudo. Tudo, verbo, isso eu estudei, tudo isso assim é... praticamente a quinta série de hoje (Entrevistada 10).

A intenção do argumento acima, não se fixa em negar a baixa escolaridade das entrevistadas, mas, sobretudo, reiterar a importância de análises que situem as condições/situações estudadas no tempo e espaço. As estruturas educacionais, por exemplo, como se percebe, sofreram significativas mudanças, as quais devem ser contempladas nas análises para evitar equívocos ao comparar contextos semelhantes, porém em períodos

distintos. Destacam-se, também, as dificuldades em dar continuidade aos estudos devido à ausência de oportunidade local de cursar séries posteriores a 4ª série.

... Naquela época não tinha 5ª série aqui fora ainda. Pouco estudo a gente tinha naquela época... bem diferente... a gente só tinha a 4ª série e terminou a 4ª série e pronto, não tinha outro. Não tinha 2º grau, não tinha como a gente ir pra cidade né. Então, só tive a 4ª série (Entrevistada 11).

Em relação ao número de filhos seis entrevistadas possuem três filhos, uma possui quatro filhos, quatro têm dois filhos, três um filho, e uma não possui filhos. O número médio de moradores no domicílio, dentre os arranjos familiares em que estão inseridas as entrevistadas, é 3,06, sendo o mínimo um e o máximo seis. A configuração dos arranjos familiares que prevalece é a tradicionalmente constituída, ou seja, o casal e os filhos. Observam-se arranjos em que há somente o casal, os filhos já saíram de casa; ainda, o casal e outros familiares como os pais, por exemplo; a entrevistada e os filhos e, por último, somente a entrevistada viúva, mas residindo próximo a seus familiares.

A família nuclear baseada no “chefe de família” ainda se sobressai às outras configurações encontradas entre aquelas que desenvolvem atividades pecuárias. Nos dois casos em que as entrevistadas estão à frente do domicílio, o principal motivo é a viuvez. Esta mesma configuração é relatada por Barbosa (2013), pois ao investigar trabalho e gênero na agricultura familiar em um determinado projeto, identificou a família centrada na autoridade masculina com maior representatividade dentre suas entrevistadas, porém aquelas não inseridas nesse modelo, assim o estavam em função de algumas condições como viuvez ou abandono pelo marido.

Dentre as duas entrevistadas que são a referência do domicílio rural, uma mora sozinha, porém na mesma propriedade que seu filho, nora e neta. As suas despesas com alimentação, contas a pagar e a criação são supridas por meio da aposentadoria, porém a convivência com os familiares, residentes em domicílio próximo, é cotidiana. Este arranjo familiar também é encontrado por Moraes (2007) que estudou o envelhecimento no rural em Encruzilhada do Sul. A autora encontrou mulheres idosas, em sua maioria, morando próximo aos familiares, mas que consideram importante residirem sozinhas, pois esta condição contribui diretamente para a autonomia e independência do sujeito e, ainda contam com a proximidade e convivência dos familiares.

O estado civil das entrevistadas corrobora com as informações sobre os arranjos familiares, pois a maioria (7) das entrevistadas são casadas legalmente; uma entrevistada é

divorciada, porém reside em domicílio próprio com seu companheiro; duas das entrevistadas são viúvas; uma entrevistada afirmou união estável e quatro declaram ser solteiras; entretanto, no decorrer da conversa, todas as quatro confirmam morar com seus companheiros. Pode-se entender essa atitude como receio em reconhecerem sua condição como casadas ou em união estável pela ausência de documentos comprobatórios.

No que se refere à situação fundiária das entrevistadas, a média de hectares das propriedades onde elas estão inseridas é de 51,60 hectares. O máximo encontrado em número de hectares é 270 e o mínimo é 5; até 19 hectares encontram-se quatro propriedades, contando a menor propriedade encontrada (5 hectares); de 20 a 30 hectares são três propriedades e de 31 a 40 hectares, cinco propriedades e apenas uma entrevistada não soube informar a quantidade de hectares. Verifica-se a variação em termos de situação fundiária, entretanto como afirma Ploeg (2014, p.7), essa condição não é suficiente para definir a agricultura familiar, pois esta não toma seus contornos em função da área dos estabelecimentos, “[...] mas sim pela forma com que as pessoas cultivam e vivem”. Essa informação ainda remete a um dos elementos que compõe a definição do pecuarista familiar, ou seja, o limite de 300 hectares, como requisito, para que possam os agricultores familiares que criam bovinos de corte enquadrarem-se como pecuaristas familiares (RIBEIRO, 2009).

Talvez as duas citações, aparentemente, apresentem um caráter contraditório, pois 300 hectares, em determinados espaços, podem ser considerados como grande quantidade de terra para produtores familiares. Entretanto, é indispensável alocar as condições de espaço e tempo para analisar as situações do rural, como por exemplo, a pecuária familiar encontrada no Sul do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, as afirmações de Ribeiro (2009) e Ploeg (2014) ganham um caráter complementar.

Dentre as formas de obtenção da terra nas propriedades em que as entrevistadas estão inseridas, seis responderam a herança como forma de obtenção da terra, quatro por meio de compra de terceiros, duas afirmaram ser parte de herança e outra parte por compra de terceiros, uma entrevistada comentou que parte foi comprada de parentes e outra parte comprada de terceiros, uma foi por doação e outra entrevistada contou que a família está aguardando o financiamento do Banco da Terra para aquisição do imóvel.

Praticamente todas as entrevistadas afirmaram que a terra em que residem e produzem são de propriedade da família, exceto o caso da entrevistada que está em trâmites para aquisição da terra junto ao Banco da Terra. A propriedade, na maioria dos casos, é própria, entretanto ao questionar sobre se a mesma estaria no nome das entrevistadas, apenas duas

afirmaram que sim e outras duas entrevistadas mencionaram estar em seu nome e nome dos respectivos maridos por questões de herança:

... A parte que é do fulano, ele herdou uma outra área, vendeu porque era longe daqui e comprou aqui. E aí a minha, a minha foi herança (Entrevistada 3).

... É, as dele [terras] no nome dele e as minhas, no caso de herança dos meus pais no meu nome. Mas ambos são da... de herança familiar, assim de avô que passa pra pai, e passa pra filho (Entrevistada 4).

As duas propriedades que estão nos nomes das entrevistadas correspondem às duas viúvas; outras duas mencionaram os estabelecimentos estarem nos nomes de seus sogros; oito entrevistadas informaram a titularidades dos seus maridos, e o outro caso diz respeito à entrevistada nove que está, junto ao seu marido, em trâmites para aquisição da terra. A entrevistada referencia que a propriedade não está em nome da família, pois estão ali para cuidar da terra, mas menciona o seguinte: “a gente está entrando, no Banco da Terra pra ver se a gente compra um pedaço, mas ali por enquanto não é nosso”. Essas informações impossibilitam verificar se a futura aquisição ficará em seu nome ou do marido, porém considerando o contexto da entrevista acredita-se no protagonismo masculino, pois em relação às decisões, por exemplo, a entrevistada comenta que conversam, mas quem decide é o marido. Associando a forma mais frequente de obtenção de terra com a titularidade predominante dos estabelecimentos, e ainda analisando o depoimento da entrevistada (4) acima citada, percebe-se a manutenção do sistema centrado na figura masculina como condutora, de grande parte das famílias estudadas, pois a herança continua privilegiando a transmissão “de avô para pai, de pai para filho”.

A dinâmica que circunda a herança no rural é uma das diversas formas de exclusão das mulheres dos seus direitos, compreendendo condutas tomadas por seus familiares. Dessa forma perpetua-se a propriedade sob responsabilidade dos homens da família. Em maioria são os filhos homens que herdam a terra. As mulheres acessam às terras, mesmo a herança sendo direito independente de sexo, em condições distintas dos homens, ou seja, por meio do casamento, inexistência de descendência masculina, família com grandes quantidades de terras ou quando a exploração agrícola não é o principal meio para obtenção de renda, dentre outras (PAULILO, 2004). Isto é, o acesso à terra através da herança no rural, consolida, dentre outras formas, as desigualdades entre os sexos com base em argumentos de gênero.

Outra informação que contribui na caracterização das situações de vida e trabalho das mulheres inseridas na pecuária familiar em Encruzilhada do Sul é a distância das propriedades em relação à cidade, já que esta corresponde ao caminho para o acesso a vários serviços não

disponíveis, ou escassos, no rural. A maioria das entrevistadas (10) está entre 41 Km e 80 Km de distância da cidade; duas estão a mais de 90 Km e uma não soube responder. A média de distância da propriedade até a cidade correspondeu 66,78 Km, onde a distância mínima é 35 Km e a máxima 96 Km.

A distância da cidade, as condições das estradas e o valor das passagens de ônibus representam impasses para as famílias rurais, pois, em vários casos, esses componentes associados tornam os moradores rurais isolados em localidades muito distantes, os quais em situações de emergência se veem dependentes da sorte. O recebimento de aposentadoria, o acesso a medicamentos, as compras de mantimentos para a casa, de insumos para a produção são exemplos de situações que tornam a ida à cidade um evento inevitável, ou até mesmo a busca por alternativas que adiem essas idas, verificando-se algumas dessas situações na fala de uma entrevistada:

*... Aí, então a gente vai juntando né, fazendo uma listinha, quando precisa daquilo vai fazendo uma lista, vai só uma vez na cidade né. A passagem está muito cara, como subiu a nossa passagem né. E aí tem que ir um só, senão, no final do mês...
... A gente compra lá e eles mandam pelo ônibus. Se está precisando de alguma coisa, liga pra lá e mandam pelo ônibus, ou manda um bilhetezinho. O cara do ônibus entrega lá, depois de tarde tu pega na estrada que está ali. É, funciona assim, se não funcionasse assim a gente não tinha como né. Já pensou? Adoece um bicho aqui fora, aí a gente tem que ir lá na cidade pagar uma passagem pra ir lá buscar remédio, aí não vale a pena (Entrevista 13).*

A principal fonte de renda de nove das propriedades estudadas, segundo as entrevistadas, é a pecuária; três entrevistadas abordaram que além da pecuária, a agricultura também contribui para a geração de renda nas propriedades. Uma entrevistada destacou os serviços prestados como a principal fonte de renda e outra também salientou a prestação de serviços como fonte de renda, incluindo a atividade pecuária, e ainda, uma entrevistada afirmou ser a aposentadoria sua principal fonte de recursos financeiros.

Na pecuária familiar, nem sempre a venda de animais é a principal fonte econômica da propriedade, mas, mesmo assim, segue sendo a principal atividade desenvolvida no estabelecimento. A autonomia do pecuarista familiar em relação à subsistência familiar permite que este decida vender ou não seus animais conforme o mercado e suas necessidades, pois há outras formas de renda não agrícolas, como a aposentadoria, por exemplo, e agrícolas, tais como a produção de feijão e milho (COTRIM, 2003).

Em um estudo realizado sobre os pecuaristas familiares em Santana do Livramento, identificou-se determinada região do município em que a principal renda dos pecuaristas provinha da prestação de serviços e/ou aposentadoria e, ainda a criação de animais em parte

para vendas, mas especialmente para subsistência (FERNANDES, 2012). Essas afirmações ficam claras ao questionar-se às entrevistadas sobre qual a principal fonte de renda das propriedades:

A gente cria um pouquinho pra vender. Vende algum quando precisa e outras a gente come né. Faz carne pra gente pra não ter que comprar né (Entrevistada, 13).

Criaçãozinha... criaçãozinha, a gente planta pro gasto e quando vende um bichinho, uma criaçãozinha, uma ovelhinha, uma vaquinha. Uma criaçãozinha vende, além da aposentadoria né (Entrevistada 11).

Do serviço da gente. O meu marido faz de tudo, é pedreiro, é mecânico, planta... ele é... faz de tudo... Quando sobra [ovelhas e gado] a gente vende. Bicho grande, quando a gente precisa a gente vende né, uma novilha, uma vaca (Entrevistada 9).

O sistema de criação que prevalece nas propriedades é a cria, de acordo com as informações geradas por 10 entrevistadas. Duas das entrevistadas trabalham com terminação; uma entrevistada desenvolve ciclo completo para bovinos e outra para ovinos e, por último uma entrevistada afirmou a prática do ciclo completo para ovinos e cria para bovinos.

Mais uma vez, as características produtivas retratadas pelas entrevistadas salientam a presença da pecuária familiar, pois o sistema de criação mais comum é a cria, que se repete entre os três tipos de pecuaristas familiares encontrados por Cotrim na região de Canguçu/RS (2003). A associação entre as formas de obtenção de renda e os sistemas de criação encontrados pelo autor são similares à realidade analisada. O primeiro tipo baseia-se na criação de terneiros e tem como principais fontes econômicas as rendas não agrícolas, como por exemplo a aposentadoria, tendo na pecuária uma alternativa secundária. O segundo tipo, em maioria, desenvolve a cria e cria de novilhos, mas tem na pecuária uma reserva de recursos, pois a principal fonte de renda está no comércio local, ou prestação de serviços, já que não recebem aposentadoria por serem mais jovens. O terceiro tipo também pratica a cria e cria de novilhos, entretanto a principal renda advém da produção agrícola e alguns contam com a aposentadoria (COTRIM, 2003).

O principal sistema de produção dos pecuaristas familiares é o extensivo, onde os bovinos em grande parte ficam no campo nativo e, apenas no inverno, a maioria faz pastagens ou complementa com milho em função da escassez de alimentação. Em alguns casos, há cuidados maiores com ovinos, e às vezes com os terneiros, onde estes ficam em pastagens separadas ou a alimentação é complementada com milho, geralmente plantado na propriedade. O sistema extensivo na criação dos animais de corte é uma das características recorrentes dentre os pecuaristas familiares (COTRIM, 2003; SANDRINI, 2005).

Sintetizando, na maioria das propriedades do estudo desenvolve-se a criação como principal sistema de criação e não necessariamente é a criação, propriamente dita, a principal fonte de renda. As situações, considerando singularidades, apresentam atividades diversas que atestam estratégias familiares múltiplas no sentido da reprodução econômica. Assim, algumas delas consideram a prestação de serviços, outras as aposentadorias, algumas a produção de cultivos e ainda há as que declaram a pecuária como principal fonte de renda, além de ser a principal atividade desempenhada na propriedade. A mão de obra nas propriedades é majoritariamente familiar, havendo, em algumas, a troca de serviços em períodos de colheita. Apenas duas entrevistadas afirmaram a contratação de mão de obra temporária, sendo necessária uma contratação por época de colheita.

A utilização de mão de obra familiar na pecuária é uma das características que a definem e a aproximam das especificidades encontradas na agricultura familiar. Outra estratégia referida nas entrevistas é a troca de serviços com familiares e vizinhos estabelecendo uma relação de reciprocidade e contribuindo significativamente no enfrentamento dos períodos em que há maior demanda de trabalhadores. Como salienta Ribeiro (2009) referindo-se a pecuária na região, assim como a troca de mão de obra, a contratada também é esporádica, sendo efetivada em momentos de safras, esquilas, manutenção de cercas, entre outros.

Todas essas considerações englobam a multiplicidade de modalidades de pecuaristas familiares encontrados no Rio Grande do Sul. Ainda, este estudo, mostra informações sobre as mulheres inseridas nessas dinâmicas, revertendo o entendimento de que as mulheres estariam envolvidas apenas com os afazeres domésticos quando se trata da atividade pecuária.

Ao serem questionadas sobre a ocupação, as entrevistadas muitas vezes referenciam tanto o trabalho doméstico como o relativo às atividades produtivas típicas, seja diretamente com os animais ou em cultivos. Observou-se que a autodenominação de pecuarista não é comum dentre as mulheres entrevistadas, mesmo todas elas estando inseridas nas atividades com a criação, pois apenas duas nomeiam suas ocupações como pecuaristas e uma entrevistada acrescenta ser “produtora rural”. Outras três mulheres afirmam que se envolvem em todas as atividades da propriedade, tanto em termos da lida com a casa, como a criação e ainda lavoura. As atividades, nesse sentido, correspondem às expectativas de gênero e caracterizam-se, para as mulheres, pela relação de serviço à família que implica atemporalidade (não tem hora) e disponibilidade permanente (estar sempre ali para o que precisarem) (LOPES, 1996).

A ocupação nomeada como “pequena agricultora” foi mencionada por uma entrevistada, mas, de forma semelhante, outras seis entrevistadas denominaram-se como agricultoras, e outra como agricultora e ainda prestadora de serviços. Apenas uma mulher mencionou a sua ocupação como dona de casa, porém acrescentou o cuidado com os ovinos. Uma, dentre elas, destacou sua ocupação como “em volta da casa e criação”. Fica evidente a polivalência das atividades das mulheres. Nas afirmações que atestam estarem envolvidas com toda a lida com “certa naturalização”, percebe-se, divisão sexual das atividades, onde a criação e a casa seriam “naturalmente” atribuídas às mulheres e a lavoura aos homens:

Ah, eu faço toda lida. Faço a lida da casa, cuidado dos bichos e se for preciso ajudar alguma coisa na lavoura, a gente ajuda. Muita coisa tem o guri [filho] que ajuda né. Aí eu fico mais na volta de casa. Cuido os bichos e os afazeres de casa. O que tiver a gente faz, chega e ajuda né (Entrevistada 2).

Essas análises, marcadas pelas permanências simbólicas e nas práticas, serão aprofundadas mais especificamente em capítulo posterior. A denominação como “agricultora”, em alguns casos, está relacionada, também, com a identificação no bloco de notas do produtor, chamado pelas entrevistadas de “livro” ou “livro guia”, como se observa no depoimento:

Nos livros da gente, a gente é agricultora né. Eu trabalho aqui na escola, mas aí... comprova que eu trabalho, porque aqui eu não tenho carteira assinada. Aí a gente é agricultora (Entrevistada 9).

A prestação de serviços é clara na fala, entretanto para fins de afirmação de identidade e para poderem usufruir legitimamente de alguns direitos, a identificação como agricultora se faz pertinente e necessária. O bloco de notas onde constam os nomes das mulheres rurais representa, para estas, tanto valor material quanto simbólico, pois institucionaliza a mulher como trabalhadora rural e facilita o acesso à Previdência Social. E em termos de simbologia diz Brumer (2004, p. 223), “[...] torna visível e valoriza seu trabalho, representando, para elas, a conquista de uma dignidade que não tinham anteriormente”.

Na perspectiva do desenvolvimento e como o concebemos neste estudo, o reconhecimento da mulher perante o sistema de produção familiar é fundamental na busca por condições que visem ao processo de desenvolvimento rural. Vários estudos mostram que a renda das mulheres, frequentemente, é despendida para a aquisição de alimentos para o sustento de sua família, sendo este um dos motivos da necessidade do reconhecimento da importância das mulheres junto à produção rural e atividades econômicas (PRESVELOU, 1996).

Pode-se afirmar que, sim, as mulheres são parte fundamental na subsistência de suas famílias, especialmente, em se tratando das famílias rurais. Entretanto, refletir apenas sobre as “funções” das mulheres em torno da garantia alimentar de suas famílias restringe a discussão às afirmações que determinam, “naturalizam” a mulher como responsável pelo ambiente privado. Entende-se que, como salienta Sen em suas reflexões engajadas em perspectivas ampliadas de desenvolvimento, a visibilidade das mulheres como “[...] agentes ativos de mudanças: promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens”, faz-se cada vez mais emergente na busca pelo desenvolvimento (SEN, 2010, p. 246).

Mesmo assim, a percepção das mulheres como agentes ativas e potenciais nos processos de mudanças não deve invisibilizar os cotidianos de iniquidades vividos por elas. Portanto, as práticas implementadas na tentativa de reduzir as desigualdades necessitam “recorrer à condição de agente das próprias mulheres para ocasionar tal mudança” (SEN, 2010, p. 247).

Sintetizando as informações e reflexões acima, salienta-se que os dados sociodemográficos das participantes do estudo, assim como características das atividades produtivas que corroboram com os delineamentos da pecuária familiar, confirmam a presença e participação de mulheres na atividade em Encruzilhada do Sul. Na sequência, outros elementos auxiliam a aprofundar a compreensão dinâmica dos modos de vida e trabalho dessas mulheres. Discutem-se elementos da cultura local, estrutura, condições e divisão do trabalho e das dinâmicas familiares, potenciais marcadores das múltiplas situações da pecuária no feminino.

5 TRABALHO E DINÂMICAS FAMILIARES – COMPREENDENDO O TRABALHO DAS MULHERES NA PECUÁRIA FAMILIAR

Este capítulo analisa a divisão sexual do trabalho identificada em elementos que compõem a estrutura (condições) de trabalho e as dinâmicas familiares expressas nas entrevistas. A categoria analisada refere-se à “estrutura de trabalho e dinâmicas familiares” compreendendo as demais subcategorias que emergiram do campo: autoidentificação, atividades e decisões produtivas, atividades e decisões reprodutivas, ocupações, ajuda, tempo e distribuição das atividades, trabalho para terceiros, aprendizado, lavoura e pecuária. Sendo a categoria “pecuária”, em virtude de conduzir a temática do estudo, subdividida em: aspectos positivos, aspectos negativos, motivações, ser mulher na pecuária e opinião sobre a definição.

5.1 Ocupações e autoidentificação: nuances da divisão sexual do trabalho na pecuária familiar

No livro *Mulheres na Guerra dos Farrapos* destaca-se um trecho cuja divisão sexual do trabalho fica explícita, suscitando potenciais reflexões sobre as persistências e rupturas de um contexto permeado de subalternidades e hierarquizações no que tange ao trabalho feminino:

Cabe lembrar que no Rio Grande do Sul, em séculos pretéritos o homem dominava o espaço “de fora”, comércio, expansionismo, guerras, devendo a mulher permanecer no espaço doméstico. A tarefa coordenada pelo Arsenal atendia a esse importante quesito. Costura era atividade executada no lar, que permitia à mulher controlar o governo da casa e o trato dos filhos (FLORES, 2013, p.29).

A citação remonta à primeira metade do século XIX, em meio a Guerra dos Farrapos, e ao apelo a mão de obra feminina para a confecção de 12 mil uniformes para homens combatentes (FLORES, 2013). A autora refere-se que, em tempos passados, os homens eram responsáveis pelas atividades de cunho público e produtivo, enquanto as mulheres permaneciam em seus lares atendendo e controlando as atividades domésticas e, ainda encarregando-se da criação dos filhos. Nesse sentido, a análise subsequente busca compreender a situação de mulheres nas atividades de trabalho na pecuária familiar, em grande medida originada das estâncias sesmeiras, e analisar mudanças e permanências na divisão de atividades e espaços.

Para isso, a perspectiva adotada desnaturaliza o trabalho realizado por homens e mulheres considerando-o como produtos da construção social assentada nas desigualdades de

gênero. O argumento que define características femininas e masculinas como “naturais” no desenvolvimento de diferentes atividades na sociedade dissolve-se no tempo e no espaço, pois como analisa Lopes (1996, p.58), “[...] uma tarefa especificamente masculina em uma sociedade pode ser especificamente feminina em outra”.

No entanto, a tradicional naturalização das atividades de trabalho com base no sexo ou, na cultura dominante de gênero, está expressa na fala de algumas entrevistadas, ao serem questionadas sobre sua ocupação/profissão na propriedade familiar:

Eu aqui, eu sou homem e eu sou mulher, tudo... os dois sabe, eu tanto atendo a minha lida como atendo a lida dele, porque ele trabalha de biscate né, e aí... aí eu me vejo... Agora a guria [filha] está comigo, porque ela mora, está estudando em Santana né. Nas férias ela vem, os fins de semana ela vem, mas a maior parte do tempo é só eu e os dois guris [filhos], e os guris vão pra escola, ele [marido] sai pro serviço... Aí eu tenho que atender (Entrevistada 5).

A separação entre atividades femininas e masculinas é mencionada claramente nas expressões “eu sou homem e eu sou mulher” e “atendo a minha lida como atendo a lida dele”. A execução das atividades é realizada pela entrevistada independente da relação de responsabilidades estabelecidas na dinâmica familiar e, ainda assim não há a apropriação das atividades pela mulher, permanecendo a demarcação delineadora das atividades femininas e masculinas. É como se as atividades tivessem uma titularidade, mostrando que, simbolicamente, as mulheres admitem que fazem tarefas que não são delas. Na vida prática, a propriedade cultural das atividades se dilui.

Essa persistência em manter o discurso que divide as atividades de acordo com os sexos, mesmo sendo a mulher executora de atividades consideradas masculinas, pode ser percebida como a materialização da subjetividade das relações de dominação masculina: “[...] os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-se assim serem vistas como naturais” (BOURDIEU, 2002, p. 41).

Ainda sobre a ocupação/profissão das entrevistadas, algumas das participantes destacaram a relação mútua entre os cuidados com a casa e com a produção como características de suas ocupações:

Ah, eu faço toda lida. Faço a lida da casa, cuido dos bichos. E se for preciso ajudar alguma coisa na lavoura, a gente ajuda. Muita coisa tem o guri [filho] que ajuda né. Aí eu fico mais na volta de casa. Cuido dos bichos e os afazeres da casa (Entrevistada 2).

Eu sou dona de casa e lido cuidando das ovelhas (Entrevistada 12).

Eu cuido da casa e da criação (Entrevistada 1).

A relação com o “cuidar” perpassa as barreiras das atividades realizadas dentro de casa e ganha espaço com o trabalho desenvolvido na produção, especialmente quando se trata dos cuidados com os animais. O trabalho na lavoura passa a ser entendido como “ajuda”. Essa condição definida por “ajuda” será discutida mais amplamente posteriormente. A lida na criação e com os afazeres domésticos como cuidados, ou seja, o trabalho desempenhado pelas mulheres não é definido como tal por elas, acentuando o entendimento de que o cuidado (não se definiria como trabalho) caracterizar-se-ia como elemento inerente ao feminino. Isso decorre dos pressupostos intrínsecos à socialização das meninas atribuindo às mulheres o cuidado dos filhos, familiares e assim incorporem a tarefa de guardar a família mantendo as tradições (TEDESCHI, 2004).

Apesar das características das entrevistadas e de suas atividades produtivas corroborarem com os elementos que definem a pecuária familiar, poucas participantes atestam sua ocupação/profissão como pecuarista. Talvez pelo próprio desconhecimento da denominação como categoria “pecuarista familiar”, já que a visão sobre a atividade, em vários momentos, é associada à pecuária de alto valor econômico. Apesar disso, encontram-se mulheres que mencionam a pecuária como sua ocupação/profissão e, igualmente, têm-na como elemento definidor de sua identidade:

Eu me identifico como produtora rural pecuarista. Não que eu não goste da agricultura, amo de paixão. Digamos que seria minha segunda paixão (Entrevistada 3).

Eu me identifico como pecuarista. Não vou dizer que é do lar porque eu faço as coisas de casa obrigada, porque se eu pudesse anoitecer e amanhecer no campo, eu anoitecia e amanhecia (Entrevistada 4).

A entrevistada três refere-se à agricultura como segunda “paixão”, pois está inserida na pecuária há cerca de 30 anos e na agricultura mais recentemente, por volta de três anos. A entrevistada 4 também refere-se à pecuária como sua identidade profissional e, além disso faz perceber sua insatisfação em realizar os trabalhos domésticos (obrigação de mulher, não escolha), reafirmando sua preferência em desenvolver as atividades de campo.

Dentre as características das participantes que definem sua ocupação/profissão como pecuarista, destaca-se a titulação da propriedade rural, nos dois casos, dividida entre o homem e a mulher. Ou melhor, cada membro do casal possui em seu nome uma parcela de terra devido à herança; nos demais casos isso não é constatado: ou a terra está no nome da mulher ou no nome do homem. As chances dessa titularidade contribuir na explicação das atribuições sobre a identificação e ocupação/profissão das participantes são consideráveis, pois a herança

familiar é apontada por Cotrim (2003) como um dos elementos contributivos na formação do pecuarista familiar.

Desta forma, observa-se uma ruptura do padrão sócio-histórico que delimita o homem apenas como se autodenominando o pecuarista, o responsável pela lida com o gado (RAUBER, 2010). Observa-se que, além da propriedade da terra mesclar-se entre o homem e a mulher, algumas mulheres também se autodenominam pecuaristas. Provavelmente esse fato indique tradição familiar em exercer a pecuária ou o sentido restrito de posse de animais.

Ainda há casos em que as entrevistadas afirmam a agricultura como ocupação/profissão, motivadas em virtude da denominação adotada no bloco de notas de produtor rural, chamado pelas participantes de livro ou livro de produtor:

A nossa profissão? Nos livros da gente, a gente é agricultora né. Eu trabalho aqui na escola, mas aí comprova que eu trabalho, porque aqui eu não tenho carteira assinada. Aí a gente é agricultora (Entrevistada 9).

Minha profissão? Eu já te digo já. Eu sou pequeno agricultor. Faço todas as lidas, mas a minha principal atividade é essa. Tenho o meu livro de produtor, como eu te disse né, e funciona com ele (Entrevistada 10).

A comprovação de trabalho perante a Previdência Social é realizada por meio do bloco de notas, como se observa na fala da entrevistada nove, pois os serviços realizados pela participante na escola da comunidade onde reside apresentam caráter informal. Em primeira instância, a impressão que se tem é que a ocupação/profissão agricultora é consequência da denominação que consta no bloco de notas e não uma afirmação de identidade. Porém, na segunda situação, a referência ao “livro de produtor” parece carregar maior importância na perspectiva da denominação. Essas diferentes situações são explicadas por Brumer (2004), quando a autora constata que a inserção do nome da mulher no bloco de notas demonstra tanto valores materiais como simbólicos. O primeiro relaciona-se à possibilidade de comprovação da situação de trabalho para o gozo dos benefícios da Previdência Social e o segundo torna visível a profissão de agricultora contribuindo na visibilidade de seu trabalho.

A autora menciona a inclusão do nome da trabalhadora rural no bloco de notas do marido, porém a realidade observada aponta a posse direta por parte das entrevistadas dos blocos de nota. Isso contribui no reconhecimento da mulher como trabalhadora rural, mas não muda a situação do trabalho feminino subalternizado, pois a conquista dos direitos legais pelas trabalhadoras rurais, como o acesso aos benefícios sociais, não responde de forma positiva às assimetrias de gênero vivenciadas no rural. As responsabilizações materiais e

simbólicas em âmbito familiar e doméstico permanecem femininas, atuando como “[...] mecanismo de contenção para o acesso das mulheres à vida pública (TEDESCHI, 2004, p.60).

Ao tratar da autoidentificação das entrevistadas, a condição que refere o bloco de notas como definidor da identidade da mulher rural se repete, isto é, garante o acesso aos benefícios sociais, mas parece representar fragilidade no que se refere à identidade. Isto pode ser verificado na fala de entrevistadas, ao serem questionadas sobre como se identificariam:

Rural. É, e até tem que ser mesmo, agricultora rural né. Por causa que é... que tem que ter depois se eu chegar a me aposentar. É rural e agricultora... Não aí eu tenho que ser rural ou agricultora né. Acho que agricultora está mais certo. Até porque a gente tem o livro de guia, no livro de guia é pra rural né. É pra produtor, essa é a minha profissão. Antigamente, uma mulher assim de fora que ficava só em casa era “do lar”. E agora não é mais né. Essas coisas mudam muito (Entrevistada 2).

Eu sou agricultora. Mas eu nem sabia que toda essa função de bloco de notas, perguntaram se a gente... pra fazer a baixa, aí eu disse pra a minha cunhada, mas eu nem sei o quê eu vou dizer, aí ela disse: não, é agricultora, e ela disse não, é agricultora. Eu não sabia disso. A gente está vivendo e sempre aprendendo, vai morrer e não aprende (Entrevistada B).

O valor simbólico de ter um bloco de notas com o seu nome, observado por Brumer (2004), é de fundamental importância para essas mulheres, pois lhes oferece uma identidade de trabalhadora rural, de agricultora, que nem mesmo elas tinham ciência da possibilidade, como pode ser constatado nas falas. A primeira citação remete à anterior identificação das mulheres inseridas no rural como “do lar”, ou seja, conotação explícita limitando as mulheres exclusivamente às práticas domésticas, sem considerar o trabalho desenvolvido na esfera produtiva. As representações sociais sobre os binômios casa/campo e mulher/homem, assim como as respectivas relações, são tão fortes e incorporadas nas práticas cotidianas de trabalho, que além de reforçarem a hierarquização de trabalhos e produtos (TEDESCHI, 2012), colaboram para dificultar a percepção da mulher sobre sua própria identidade.

Essas considerações podem ser mais bem visualizadas a partir da esquematização das categorias ocupação/profissão e autoidentificação no quadro 1 que traz de modo sumarizado as respostas das entrevistadas.

Quadro 1 – Ocupações/profissões e autoidentificação das participantes da pesquisa

Entrevistadas	Ocupações/profissões	Autoidentificação
1	Casa e criação	Serviço geral
2	Toda lida	Rural – agricultora
3	Produtora rural pecuarista	Produtora rural
4	Pecuarista	Pecuarista
5	Toda lida	Agricultora e dona de casa
6	Casa e agricultura	Meio tudo
7	Lavoura	Um pouco de cada coisa
8	Agricultora	Agricultora
9	Agricultora	Dona de casa
10	Pequeno produtor	De todas as atividades
11	Agricultora	Agricultora
12	Dona de casa e lida das ovelhas	Agricultora
13	Agricultora	Agricultora
A	De tudo um pouco	Agricultora
B	Agricultora	Agricultora

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo realizada em Encruzilhada do Sul, 2015.

Há diferenças, na maioria dos casos, na denominação em cada categoria por parte das entrevistadas. Constata-se que, seis dentre as 15 entrevistadas, descreveram a mesma situação nas duas perguntas e as demais participantes divergiram em suas respostas correspondendo à ideia de dificuldade na definição de sua própria profissão e autoidentificação. Observações que permitem refletir sobre a subordinação das mulheres a cultura do masculino dominante (um tipo de masculinidade hegemônica), pois a denominação de agricultor ou pecuarista está legitimada na figura masculina, em virtude de suas funções produtivas e públicas nas representações do rural.

Na sequência a discussão é direcionada ao debate mais objetivo sobre elementos que identifiquem a divisão sexual do trabalho na pecuária familiar. Para isso, analisaram-se as categorias tempo e distribuição de trabalho e trabalhos para terceiros.

5.2 Tempo e trabalho na pecuária familiar: composição “acessória” ou produto de um sistema de gênero dominante?

A análise da distribuição das atividades de trabalho na pecuária entre os membros de um núcleo familiar colabora na identificação de elementos que conduzem ao reconhecimento da divisão sexual do trabalho no rural, especialmente na pecuária familiar, como será demonstrado na sequência. A própria distribuição dos diferentes tempos entre as atividades desenvolvidas e “quem” as executa serve como importante ferramenta na análise da insistência do sistema de dominação masculina em perdurar no tempo e no espaço,

principalmente ao tratar-se de uma atividade social e historicamente construída como masculina: a pecuária no Rio Grande do Sul.

A distribuição das atividades de trabalho na pecuária familiar durante o dia é relatada de maneira semelhante pelas entrevistadas, e a primeira atividade desenvolvida referencia os cuidados com os animais, como alimentação, revisão e controle da sanidade (como aplicação de medicamentos), contagem dos animais. No turno da manhã, a maioria das mulheres retornam da lavoura a casa para realizar as tarefas cotidianas ao meio doméstico:

De manhã racionar a criação. De manhã a primeira coisa que a gente faz: levanta, toma café e vai racionar a criação. Depois, as atividades da casa... ela [nora] se tem que ir pra lavoura, vai. E ao meio dia, a gente chega, tem que fazer comida. De tardezinha de novo, racionar a criação. É sempre todos os dias, é isso aí (Entrevistada 1)

De manhã cedo a gente lida com os bichos né. Aí depois ele [marido] vai, ele faz a lida da lavoura, eu fico em casa fazendo a lida e assim vai o dia. De tarde tudo de novo né, de tarde a gente trata os bichos de novo. (Entrevistada 2).

Primeira coisa, a gente tem que dar comida pros bichos né, pra depois voltar pra casa e aí fazer a arrumaçãozinha rapidinha, pra fazer outra coisa né (Entrevistada 13).

A parte da tarde é mais com os bichos, na parte da manhã eu fico com ela [sogra] aqui. É de manhã cedo, de manhã bem cedo eu atendo os... [bichos] e fico livre (Entrevistada A).

As dinâmicas familiares relatadas, além de demonstrarem uma visão geral das dinâmicas de trabalho das mulheres na pecuária familiar – pecuária, atividades domésticas e lavoura (em alguns casos) –, apontam para a clássica distribuição das atividades entre homens e mulheres, em que, prioritariamente, os membros da família dedicam-se aos tratos com os animais na parte da manhã e depois ocorre a distribuição entre as outras atividades, considerando o recorte de gênero e geração, como se observa na entrevista um. Nessa entrevista, a referência ao trabalho da nora na lavoura aponta para a influência geracional no trabalho rural. A entrevistada afirma “não trabalho mais na lavoura”, indicando que esse lugar é ocupado por mulheres mais jovens.

Essa condição é possibilitada pelo recebimento do benefício da aposentadoria, pois, como observa Buaes (2007), um dos fatores que influenciam o afastamento das mulheres mais velhas dos processos produtivos condiz com a garantia do benefício para mulheres rurais por idade, ou seja, a partir dos 55 anos. Assim, as mulheres cessam o desenvolvimento de atividades mais “pesadas” possibilitando-lhes maiores liberdades (BUAES, 2007), já que

anteriormente além do serviço na lavoura, ainda desenvolviam atividades com a criação e casa. Esses últimos permanecem como sua responsabilidade na aposentadoria.

Na fala da entrevistada número dois, também há a separação da atividade de lavoura (homem) e criação/casa (mulher). Entretanto, esta participante ainda não recebe o benefício da aposentadoria, contribuindo para outros olhares acerca do entendimento do desenvolvimento do trabalho na lavoura e para a compreensão da força do simbólico na permanência da divisão sexual que atribui qualificativos de gênero para as atividades nesse âmbito. Isto é, as atribuições de “trabalhos leves” deveriam estar concentradas entre as mulheres e os “pesados” entre os homens (PAULILO, 2004).

O terceiro elemento apresentado acima concorda claramente com a dinâmica familiar discutida, pois em primeiro lugar trata-se a criação para depois dedicar-se ao trabalho doméstico e, assim “permitir-se” realizar outras atividades, provavelmente, relacionadas ao consumo da família como o cuidado com hortas. Já a entrevista A, chama a atenção a expressão “fico livre” mencionada pela participante. Para ela, “ficar livre” significa a prática das atividades domésticas junto a sua sogra, considerando que o trato matutino dos animais tenha sido realizado. Pela tarde, dá-se o seguimento ao trabalho com os animais.

Nota-se que para as entrevistadas, as atividades de criação são percebidas como trabalho, pois ambas relatam permitirem-se realizar outras atividades após a lida com os animais. Contudo, o tempo livre serve para a prática das atividades consideradas como suas, ou melhor, as atividades de cunho doméstico, muitas vezes referidas como o “não trabalho”. Desta forma, o trabalho doméstico não é percebido como tal, pois o tempo livre mencionado refere-se ao espaço de tempo para a realização dessas atividades, desconsiderando-as como trabalho. Este trabalho ganha caráter apenas de dever (serviço) da mulher com a sua família, e parte da sua socialização para dar conta do espaço doméstico. Isso reforça a invisibilidade e a desvalorização do trabalho feminino, resultando na “[...] dupla ou tripla jornada e na sobrecarga” de trabalho (BARBOSA, 2013, p.124).

Essa situação se repete em outras entrevistas, como por exemplo:

A gente, geralmente, a gente faz junto as coisas né, dá comida pra os bichos, alimenta os bichos, depois recorre o campo, aí eu faço as lidas assim, alternadas. Eu lavo roupa, faço almoço no intervalo, assim. Mas é assim geralmente... quando sobra um tempinho, nas horas vagas, como horário de almoço, é pra lavar uma roupa dá uma ajeitada na casa (Entrevistada 4).

Percebe-se que as mulheres desempenham as atividades do campo junto aos homens, realizando as mesmas funções de trato dos animais e lida no campo, contudo os trabalhos

domésticos continuam sendo realizados pelas mulheres. Na mesma direção dos depoimentos anteriores, “as horas vagas” são utilizadas para pôr ordem na casa. Essas dinâmicas empenhadas na realização das atividades mesclam-se entre dois dos modelos de conciliação entre vida familiar e vida profissional, propostos por Hirata (2010). Primeiramente ao modelo tradicional, onde a mulher trabalha em casa assumindo os cuidados com casa e filhos, sendo o homem o provedor, e ao modelo da conciliação, em que a mulher concilia trabalho profissional e doméstico, e o homem não. Há a intersecção entre esses dois modelos, pois a mulher continua responsabilizando-se pelos afazeres domésticos, mas também trabalha na produção, só que em ambiente de propriedade da família.

O argumento anterior reitera as múltiplas situações de trabalho encontradas na pecuária familiar, onde as mulheres estão cada vez mais envolvidas com as atividades de produção no campo e definindo as atividades domésticas como tarefas secundárias:

De manhã, a primeira coisa é... eu lido nas ovelhas. Eu vou, a primeira coisa é dá bóia [alimentação] pra elas. Não é todas que comem comida sabe, a gente meio reparte, têm umas velhas que precisam mais. Aí depois eu venho faço um pouco das minhas coisas e volto. E aí, vou fazendo tudo misturado, não tem aquele tempo sabe... Às vezes até a alimentação minha mesmo eu troco, sabe. Eu vou meio dia e venho e almoço uma, duas [horas] (Entrevistada 12).

Tanto a conciliação entre agropecuária e o doméstico quanto o desenvolvimento das atividades na agricultura, juntamente com o marido, são mais percebidas entre as mulheres mais jovens participantes da pesquisa. Essa percepção do trabalho talvez seja motivada pela presença de outras mulheres (sogra) que permanecem nas atividades próximas a casa, dando “suporte” às tarefas domésticas. Ainda assim referem-se aos afazeres domésticos como “minhas coisas”, isto é, mesmo que haja algumas mudanças na condição feminina, a lógica dominante masculina conduz ao sistema de diferenciações entre o masculino e o feminino, legitimando o destino das mulheres ao espaço privado (BOURDIEU, 2002).

Com base nas reflexões de Bourdieu (2002), fica evidente a persistência da responsabilização das mulheres pelos trabalhos domésticos:

De manhã minha filha, eu... eu fico em roda do fogão, fazendo bóia. Outros dias tem pão pra cozer. Eu gosto muito de fazer um docinho, então a minha atividade de manhã é lá na cozinha. Agora de tarde, se tem que passar um pano molhado na casa, eu passo. Eu vou pra criação de galinhas, eu vou debulhar milho, eu vou moer milho (Entrevistada 7).

Ah, se eu puder eu faço tudo antes do meio dia. Tento fazer tudo, porque aqui muito, muito me chamam pra trabalhar né. Aqui mesmo do lado aqui, do outro lado tem uma senhora que se eu tiver em casa me chama pra trabalhar ali, então... se eu estiver em casa, eu tento fazer meu serviço antes do meio dia (Entrevistada 9).

A expressão utilizada pela entrevistada acima “meu serviço”, remete ao exposto e reforça as argumentações já desenvolvidas. Além disso, surge, nesse contexto, um espaço para a busca de autonomia socioeconômica da mulher, pois como se observa na fala citada, a entrevistada alude à prestação de serviços para terceiros, mesmo que estes serviços remontem às tradicionais atividades domésticas. Nesse sentido, a contratação informal de mulheres para a prestação de serviços relacionados ao trabalho doméstico no rural é constatado por Lunardi (2012), ao analisar os serviços no ramo do turismo no rural. A entrevistada refere que essa prática é realizada em outros ambientes, como por exemplo, em domicílios particulares. As atividades passam a ser representadas como extensão das responsabilidades realizadas em casa, aprendidas no seio materno da família sem considerar qualificações profissionais (LUNARDI, 2012).

Essa multiplicidade de ações e a participação das mulheres no desenvolvimento de atividades não agrícolas, distantes dos ambientes tidos como masculinos, pode contribuir na promoção socioeconômica feminina intrafamiliar no que tange ao planejamento econômico e produtivo da propriedade. É importante destacar que mesmo as mulheres ingressando em atividades não agrícolas, isso não garante plenamente o direito intrafamiliar de apropriarem-se dos rendimentos rurais, mas suscita maiores possibilidades nas participações em renda e decisões (STADUTO; NASCIMENTO; SOUZA, 2013).

A análise da categoria “trabalho para terceiros” que emergiu do campo estudado mostra particularidades que apontam três situações distintas revelando elementos pontuais da estrutura e dinâmica familiar: mulheres que nunca trabalharam para terceiros; mulheres que trabalharam para terceiros antes do casamento; e mulheres que trabalham para terceiros regularmente. Estas últimas são minoria dentre as entrevistadas e trabalham informalmente na escola da comunidade rural e/ou prestando serviços domésticos para outras pessoas como mostram as entrevistas.

As mulheres que nunca trabalharam para terceiros perpassam as distintas faixas etárias identificadas dentre as entrevistadas, assim como, as diferentes condições de estado civil (casada, viúva, divorciada, união estável) e escolaridade, indicando a inexistência de parâmetros sociodemográficos que demarquem a condição de trabalho contrato, formal ou informal, das mulheres inseridas na pecuária familiar. Os delineamentos, aparentemente, consideram caracteres da estrutura construída socialmente acerca das atribuições assimétricas de gênero e também de geração:

Não, nunca trabalhei, só em casa. Não, é que eu sempre fui em casa com os meus pais né. E depois eu casei, fiquei aqui, e aí foi sempre nessa lida né. Depois ficou só eu em casa, eu fiquei cuidando o pai, depois segui a minha vida, já estava... já tinha casado. Aí se terminou, aí sempre foi, a minha vida foi assim trabalhando. A lida com os bichos (Entrevistada 2).

Não. Só era com os meus pais, aí eles faleceram e eu casei e continuei com o meu marido, mas nunca trabalhei de empregada (Entrevistada 4).

Constata-se que as relações de trabalho expostas pelas entrevistadas recorrem a argumentos tanto de gênero como de geração. Antes do casamento essas mulheres permaneciam ocupadas com trabalhos domésticos e cuidados com os familiares, após o casamento dão seguimento a essas atividades tradicionalmente desempenhadas. Assim, pode-se falar em perpetuação da condição/situação feminina subalterna nas dinâmicas familiares rurais. Nesse sentido a socialização feminina empenhada no ensino-aprendizado das tarefas domésticas, com o intuito de reproduzi-las no casamento e nos cuidados com familiares, fragiliza as possibilidades de competição feminina perante o mercado de trabalho, (BRUMER, 1988), o que de certa forma pode contribuir para a aceitação do “destino de gênero” dessas mulheres.

Situação semelhante se dá com as mulheres que trabalharam para terceiros antes do casamento e em função do mesmo decidem parar com os trabalhos realizados. Um argumento para busca de trabalhos após o casamento pode residir na condição desvalorizada no grupo familiar, e muitas vezes, também com o intuito de contribuir nas despesas familiares. Assim, algumas delas, as mais jovens partem em busca de trabalhos que auxiliem nas duas esferas: reconhecimento socioeconômico e auxílio financeiro aos familiares (WANDERLEY, 2009), como demonstram as falas abaixo.

Solteira eu trabalhei em fábrica com a mãe. Nós íamos pra fábrica de frutas em Pelotas. E aí eu ia também porque eu era solteira nessa época... Nós parávamos lá na casa de uma tia, agora é falecida, nessa época era viva. Minha mãe também é falecida. Não tinha só na, na safra do pêssego mesmo que era em dezembro, janeiro, a gente pegava a safra né. Também meu pai era pobre, nós éramos sete e alguém tinha que sair a trabalhar pra ajudar (Entrevistada 6).

Eu desde a idade de 11 anos que eu trabalhava em Pelotas. E ia e voltava, meus pais também moravam pra lá. Eu ajudava meus pais, naquela época tinha que ajudar, os pais da gente não tinham nada e nós somos dez irmãos. Daí eu vinha de Pelotas trazer rancho pra eles com a maior dificuldade... Depois eu casei e o meu marido já era mais caseiro, não quis saber de... (Entrevistada 10).

Depois que eu vim pra cá, só aqui... Eu tipo assim, eu tinha uma vizinha lá nossa que eu trabalhava com ela, mas assim de fazer as coisas pra ela: comida, lavar roupa, limpar a casa (Entrevistada 12).

O casamento representa, com frequência, uma linha divisória, existe o “antes de casar” e “depois de casar” no que tange à prestação de serviços a terceiros por parte das entrevistadas, marcando também o ser jovem e o ser adulto. A finalidade da renda extra é nitidamente para obter recursos que contribuam com as despesas das respectivas famílias, porém com o casamento formam-se famílias independentes (BRUMER, 2004) quebrando a relação direta e recíproca de dependência econômica com a família biológica. Em pesquisa realizada por Brumer (2004), a autora observa que parte dos filhos de agricultores seguiram o ofício de seus pais: os homens, principalmente, em virtude de heranças e as mulheres pelo casamento com agricultores.

Essas afirmações refletem o movimento transitório das mulheres no rural, pois em um primeiro momento, ainda na juventude, decidem trabalhar fora das propriedades rurais, em busca de autonomia ou responsabilização em auxiliar financeiramente a família. E, em um segundo momento, retornam ao campo, motivadas pelo casamento e “optam” por seguir trajetórias semelhantes às vividas por seus antecessores: agora não mais na posição de filhas e sim de esposas e mães na busca pelo reconhecimento da mudança de estado civil e da maternidade, mas também como trabalhadoras rurais.

A discussão remete a um ponto que será abordado mais a frente, ou seja, a inserção da mulher na atividade pecuária familiar por dois motivos distintos: primeiro o seguimento e aprendizado de uma atividade desenvolvida pela própria família, e o segundo o aprendizado da lida do campo com os animais, em virtude do casamento. Como teorizado por Bourdieu (2002), o casamento atua como peça central na economia dos bens simbólicos, perpetuando o sistema masculino dominante, responsável pela legitimação das desigualdades de gênero, mesmo em tempo e espaços múltiplos perpassando as mudanças dos modos de produção econômica.

5.3 Produção e reprodução – entre o clássico e o novo, a divisão sexual do trabalho na pecuária familiar

As categorias a serem desdobradas nesta seção referem-se às atividades e decisões produtivas, às atividades e decisões reprodutivas, lavoura, ajuda e aprendizado. Com isso analisaram-se os elementos estruturantes de cada uma das categorias mencionadas com o objetivo de discutir a divisão sexual do trabalho, identificada a partir desses elementos que influenciam a estrutura do trabalho e as dinâmicas familiares imersas na pecuária familiar.

Essa divisão, fundamentada na base das iniquidades de gênero, na hierarquia das relações sociais entre os sexos e materializada nas práticas de trabalho é resultante de sistemas sociais particulares com sentidos complexos que revelam a multiplicidade do social (LOPES, 1996). Entretanto, mesmo considerando a diversidade das práticas e lógicas sociais, o produto final, frequentemente, referenda os mesmos componentes que identificam a clássica divisão sexual do trabalho entre os sexos. Nesse sentido, observa-se que as atividades realizadas em espaços públicos, como por exemplo as vendas de animais, em sua maioria, configuram-se como práticas masculinas dentro da pecuária familiar, conforme revelam as entrevistadas em momentos anteriores aos questionamentos sobre a responsabilização das vendas.

É sim, mas o fulano [marido] tem as pessoas já, mais ou menos, que são fregueses de comprar né, estão mais certo. Mas nem sempre aquela pessoa pode e a gente vende pra outro... (Entrevistada 4).

Tem pra cria, mas aí ele vende, vende os terneiros, os machos, aí as vacas depois que estão meio velhas ele já vende. É vaca só se vende assim, carnear, ele não carneia. Os outros bichos ele vende carneado: porco, ovelha (Entrevistada 2).

Ao perguntar sobre como se dão as vendas, ao mesmo tempo em que a entrevistada quatro menciona que o marido teria conhecimento de possíveis compradores, ela salienta a figura do marido como protagonista das atividades de venda. A participante dois remete a atividade ao marido de forma semelhante, referindo-se ao sistema de criação adotado na propriedade, oportunidade em que a figura masculina é reconhecida como responsável pelas vendas. A situação se confirma ao se direcionar questionamentos diretos sobre a quem caberia às atribuições em relação às vendas:

É ele, porque, porque aí ele paga as contas e se eu tenho que comprar as coisas ele me dá pra mim levar, pra mim comprar... ou senão vende ali no comércio e já compra as coisa né. Já fica lá o dinheiro (Entrevistada 2).

Ele que faz esses contatos e coisa, eu só ajudo na hora de... na lida mesmo, mas essa parte é com ele né, ele que faz, ele que acerta tudo. Me consulta, mas é ele mais que resolve essa parte (Entrevistada 4).

É ele. Às vezes ele vai procurar, outras vezes algumas pessoas vêm, procuram, sabem que tem e vem procurar (Entrevistada 5).

É, é com ele [marido] minha filha. É com ele que faz o negócio, pode ser meu ou tudo junto, é ele que resolve. Essa parte é com ele (Entrevistada 7).

Os compradores é assim: esse ano passado ele [filho] pra um rapaz que mora aí no Buriti que levou pra Santa Cruz 20 animais. E no mais ele faz o lote assim e vende, eu acho (Entrevistada 10).

Antes de analisar as falas pela ótica da divisão sexual do trabalho, é importante destacar que semelhante à agricultura familiar, a pecuária familiar também apresenta caráter dinâmico frente ao mercado, como se percebe nos trechos das entrevistas. A autonomia em relação às vendas proporciona diferentes estratégias de comercialização dos animais em consonância com as necessidades da família não dependendo, exclusivamente, dos preços para a efetivação de negócios financeiros. Ademais, a pequena quantidade de animais nas propriedades da pecuária familiar, as longas distâncias e as más condições das estradas dificultam às condições de comercialização, resultando na venda dos animais para vizinhos, tornando-os possíveis clientes regulares (RIBEIRO, 2009).

Retornando e, para além da visível divisão e atribuição das vendas aos homens, especialmente quando as entrevistadas referem que “esta parte” é incumbência masculina, surgem outros elementos potenciais visibilizadores ou materializadores da dominação masculina e submissão das mulheres à lógica dominante nesse âmbito. Um desses elementos refere-se à “relação de ajuda” atribuída ao trabalho feminino direto no rural. Uma das entrevistadas (quatro) menciona: “eu só ajudo na hora da lida mesmo”. Ou seja, a venda passa a compor “parte” das atividades masculinas e o trabalho das mulheres, diretamente na produção pecuária, não carrega o mesmo sentido, pois é entendido como mera “ajuda”. A discussão sobre a relação de ajuda no trabalho feminino será abordada posteriormente, mas enfatiza-se que devido à dinamicidade permitida pela metodologia adotada neste estudo, é importante considerar, e destacar, elementos que afloram espontaneamente nos diferentes contextos.

Ainda que se mantenha a representação do homem como executor das atividades e decisões exteriores à propriedade rural, como a comercialização, (TEDESCHI, 2012) o cenário estudado identifica situações que, aparentemente, contribuem ou indicam mudanças nas relações de poder e dominação masculina. Essa possibilidade de transformação tensiona as dificuldades anteriores de inserção feminina em espaços e relações públicas. Isso pode ser constatado em trechos das entrevistadas em referência à comercialização dos animais:

A gente vende para o frigorífico, né, as terminais. E os terneiros, a gente não consegue ter um fixo porque às vezes a pessoa já comprou de outro, mas a gente tem um senhor que compra de nós já há três anos. É, mas as negociações, geralmente, é eu que faço. Às vezes a do gado gordo é o fulano [marido], mas a do gado de terneiros e terneiras, geralmente é eu. E a propaganda quem faz sou eu. Como eu sou muito conversadeira, eu uso isso a meu favor (Entrevistada 3).

É comigo, porque tudo está no meu nome né. Eu tive herança do meu pai, da minha mãe e aí, é tudo no meu nome. Eu tenho livro, eu tenho tudo né. E ele não, ele já não tinha criação, agora que ele comprou uns bichinhos e aí tem também, mas aí é

tudo no meu livro, porque ele não tem... Mas é tudo comigo: vacina, inspetoria, tudo, tudo é comigo (Entrevistada 11).

Alguns questionamentos sobre essas duas situações são cabíveis nesse momento. O primeiro elemento da primeira fala, reflete a condição de agente da entrevistada frente às negociações. Entretanto, há que se considerar que a titularidade da terra está no nome do casal fazendo jus às respectivas heranças, sendo esta situação encontrada em apenas outro caso. Outro fator remete ao número de hectares de propriedade do casal, 270 hectares, isto é, fala-se, dentre o cenário estudado, da propriedade com maior extensão de terra, o que reflete, conseqüentemente, condições financeiras mais favoráveis que as demais entrevistadas, possibilitando o entendimento de que o poder econômico financeiro pode estar imbricado nas chances de agência da condição feminina, conforme as reflexões de Sen (2010).

O segundo fragmento desperta atenção para o protagonismo das mulheres no comércio e demais atividades externas à propriedade rural. No entanto, similar à entrevistada anterior, apresenta elementos que a diferenciam, de certa maneira, da maioria das participantes da pesquisa, tratando-se da única participante com estado civil declarado divorciada, talvez esteja nessa condição uma das explicações. O protagonismo feminino no espaço familiar motivado por condições adversas também foi constatado por Barbosa e Lopes (2015), as autoras identificaram a chefia dos estabelecimentos por mulheres devido a fatores como o abandono do marido, pois na presença do marido esta situação se torna mais difícil, identificando “[...] a permanência das hierarquias calcadas no gênero e na dominação masculina como principal definidora das oportunidades para uns e outros, homens e mulheres” (BARBOSA; LOPES, 2015, p. 300).

Os comentários sobre as decisões, de caráter gerencial, relativas à atividade pecuária mostram elementos que permeiam desde o consenso entre o casal até a autoridade masculina imposta sobre quaisquer atitudes a serem tomadas em função da produção. Dentre as entrevistadas, não houve nenhuma menção sobre a tomada de decisão exclusivamente por parte das mulheres: ora filhos estão envolvidos, ora maridos, e até mesmo sogros. Nesse sentido, nota-se que as decisões na pecuária familiar, frequentemente percorrem a lógica masculina.

Isso é repartido, é junto. Aí, se causo ele não vai comprar, aí eu compro. Ele diz as coisas que tem que comprar, sempre é assim. É se ele vai comprar eu digo o que tem que trazer, né, pra casa né. É repartido assim (Entrevistada 2).

Eu acho que é o fulano [marido] mesmo... E eu ainda dou uns palpíntinhos né. É vamos comprar assim, não sei acho que não... é acho que vamos, acho que não vamos. Eu sou muito palpitadeira. Vamos comprar um touro, aí eu vou lá e olho. _E aí gostou? _é gostei. Então vamos comprar o touro (Entrevistada 3).

A gente entra em acordo, como eu te falei, tudo é em acordo e resolve (Entrevistada 4).

É nós dois, a gente tem que combinar alguma coisa né pra dar certo senão um faz uma coisa e o outro faz outra. Não dá certo, a gente combina (Entrevista 13).

A contradição mencionada na primeira fala acima, “é repartido, é junto”, remete à suposta condição de decisões conjuntas entre o casal, isto é, unindo as “partes” elaboram-se decisões consensuais. Esta prática do “decidir” juntos encaminha à soma das partes mantendo a separação entre atividades e espaços: ela responde pelo que precisa comprar para casa, e ele pelo restante. Da mesma forma, Lunardi (2012) ao analisar as mudanças nas relações de trabalho e gênero no turismo rural observou a persistência do discurso e da prática que separa as atividades de homens e mulheres, propiciando o entendimento de que não houve mudanças em âmbito administrativo da propriedade, pois a mulher continua tomando as decisões referentes à casa e o homem ao campo.

O segundo depoimento busca demarcar as decisões produtivas à figura masculina, mas verifica-se o envolvimento feminino com as atividades da criação de animais, demonstrando tensão da lógica dominante que determina o homem como único responsável pelas decisões produtivas. É importante ressaltar que mesmo a mulher estando inserida no ambiente de decisão econômica, a lógica dominante “prende” a mulher às estruturas socialmente construídas fazendo com que esta atribua ao marido as decisões produtivas. A prevalência de relações sociais intrafamiliares fundadas na divisão mulher/reprodutivo e homem/produtivo, desconsidera o trabalho feminino na produção (neste caso na pecuária) e nos processos decisórios estabelecendo “[...] relações de poder favoráveis ao homem” e fragilizando “[...] o poder de barganha intrafamiliar da mulher” (STADUTO; NASCIMENTO; SOUZA, 2013, p.103).

A mão de obra familiar caracteriza-se como um dos principais elementos constitutivos da definição e das dinâmicas tanto da agricultura quanto da pecuária familiar. Todas as entrevistadas citaram o empenho da família nas atividades de trabalho, sejam domésticas, agrícolas ou pecuárias. A contratação de pessoal externo à propriedade é esporádica e realizada em poucas das famílias em estudo, que contratam um peão em épocas de colheita, (milho, por exemplo), preparação de cercas e tosquia de ovinos, entre outros (RIBEIRO, 2009).

A gente tem um rapaz que é temporário também, quando precisa (Entrevistada 3).

Na época da colheita ele contrata peões temporários assim, mas no mais... no geral é nós (Entrevistada 4).

Que nem na plantação do milho, os meus irmãos ajudam. Ah, tem gente que ajuda, a gente bota peão, no caso né pra ajudar. Ou trocamos de serviço, vem aqui e depois nós vamos lá na casa dele (Entrevista da 9).

É, é... hoje mesmo ele até foi trabalhar ali com um, aí depois ele vem ajudar ele quebrar o milho. Depois aperta muito, está chegando o tempo de lidar com as terras, né (Entrevistada 2).

Outra prática recorrente na pecuária familiar é a troca de serviço (RIBEIRO, 2009), também detectada nas entrevistas. Ribeiro (2009) relata que a troca de serviços é realizada entre os pecuaristas familiares, devido, por vezes, aos altos custos de contratação e até mesmo pela baixa disponibilidade de mão de obra. Desta forma, produtores (em alguns casos parentes uns dos outros) auxiliam-se de forma recíproca na prestação de serviço sem custos monetários para ambas as partes.

A marca da divisão sexual do trabalho é tão nítida que aos olhos de quem a investiga não passa despercebida, pois conforme se verifica nos trechos acima, a responsabilidade em contratar peões é do marido, assim como nas oportunidades de troca de serviço também é ele que se envolve, pois, “alguém” deve ficar na propriedade para dar conta das atividades rotineiras, sejam domésticas, agrícolas ou pecuárias.

Aí é só ele, porque daí eu, aí não. Os dois a gente não pode ir. Aí a guria [filha] está em casa pra ficar com os pequenos [filhos], aí às vezes eu vou, mas não é sempre também. Mais é pra atender a nossa [lida]... (Entrevistada 5).

A subordinação da mulher à dominação masculina corrobora com a responsabilização conferida às mulheres pelas atividades desempenhadas em âmbito familiar (reprodutivo) e produtivo, já que o homem é o “representante oficial” nos momentos em que ocorrem as trocas de serviço entre as famílias. As mulheres permanecem na propriedade da família cumprindo com as “obrigações” femininas e masculinas. Essa relação é confirmada por Costa e Lopes (2015, p.177), onde as autoras, por meio da perspectiva das representações sociais, identificaram que “[...] a mulher rural é considerada sob a ótica da “subordinação” e da “obediência”, atrelando-lhe a responsabilidade pela reprodução biológica, cuidado do lar, dos afazeres domésticos e da lavoura, estando em muitos turnos “a serviço da família e da produção”.

Refletindo a partir de Sen (2010), entende-se que a frágil condição de agente de algumas (maioria) dessas mulheres talvez nem as permita perceber sua situação de privação no que tange ao ambiente familiar, pois a própria vida em conjunto (neste caso referindo-se ao homem e à mulher) “[...] requer que os elementos de conflito não sejam enfatizados de uma forma explícita” (SEN, 2010, p. 250). Ou seja, inseridas no contexto cotidiano reprodutivo e privado, as mulheres acabam por incorporar a lógica masculina dominante e nem percebem como estão inseridas em um cenário de privações. Sen (2010) salienta que a compreensão, por parte dos familiares, de quem desenvolve a função produtiva ou quem está contribuindo mais ou menos para a prosperidade familiar pode influenciar para não se aperceberem as privações sofridas.

Neste contexto, cabe ao homem ocupar os espaços públicos em busca do sustento familiar, enquanto que muitas mulheres ainda se limitam ao espaço privado, assumindo a posição de “gestoras do lar” (MELO, 2002). Nota-se que, mesmo se referindo à troca de serviços, o principal agente nesta atividade é o homem, pois embora não haja pagamentos, trata-se de atividades ditas produtivas, as quais denotam caráter de proveniência econômica financeira à família. Contando que a mulher na ausência do marido desempenha todas as atividades da propriedade rural, Melo (2002, p.12) ao estudar o rural do semiárido, tece considerações que corroboram com o encontrado. A autora verifica que “na prática a separação entre homens e mulheres, nessa região, parece só funcionar para o homem, uma vez que ele continua participando apenas dos afazeres fora da casa”.

A dinâmica e atribuições acerca das compras de insumos e materiais necessários para manutenção da produção também foi questionada às entrevistadas. Ainda que esta tarefa seja, na maioria dos casos, exclusividade masculina, aos poucos se constroem cenários que cooperam para a inserção da mulher em espaços públicos, como por exemplo, a realização de compras na cidade para suprimento das necessidades da produção.

Ah, é sempre o fulano [marido] que busca, ele compra ou manda buscar, às vezes alguém... quase sempre é ele que vai lá e escolhe do jeito que ele quer (Entrevistada B).

É nós dois, mais é eu né, é eu que vou mais seguido na cidade, mas tanto faz... eu vou, ele vai quando é preciso (Entrevistada 8).

Eu compro na pecuária já tenho crédito lá que... vou pagando aos pouquinhos né, vou lá preciso de uma coisa, ligo pra eles, mandam pelo ônibus pra mim às vezes também né. E aí depois eu vou pagando conforme eu posso né (Entrevistada 13).

Compro, compro na pecuária. Compro nas pecuárias e tudo é comigo. Às vezes até aquele dinheirinho a mais eu guardo lá na caderneta, aí eu vou lá e tiro e vou lá e compro remédio, porque tem que ter, no inverno como que a gente... tem que dar

bastante cálcio e vitamina pro gado né, se eles caem muito. E a ovelha também, como a ovelha é exigente por remédio. Então às vezes eu vendo um bicho e boto lá e depois tenho o dinheiro pra comprar o remedinho pra eles, ração... (Entrevistada 11).

Constata-se a dinamicidade do processo de compras na pecuária familiar no que se refere à responsabilização da atividade. A maioria das entrevistadas referiu ser o marido o principal comprador dos insumos da propriedade, até mesmo porque os recursos financeiros em grande parte são de domínio masculino, pois independente das mulheres realizarem atividades que contribuem para a geração de renda da família, as dinâmicas intrafamiliares privilegiam o homem como sujeito encarregado das decisões e planejamento das atividades agropecuárias (STADUTO; NASCIMENTO; SOUZA, 2013).

Contudo, as mulheres são cada vez mais frequentes em processos desenvolvidos em espaço público, como por exemplo, a compra de insumos, ainda que a decisão, por vezes, permaneça concentrada no homem. Também se percebe a mulher diretamente envolvida com as compras para a propriedade, como na entrevista 13, em que a participante refere a relação com o comércio na cidade. Algumas condições adversas (viuvez ou abandono do lar por parte do marido) configuram-se, em diversas situações, como precondições para a promoção da chefia familiar feminina (BARBOSA, 2013; HERNANDEZ, 2009), a qual permitiria à mulher as atividades de compras. Entretanto, ao contrário do que as autoras encontraram em suas pesquisas, a entrevistada 13 é casada e mesmo assim possui o domínio das atividades de compra. As viúvas participantes da pesquisa não assumiram a compra de insumos, ficando sob a responsabilidade de seus filhos essa atividade; uma destacou contribuir financeiramente para as compras e a outra mencionou a renda do filho destinada às compras, pois esta assumiu as despesas domésticas.

Outra situação semelhante relaciona a entrevistada 11, pois a mesma demonstra conhecimento e prática na atividade de criação, afirmando sua posição frente às compras dos insumos pecuários e ainda remete à condução dos assuntos econômico-financeiros. A entrevistada divorciou-se e mesmo encontrando outro companheiro, continua à frente dos negócios.

Essas situações se destacam, pois ao contrário a maioria das entrevistadas quando questionadas sobre a responsabilidade de compra dos insumos, limitam-se a “é ele”. Além disso, outra ocorrência que trata da compra de insumos chama a atenção ao compará-la às demais situações encontradas: separação da responsabilização de compras em função da atividade econômica na propriedade (pecuária e lavoura).

O remédio do gado, na maioria das vezes, é eu que busco, que compro, que se tem um animal doente, eu vou trago, faço, não tem. Os produtos da lavoura geralmente o fulano [marido] vê. Mas eu te digo assim olha, posso te dizer tranquilamente que é muito dividido, 50% pra cada um... Se eu estou lidando e eu preciso ir buscar, não tem problema nenhum, eu vou e não... mas na maioria das vezes também as sementes, geralmente, as sementes eu deixo. O fulano [marido] que vê porque aí é ele que vai utilizar aí, ele que sabe que quantia, essas coisas assim. A parte de sementes é sempre com ele (Entrevistada 3).

Um elemento que se destaca neste trecho diz respeito à divisão sexual do trabalho dentre as próprias atividades econômicas da propriedade, pois, de modo geral, a distinção que separa a lavoura ao marido e a pecuária à entrevistada é reafirmada ao longo da conversa. A modernização da agricultura consubstanciada em instrumentos (maquinário, por exemplo) na atividade constrói-se socialmente como devendo ser utilizados pelos homens. A complexidade do trabalho na lavoura torna-se maior direcionando o produtor a investir tanto em novos equipamentos como em formação para operacionalizá-los. O movimento de inserção ao pacote tecnológico distanciou mais ainda as mulheres das atividades ditas produtivas, pois sendo o homem o responsável pelo espaço produtivo, este toma a frente para se qualificar e manter contatos com associações, mercado, e assim por diante (BRUMER, 2004).

Essa pode ser uma explicação para as dinâmicas que separam mulheres na pecuária e homens na agricultura, já que a pecuária por mais que apresente inovações, possui certos tempos e espaços mais difíceis de serem adaptados às necessidades de um sistema produtivo que vise retornos em menor período. E a pecuária, por ser desenvolvida com pouca tecnologia pelos pecuaristas familiares e, por vezes, não se apresentar como a principal fonte de renda (RIBEIRO, 2009), transita para o rol das tarefas femininas, isso considerando que a pecuária não seja a principal fonte de renda da família, pois caso seja, permanece masculina.

Em relação a essa questão das atividades e decisões produtivas, emergiram várias considerações que permitiram a classificação de duas posições associadas ao “sexo” da pecuária e da lavoura, todas desenvolvidas concomitantemente aos trabalhos domésticos. A primeira refere-se às mulheres que comentaram sobre suas atividades na pecuária, afazeres domésticos e “ajuda” na lavoura; e a segunda, àquelas que desenvolvem atividades na agricultura, as tarefas domésticas e ainda “ajudam” na pecuária.

Situação semelhante é retratada por Hernandez (2009, p. 202), ao analisar a atividade leiteira desempenhada culturalmente por mulheres. No momento em que a atividade assume o protagonismo das atividades econômicas das propriedades estudadas pela autora e insere-se a ordenhadeira, tecnologia para a ordenha, os homens passam a participar ativamente da

atividade. Um aspecto relativo a essa mudança mostra que, quando se fala que “tirar leite é coisa de mulher”, a tecnologia aos poucos vai redefinindo essa ação para uma atividade de ordem masculina na medida em que o produto é valorizado economicamente.

Assim, a partir de algumas entrevistas percebe-se a relação inversa: aquela que culturalmente fora uma atividade desenvolvida pelo homem, no momento em que outra atividade ocupa a frente econômica da propriedade e envolve a adoção de tecnologias, o homem assume a responsabilização, cabendo à mulher dar o suporte para a pecuária. No entanto, não se observam mudanças no que concerne às atividades domésticas e criação dos filhos, como pode ser observado nas entrevistas abaixo:

A gente toma café, ele vai pra lavoura e eu vou pro campo se tenho que ir. Quando o rapaz [contratação esporádica] está nos ajudando ele vai comigo se precisa prender o gado pra banhar ou pra vacinar, se não precisa, se é só revisar ele vai com o fulano [marido] porque geralmente a lavoura ocupa dois... Almoço é eu, aí eu venho e faço o almoço, de tarde retorno pra terminar o que foi começado... Se ele vai pra lá [lavoura mais distante de casa], eu já deixo a janta, o almoço, faço janta e já fica pronto, ele leva e não precisa voltar. Se ele está aqui [lavoura perto de casa], meio dia ele vem almoçar e aí de tarde se precisar, se só com um eles não atendem, eu dou uma mão também [lavoura] (Entrevistada 3).

Eu ajudo ele na lavoura, ajudo. Trator assim quando é serviço em casa, ainda não estou muito bem, mas mais é na atividade campeira mesmo, lidar com os bichos, fazer remédio (Entrevistada 4).

Ah eu faço toda a lida, faço a lida da casa, cuido dos bichos, e se for preciso ajudar alguma coisa na lavoura, a gente ajuda. Muita coisa tem o guri [filho] que ajuda né. Aí eu fico mais na volta de casa. Cuido dos bichos e os afazeres da casa (Entrevistada 2).

Os princípios básicos da divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização (KERGOAT, 2000), são identificados claramente, pois no instante em que a mulher desenvolve a prática da pecuária (não mecanizada), a lavoura passa a ser atividade do homem determinando a separação das atividades. Os afazeres domésticos não mudam, perpetuam-se como atividades femininas. É interessante ressaltar que, além da pecuária tornar-se, ao menos nos discursos, trabalho a ser desenvolvido pelas mulheres, a hierarquização das atividades fica explícita na fala das entrevistadas ao mencionarem que se for preciso elas “ajudam” na lida da lavoura. Novamente a titularidade de um dos sexos determina a "ajuda do outro".

Em estudos realizados por Hernandez (2009), a autora constata que o trabalho feminino na lavoura é entendido como secundário, carregando menor importância na hierarquia da divisão sexual do trabalho. Da mesma forma, os trabalhos domésticos continuam sendo desempenhados pelas mulheres e ainda as atividades para autoconsumo. A diferença recai sobre a prática da pecuária que, seguindo a lógica da pecuária familiar, tem

como principal motivação para a permanência da atividade a tradição familiar, satisfação, sustento e ocupação dos membros da família e não a obtenção de lucro (SANDRINI, 2005).

Talvez esses elementos motivacionais contribuam para a compreensão das razões que justificam a participação da mulher em uma atividade construída socialmente como masculina: o sustento da família (Hernandez (2009) no que tange ao autoconsumo) e a ausência do viés exclusivamente econômico da atividade. A própria inserção da agricultura contribui com a aproximação feminina da pecuária, pois a agricultura requer maiores investimentos em tecnologias e aperfeiçoamento para a operacionalização do maquinário, colocando o homem à frente deste processo, como salienta Brumer (2004). Assim, corrobora-se com a compreensão que Hirata (2010, p.2) tece sobre a tecnologia e a divisão sexual do trabalho: “[...] a tecnologia não é independente e exógena à organização do trabalho e às relações sociais”, aqui, especialmente, tratando-se das relações sociais de sexo no trabalho.

O potencial da tecnologia na reconfiguração da divisão sexual do trabalho, no que se refere à pecuária e à agricultura no contexto estudado, é destacado em uma das falas das entrevistadas:

Eu acho que essa área da agricultura ainda não está dominada pela parte das mulheres porque é muito maquinário. E aí, eu acho que exige mais técnica, que um menino já nasce em cima de um trator, já trabalhando com o pai. A menina vai pro campo, vai no cavalo, vai né, mas, no trator a gente já tem mais cuidado, mais medo né. É comum se ver um menino aqui fora [interior] de 8 anos tratorando, mas não é comum ver menina (Entrevistada 3).

Essa situação demonstra a socialização das crianças baseada na divisão do que é ser menino e o que é ser menina, “[...] posto que os pais empregam técnicas diretas e indiretas para tornar as filhas “femininas” e os filhos “masculinos” (TEDESCHI, 2004, p. 49). É na criação familiar que se estabelecem os valores e atitudes que cada um deve tomar frente à sociedade. A escola, os meios de comunicação e a mídia acabam por reforçar os “roteiros adequados” a serem seguidos por homens e mulheres. Desta forma, socializados conforme o padrão masculino dominante, homens e mulheres passam a agir e reagir as situações cotidianas de maneiras distintas.

A partir disso, percebe-se, de acordo com a entrevistada, ser “comum” os meninos ingressarem cedo nas atividades da agricultura e as meninas serem direcionadas às atividades do campo. Ao repensar situações cotidianas na base dos aportes teóricos adotados, identifica-se que não seria tão “comum” a separação de atividades mencionadas pela entrevistada. No entanto, considerando que a mesma vem de família pecuarista tradicional, avaliando o contexto da modernização da agricultura e a perspectiva desta ocupar a principal atividade

econômica da família, as probabilidades desse redirecionamento acontecer em famílias pecuaristas que permanecem na atividade, mesmo inseridas na agricultura, ganham um viés explicativo fundamentado na construção clássica da divisão sexual do trabalho.

Além das mulheres que passam a trabalhar de maneira mais direta na pecuária, a grande maioria está envolvida com as atividades para autoconsumo como hortas, além das atividades domésticas e da criação dos filhos. Todas as entrevistas relataram estarem presentes e atuantes na lida direta com a criação de bovinos e/ou ovinos, entretanto a consideração de que as atividades desempenhadas por elas mesmas adquirem caráter de ajuda, é quase que majoritário dentre as participantes:

As vacas de leite sim, é eu que lido com elas, dou mandioca, isso, aquilo. Não gosto de vacas magras... Mas eu vou lá "ajudar", às vezes eu ajudo na campareada, a procurar (Entrevistada B).

... eu tenho que ir pra ajudar, estou sempre de atrás. Se vai fazer um remédio pra os bichos da mangueira, eu vou junto (Entrevista A).

Ajudo, ajudo, aham. Ajudo ele quando ele vai pro campo que, que tenho que ir junto, eu estou indo ajudar... Ajudo em tudo né, na lavoura, nos bichos. O que precisar eu estou ali ajudando... Eu adoro lidar com os bichos, coisa que eu adoro é ir pro campo assim e mexer com os bichos, botar na mangueira e ajudar né. Tem que vacinar, tem que fazer remédio e tudo... Sim, estou ali pra ajudar (Entrevistada 8).

A relação de ajuda no trabalho rural é discutida por diversos autores dentre os quais Tedeschi (2004), quando observa a inserção da mulher nos trabalhos da roça (neste estudo a pecuária). Esta é entendida como ajuda ao homem, pois este se responsabiliza por tudo que é exterior à propriedade, como por exemplo, relações mercantis e monetárias, associações, capacitação profissional e, ainda conduz as atividades que geram renda. Então, com isso desenvolve-se a ótica de que o trabalho desempenhado pela mulher na produção agropecuária apresenta caráter secundário.

O autor constata a dupla desvalorização do trabalho feminino no rural, ou seja, mesmo quando as mulheres desenvolvem as mesmas atividades de cunho produtivo que os homens, seu trabalho é caracterizado como secundário, como ajuda e, as atividades domésticas e com finalidade de subsistência também não são valorizadas, pois somente importam aquelas que transformam o trabalho em dinheiro (TEDESCHI, 2004). Todo esse contexto, baseado nas “[...] relações de poder e de autoridade desvendam o discurso dominante sobre as tarefas femininas”, e potencializam a naturalidade como elemento explicativo da “[...] inquestionabilidade da dicotomia trabalho-de-homem/trabalho-de-mulher” (LOPES, 1996, p. 58).

Outra menção que se destaca remete à seguinte fala: “estou sempre de atrás”. Novamente reafirma-se o contexto em que a mulher assume sua própria posição subordinada nas atividades de campo, pois está na figura masculina a condução da atividade cabendo à mulher apenas auxiliar no que for necessário e solicitado pelo homem. No último trecho da entrevista mencionado acima, percebe-se que a relação de ajuda além de estar associada à atividade pecuária, abarca a lida na lavoura, reduzindo o trabalho da mulher somente ao ambiente reprodutivo, já que as atividades de campo e lavoura não seriam suas.

Nesse sentido, ao ser entendido como ajuda, o trabalho da mulher ganha caráter de sustentação ao trabalho familiar, contudo sua concepção tanto por parte da família como por sua própria parte não recebe a devida definição de trabalho, deslegitimando-o e reduzindo seu valor (BARBOSA, 2013). Ademais, a relação de ajuda se mantém ao tratar das atividades culturalmente desempenhadas pelas mulheres, os afazeres domésticos, pois quem ajuda são os filhos e os maridos, mas quem ocupa a posição de titularidade dos assuntos da casa são as mulheres.

Assim como eu acho assim que serviços domésticos o homem pode fazer, ajudar a esposa, acho que não é feio, não é vergonha. Eu não tenho preconceito, eu não tenho serviço de campo que eu não [faça] (Entrevistada 4).

Ah é eu que faço, só que eu, eu agora pego e divido né. Uma tarefa pra cada um, tem o filho né com 13 anos, alguma coisa eu mando ele fazer pra me ajudar né. Comida, o meu esposo estando em casa ele me ajuda, qualquer coisa ele faz. Aí é dividido (Entrevistada 8).

Ah, eu até ajudo né, a segurar [os animais] e coisa, eu ajudo também. Ajudo. A gente tem que se ajudar pro mundo ir pra frente, pro Brasil ir pra frente. O meu marido às vezes pega e faz: -Ah eu vou fazer um carreteiro. Ele pega e faz a janta, tem que ajudar né, tem que ser... Esses meus [filhos] ajudam em casa, os meus ajudam, a fulana [filha] mesmo que está com oito anos já lava a louça e eu ensino porque tem que fazer. Amanhã depois casa e não sabe fazer nada. A gente tem que aprender né, e tem que ensinar eles né (Entrevistada 9).

O homem pode fazer os serviços domésticos e a mulher pode fazer os serviços de campo, e a ajuda entre os mesmos é o que se espera para que o mundo possa ir para frente. Essas construções deterministas se fundem no imaginário social garantindo a reprodução das explicações fundamentadas nas relações de poder dentro dos ambientes produtivo e reprodutivo. Ou seja, o resultado dessas relações e interações cria “[...] modelos parciais de trabalhadores, estereótipos ditados pela articulação da ordem produtiva e reprodutiva” (LOPES, 1996, p. 59).

Os filhos também ajudam em casa para que aprendam as atividades, especialmente ao referirem-se as meninas, pois estas devem saber as práticas domésticas visando um futuro casamento cabendo à mãe o ensino dessas práticas (STROPASOLAS, 2004).

Segundo Brumer (2004), a desvalorização do trabalho feminino contribui para a saída da mulher do campo da mesma forma que motiva os jovens a buscar seu reconhecimento social fora do rural, pois o trabalho destes também é entendido como ajuda. Além da compreensão da relação de ajuda, é importante destacar que, em suma, o desempenho das atividades de ajuda não é entendido como trabalho e sim como relação de serviço (BARBOSA, 2013), intensificando a desvalorização do trabalho de jovens e mulheres. Com base nessas reflexões, Lopes (1996) afirma que, para que a situação de trabalho de jovens e mulheres no rural se modifique, é necessário considerar na definição de trabalho, como enfatiza, não somente as atividades que geram renda, mas sim acrescer ao entendimento o trabalho doméstico como não imune das relações mercantis.

O não reconhecimento das atividades desempenhadas pelos filhos no rural e a própria preparação das filhas para o casamento pode ser resultado do caminho percorrido pela socialização e educação que as mesmas vivenciaram em sua infância e juventude, permanências naturalizadoras do trabalho com base nas culturas de gênero, pois como algumas entrevistadas mencionam elas ajudavam seus pais na lida:

Sempre ajudava meu pai a lidar com as ovelhas, ele encerrava e já me chamava lá pra mim ajudar. Era uns quantos irmãos, mas os guris trabalhavam mais no serviço de lavoura, e eu ia lá pra mangueira ajudar o pai... Depois me casei, aí, aí ajudava o meu esposo né, sempre ajudando, sempre ajudando. Depois os filhos cresceram e ajudavam nós (Entrevistada 11).

A reprodução da lógica da “ajuda” se perpetua ao longo das gerações, como se percebe quando a entrevistada acima relata sua trajetória de ajuda na pecuária desde sua infância, em que ajudava seu pai, e no casamento, ajudando seu marido, além da continuidade da dinâmica em que seus filhos passam a ajudar também. O caráter masculino da pecuária também é identificado, pois em nenhum momento a entrevistada refere-se à sua mãe ou alguma mulher que tenha convivido nesses momentos. Entretanto, a agricultura estando presente entre as atividades produtivas econômicas da propriedade, ocorre o redirecionamento da pecuária à mulher já que os homens envolvem-se com a lavoura e suas tecnologias.

Na ausência de “interessados” na continuidade da pecuária familiar, carregada de significados, tomada como um modo de vida e nem sempre conduzida para fins econômicos, os seus saberes são repassados às mulheres. Essas situações são analisadas a partir do “aprendizado”, essa noção, transformada em categoria analítica neste estudo, contribui para entender os significados da relação entre as mulheres e a atividade na pecuária. Na sequência

as entrevistas mostram que lidam na pecuária desde crianças e que o aprendizado na atividade advém de ensinamentos obtidos através de familiares.

Meu avô paterno me ensinou a ser como se fosse um guri e ele não via essa divisão, ele não via sabe, ele não tinha esse problema de a gente trabalhar no, nessa, na área que é mais masculina, como dizem né. Então eu cresci pra mim sendo natural. Inclusive eu aprendi serviços manuais de homem: tosquiar, lidar com o gado, banhar, vacinar, essa coisa assim que é serviço, que seria mais masculino né... E aí o interessante é que não sobrava tempo pra minha mãe e pra minha avó me ensinar a cozinhar, fazer pão, sabe... Aí a mãe também não ensinava muito porque ela gostava disso mesmo né (Entrevistada 3).

Com meus pais desde pequenininha, do tamanho dessa minha [filha com aproximadamente um ano e seis meses], já estava na lida, assim que nem ela que eu já estou criando... Eu optei né, por viver a vida aqui assim, ficar, seguir o que meus pais eram, a pecuária e a agricultura e seguir (Entrevistada 4).

Desde pequena né, quando eu era pequena eu participava junto com eles né, quando o meu pai saía e eu estava sempre de atrás né, não soltava o pé e aí a gente acostumou (Entrevistada 13).

Ah, a convivência né. A gente foi, desde pequena, eu cresci. Tirar leite mesmo foi a mãe que me ensinou, tosar ovelha foi a mãe que me ensinou (Entrevistada B).

Destaca-se que as duas primeiras citações guardam algumas características comuns entre as entrevistadas, pois as duas são filhas únicas e os seus pais já faleceram. A primeira entrevistada fala sobre a perda do pai com apenas três anos tendo no avô a figura paternal; e a segunda sobre o falecimento de seus pais e a ausência de familiares. O terceiro trecho também referencia o pai como o condutor da atividade e, o último revela uma dinâmica em que a mãe transfere saberes acerca da criação de ovinos.

Assim, a primeira fala ilustra a tradicional visão da pecuária como sendo praticada pelo homem, pois como mencionou a entrevistada, aprendeu a prática dessa atividade e ainda trabalhos manuais ditos masculinos. Sandrini (2005) destaca a relação da transmissão de saberes da pecuária entre as gerações repassados de pai para filho. Esse é um importante componente da dinâmica da pecuária familiar, cabendo ao entendimento de que não havendo filhos homens, a continuidade da atividade e dos saberes passa então para as mulheres. A partir dessas falas poder-se-ia afirmar que o simbólico tem força histórica, mas a prática tende a relativizar o exercício dessas atividades agrícolas e pecuárias, excetuando-se as atividades domésticas que continuam sendo fortemente destacadas como femininas.

A divisão sexual das atividades de trabalho explicita-se ao analisar a referência da entrevistada aos trabalhos domésticos e à associação com o casamento, pois mesmo que a entrevistada carregue consigo o aprendizado e a prática sobre a pecuária, a responsabilidade dos trabalhos domésticos permanece feminina. De certa forma, há culpabilização pessoal por

parte da mulher em não ter aprendido em “tempo hábil” (antes do casamento) os afazeres domésticos, para assim dar suporte aos cuidados com o marido.

O segundo trecho atesta que além da participante estar presente e atuante nas atividades de campo, os ensinamentos aos poucos já começam a ser transmitidos à sua filha, característica marcante na pecuária familiar. A terceira citação contribui para reafirmar a posição de poder do pai frente às atividades de campo e na última, figura uma situação distinta da maioria das formas de aprendizado na pecuária, isto é, através dos ensinamentos da mãe. Nesse sentido, percebe-se a dominação masculina no rural, e na pecuária em particular, porém ressaltam-se algumas condições que conduzem a mulher para a atividade.

Corroborando com a discussão Lunardi, Souza e Perurena (2015, p.182), ao estudarem as mudanças nas relações de gênero no trabalho a partir da inserção no turismo rural, enfatizam a importância em compreender a introdução de novas atividades e a exclusão ou modificação de atividades antigas nas dinâmicas rurais, no intuito de apreender sobre as relações de separação e hierarquia, estudadas por Hirata e Kergoat, como princípios da divisão sexual do trabalho. Um achado dos autores sugere que mesmo com a inserção do turismo, a atividade pecuária permanece, ao contrário de outras atividades (como a produção de queijo) que se extinguem ou se modificam. “A pecuária não foi substituída, ela passou por uma reestruturação com a implementação do turismo rural”.

A reestruturação salientada pelos autores difere das situações encontradas neste estudo, mas o que se enfatiza é essa possibilidade de mudanças e adaptações concordes com o contexto em que se insere a atividade, desmistificando, em parte, o caráter estático percebido na pecuária, especialmente, no que tange às posições femininas e masculinas. Com a inserção do turismo rural, a pecuária se mantém e se reafirma como masculina, porém a função da atividade se remodela e conversa com a nova atividade (LUNARDI; SOUZA; PERURENA, 2015).

Ademais, outra configuração em relação aos aprendizados e inserção das mulheres na pecuária familiar mostra que algumas das participantes do estudo ingressaram na atividade em virtude do casamento:

... lidar com a criação, com os animais assim, mais depois que eu casei porque daí a gente foi cuidar já do que era da gente assim sabe, porque o pai, ele só tinha junta e boi pra lida, pra carretear, pra lavar, essas coisas assim (Entrevistada 5).

Não, pecuária não, porque a gente não tinha. Tinha um gadinho mas era de sociedade. De primeiro nós tínhamos uma criança, o padrinho batizava e dava um terneirinho, uma terneirinha, mas aí como nós não tínhamos campo, era de sociedade. Nós não lidávamos com aqueles bichos. Aí foi depois que eu casei que a gente começou a lidar com [pecuária], que eu comecei a lidar com os bichos (Entrevistada 6).

Eu aprendi mais depois que eu vim pra cá. Quando eu morava com em casa era mais assim, só dentro de casa estudando, porque eu estudava... Aprendi mesmo agora depois que eu casei... eu aprendi mais agora, que antes assim eu não lidava com os bichos. Claro eu dava comida pros bichos, mas não assim lida direto assim... (Entrevistada A).

O casamento, nestes casos, serve como um marco que inicia a prática da pecuária por parte das mulheres. Primeiramente pelo fato da família não possuir criação de animais, sendo esta conquistada após o casamento e mostrando que a tradição familiar não se sobrepõe em todos os casos. Na última fala, a entrevistada diz que seus irmãos realizavam a lida na pecuária. Em relação à agricultura familiar, as mulheres (em alguns casos) legitimam-se agricultoras por intermédio do casamento, quando as mesmas passam a ser mulheres de agricultores (PAULILO, 2004).

Há que se ressaltar que, embora o casamento proporcione novos conhecimentos, como por exemplo a prática da pecuária, Hernandez (2009) observou que tanto o casamento quanto o redirecionamento das mulheres para cuidar de familiares submete-as a uma nova dinâmica familiar que as fazem privilegiar os bens coletivos, em nome do cumprimento de sua “função social”.

Dentre as formas de inserção da mulher na pecuária, família ou casamento, nota-se que a maioria percorre o caminho homem-mulher, ou seja, os pais passam seus saberes às filhas (família) e, os maridos e sogros transmitem seus conhecimentos às esposas e noras (casamento). Contudo, encontra-se uma situação em cada configuração que percorre o caminho inverso (mulher-homem). Em relação à transmissão de saberes pela família, cita-se a situação da entrevistada em que sua mãe lhe ensinou a lida na pecuária, exemplificada pela atividade de tosquia das ovelhas. E referindo-se à situação que tem o casamento como fonte de inserção na pecuária, uma entrevistada salienta que se divorciara e encontrou um novo companheiro sem prática nas atividades rurais, restando a ela os ensinamentos ao mesmo.

Depois com o passar dos anos nos divorciamos, aí tive uma nova vida, mas sempre continuei na criação, trabalhando com criação, cuidando da criação no meu nome, que daí a gente se repartiu. A criação era minha, mas como era casado teve que repartir meio a meio né. Mas eu sempre, aí o meu esposo é lá de [nome da cidade], ele não tinha prática daí ele foi aprendendo e hoje nós temos os dois se ajudando... Fui ensinando, fui ensinando, ah é assim, é assim... Mas eu entendo um pouquinho e a gente na prática aprende bastante né, aprende... (Entrevistada 11).

Ainda que sejam poucos os casos que “destoam”, ao menos em alguns pontos, da lógica do sistema dominante masculino, é fundamental ressaltar que ações desse tipo

contribuem na desconstrução e reconstrução de paradigmas firmados na lógica dominante. A entrevista mencionada permeia-se de condições "adversas", como por exemplo o divórcio, que possibilita às mulheres ampliar suas capacidades de agência. Essas circunstâncias, em certa medida, podem ser consideradas como chaves na reconfiguração das relações sociais, especialmente, no que se refere à divisão sexual trabalho.

Mesmo assim, com algumas reconfigurações no que concerne às relações sociais de sexo, neste estudo, mostra-se o exercício da prática pecuária por parte das mulheres (mesmo que seja entendida como ajuda), mesmo que persistam as atribuições do trabalho doméstico às mulheres e mesmo cientes dessas condições desiguais, elas insistem em reproduzi-las e tomá-las como responsabilidades pessoais (HIRATA; KERGOAT, 2007). Isso pode ser retratado nas entrevistas, quando são questionadas sobre como e quem responde pelas decisões em ambiente doméstico:

Não a parte de dentro de casa, vamos brincar: aqui do portão ali pra dentro, aí é tudo (Entrevistada 3).

Ah, isso aí é mais, sou eu. Aí mais sou eu... Como a minha sogra tem armazém, a gente faz as compras com ela né. Mas é, negócio de roupa, calçado, essas coisas assim né, pagar uma conta, alguma coisa é sempre na cidade, então eu que estou sempre: _Fulano [marido] tem que ir na cidade... É, então é eu que administro, que marco e agendo e coisa, mais é eu (Entrevistada 5).

Ah não, isso sou eu que faço uma notinha, a gente sabe o que está faltando né... É claro quem, quem administra a... dentro de casa é a gente, não adianta (Entrevistada 6).

Ah isso é eu, aí é eu. Homem não entende muito dessas coisas né (Entrevistada 9).

Atualmente têm-se mostrado conquistas que as mulheres vêm conseguindo ao longo de suas lutas. Dentre elas a luta pelo trabalho igualitário se firma há décadas e mesmo com significativos avanços alcançados, o objetivo da igualdade está longe de ser atingido. Ainda que as mulheres tenham conquistado sua inserção no mercado de trabalho, seja no urbano ou no rural – e no rural mais intensamente – as mudanças na configuração do trabalho doméstico são muito rasas (HIRATA, 2004). Nas entrevistas mencionadas, observa-se que a responsabilidade pelos afazeres domésticos e cuidados com os familiares persiste sendo competência e atribuição femininas, mas apenas duas entrevistadas mencionaram as decisões domésticas como sendo compartilhadas.

O trabalho doméstico é de responsabilidade, quase exclusivamente, feminina, tanto é que quando se faz necessário, na maioria das vezes, quem substitui a mulher são as filhas. No ambiente reprodutivo, “[...] as mulheres têm autonomia e poder, tomando decisões relativas

ao preparo dos alimentos, cuidado da casa e da roupa, orientação e educação dos filhos, assim como ao uso de recursos destinados ao consumo doméstico” (BRUMER, 2004, p. 212).

A hierarquia na divisão sexual do trabalho, além de delegar as atividades domésticas de cunho reprodutivo e privado às mulheres e as atividades produtivas e públicas aos homens secundarizando o trabalho feminino, reforça a separação sexista atribuindo as decisões de cada ambiente correspondentes a quem executa os trabalhos. Isto é, decisões domésticas às mulheres e decisões produtivas aos homens, conforme se constatou ao longo da discussão.

Apesar de algumas entrevistadas comentarem sobre decisões em conjunto, sejam produtivas ou reprodutivas, observam-se situações semelhantes às encontradas por Lunardi, Souza e Perurena (2015). Os autores identificaram algumas características das decisões agrícolas e domésticas em propriedades rurais que se inseriram no turismo. São elas: a permanência da baixa participação das mulheres nas decisões agrícolas, assim como, as decisões no ambiente doméstico, mesmo tendo aumentado a participação masculina nestes trabalhos, continuam sendo de domínio feminino. Outro elemento citado pelos autores é a chamada decisão combinada, que na realidade apresenta mais um caráter de consentimento pelas partes do que a própria construção conjunta das decisões, percebendo-se essa configuração na situação estudada. Ou seja, há uma “combinação de responsabilidades”: “[...] na agricultura o homem combina com a mulher, mas é ele quem decide; no trabalho doméstico, a mulher pouco combina com o homem, é ela quem decide” (LUNARDI; SOUZA; PERURENA, 2015, p. 354), já que “homem não entende muito dessas coisas” (ENTREVISTADA 9). No entanto, pode-se questionar: como as mulheres se ocupam de atividades ditas masculinas pela cultura (pecuária, por exemplo), os homens poderiam aprender as tarefas da casa e do cuidado dos filhos? Não se trata de uma questão de capacidades nem da natureza da tarefa, mas será que as mulheres querem compartilhar ou perder essa titularidade?

Todas as entrevistadas declararam a responsabilidade pelos trabalhos domésticos e algumas mencionaram a possibilidade de delegação de familiares em situações adversas como doença e ausência na propriedade, ou auxílios (femininos) de familiares (sogra, mãe, filha, tia) cotidianamente.

Aí é comigo, quando eu estou em casa é comigo a lida da casa. Roupa fazer comida, limpar a casa, tudo é comigo, mas se eu não estou em casa ou estou doente aí o guri [filho] faz (Entrevistada 10).

É eu que faço, divididas com a minha sogra e com a minha tia que me ajudam muito, mas assim no geral é eu que faço sabe (Entrevistada 4).

Aí isso é eu, tudo é eu. Essa é comigo só, ainda planto verduras, planto árvores por aí afora (Entrevistada 7).

Situações analisadas por Paulilo (1987) corroboram com as falas transcritas, pois os trabalhos domésticos só passam a ser desenvolvidos por homens em ocasiões de ausência feminina, doença ou quando não há filhas na família. A primeira citação acima remete ao desenvolvimento das atividades domésticas pelo filho quando ocorrem situações adversas; o segundo remete às contribuições de familiares mulheres na execução das atividades e o último demonstra a tradicional alusão ao desempenho das atividades domésticas.

Analisando as categorias contidas neste capítulo e alguns elementos que compõem a estrutura do trabalho e as dinâmicas familiares relativas às mulheres inseridas na pecuária familiar, percebe-se que, de modo geral, o modelo de conciliação entre trabalho profissional e trabalho doméstico prevalece. Este modelo remete à conciliação quase que exclusiva das mulheres entre vida doméstica e profissional. Hirata e Kergoat (2007) enfatizam a distância entre os modelos e as práticas sociais, pois pode haver significativas diferenças entre um e outro, cabendo apenas às mulheres a conciliação, ou ainda, como alguns pesquisadores preferem, modelo de “conflito”, “tensão”, “contradição”, “[...] para evidenciar a natureza fundamentalmente conflituosa da incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 604). Para as autoras o modelo tradicional denota inteiramente às mulheres os trabalhos domésticos e cuidados com a família e o homem como provedor exclusivo do ambiente familiar (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Dentre as entrevistadas, ao menos sob o alcance da pesquisa, este modelo está presente, mas é relativizável ao simbólico, pois mesmo que se perceba diferentes “níveis” de participação da mulher nas atividades agrícolas, especialmente na pecuária, todas mencionaram a presença e participação nas atividades de campo, seja por “ajuda” aos maridos ou atuação direta na atividade.

O modelo de conciliação ganha contornos explicativos mais eficazes no que tange às mulheres inseridas na pecuária familiar, pois as mesmas conciliam trabalho doméstico com o trabalho na criação de animais como visto ao longo das entrevistas e exemplificado pela entrevistada três: “Mas a gente vai conciliando né”.

Já os modelos de parceria e delegação, citados por Hirata e Kergoat, não foram identificados na pesquisa. O modelo de parceria presume a igualdade entre homens e mulheres fundamentada na conciliação entre os dois sujeitos (HIRATA; KERGOAT, 2007) e não apenas a mulher conciliando os dois “tipos” de trabalho. Ainda que algumas entrevistadas apontem o trabalho em conjunto com seus parceiros, os depoimentos revelam que esta

parceria estaria presente apenas nos discursos, pois como foi possível perceber as mulheres “ajudam” os homens em trabalhos produtivos, homens “ajudam” as mulheres em trabalhos reprodutivos. No que tange às decisões produtivas, estas são combinadas, mas quem decide e toma a frente das atividades públicas, na maioria, são eles. Nos trabalhos domésticos, o assunto é bem menos discutido, e as respostas concentram-se em afirmações como: “aí sou eu”, “isso é a gente”, “é comigo”, “isso aí é comigo”, “aí é eu”, “é só eu”.

E sobre o modelo de delegação, o mais próximo que se chegou foi considerando situações adversas, como doença ou ausência das mulheres na propriedade rural, em que as mulheres delegam as tarefas aos seus companheiros e filhos no período em que não estariam presentes ou em condições de as realizarem. Entretanto, o modelo de delegação proposto por Hirata e Kergoat (2007, p. 604) aponta às mulheres executivas e profissionais de nível superior que conferem a outras mulheres a realização do trabalho doméstico, pois estas “têm ao mesmo tempo a necessidade e os meios de delegar para outras mulheres as tarefas domésticas e familiares”, o que não ocorre nas situações estudadas.

Independente do modelo em que as mulheres se inserem ou se aproximam, as próprias mudanças no trabalho feminino instituem novas permanências e ainda, com frequência, reforçam a lógica tradicional entre o masculino e o feminino. Isso se objetiva nas posições femininas e masculinas mais ou menos sexuadas, fundamentadas em “[...] três princípios práticos que não só as mulheres, mas também seu próprio ambiente, põem em ação em suas escolhas” (BOURDIEU, 2002, p.112).

De acordo com o primeiro destes princípios, as funções que convêm às mulheres se situam no prolongamento das funções domésticas: ensino, cuidados, serviço; segundo, que uma mulher não pode ter autoridade sobre homens e tem, portanto, todas as possibilidades de, sendo todas as coisas em tudo iguais, ver-se preterida por um homem para uma posição de autoridade ou de ser delegada a funções subordinadas, de auxiliar; o terceiro confere ao homem o monopólio da manutenção dos objetos técnicos e das máquinas (BOURDIEU, 2002, 112 - 113).

Os três princípios foram identificados a partir das entrevistas, confirmando a persistência do sistema dominante masculino na divisão sexual do trabalho. O primeiro desdobra as funções ideais destinadas às mulheres, as quais foram claramente identificadas por meio das atribuições domésticas serem majoritariamente femininas. O segundo princípio também se confirma, nesse sentido as mulheres não podem ter autoridade sobre os homens, pois, no que tange às decisões e atividades de produção, quem decide e toma a frente são os homens. Por último, maquinários e objetos técnicos monopolizados pelos homens, revelam a

realidade investigada novamente, já que em termos de tecnologia agrícola e maquinários, os homens também comandam.

Nesse sentido, considera-se que para estudar o desenvolvimento rural se faz fundamental analisar a distribuição de tempo e trabalho regida pelas relações sociais imersas nas unidades familiares, já que “[...] os papéis de gênero fruto do produto social são “gerenciadores” da participação dos membros da família em todos os espaços de atuação, do produtivo ao político, nas comunidades rurais” (STADUTO, 2015, p.85).

Nesse âmbito, verificam-se dificuldades em reconhecer a real participação das mulheres nos processos produtivos rurais desvinculando a tradicional visão que autentica a mulher nos espaços privados e reprodutivos, prevalecendo a “[...] estrutura social cujo foco está centrado numa perspectiva essencialmente masculina que delimita papéis sexuais e sociais (BARBOSA, 2013, p.189). Ainda assim, os esforços realizados, ao mesmo tempo em que constata as desigualdades de gênero na pecuária familiar, mostram que, mesmo de forma limitada e lenta e considerando-se alguns séculos de pecuária no Rio Grande do Sul, a posição das mulheres nas atividades rurais se modifica em alguns aspectos, como por exemplo, o trabalho da lida de campo apesar de as mulheres o referenciam como "ajuda".

Este cenário obstaculiza ações criadas na intenção de contribuir na promoção do desenvolvimento. Assim, mesmo que a passos lentos, as mulheres passam a se perceber como agentes no processo de desenvolvimento. Nesse sentido, finaliza-se este item com um questionamento: como lutar pelo desenvolvimento rural se as condições para que este aconteça continuam assentadas em uma realidade baseada nas desigualdades persistentes, especialmente, de gênero?

5.3.1 Lida na pecuária – as mulheres no brete, representações de gênero

Questionando o desenvolvimento rural na perspectiva da pecuária familiar, objetiva-se explicitar a relação das mulheres com a atividade pecuária, significados, opiniões, motivações, perspectivas, representações e ainda contribuir na compreensão de suas dimensões de gênero. Nesse sentido, a busca maior está em compreender que, assim como na agricultura familiar, a pecuária familiar mantém seu modo de vida baseado em tradições antepassadas que “[...] determinam as práticas e as representações das famílias” (WANDERLEY, 2009, p. 193). Contudo, estas lógicas históricas não servem - ou não deveriam servir - como justificativa para reforçar a divisão sexual do trabalho na atividade.

As reflexões desenvolvidas até este momento identificam a dinamicidade da pecuária familiar no contexto estudado. Algumas mulheres estão envolvidas diretamente com a lida de campo, outras esporadicamente realizam essas atividades como forma de “ajuda” aos maridos e assim estruturam-se as dinâmicas familiares e de trabalho na pecuária familiar, como se percebe, nas entrevistas, ao serem questionadas sobre as atividades realizadas no campo.

Pra mim eu pego um cavalo eu encilho, eu pego uma foice eu roço, eu pego uma máquina eu planto, se eu pegar uma enxada eu capino, se tem um alambrado pra fazer, vamos fazer... Ele [marido] domava, era nós os domadores, e amadrinhava e o outro montava, e o outro montava e o outro segurava... Eu grávida dessa [filha], e eu domando, na barriga já ajudou a domar (Entrevistada 5).

Essas falas das próprias mulheres contribuem para invisibilizar seu trabalho, pois referem as atividades desempenhadas por elas como sendo dos espaços ditos masculinos da atividade pecuária. A fala acima demonstra que, mesmo grávida, a entrevistada praticava as atividades de campo e ainda trabalhava na doma de animais, atividade culturalmente desenvolvida pelos homens.

Esquilar desde guria pequena nós batia tesoura... Boi eu sei, eu sei botar na carreta e tudo. Eu quando vim pra cá, mulher aí, ninguém fazia esse serviço. Oh, ficavam admirada... Cansei de fazer, esta aí a vizinhança pra... Montar a cavalo, olha até que nem sei aqui qual a mulher que sabe andar a cavalo, mas eu me criei campereando... É serviço de apartar gado aí, é tudo eu. E agora estamos nós os dois né, tudo que é serviço é nós os dois. Socorri muito bicho, ovelhas mesmo não tenho conta que eu já criei guaxo. E terneiro, os animalzinho que ficavam sem mamar, eu buscava recurso (Entrevistada 7).

Outro elemento que se destaca entre as atividades desempenhadas pelas entrevistadas é a tosquia da lã ovina (corte da lã). Várias participantes comentaram sobre a realização deste trabalho, inclusive a entrevistada sete menciona que atualmente não realiza mais atividade em função da idade e problemas de coluna, transmitindo seus saberes à sua filha que atualmente realiza a esquila para ela. Há também mulheres com menos idade que aprenderam a atividade há pouco tempo, mas que já estão engajadas, como é o exemplo da entrevistada 12 abaixo.

...Daí eu dou água para os bichos, dou comida, arrumo tudo. Nesse período [verão] eu estou sozinha, porque o fulano [filho] tosa no verão. Daí eu fico dois, três meses sozinha entendeu? Aí fica todas as atividades comigo, aí fica todas. Eu curo bicheira como diz né, aí fica todas comigo. Faço remédio nos bichos... (Entrevistada 10).

Levanto vou na mangueira, tiro o leite, venho guardo o leite ali, antes do fogão e já vou lá: terneiro pra um lado, vaca pro outro e já trato os terneiros, e já trato as vacas... eu gosto muito de lidar com a criação, sempre estou, sempre estou em roda

da criação... Até tosar, eu toso. Eu pego uma ovelha, maneo as patinhas e toso, não forço, nem nada... (Entrevistada 11).

Eu troco eles [animais] de um lugar pro outro, se precisar curar eles, eu vou colocar remédio, vacinar eu faço. Aprendi há pouco tempo mesmo, mas agora eu já estou fazendo, e também agora já estou tosando (Entrevistada 12).

A atividade também é realizada por homens, de acordo com trecho da entrevista dez, onde a entrevistada destaca que seu filho fica fora de casa durante a época da tosquia, tendo que desenvolver toda a lida sozinha. Todas as atividades mencionadas pelas entrevistadas pertencem à lida da pecuária: alimentação, água, troca dos animais de lugares (potreiros, geralmente em função da disponibilidade de alimentação), vacinar, banhar, camperear, aplicação de medicações e assim por diante. São estas práticas que, culturalmente, são representadas como masculinas no imaginário social e se fazem tão naturalizadas que, dificilmente, encontram-se referências sobre o tema. No estudo de Lunardi, Souza e Perurena (2015), por exemplo, constatou-se que a inserção no turismo rural contribuiu para a afirmação da pecuária como atividades masculina, onde a mulher “ajuda” esporadicamente na lida.

A precondição da viuvez e a ausência do marido para a realização da atividade pecuária, mais precisamente a administração da propriedade, tem precedentes históricos, pois como afirma Flores (2013, p. 33), no século XIX, as mulheres “[...] na ausência do marido permaneciam na estância supervisionando lides campeiras e domésticas – administrando a propriedade”. Entretanto, conforme se evidencia nas falas acima, as mulheres trabalham junto com os maridos, no entanto a referência simbólica aponta para a permanência do homem como condutor do estabelecimento, e também se mantém a premissa que a administração cabe às mulheres apenas em virtude da ausência do marido.

Todas as entrevistadas trabalham na pecuária, algumas mais diretamente, outras menos. Nesse sentido, questionou-se sobre a opinião pessoal de cada uma acerca da definição de gênero (masculino) da pecuária, no intuito de compreender se este entendimento permeia a realidade cotidiana de homens e mulheres deste estudo, se esta configuração é, ou não, percebida pelos atores diretos na atividade. Assim, encontraram-se algumas variações nos entendimentos, mas que, de modo geral, aludem à masculinidade da pecuária. Algumas entrevistadas apontaram claramente o caráter masculino da atividade, entretanto poucas foram as opiniões mais “fechadas”, exclusivas, mesmo assim são ambivalentes “é mais pra homem”.

É aqui geralmente é os homens que são os negociadores... A gente ajuda assim, no final a cuidar, a fazer um remédio a gente ajuda, se vai banhar um bicho a gente ajuda, mas na hora de fazer negócio, coisa assim, claro é homem pra homem né, porque, quase sempre quem anda negociando é homem aí então (Entrevistada 6).

Não, é mais coisa de homem, é mais pra homem, é muito, é quase tudo pra homem. Tu vê no momento em que um, tu não sei se te animar a virar uma ovelha de perna pra cima, partejar o cordeiro?... Por isso que é mais pra homem, a gente tem que ter força em primeiro lugar. Tem que ter força esse é o problema. Aí já é uma coisa de homem, que por mais que tu queira ter força, a gente nunca tem a mesma... Então agarrar uma ovelha e largar dentro de um carro de mão e trazer pro galpão, virar ela de pata pra cima, tirar cordeirinho, isso aí pra mim é o mesmo que nada, mas é, ela é uma atividade mais pra homem, mas dá pra mulher fazer, ela tem que se dedicar (Entrevistada 10).

No primeiro trecho, a separação dos sexos de acordo com os trabalhos desenvolvidos conforme os espaços público e privado é reforçada, pois a entrevistada menciona que “ajuda” na lida, mas que as negociações seriam atributos masculinos. Situação semelhante é encontrada por Carneiro (1994) em relação à produção de queijo no Rio Grande do Sul. A autora verificou que mesmo que a mulher controle e realize todo o processo produtivo do leite e de fabricação do queijo, a comercialização é realizada pelo homem, concentrando, inclusive, a renda recebida sob sua responsabilidade.

Conforme se evidencia na situação mencionada, a mesma assemelha-se às práticas da pecuária, pois a mulher “ajuda” em todos os momentos da lida, mas na hora da venda, o espaço público, o da negociação, do poder, permanece demarcado para os homens. A percepção que se tem é que a importância da atividade resume-se à comercialização, pois ao se questionar a representação sexista da pecuária como um todo, a resposta obtida sintetiza toda a atividade sob a perspectiva da comercialização, ou seja, o espaço de contatos externos, o mundo público.

A força física também é atribuída como elemento demarcador para a realização das atividades pecuárias guardarem o caráter masculino, pois como relata a entrevistada dez, força é “coisa de homem”. Esse argumento remete às tentativas de explicar a divisão sexual do trabalho por condições da natureza, ou melhor, pelas diferenças biológicas entre os sexos utilizadas como “[...] justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho” (BOURDIEU, 2002, p. 20).

Os trabalhos construídos no imaginário social como sendo “pesados” passam a ser desempenhados pelos homens e os trabalhos complementares e “leves” constituem-se como sendo responsabilidade feminina (PAULILO, 2004). A autora revela que esta constatação remete à assimilação pesado/homem - leve/mulher, mas não necessariamente o que é pesado em uma cultura seja em outra, ou melhor, o caráter “pesado” (poderíamos afirmar “de

importância”) não se associa à força física e, sim ao homem. Neste sentido, observa-se que a força física é mencionada como marcador para definir trabalhos femininos e masculinos na pecuária, onde o “pesado” no trabalho na pecuária é incumbência masculina; na prática, entretanto, as mulheres também lidam com as mesmas atividades.

Nos depoimentos em que as mulheres mencionam ausência da “masculinização” na prática de campo da pecuária, na maioria das situações, o conteúdo dos comentários permeia o sexismo na atividade de maneira indireta. Por vezes reporta-se aos “avanços” atuais em relação a períodos anteriores, onde a mulher era figura exclusiva nas lidas domésticas vista apenas “como cartão de visita da família e marido”, revelando o preconceito sofrido por algumas mulheres inseridas na pecuária conforme apontam Langbecker e Perleberg (2014, p.11). A negação dessa realidade, e/ou o reconhecimento de que houve mudanças no âmbito da participação e presença feminina na pecuária familiar são expressos em alguns trechos das entrevistas:

Eu acho que tanto faz, eu acho que não é demais a mulher saber lidar, faz parte da vida rural né... Eu me criei assim né, mas eu, eu acho que não, porque aquilo é uma lida. Os bichos são de casa né. Tanto faz se a gente está sozinha e precisar lidar com eles. Eu acho que não tem diferença, pra mim não tem né. A gente que é rural, essa lida assim não tem diferença. A gente tem que abraçar qualquer ponta (Entrevistada 2).

Eu acho que não tem mais essa barreira hoje em dia, eu acho que não... Seria mais pra uma família que fosse alguém mais, outra geração da minha... Eu sou filha única, não tenho irmãos nem irmãs e também perdi meu pai muito jovem, eu tinha três anos e ele tinha 33 anos. Então, mas eles os dois [pais] é que nem eu e o fulano [marido], eles os dois eram voltados para a pecuária e 'a minha mãe foi sempre um homem no campo' né. E meu avô paterno me ensinou a ser como se fosse um guri. E ele não via essa, essa divisão, ele não via sabe. Ele não tinha esse problema de a gente trabalhar no, nessa, na área que é mais masculina como dizem né (Entrevistada 3).

As duas falas referem a inserção na pecuária como atividade antecedente ao casamento e, ainda evidenciam ambivalências e contradições. A entrevistada dois, ao mesmo passo que salienta não haver diferença entre trabalhos femininos e masculinos no espaço rural, relata que “não é demais a mulher saber lidar” nas atividades de criação de corte, pois em caso de ausência do homem, faz-se necessária a lida com os animais, já que estes são parte do conjunto rural. A marca da divisão das atividades de trabalho segundo o sexo consubstancia-se por estas palavras, visto que a prática pecuária é realizada pela mulher quando não existem alternativas e a expressão “abraçar qualquer ponta” evidencia que a mulher estaria preparada para desenvolver todos os trabalhos sejam domésticos ou não. Contudo, esta menção refere-se apenas à mulher: esta praticaria os “seus” trabalhos e os “dele” em caso de ausência, mas não anuncia que o contrário também poderia ocorrer. Entretanto, essa oposição pode ser notada

em alguns trechos já mencionados, referindo que, na ausência da mulher por motivos de doença, a responsabilização doméstica fica a cargo masculino. Porém, ressalta-se que esta situação não representa a realidade para a maioria das entrevistadas.

A fala seguinte apresenta traços semelhantes em relação à definição de gênero e, poder-se-ia afirmar, sexista da pecuária. A entrevistada relata estar inserida na atividade desde sua infância, quando aprendeu a lida campeira com o seu avô paterno. O fato de a participante ser filha única contribuiu para a construção de a atividade ser percebida como trabalho realizado tanto por homens como por mulheres. Entretanto, ressalta-se que a visão dominante e tradicional sobre a “masculinização” da pecuária permanece, pois a entrevistada refere os ensinamentos de seu avô como sendo de caráter masculino: “me ensinou a ser como se fosse um guri”. Evidencia-se a nítida distinção de “papéis” entre os sexos na atividade, pois a entrevistada aprendeu a “ser como menino” e destaca que sua mãe sempre foi um homem no campo.

A entrevistada ainda destaca que, nos dias atuais, não há mais a barreira que impediria a atuação feminina nas atividades de campo. Em contrapartida, as colocações da participante delineiam a pecuária como “área mais masculina”. Apesar disso, ressalta-se a atuação direta da entrevistada na atividade pecuária como uma mudança ocorrida nos sistemas produtivos de criação de ovinos e bovinos de corte, especialmente em se tratando da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Por longos períodos, a atividade foi desenvolvida exclusivamente por homens e a busca feminina pelo reconhecimento socioeconômico e profissional, tanto no urbano como no rural, e particularmente na pecuária, não contentaram, em primeiro momento, a sociedade marcada por princípios de poder notadamente sexistas (LANGBECKER; PERLEBERG, 2014).

Esta dificuldade por parte da sociedade em reconhecer as mulheres rurais como agentes na produção prolonga-se historicamente. Exemplo disso pode ser visualizado através dos focos das políticas públicas destinadas à agricultura familiar, sendo as ações direcionadas, teoricamente, para o todo, para as “unidades familiares”, desconsiderando as particularidades intrínsecas à família, como relações de poder de gênero e geração. Isso se deve principalmente ao fato de que as políticas públicas rurais estão direcionadas ao ambiente produtivo e, assim como na agricultura familiar, na pecuária também há a exclusão das mulheres no que tange a negociações e produção (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015).

Ainda que os discursos tensionem a equiparação dos trabalhos desempenhados por homens e mulheres na pecuária familiar, nota-se a persistência nas relações assimétricas (hierárquicas) de gênero em relação à divisão sexual do trabalho. Ao questionar-se sobre a

definição sexista da atividade, algumas entrevistadas demarcam os sexos conforme os espaços das atividades realizadas no rural e na pecuária.

...Eu acho que a gente querendo, tanto o homem pode fazer qualquer coisa, como a mulher pode fazer na questão do serviço. Não tem o que eu diga que não, pra mim não tem distinção... Assim como eu acho assim que serviços domésticos, o homem pode fazer, ajudar a esposa, acho que não é feio, não é vergonha, eu não tenho preconceito. Eu não tenho serviço de campo que eu não [faça] (Entrevistada 4).

Eu pra mim é igual, tanto pra homem quanto pra mulher, porque graças a Deus, o que eu boto a mão ali eu faço né. Então, como pra mim, eu não vejo diferença (Entrevistada 5).

Não tem disso, é não tem disso. Eu faço a [lida] da casa, como eu, e acho normal. Não, eu sou pau pra toda obra, me chamam aí, eu estou. Eu campeireio, eu faço tudo (Entrevistada 7).

Observa-se que as precondições definidoras de gênero “determinadas” pela sociedade perduram ao referir-se ao “sexo da pecuária”, ou seja, a mulher “pode” fazer os serviços masculinos e o homem “pode” fazer os serviços domésticos. Mesmo que o discurso mencione a ausência de distinções entre trabalhos femininos e masculinos, uma certa liberalidade, as afirmações carregam elementos contraditórios: como, por exemplo, a “permissão”, o “pode” desenvolver determinada atividade, em consonância com a separação e hierarquia dos trabalhos conforme os sexos. A separação evidencia-se em evocações como “eu faço a lida da casa”, e a hierarquia, em expressões que permitem o homem “auxiliar” nos trabalhos domésticos e vice-versa. É possível constatar que as mulheres assumem como próprios os trabalhos domésticos e ainda desenvolvem os demais trabalhos, mesmo que, para a maioria das participantes, isso esteja condicionado a “contribuir” com seus maridos, ou até mesmo substituí-los em situações de ausência.

Apesar de, em alguns momentos, ocorrer uma espécie de troca e negociação entre os trabalhos de marido e mulher, o caráter masculino permanece como condutor da pecuária familiar e não sinaliza que a mulher ocupe os espaços masculinos e nem que se abstenha do espaço feminino. Assim, “ocorre a preservação dos espaços “femininos” pelas próprias mulheres”, dificultando “[...] uma transformação nas relações de gênero, pelo menos na divisão sexual do trabalho” (HERNANDEZ, 2009, p. 191).

Em termos de percepção sobre o sexo da pecuária, as mulheres preconizam os afazeres domésticos e trabalham na lida de campo. Contudo, ainda que, por parte das entrevistadas, não sejam percebidas essas diferenças de sexo e gênero na atividade, as assimetrias emergem nos depoimentos das participantes. Com isso, no sentido de complementar a discussão, as

participantes foram questionadas sobre suas percepções e sentimentos em relação à sua inserção na pecuária, através da pergunta: como é ser mulher na pecuária?

Em alguns momentos, as entrevistadas suscitaram o orgulho pela prática pecuária, considerando tanto a tradição sociocultural da atividade para a sociedade gaúcha quanto o orgulho por desenvolver uma atividade histórica e predominantemente masculina e com ela envolver-se.

Eu acho que é um orgulho, eu acho que é um orgulho, porque, por ser exatamente uma área muito masculina, as mulheres gostam tanto quanto os homens e a gente, e as mulheres que estão e vieram pra ficar na pecuária é porque, é com muito amor, com observação. Então, eu acho que é um orgulho (Entrevistada 3).

Eu me sinto honrada, orgulhosa de poder fazer a lida. Ah, eu fico tão feliz quando eu enxergo os gadinhos na mangueira e passo remédio e banho e diz: - eu nunca vi uma mulher subindo num brete e fazendo vacina no gado. Mas eu gosto, e eu aprendi graças a Deus e controlo muito, sei tudo certinho... Gosto, gosto, eu gosto muito mesmo, de tudo o que eu faço eu gosto (Entrevistada 11).

A expressão sentir-se orgulhosa pela prática da pecuária remete claramente à conquista feminina em inserir-se em ambientes construídos culturalmente masculinos, pois nota-se que nos dois depoimentos as entrevistadas referem-se à pecuária como prática masculina: no primeiro depoimento, de maneira direta; e no segundo, através da sentença “nunca vi uma mulher subindo num brete...” Essas afirmações denotam os tradicionais “papeis” atribuídos a homens e mulheres na pecuária familiar definindo as múltiplas identidades da mulher rural, produto de dois fatores: “o de pertencer ao gênero feminino e o de ocupar uma posição determinada na estrutura socioeconômica”. Contudo, elementos como os mencionados pelas entrevistadas – estrutura das relações de sexo e identidades de gênero - que perpassam a constituição material da vida, são indispensáveis para o entendimento dos movimentos de mulheres, de acordo com Carneiro (1994, p.14), assim como para a busca do reconhecimento por elas mesmas.

Também é possível admitir-se que exercer a pecuária toma emprestado para si o prestígio de uma “atividade masculina”. Assim, as mulheres, ao exercerem essa atividade ganham em prestígio e singularidade, os dominados tomam emprestados e sentem o “sabor” e o “orgulho” da proximidade do poder dos dominantes.

Por outro lado, percebe-se que há o reconhecimento das condições de sexo e gênero por parte das entrevistadas acima, já que as mesmas aludem à masculinidade da pecuária, mas o destaque recai sobre a autoafirmação em “orgulhar-se” ao realizar a prática pecuária. Esta situação pode significar a luta, a busca pelo reconhecimento da mulher na pecuária que se

inicia a partir desse momento, ao perceberem-se submetidas a desigualdades, mas se mostrando empenhadas em conquistar seu reconhecimento.

A relação com os animais traduz-se no bem-estar pessoal observado e relatado por pecuaristas familiares, como os pesquisados por Litre (2010). Relatos apontam práticas tradicionais e cotidianas repletas de sentidos que refletem o orgulho pela atividade. Pensando Litre (2010), relacionando as práticas cotidianas e tradicionais às mulheres da pecuária familiar, aquelas podem referenciar tanto a tradicional lida de campo quanto o caráter masculino dominante da atividade; e o orgulho também pode ser resultado da composição entre a continuidade das práticas de campo e rupturas que abrem espaço para o reconhecimento socioeconômico da mulher na pecuária.

Ainda tratando da “masculinização” da pecuária, a entrevistada quatro relata a complexidade em ser mulher na pecuária, mesmo em tempos distintos de três a quatro décadas, as desigualdades de gênero persistem, tornando as opiniões e mesmo a atuação feminina na pecuária inferior à prática e aos conhecimentos masculinos sobre a atividade, como se percebe na fala abaixo:

É às vezes, ainda é visto com um certo preconceito por algumas pessoas sabe. Tem muitos que não aceitam opinião ou que tu saiba resolver um negócio, que tu entenda de um bicho, ainda é. Mas, eu acho que é bem aceito, já é hoje mais respeitado do que foi há alguns 30, 40 anos atrás (Entrevistada 4).

Pois é se eu vou te dizer que o estilo é de macho fica ruim né. Sim, porque tu vai ter que andar agora que nem um homem, não porque os homens de hoje... (Entrevistada 10).

A dominação masculina representada pelo “conhecer” a lida de campo, assim como pelo “saber negociar”, reflete as disparidades entre homens e mulheres na atividade, especialmente, no que trata do poder em apropriar-se dos saberes da pecuária, já que “opinião de mulher” dificilmente é aceita. A percepção das duas entrevistadas citadas sobre a face masculina da pecuária complementa-se em virtude da afirmação do homem como provedor da atividade, podendo ser analisada, sob aspectos distintos, a representação da titularidade da tarefa. É importante salientar a possível influência da geração nesta questão, pois a entrevistada quatro encontra-se entre 20 e 30 anos. Apesar de afirmar a presença de preconceito de gênero na pecuária, seu entendimento admite a participação feminina na atividade. Contrariamente, a entrevistada dez, enquadrada na faixa etária entre 51 e 60 anos, portanto de outra geração, explicita uma visão que, em primeiro momento, bloquearia a participação feminina na pecuária, já que a mulher teria de “andar que nem um homem”.

Talvez a distinção de entendimentos entre as entrevistadas esteja calcada nas diferentes formas de apreender a atividade. A primeira participante citada parte de um aprendizado mais recente, onde o reconhecimento socioeconômico da mulher tende a ser “mais comum” do que em outros momentos. Já a entrevistada dez vivenciou uma época, considerando aproximadamente cinco a seis décadas atrás, em que a mulher ainda era vista como exclusiva executora das tarefas do lar e imune a outros trabalhos, ainda mais os considerados “masculinos”. Ou seja, os aprendizados, conforme as diferentes gerações, também podem ser interpretados como elementos potenciais nos diversos entendimentos dos trabalhos que “podem” ou “devem” ser desempenhados por mulheres e homens.

A entrevistada dez é a única mulher negra participante desta pesquisa inserida na pecuária familiar. Sua trajetória elucida, além das desigualdades de gênero, a desigualdade de raça e classe, pois seus antecessores trilharam por caminhos de submissão aos patrões, potencializando sua história de submissão tanto ao marido como aos contratantes. Provavelmente, esses elementos contribuam na sua compreensão do que é ser homem e ser mulher na pecuária familiar, pois como afirmam Costa e Lopes (2015, p. 173), o contexto vivenciado, especialmente por trabalhadoras rurais, “[...] é permeado por experiências de submissão e resistência geradas e manifestadas por conflitos de classe, gênero e etnia” diversas vezes resultando em violências, constituindo “[...] cenários de vulnerabilidades em diferentes setores da vida social e familiar”, aqui exemplificados através da dificuldade em perceber-se como agente vetor de mudanças das condições de classe, gênero e etnia no rural.

Nesse sentido, a persistência de desigualdades de gênero e sua transversalidade com outras formas de desigualdades tornam-se explícitas em situações como a exposta. Nessa perspectiva, Sen (2010, p. 247) defende a ideia de sobreposição entre o aspecto da condição de agente das mulheres e o aspecto de bem-estar na busca por condições que retifiquem as situações de desigualdades. Ou seja, “[...] a condição de agente ativa das mulheres não pode, de nenhum modo sério, desconsiderar a urgência de retificar muitas desigualdades que arruinam o bem-estar das mulheres e as sujeitam a um tratamento desigual”; e “[...] qualquer tentativa prática de aumentar o bem-estar feminino não pode deixar de recorrer à condição de agente das próprias mulheres para ocasionar tal mudança”.

Analisando e associando “o ser mulher na pecuária” com os dois aspectos mencionados por Sen (2010) – condição de agente e bem-estar – nota-se, várias vezes, o distanciamento entre um e outro quando se refere às entrevistadas. A maioria das mulheres submete-se às regras ditadas pela condição masculina dominante na pecuária familiar, mas a

relação das mulheres com os animais e com a lida pecuária, em certa medida, parece representar bem-estar pessoal, o que pode ser verificado por alguns dos depoimentos das entrevistadas. Entretanto, a condição de agente promotora de mudanças tende a ficar em segundo plano.

Eu acho bom, é divertido. É divertido, a gente sai, a gente com eles [animais], a gente se distrai, a gente caminha, é bem divertido. É melhor que a lida de dentro de casa. A lida de dentro de casa é muito presa né... Aí vai lidar com bicho, tu lida com um, tu lida com outro... é bem diferente da de dentro de casa. Se desestressa! A gente conversa com eles, eles entendem a gente, só eu dentro de casa e aquele silêncio do serviço (Entrevistada 2).

Eu me sinto bem, nem sei se é assim. Eu me sinto tranquila, eu me sinto leve como se diz assim sabe (Entrevistada 5).

Me sinto bem. Gosto, gosto, eu gosto. Sou que nem minha tia. Minha tia ia banhar os gados e ia lá pra mangueira olhar os gados né. Ah coisa boa. Adoro (Entrevistada 9).

É bom, é ter bastante o que fazer, mas eu gosto, gosto. Saio bastante, assim não paro muito em casa (Entrevistada 12).

O bem-estar é exaltado pela maioria das entrevistadas ao afirmarem que se sentem bem, felizes e gostam da atividade. A relação de cuidado com os animais e o sentimento de liberdade mostram-se como elementos constitutivos da inserção feminina na pecuária. O primeiro depoimento mencionado confirma essas afirmações, pois a lida na pecuária representa diversão, distração, relação direta com os animais e um espaço pensado como “refúgio das atividades domésticas”. A expressão “silêncio do serviço” denota alguns dos aspectos que marcam o serviço doméstico feminino. O “silêncio” evoca a privação em “[...] expressar e relatar seus sentimentos, sofrimentos e com pouca ou nenhuma legitimidade para desconformidades” e o serviço remete ao “destino de gênero” que determina a mulher como responsável por todas as atividades domésticas entendidas como obrigações femininas (COSTA; LOPES, 2015, p. 177).

Em certa medida, a própria evocação do silêncio referencia ao destino de gênero, já que a mulher “deve” subordinação e obediência a esse sistema hierarquizado de sexo/gênero, masculino e dominante.

A fuga da lida doméstica e o prazer em desenvolver uma atividade vista como masculina, também pode ser entendido como superação e participação em atitudes que busquem novos olhares para a inserção da mulher na atividade. Em contrapartida, olhando estudos direcionados à lógica da pecuária familiar, na busca de entender o raciocínio da categoria e não especificamente as relações de gênero, como por exemplo Litre (2010, p.

103), que identifica a pecuária, por parte dos produtores, como “[...] expressão da liberdade do indivíduo para desfrutar da paisagem pampiana”, nota-se, por parte das mulheres da pecuária familiar, haver alusões correspondentes às encontradas pela autora.

Talvez o gosto e o orgulho em praticar a pecuária também estejam vinculados à racionalidade não econômica dos pecuaristas familiares, os quais desenvolvem a atividade considerando, ante ao aspecto econômico, a tradição, no sentido de dar continuidade aos valores familiares e em defesa de sua identidade, buscando manter seu próprio estilo de vida e proporcionar aos filhos um ambiente saudável e em contato direto com a natureza (LITRE, 2010).

A pesquisa confirma essa racionalidade, pois quando questionadas sobre os aspectos positivos encontrados na pecuária familiar as participantes referem estar fazendo o que gostam: ter uma vida, filhos, animais saudáveis, quando está ocorrendo tudo bem com a família e animais.

E de bom é ver tudo em paz, tudo dando certo tanto com os filhos como com os bichos, com a gente tudo. Aí é bom (Entrevistada 2)

Mas o positivo é que tu faz o que tu gosta, está ali por opção e é uma vida boa, como eu disse é uma vida saudável. Tu tem teus horários, tu tem a tua programação, sabe. Tu é o teu patrão no caso. Pra mim é o lado bom né, no caso é o lado bom (Entrevistada 4).

Eu fico feliz quando eu vejo tudo sadiozinho, aquilo ali é felicidade pra gente, fico feliz com a vida dos bichos (Entrevistada 7).

É ver a criação bem de saúde (Entrevistada 11).

Quando dá um ano bom, assim tipo, que não morre cordeiro é um ponto bom (Entrevistada 12).

Os pontos positivos apontados pelas mulheres revelam que, assim como para elas o gosto pela atividade e o prazer com que a realizam resumem os elementos que constituem o ser mulher na pecuária: o bem-estar familiar e dos animais sumarizam os aspectos positivos na atividade. Ou seja, dentre as entrevistadas, apenas uma mencionou o crescimento de aquisições como ponto positivo; portanto, a quase totalidade não se refere aos fatores econômicos serem relevantes para a produção. As afirmações podem ser analisadas por diferentes ângulos, dentre eles citam-se dois: socialização das mulheres voltada aos cuidados e aspectos não econômicos contributivos para a expansão da real liberdade do sujeito.

A primeira afirmação remonta aos princípios das “[...] divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, às relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros”. Ou seja, a atribuição das mulheres em considerar o “bem-estar

geral” (família e animais) como principal aspecto positivo na atividade alude às atribuições constituídas como femininas, reservadas ao espaço privado, “como o cuidado das crianças e dos animais”. Os espaços destinados às mulheres compõem-se de elementos que guardam “[...] os mesmos apelos à ordem silenciosa”, resultando no que elas se tornam e sendo “[...] condenadas a dar, a todo o instante, aparência de fundamento natural à identidade minoritária que lhes é socialmente designada”. As preocupações “naturais” femininas estariam atreladas ao bem-estar da família concentradas no espaço privado, já os “cuidados” masculinos estariam destinados ao lado de fora, àquilo que gera renda à família (BOURDIEU, 2002, p. 41).

Em contrapartida, o segundo aspecto, semelhante ao bem-estar e saúde, refere-se aos aspectos não econômicos considerados pelos pecuaristas familiares na busca pela expansão de suas liberdades, referendando pesquisas desenvolvidas com as famílias pecuaristas. Essas referências são fundamentais para entender como se dá a lógica das famílias pecuaristas de modo geral, para que se desenvolvam estudos como este que tratam de determinado agente/ator nas dinâmicas familiares. Alguns desses estudos (SANDRINI, 2005; RIBEIRO, 2009; FERNANDES, 2012) demonstram a racionalização não econômica dos pecuaristas familiares, onde a formação histórica e identitária moldam o modo de vida do pecuarista familiar baseado na criação de bovinos (e/ou ovinos) de corte como uma estratégia de sobrevivência e reprodução familiar. Tais questões evidenciam a coerência da lógica feminina com os estudos da pecuária familiar, porém ressaltam-se as problemáticas persistentes das desigualdades de gênero encontradas e discutidas neste estudo.

Em relação aos aspectos negativos relativos à pecuária, a maioria das entrevistadas relatou a morte de um animal ou quando há problemas de saúde com os mesmos. As afirmações, ao mesmo tempo em que aludem à relação próxima das participantes com os animais, podem ser interpretadas como “prejuízo” à dinâmica familiar, tanto em sentido econômico como para a sobrevivência da família. Porém, a relação de apego com os animais é nítida ao questionar-se sobre os principais aspectos negativos na atividade.

O que eu não gosto, que me incomoda é quando a gente vê os bichos doentes ou que perde, não pode fazer nada né, aí isso aí é bastante ruim. Achar perdido, não poder salvar, não poder fazer nada. Isso daí incomoda bastante a gente (Entrevistadas 2;11 e B).

Quando morre um bicho e a gente fica triste, aí até chorar eu choro. Às vezes é um bicho de estimação e a gente sente aquilo ali, porque a gente se sente triste, se sai ali e acha um cordeirinho morto. Aí me dá vontade de chorar (Entrevistada 7).

Quando morre um bicho é ruim né. Me aconteceu né, esses dias mesmo uma ovelha deu cria, ela morreu. Os dois bichinhos gêmeos mortos. Foi naqueles dias de chuvarada. Ai que pena! (Entrevistada 9).

Assim, confirma-se que a relação com os animais supera o ideal econômico de uma produção agropecuária. A preocupação com a saúde dos animais está associada não somente à relação de respeito e apego com os mesmos, mas também à inquietação de manter meios para a sobrevivência da família, pois como Ribeiro (2009) identificou ao pesquisar os pecuaristas familiares, a organização das dinâmicas produtivas praticadas por estas famílias, em grande medida, objetiva a sobrevivência e reprodução familiar.

Apesar de a maioria referir-se às dificuldades encontradas com os animais como principais pontos negativos na pecuária, elementos como desvalorização do trabalho e alta nos preços dos insumos também foram relatados. Dentre as participantes da pesquisa, duas entrevistadas não consideram nenhum ponto negativo na atividade. Em relação aos altos preços dos insumos, Sandrini (2005) os identificou como um dos principais problemas relatados por pecuaristas familiares, principalmente famílias com maior grau de diversificação produtiva, pois o consumo intermediário é maior nessas famílias, tornando os custos maiores.

As motivações para desenvolver a pecuária familiar também revelam elementos não econômicos na prática da atividade, bem como desvendam alguns dos anseios e expectativas futuras sobre a atividade e a família. Com isso, os trechos citados na sequência demonstram os diferentes elementos encontrados nas motivações das mulheres para permanecer na atividade, fator de destaque, principalmente em tempos onde as mulheres são potenciais atores na promoção do êxodo rural.

Pra gente é melhor, pra gente assim que não, que não sabe, já vou dizer não sabe outro serviço né, tem que ser esse né. E até porque gosta também, porque a gente tem que fazer o que gosta né. De que adianta a gente sair daqui, ir pra cidade fazer o que? Eu não sei fazer nada, eu não sei. Limpar alguma casa, fazer alguma comida (Entrevistada 2)

Paixão! Amor pelos animais. Não saberia fazer outra coisa. Não que eu não goste, gostava muito de...gosto, acho lindo, professora... Mas nada é mais forte do que eu costumo denominar e assim que eu vejo: um pedacinho do paraíso aqui no Piquiri [localidade]. Eu me emociono (Entrevistada 3).

Vários são os motivos citados pelas entrevistadas para permanecerem e praticarem a pecuária. O primeiro trecho mencionado acima retrata o sentimento de incapacidade da entrevistada em realizar outras atividades a não ser o que já está acostumada a desenvolver;

tanto é que, quando comenta sobre ir para a cidade, destaca que não saberia realizar outras atividades senão as que o destino de gênero lhe reserva. Nesse sentido, nota-se que o estar no campo proporciona um sentimento de pertencimento à atividade, ao rural, tornando seu trabalho produtivo, por mais que na prática não seja considerado como tal.

Nessa perspectiva, ao estudar os pecuaristas familiares, Ribeiro (2009) identificou que o conhecimento da atividade apresenta-se como potencial fator motivacional para a prática da atividade, tal como é apontado pelas entrevistadas dois e três. O gosto pessoal pela atividade também é relatado pelo autor como um dos principais motivos para a permanência dos sujeitos na pecuária familiar, assim como se nota em parte dos depoimentos. A expressão “não saberia fazer outra coisa” remete ao questionamento realizado por Ribeiro (2009) aos seus entrevistados, no qual o autor pergunta o que fariam se não pudessem criar bovinos de corte. As respostas assemelham-se a algumas das evocações das entrevistadas, isto é, a maioria mencionou não saber o que fazer reduzindo suas alternativas de sobrevivência e reforçando a pecuária de corte como componente de suas vidas.

Ah, eu acho que é uma vida boa, pela alimentação... ar, tudo é puro (Entrevistada 4).

O motivo é deixar alguma coisa pro filho mais tarde né. A gente o dia que vai não leva nada (Entrevistada 6).

Porque eu gosto, gosto muito, muito, muito. Faço o que eu gosto, já vem de berço, meus pais eram apaixonados por criação e plantação. Meu pai quando faleceu tinha quase mil ovelhas, era o maior criador de ovelhas do Tabuleiro (Entrevistada 11).

Já a evocação sobre a vida saudável que o viver no campo proporciona, é um dos elementos considerados pelas entrevistadas como motivação para prosseguir praticando a pecuária, assim como oportunizar aos filhos esse viver saudável. A tradição recebida de seus antecessores e o desejo em deixar, tanto bens materiais como culturais e simbólicos, também se apresentam como potenciais fatores motivacionais na continuidade da atividade pecuária familiar.

Elementos como os apresentados pelas entrevistadas também foram identificados por Litre (2010) em sua investigação com pecuaristas familiares, no que concerne as suas percepções e motivações. A maioria dos(as) entrevistados(as) pela autora comentaram positivamente sobre a qualidade de vida, saúde e liberdade encontradas na atividade contrapondo-se ao estresse e à busca pelo lucro encontrado nas cidades. Assim, esses estudos corroboram também o que Ribeiro (2009, p. 227) identifica como motivos para o

desenvolvimento da atividade, ou seja, “[...] trata-se de um grupo de famílias motivados a desenvolver esta atividade a partir de uma escolha pessoal e familiar devido a uma série de fatores (culturais, mercadológicos, climáticos e ambientais) que fazem parte do portfólio das alternativas do modo de vida escolhido por eles”.

Como destacado por Staduto, Nascimento e Souza (2013, p 95), e observado nesta pesquisa, a participação da mulher se faz fundamental nas estruturas sociais e familiares, confirmando a relevância em estudar elementos das dinâmicas familiares no intuito de contribuir para a compreensão dessas dinâmicas que atuam diretamente no desenvolvimento rural. Desta forma, “[...] o desenvolvimento rural passa necessariamente pelo maior envolvimento das mulheres nas atividades rurais das quais ainda são tradicionalmente excluídas”.

Os resultados discutidos até o momento permitiram refletir sobre a atividade pecuária na perspectiva do trabalho desenvolvido pelas mulheres sua dimensão relacional, prática e simbólica. Na sequência, o capítulo 6 desta dissertação pretende pensar esses modos de vida e trabalho na perspectiva das desigualdades e situações de vulnerabilidade às mulheres.

6 DESIGUALDADES E SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE DAS MULHERES NA PECUÁRIA FAMILIAR – ALGUMA COISA A GENTE COMBINA, COMPARTILHA... QUAIS COISAS, EM QUE MEDIDA?

Este capítulo objetiva verificar e discutir condições de trabalho e das dinâmicas familiares na pecuária familiar, identificadas através das entrevistas, que consubstanciam situações de vulnerabilidade e privação de direitos das mulheres participantes. Também suscita alguns pontos sobre os diferentes tipos de violência abrangendo as seguintes categorias: distribuição e destino da renda, crédito, opiniões sobre violência de gênero, integração comunitária, vulnerabilidades e violências de gênero, abigeatos, roubos e como evitá-los.

A perspectiva de gênero considera-o como elemento estruturante das relações hierárquicas de sexo, baseadas nas assimetrias de poder entre homens e mulheres, sustentando as formas concretas e simbólicas de dominação. Nesse sentido, o gênero como categoria de análise “[...] fornece elementos para a compreensão de vivências relacionais das mulheres” inclusive permitindo a compreensão de situações de violência. A violência neste caso não se restringe à interpessoal, nas relações afetivas e familiares, mas no trabalho e no plano dos direitos sociais (LOPES, 2015, p. 79).

Com base nisso e nas demais escolhas teóricas já apresentadas, elementos encontrados nas formas de distribuição e destino da renda da atividade pecuária familiar identificam situações que materializam as desigualdades de gênero e, conseqüentemente, tornam frágeis, as possibilidades de agência feminina. A autonomia sobre os rendimentos, fundamento básico para essa condição de agente é limitada. Nesse sentido, a renda obtida com a produção destina-se, majoritariamente, para suprir as necessidades da produção, da casa e da família como constatado nas falas das entrevistadas:

Tudo sai daqui né. A nossa despesa, a nossa despesa pessoal e tudo fica aqui também, porque é o custo com os animais, é o custo com a lavoura. Então, a renda é toda voltada pra cá e nos manter né (Entrevistada 3)

Quando a gente consegue vender é pra gente pagar uma conta de luz, a gente compra alimentação né quando precisa, compra coisa pro guri [filho] ir pro colégio e assim, essa funções aí (Entrevistada 13)

É pra comprar remédio para os bichos e as coisas aqui pra casa (Entrevistada B)

A administração da renda é responsabilidade do marido ou do casal. Apenas uma entrevistada mencionou estar à frente da administração da renda da propriedade, mais

especificamente a entrevistada de número um, que apresenta situação de viuvez recente. A entrevistada dez, também viúva, não responde pela renda da venda dos animais e sim seu filho; em contrapartida tem autonomia sobre seus ganhos com os benefícios das duas aposentadorias que recebe.

Nesse sentido, além do protagonismo masculino estar vinculado aos espaços públicos e produtivos no ambiente interno familiar, a presença e participação do homem replica seus papéis no externo, ou seja, as decisões constituídas como “mais importantes” são realizadas por eles, ainda mais em se tratando da renda advinda do trabalho agropecuário. Lunardi (2012) verifica situação semelhante, pois ao pesquisar relações de gênero no turismo rural identificou que os homens são os responsáveis pela geração de renda e gastos agrícolas e, sendo assim os recursos oriundos destas atividades são de domínio masculino. Barbosa (2013) também conclui que a responsabilização sobre os recursos oriundos das atividades agropecuárias é, principalmente, designação masculina.

É ele [marido]. E alguma coisa a gente compartilha (Entrevistada 5).

Ah é nós dois, tanto ele quanto eu. É o marido e a mulher, tem que ser combinado, se está sobrando pra uma coisa vai pra aquilo (Entrevistada 6).

É o meu marido. A gente combina e ele que resolve (Entrevistada 9).

O “combinar”, assim como o “compartilhar”, ganha caráter de “estar em acordo” com determinada decisão econômica tomada pelos homens – em maioria maridos - e não de contribuição efetiva sobre as mesmas. Na pecuária, quando as mulheres comentam que combinam com os maridos, “[...] isso quer dizer que, na maioria das vezes, eles conversam sobre, porém, quem tem a palavra final é o homem” (LUNARDI, 2012, p. 137). A falta da participação feminina em processos decisórios em dinâmicas familiares rurais, especialmente na pecuária familiar, atesta as construções sociais sustentadas nas assimetrias de gênero, criando barreiras culturais assentadas nas naturalizações (BARBOSA, 2013) do ser homem e ser mulher, demarcando as mulheres aos trabalhos domésticos e os homens como porta-vozes e chefes de família.

Assim, é possível afirmar que as culturas de gênero calcadas nos “papéis tradicionais” naturalizados, explicam as dificuldades vivenciadas pelas mulheres em participar de forma concreta dos processos decisórios das unidades familiares rurais. Pensando nisso e, considerando que no Brasil há uma estreita relação entre vulnerabilidade social e violência simbólica (BOURDIEU, 2002), observa-se que as situações cotidianas das mulheres pecuaristas, principalmente direcionadas às dinâmicas produtivas internas à família, permeiam

o que Abramovay e Pinheiro (2003, p.2) entendem por violência simbólica. Os autores referem a violência simbólica como “[...] abuso do poder baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade” e exemplificam-na através da violência verbal e institucional. Contudo, considerando o poder concedido aos homens a partir da constituição social do gênero e analisando as falas das entrevistadas, pode-se afirmar que mesmo que haja mudanças, as mulheres permanecem submetidas à violência simbólica das tradições culturais dominantes, o que potencializa a vulnerabilidade socioeconômica feminina nos espaços público e privado.

Em relação à renda distribuída diretamente às mulheres, quatro das entrevistadas mencionaram não receber nenhuma espécie de rendimentos financeiros. Em primeiro momento, esta informação parece ser satisfatória, considerando o total de mulheres entrevistadas, e impulsiona o entendimento pelo empoderamento econômico feminino. Entretanto, a diversidade das fontes de renda das mulheres (aposentadoria, benefícios sociais, venda de animais, venda de produtos caseiros e serviços) e sua destinação põem em discussão alguns elementos que “limitam” o poder socioeconômico das mulheres inseridas na pecuária familiar.

É pra comprar alguma coisa pra mim, pra guria ou pra nós mesmo, pra casa. Acaba indo tudo pra família assim, não tem uma coisa [específica] (Entrevistada 4).

É conta de luz eu que ajudo, botijão de gás, remédio, comida, ajuda pra tudo (Entrevistada 6).

Ah, eu movimento assim pra casa, ajudo o meu esposo a comprar as coisas. É tudo pra casa (Entrevistada 8).

Mais é pra ajudar, eu me trato também com um médico. Agora mesmo ontem eu fui consultar... As consultas são muito caras né, e mais os remédios. Eu sei que eu pago a consulta, eu pago o remédio e o dinheiro vai né (Entrevistada 11).

Eu tenho assim tipo uma conta na Caixa e deixo sempre um pouquinho lá, sempre, sempre. Sempre um pouquinho que é pro fulano [filho], e compro roupa pra ele, alguma coisa pra mim também, se precisar comprar alimentos também (Entrevistada 12).

Parte considerável das entrevistadas utilizam suas rendas pessoais para as responsabilidades domésticas atribuindo-lhes o sentido de “ajuda ao marido” como contas a pagar, alimentação, roupas, demais serviços e mercadorias relacionados aos cuidados com o lar, compatíveis com as atribuições femininas. Com o direcionamento de seus rendimentos aos gastos com a manutenção da casa e família, ocorre a reafirmação da mulher como protagonista da esfera reprodutiva, cabendo ao homem “[...] as funções com maior valor social adicionado” ocupadas no espaço produtivo (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599).

Ainda assim, algumas participantes mencionam a concretização de aquisições pessoais, indicando possibilidades de empoderamento econômico feminino e não somente em virtude de suprimentos relacionados à extensão de suas atividades cotidianas. Mesmo com alguns nuances de mudanças no sentido de investimentos pessoais por parte das mulheres, a maioria destina seus rendimentos a casa e a família. No turismo rural essa situação se replica, pois, parafraseando Lunardi (2012, p.122) já que as mulheres são responsabilizadas pela manutenção da família e os homens da produção, “[...] os recursos oriundos e destinados a cada estrutura estão relacionados a essa divisão”, ou seja, recursos da renda feminina para a casa e recursos da renda masculina para a produção.

O acesso ao crédito rural também se constitui como elemento potencial para analisar as estruturas de trabalho e dinâmicas familiares que possam consubstanciar desigualdades que se traduzem em vulnerabilidades, fragilidades, para as mulheres. As entrevistadas que não realizaram operações de crédito totalizam nove participantes, sendo que destas, em cinco relatos, nenhum membro de sua família acessou financiamentos enquanto segundo o relato das outras quatro, os maridos já acessaram, como pode ser visualizado nas falas.

...Nessa parte eu sou zero, eu não tenho nenhuma noção dessas coisas, assim sabe, porque a gente nem, nem faz crédito assim no banco, coisa assim né (Entrevistada 5).

Nem sei mesmo te dizer esse negócio de crédito não (Entrevistada 6).

Nem gosto disso aí, não gosto de dever coisa assim Deus o livre (Entrevistada B).

Essa característica é recorrente em alguns pecuaristas familiares, pois conforme afirma Ribeiro (2009) parte desta categoria social rejeita quaisquer relações com empréstimos bancários e inclusive orgulham-se em não manterem dívidas. Isso confirma a importância que os pecuaristas familiares dão a sua autonomia financeira e mercantil, considerando como prioridade as necessidades familiares e não o lucro. Em contrapartida, algumas entrevistadas comentam que a realização de operações de crédito é realizada pelos maridos.

Ele [marido] até tirava os PRONAF... agora até que ele nem tem tirado, está pagando os que ele tirou (Entrevistada 2).

Meu marido, mais é com ele que usa assim, negócio de PRONAF... No meu nome eu não tenho nada, estou encaminhando pra começar... Eu ajudo, a gente paga em conjunto e coisa né, mas ele é que, enquanto ele está tendo limites né, ele vai fazer né, porque está tudo encaminhado, ele chega lá nos bancos lá, os caras já conhecem ele, sabem que, então é mais fácil né, quando precisar aí eu começo (Entrevistada 4).

O processo de negociação e as atividades de financiamento que envolvem a presença no banco, frequentemente são consideradas “negócio de homem”, pois estes teriam mais contato com os agentes bancários, facilitando, assim, a concessão de crédito, como pode ser observado na fala da entrevistada quatro. Assim, o “facilitar” o processo exclui as mulheres de alguns ambientes públicos, tornando a presença feminina, praticamente inexistente em agências bancárias, ainda mais se tratando de mulheres rurais.

Hernandez (2009) questionou determinada política de crédito com o intuito de verificá-la como meio para o empoderamento de mulheres rurais. Os aspectos burocráticos e a presença no banco foram alguns dos fatores que a autora identificou como novos para as mulheres, já que antes da modalidade de crédito destinada às mulheres, eram os homens os únicos “frequentadores” do banco. Alguns agentes bancários confirmaram a predominância masculina nas agências bancárias, e as próprias mulheres reconhecem como “papal” masculino as negociações e atividades bancárias.

Esse reconhecimento “natural” pelas mulheres em afirmar os homens como principais agentes de operações bancárias, e assim nas demais atividades públicas e produtivas, exemplifica o que Bourdieu (2002, p.45) diz sobre a afirmação da primazia masculina nas objetividades das estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas. O argumento dessas relações (masculino/feminino) recai sobre a reprodução biológica e social que confere aos homens a dominância de espaços públicos e funcionam como “[...] matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais”. Assim, as próprias mulheres incorporam sistemas de pensamentos produzidos pelas relações de poder entendendo sua subordinação como natural, ou seja, nada mais “natural” que ser o homem o responsável por atividades bancárias, pois desde que se tem conhecimento “sempre” foi ele quem resolveu estas questões.

Apesar de a realidade permear situações promotoras de vulnerabilidades socioeconômicas em relação às mulheres, seis entrevistadas relataram serem as titulares em algumas operações de crédito, como por exemplo o PRONAF e empréstimos com cartão de crédito. Ainda que a titularidade contribua para o reconhecimento das mulheres proporcionando confiança e segurança, como afirma Hernandez (2009), há que se analisar o contexto que promove a decisão da mulher (ou de familiares, especialmente o marido) em realizar operações financeiras. Desta forma, encontraram-se situações diversas no que se refere à titularidade das mulheres em operações de crédito.

Eu trabalhava com o PRONAF e aí depois quando eu perdi meu marido, eu cancelei lá... No meu nome, assim como é que é, é o custeio que eles largavam tanto fazia ser homem ou mulher, era o mesmo (Entrevistada 1).

Desde 2002, desde 2000 a gente tem, mas desde 2002 eu faço os meus créditos rurais... Eu não tenho vergonha de dizer que dependo do crédito pra manter a lavoura principalmente que é o que tem o custo mais alto né, mas também tenho orgulho em dizer que até hoje não atrasei nunca minhas contas (Entrevistada 3).

Tirei pro marido já. Tirei “x” mil pra ele, já pagamos faz uns dois [anos] que a gente pagou (Entrevistada 9).

Eu faço empréstimo, eu dei uma moto zero pra ele [filho]. Agora ele comprou um trator, também fiz um empréstimo... Também foi com um empréstimo do meu cartão. A gente trabalha com isso, mas assim olha, dívida é no meu cartão, nós não temos dívidas, nem eu nem ele, nossa dívida é no meu cartão (Entrevistada 10).

Na primeira fala, a entrevistada afirma que, antes do falecimento de seu marido, trabalhava com operações de crédito destinadas ao custeio da produção e inclusive salienta que a modalidade acessada era concedida independente de ser homem ou mulher. No entanto, com o falecimento do marido, revela que cancelou as operações realizadas, remetendo ao entendimento de que a responsabilização pela produção com fins econômicos era dele. As atividades relacionadas à criação passaram a ser responsabilidade de seu filho e suas necessidades são supridas exclusivamente com fundos de sua aposentadoria.

Isto exemplifica, claramente, a separação entre atribuições femininas e masculinas na pecuária familiar, já que as operações de crédito eram realizadas exclusivamente em vida de seu marido, mesmo que em nome da mulher. Refletindo a partir de Kergoat (1996, p.22), a situação recente de viuvez da entrevistada permite identificar o que autora salienta sobre as formas de pensar do dominado, pois “[...] uma mulher não se pensa como mulher, ela se pensa também dentro de uma rede de relações sociais”, como trabalhadora, mãe, jovem ou velha, sempre concorde com sua posição de dominada nas diferentes relações sociais. Assim, a afirmação do homem dominante decorre da posição ocupada pelo dominado, onde este se legitima como tal. A desistência da entrevistada em prosseguir operações de crédito e entregar sua produção ao filho pode ser interpretada como afirmação de sua condição dominada, pois submete-se ao pensamento proveniente de sua condição de viúva, e não de mulher como potencial agente na continuidade dos negócios, estabelecendo os lugares de homem e de mulher.

A entrevistada três destaca realizar operações de crédito há mais de dez anos principalmente direcionados à lavoura, pois a pecuária necessita de menos insumos. Além de relatar sua longa relação com a pecuária, ela demonstra utilizar-se mais da lógica econômica do que a maioria das participantes. No decorrer de sua entrevista estabelece a divisão de

atividades: seu marido estaria mais envolvido com a agricultura e ela com a pecuária; logo, subentende-se a lógica econômica em investir na agricultura, já que esta demanda mais insumos em função de seu retorno financeiro ser mais rápido.

A entrevistada nove declara ter realizado o empréstimo para seu marido com a finalidade de pagamento de uma dívida. A entrevistada dez trabalha, frequentemente, com empréstimos através de seu cartão de crédito para compras de produtos que consideram necessários. Assim, presenteou seu filho com uma moto, adquiriu um pequeno trator para facilitar a lida rural e o utiliza também em momentos de necessidades financeiras. Sua viuvez, como enfatizado pela própria entrevistada, contribuiu para a melhoria de sua qualidade de vida, possibilitando autonomia socioeconômica.

O poder simbólico talvez seja uma das principais formas de empoderamento alcançado por estas mulheres através da titularidade em operações de crédito. Hernandez (2009) relata que a possibilidade de estarem no banco para acessar um crédito permite a essas mulheres sentirem-se reconhecidas com maior confiança e segurança, assim como, desenvolver certa independência e transitar em espaços públicos socialmente constituídos como masculinos. Porém, como destaca a autora, afirma-se que a presença feminina no banco se mostra como um aspecto normativo para a concessão do crédito, o que não “[...] necessariamente poder-se-ia garantir a continuidade e permanência para assumir a responsabilidade de lidar com os aspectos burocráticos, que emanam da lógica de operacionalização do crédito e que, muitas vezes, leva algumas mulheres a se desmotivarem” (HERNANDEZ, 2009, p. 170).

O processo de empoderamento e a construção do poder de agência (SEN, 2010) das mulheres através do acesso ao crédito, provavelmente, seja limitado, pois como afirma Zorsi (2008), geralmente a decisão em acessar o crédito não é exclusivamente da mulher e, sem o consentimento dos maridos a efetivação da operação possivelmente não seria realizada. Os destinos dos créditos acessados pelas entrevistadas, na maioria, não inovam as atividades desempenhadas pelas mulheres. Isto também é retratado por Zorsi (2008) ao analisar o PRONAF Mulher, pois os projetos realizados complementam as tradicionais atividades femininas contribuindo na invisibilidade da mulher tanto no trabalho cotidiano, como na família. Assim, confirma-se, através dos aspectos analisados até então, que esses projetos não constituem elementos suficientes “[...] para ruptura de determinadas práticas sociais construídas e historicamente vinculadas aos homens e mulheres em suas contribuições para a reprodução social da agricultura familiar” (ZORSI, 2008, p.74).

Corroborando com Kergoat (2010), parte das mudanças que parecem ser evidentes, como por exemplo o acesso das mulheres ao crédito, devem ser mais profundamente

refletidas, pois em termos de relações intersubjetivas entre os sexos, ocorrem mudanças, porém no que tange as relações e práticas sociais essas mudanças não são tão efetivas. Se as mulheres conseguem acessar operações de crédito como titulares (fruto de mudanças nas relações intersubjetivas), não necessariamente este acesso seja provocado por mudanças efetivas no sistema dominante. Pelo contrário, ao observar a destinação dos créditos das entrevistadas, nota-se que as práticas e relações sociais de sexo permanecem, praticamente, intactas. Ou seja, créditos para o espaço produtivo dominado pelos homens.

Analisando a integração social das mulheres inseridas na pecuária familiar, quatro afirmaram não participar de nenhuma associação, sindicato, cooperativas ou algum grupo. Considerando o número de entrevistas essa ausência de participação é significativa. Destas quatro, uma não participa de nada e para as demais a única forma de integração social resume-se a participação em cursos e momentos proporcionados pelo serviço de extensão rural (EMATER) ou SENAR.

Não aí quando tem é assim, curso do SENAR, por exemplo, a gente participa, esses da EMATER a gente participa, mas assim, ser associado mesmo não, só assim os cursos que sai daí e gente forma um grupo e faz. Agora mesmo, a gente está, a gente fez uns quantos cursos do SENAR e agora estamos fazendo o de guasqueiro como dizem. Que eu adoro, eu adoro lidar com corda (Entrevistada 5).

Só essas coisas da EMATER, esses programas da EMATER é que [participam]... Nós fomos até num dia de campo lá na Palma [localidade] (Entrevistada B).

De modo geral, cursos que buscam alcançar o público feminino rural baseiam-se em atividades de artesanato, culinária e afins. Porém, a entrevistada cinco destacou sua participação em um curso de guasqueiro, atividade tradicionalmente masculina da cultura gaúcha. Já a entrevistada B comentou sobre sua participação em um dia de campo voltado à produção agropecuária. Nota-se que, embora pequena a participação dessas mulheres, observam-se mudanças, ainda que tímidas, no que tange à inserção da mulher em ambientes tipicamente masculinos. Isso pode relacionar-se talvez a aptidão da região para a pecuária que serve como incentivo para os órgãos promotores de ações deste tipo e contribuam para a participação e valorização das mulheres nestes espaços.

As mulheres que participam de sindicatos, associações e outros tipos de integração social apresentam diferentes motivações para inserirem-se:

Se a pessoa está em dia com ele [sindicato], tem direito de uma consulta, um desconto, depois de certo pra aposentadoria também, facilita mais né (Entrevistada 2).

É a gente faz festa... É que a associação está tão assim atirada, esse mês mesmo não saiu reunião, andou falecendo os pais da presidente então não querem fazer festa. Ah, mas tinha que fazer né, não sai nada aqui, mas está. A gente já fez alguma festinha (Entrevistada 9).

É muito bom, têm médicos, tem tudo quanto é coisa a gente vai né, quando pode ajudar [financeiramente] a gente ajuda, quando não pode, não, vai só participar né. Tudo assim (Entrevistada 13).

É importante né porque aí às vezes quando a gente quer semente de milho mesmo eles trazem e aí vem pra associação. Vacinas às vezes quando a gente quer vem também (Entrevistada A).

As dificuldades de acesso a serviços básicos públicos motivam a participação em associações que aproximem as comunidades rurais, especialmente as mulheres a serviços básicos como saúde e auxílios na busca pela previdência social. A realização de eventos que integrem a comunidade também motiva a participação em associações comunitárias rurais e possibilita a busca por menores custos e acesso a produtos de interesse comum às famílias, como insumos para a produção rural, e a isso se somam as motivações para inserção em associações e sindicatos, por exemplo.

Nesse sentido, salienta-se que o interesse pelas associações locais prendem-se, muitas vezes, à privação de direitos, gerando como consequência a busca por alternativas aos serviços que deveriam ser oferecidos pelo estado. As dificuldades geográficas e econômicas do rural privam as famílias, especialmente as mulheres, do uso de direitos básicos, como por exemplo o acesso aos serviços públicos de saúde. Lopes (2015) observa que os serviços de atenção básica à saúde estão localizados nos centros urbanos, criando barreiras para o acesso das mulheres, esse fato atestando a complexidade das dinâmicas socioculturais encontradas no rural. Resposta a esta situação tem-se quando as mulheres procuram se inserirem em associações visando os auxílios e descontos oferecidos para acesso aos serviços privados visando, mesmo que de forma indireta, a redução das vulnerabilidades decorrentes desta deficiência, ou vazios de direitos encontrados no rural.

Os eventos realizados pelas associações acabam por representar as poucas oportunidades de lazer e divertimento das participantes. A falta de opções de lazer já é conhecida no rural, ainda mais ao referenciar as mulheres que, por vezes, mencionam não terem tempo para esses momentos, pois estariam envolvidas com suas atividades, ou seja, a sobrecarga de trabalho priva-as do lazer (BARBOSA, 2013). E ainda, como mencionou a

entrevistada seis, as mulheres geralmente se envolvem nos preparativos das festividades, o que as impede de aproveitar os poucos momentos de diversão.

Mais uma vez percebe-se o direcionamento das mulheres a condições e situações que se referem ao espaço reprodutivo, pois elas buscam inserir-se em organizações que irão de alguma forma “beneficiar” a família, especialmente no que diz respeito à saúde, lazer e acesso aos demais direitos, muitas vezes, dificultados às famílias rurais. O envolvimento com preparativos em festividades também pode ser interpretado como extensão de suas atividades cotidianas, afinal neste momento são realizadas tarefas de limpeza, preparação de alimentos e outras atividades comuns às mulheres.

Tedeschi (2013, p.449) observou-se que a esfera doméstica (ambiente privado) é dotada de efetividades e vínculos emocionais que buscam interferir no alcance das necessidades subjetivas das pessoas, especialmente no que se refere à família. Nesse sentido, as atividades próprias do espaço privado, e conseqüentemente delegadas às mulheres, ocupam o “[...] plano da invisibilidade, negando qualquer possibilidade de valorização e reconhecimento social”. Nota-se que essas atividades desvalorizadas, abrangem essencialidades para a manutenção da vida das pessoas, como pode ser visualizado pela busca feminina por meios que permitam o acesso à saúde pública, beneficiando a família como um todo. Tedeschi (2013) reforça que, dentre essas atividades invisíveis, incluem-se a alimentação e o afeto, fundamentais para estabilidade física e emocional dos membros da família, realizadas cotidianamente seja em casa ou em ambientes de socialização comunitária, como igrejas, associações de moradores, sendo desenvolvidas sem quaisquer remunerações.

As situações referidas nas discussões acima mesclam elementos estruturais do trabalho na pecuária e dinâmicas familiares que são potenciais geradores de vulnerabilidades às mulheres e confirmam a persistência de um sistema assimétrico e hierarquizado de relações de gênero, onde as mulheres submetem-se à lógica dominante masculina. Entretanto, devem ser consideradas situações que encaminhem novos olhares sobre as determinações masculinas sobre a pecuária familiar, como por exemplo, autonomia econômica (mesmo considerando a viuvez como uma condicionante conhecida para o referido ganho), realização de cursos que ultrapassem os limites femininos, expressão de pensamento lógico e produtivo delimitados anteriormente como masculinos, dentre outros.

As mulheres ainda apresentam reduzida participação nos momentos de decisão sobre as atividades agropecuárias, principalmente em função do caráter auxiliar que suas atividades representam às dinâmicas familiares rurais. Lunardi (2012) enfatiza que isso está relacionado ao fato de as práticas produtivas serem desenvolvidas pelos homens, como por exemplo,

buscar o gado, banhar e preparar as pastagens. Contudo, percebe-se que as atividades constituídas como masculinas também são desempenhadas, em vários casos, pelas mulheres, mantendo o trabalho doméstico como sua atribuição primária. Assim, entende-se que o “caráter complementar” do trabalho feminino seja em casa ou no campo, define o poder de decisão dentro da pecuária familiar.

Com isso, remete-se ao questionamento realizado inicialmente, será que homens e mulheres, na pecuária familiar, efetivamente compartilham “alguma coisa” além dos lugares já tradicionais de gênero? A apropriação do espaço privado pelas mulheres limita sua participação em ambientes públicos, ou são as culturas de gênero que bloqueiam seu efetivo envolvimento e reconhecimento em ambientes construídos como masculinos?

6.1 Vulnerabilidades e as violências em seus múltiplos sentidos

A distribuição de poder, fundamentada nas relações de gênero construídas socialmente, constitui os homens como provedores das unidades familiares rurais, mantendo o domínio das decisões fora e dentro de casa, exceto o que contempla o trabalho doméstico. Com isso, constituem-se diferentes cenários de vulnerabilidade social e familiar baseados em experiências de submissão e resistência que, frequentemente, levam aos conflitos de classe, etnia e especialmente de gênero, muitas vezes desencadeando diferentes tipos de violência (COSTA; LOPES, 2015).

Nas reflexões acima, foi possível verificar alguns elementos constituintes das dinâmicas familiares e de trabalho das entrevistadas que consubstanciam vulnerabilidades e privações de direitos. Assim, refletindo as vulnerabilidades e privações de direitos como fatores potenciais na reprodução de violências, em primeira mão questionaram-se diretamente as entrevistadas sobre casos de violências, constrangimentos e valorização do trabalho feminino por parte dos familiares.

A desvalorização do trabalho das mulheres por parte dos familiares, ou pessoas externas às famílias, foi um fator comentado por algumas entrevistadas, revelando a sutileza com que as diferentes formas de violência afloram a partir da ideia de complementariedade do trabalho feminino.

Não é tão enxergado [trabalho da mulher], às vezes para os de casa né, porque as pessoas de fora enxergam, mas os de casa às vezes nunca estão muito contentes. Tem que sempre achar que deveria ter feito mais né. Isso aí sempre tem, decerto sempre vai ter (Entrevistada 2).

A minha família sim, agora tem muitos por fora que, às vezes ajuda, vai de boa vontade, ajuda a fazer, faz bem feitinho, única coisa que faz é criticar às vezes (Entrevistada 5).

Ai não sei te dizer, é complicado, é mesmo. Não sei te dizer assim, sei lá não dão muita bola assim pra essas coisas. Às vezes é até psicológico na cabeça, a gente acha que né, ninguém da bola. A própria obrigação da gente, a gente acha que não (Entrevistada B).

Constatam-se duas posições em relação à (des)valorização do trabalho feminino: a valorização pelos familiares e desvalorização por outros sujeitos ou, ao contrário, a valorização externa e a desvalorização intrafamiliar. A naturalização da divisão sexual do trabalho construída historicamente, e incorporada por homens e mulheres como “normal”, desvaloriza o trabalho feminino e encaminha a percepção pelas próprias mulheres de que seu trabalho é subordinado ao trabalho produtivo praticado pelos homens (TEDESCHI, 2004). Nesse sentido, a desvalorização familiar do trabalho feminino é reproduzida dentro das próprias estruturas familiares da pecuária através do processo de socialização tanto das mulheres como subordinadas ao sistema dominante masculino, como dos homens “criados” para a manutenção econômica da casa.

A incorporação por parte das mulheres da submissão de sua posição social na família, também contribui para a desvalorização familiar e externa, pois, como a entrevistada B enfatiza, a assimilação de obrigação com o trabalho desenvolvido poderia ser justificativa para neutralizar a importância e reconhecimento de suas atividades. Tedeschi (2004) salienta que isto decorre do consentimento das mulheres sobre o entendimento do trabalho feminino como “ajuda”, reforçando a ideologia da domesticidade e impossibilitando formas de conduzir o processo a soluções que desconstruam a estrutura tradicional da divisão sexual do trabalho.

A desvalorização do trabalho feminino fora da propriedade familiar também decorre das constatações das relações de gênero, firmadas em especificidades do modo de vida rural, como a organização do trabalho familiar por sexo e idade que distribui as atividades tanto em espaços públicos como privados. Desta forma, a troca de serviços, prática recorrente na agricultura familiar, mencionada pela entrevistada cinco - “às vezes ajuda, vai de boa vontade” – pode tensionar situações de desvalorização do trabalho feminino, por exemplo através das críticas recebidas em ambiente externo à família, onde, mais uma vez, o trabalho da mulher é interpretado apenas como ajuda, “[...] desvalorizando socialmente, não sendo reconhecido como uma ação produtiva” (TEDESCHI, 2013, p.156).

Nesta perspectiva, Gomes (2008, p. 238) focaliza sua discussão na violência de gênero, espaço propício para que a estrutura da masculinidade se manifeste e constitua as violências principiadas nas relações de gênero. Refletindo as situações empíricas expostas como potenciais violências de gênero não se negam nem se minimizam as demais formas de violência contra a mulher, “[...] mas ensaia-se uma compreensão mais ampliada desses fatos, situando-os nos cenários das relações de gênero que podem produzir/reproduzir a violência”. O autor também destaca a importância de “olhares” a partir de um plano simbólico da violência, no sentido de enfatizar “formas de agir/pensar – embora não sejam vistas como violência – se constituem em expressões violentas”.

Essas reflexões contribuem para a compreensão da situação de mulheres inseridas na pecuária familiar, tema abordado neste estudo. A desvalorização do trabalho e o caráter de ajuda ocultam o trabalho das mulheres, mostrando que, por mais que repliquem as mesmas atividades praticadas historicamente pelos homens, seus espaços de agência continuam restritos em virtude das vulnerabilidades e violências, especialmente, de gênero.

Outro ponto que contribui para a discussão refere-se aos constrangimentos sofridos pelas entrevistadas. Questionadas de forma direta sobre situações relacionados ao trabalho que tivessem provocado algum tipo de constrangimentos, a maioria das entrevistadas afirma não ter experienciado essas situações ou, ao menos, não ter dado importância a esses fatos.

Olha, eu acho que até não, porque tudo o que eu faço, eu considero assim sabe, eu não me importo com o que os outros vão dizer. Se eu fiz, achei que estava bom aquela lida ali, se eu fiz foi porque quis né (Entrevistada 5).

Não, até que não, a pessoa é muito incentivada. A gente fazendo o que gosta não tem porque se sentir envergonhada, porque a pessoa faz o que gosta e fazendo certo, os outros não tem nada que ver (Entrevistada 6).

Não, eu não. Eu estou fazendo o que eu gosto. Eu me sinto bem, então, não tem o que... (Entrevistada A).

Observando as falas acima, evidenciam-se incertezas nas negações pela expressão “eu acho que até não”, porém as justificativas complementam as respostas ressaltando a satisfação em realizar seu trabalho, o que pode indicar prováveis situações de constrangimentos que não foram interpretadas como tal por parte das próprias entrevistadas. Isto demarca que as mulheres, mesmo percebendo nuances de desvalorização do seu trabalho, preferem assumir o espaço privado e doméstico como sua responsabilidade, amenizando o sentimento de descontentamento com a secundarização de seu trabalho em relação ao espaço público e produtivo ocupado pelo homem.

Hirata e Kergoat (2007) discutem a persistência e reprodução deste sistema binário mulher/reprodutivo e homem/produtivo como resultado da constante socialização nos diferentes espaços sempre renovando os princípios que fundamentam as relações sociais de sexo. Também acrescentam, em suas discussões, essa permanência da atribuição dos trabalhos domésticos às mulheres, mesmo em tempos de reconfiguração das relações sociais de sexo, principalmente no que diz respeito a trabalho. E, ainda destacam que, mesmo plenamente conscientes das desigualdades vivenciadas, as mulheres têm como sua incumbência a realização e responsabilização pelas atividades no espaço reprodutivo. Essas situações e condições são constantemente evidenciadas pelas falas das entrevistadas em expressões, como por exemplo “até que não”, ao se referirem aos constrangimentos vivenciados em relação a seus trabalhos.

Ao contrário, algumas entrevistadas salientaram situações em que se sentiram constrangidas, podendo-se interpretá-las como evocações das assimetrias nas relações de gênero.

Às vezes, às vezes, assim olha. Hoje em dia não, mas logo que eu fiz o curso de inseminação... eu era a única mulher... 11 homens e eu a única mulher. Aí claro que quando me viram, eram todos, alguns mais jovens, outros da idade da gente, outros mais velhos né. Mas todos pensaram: _ ela não veio pra cá aprender nada né, ela veio pra cá pra fazer festa. Eu imagino, isso é coisa que eu penso né... quando começou o curso eu tenho certeza que eles tinham uma visão, quando terminou no sábado, eles tinham outra (Entrevistada 3).

É que tem pessoas que acham que porque a gente é pequeno agricultor a gente é menos que aquela pessoa né. Tem várias pessoas que querem aparecer, querem ser mais que qualquer, nós somos todos iguais né (Entrevistada 13).

Observa-se que as “determinações” de gênero se reproduzem nos diferentes espaços demarcando as atividades destinadas a serem realizadas por homens e mulheres, como exemplificado através da reação de alguns homens ao se depararem com uma mulher realizando um curso de inseminação artificial para bovinos, atividade vista como masculina. As demarcações dos espaços conforme os sexos carregam uma carga de preconceito, como exposto pela entrevistada três, delimitando o que as mulheres podem ou não executarem ou participarem, como por exemplo, cursos tradicionalmente masculinos. Caso se tratasse de um curso de culinária, ou artesanato – não desfazendo da importância que essas atividades representam para algumas mulheres – certamente não haveria limitações à sua participação, pois assim o lugar e o “papel” feminino estariam acordes com as culturas tradicionais de gênero.

Brumer (2004) destaca que a modernização da agricultura contribuiu para a demarcação dos lugares feminino e masculino, especialmente em relação à divisão sexual do

trabalho produtivo e reprodutivo. Com a modernização, os processos produtivos aperfeiçoaram-se incluindo novas tecnologias, impondo aos “produtores” (homens) investimentos em capacitações e maquinários, pois como a responsabilidade pela produção, em grande medida, é masculina, esses investimentos são normalmente realizados por eles. Isto corrobora com a situação apresentada na fala da entrevistada três, pois em termos de atividade pecuária, a inseminação artificial é uma inovação tecnológica, devendo esta, baseando-se na discussão de Brumer (2004), ser praticada pelos homens. Também a natureza e a prática da tarefa ligada à lida com a reprodução animal remete a representação masculina da mesma.

Apesar das constatações apresentadas evidenciarem situações de vulnerabilidade e até mesmo de violências, ao questionar as mulheres sobre em algum momento terem sofrido alguma violência, as mesmas respondem que não e ainda relacionam o termo violência a determinadas situações.

Assim que venha na minha cabeça não. Não lembro, mas acho que não, não. A minha geração era permitido usar a vara da infância e da juventude, que era a varinha de marmelo... Acho que apanhei menos que precisava, mas assim, eu não considero aquilo como uma violência sabe, eu considero como se fosse a época, a maneira como que éramos educados né (Entrevistada 3).

Não, graças a Deus não, graças a Deus (Entrevistada 6).

Não, não, graças a Deus que assaltada não (Entrevistada 13).

A referência à violência não remete às condições de gênero e sim à violência na infância, apanhar no sentido de educar, a qual segundo a entrevistada três não era considerada violência; e a entrevistada treze refere-se aos assaltos como forma imediata de representar a violência. A percepção de violência veiculada nos depoimentos vincula-se à violência física e na forma de assaltos, mascarando os outros tipos de violência comuns entre as mulheres não importando a idade, condição social, poder econômico e social (LORENZONI, 2007). Pode-se afirmar, portanto, que a violência doméstica e as demais formas que ela possa assumir é invisibilizada pelas próprias vítimas. Essa invisibilidade da violência associa-se ao entendimento restrito as suas formas físicas e a processos históricos de naturalização da mesma na relação homem-mulher. Há que salientar também que a compreensão das violências como violação de direitos é ainda mais recente e parece mais distante ainda das mulheres rurais.

Nesse sentido e, segundo Lorenzoni (2007), quando se fala em violência a primeira referência que surge é a violência física, entretanto a autora destaca que as demais formas de violência sutis, indiretas e subliminares atingem a moralidade das mulheres reproduzindo-se em preconceitos da condição feminina e demonstram a importância em discutir as demais

faces da violência contra a mulher para torná-las explícitas e buscar combatê-las no dia-a-dia.

Costa, Lopes e Soares (2014) destacam que a violência contra a mulher no rural adquire formas diversas baseadas na multiplicidade e complexidade do rural manifestando-se nas relações sociais cotidianas e, objetivando-se nas disparidades de posse da terra, de manejo da terra – e dos animais tratando-se da pecuária –, sobrecarga de trabalho legitimadas na divisão sexual do trabalho rural. No entanto, apenas a entrevistada dez relatou ter sofrido violência doméstica (explícita) durante o período do seu casamento, e, inclusive, destaca que sua vida melhorou após o falecimento de seu marido. Uma violência ocultada pelo sentimento de proteção aos filhos e sua própria vida, assim relatada pela participante.

Pra passar pelo que eu passei, não precisa ninguém se casar... E eu só agradeço o meu casamento pela família que eu tenho, é só, mais nada te garanto... porque quando o meu marido brigava comigo e fazia as dele isso ficou tudo quieto, nunca saiu... Pra salvação dos meus filhos e da minha própria vida (Entrevistada 10).

Conforme Paz e Lopes (2015, p.88), a falta de autonomia nas decisões financeiras e familiares e a “posse simbólica do corpo feminino” intensificam as assimetrias de gênero fundamentadas no poder. Com isso as desigualdades de poder, refletidas nas práticas sociais cotidianas, frequentemente, referendam aos homens o uso da força física como meio de exteriorizar seu poder e dominação sobre a mulher que além de sofrer com este tipo de violência rotineiramente, é privada de usufruir seus direitos básicos. Medo e vergonha de expor as dificuldades do casamento também complementam esse quadro de acobertamento e, são as mulheres que se sentem responsáveis por “salvar” a situação, muitas vezes, negando ou suportando maus tratos em nome da família.

Mesmo que haja mudanças em diferentes contextos na sociedade atual, para as mulheres rurais o casamento pode representar uma forma de privação de direitos e intensificação da vulnerabilidade social calcada nas relações de gênero, como se observa no relato da entrevistada dez. Ao considerar que na agricultura a mulher tem sua “[...] autonomia neutralizada pelas imposições devidas a um sistema que articula as representações sociais ligadas ao gênero”, nota-se que, com o casamento, as relações sociais estabelecidas entre o casal impossibilitam o reconhecimento socioeconômico da mulher, entendendo a sua função como auxiliar da família, mais especificamente do marido (TEDESCHI, 2004, p.61). Ou seja, “[...] é a violência sofrida pelo simples fato de ser mulher” e praticada pelos homens (LORENZONI, 2007, p.87).

Ao conversar sobre os diversos assuntos contidos no roteiro de entrevista, algumas participantes revelam situações que nem mesmo as próprias conseguem identificar como formas de privações, várias vezes motivadas pela imposição das relações de gênero firmadas e propagadas com o casamento. As expressões com que se referem aos maridos - “e o fulano também nunca deixou” e “ele não gosta muito que eu vá sozinha” - exemplificam claramente estas imposições praticadas pelos homens que usam o seu poder de provedor da família para estabelecerem “regras” privando as mulheres de realizarem determinadas práticas que contribuam para sua autonomia e para sua condição de agente.

Novamente, reserva-se o espaço privado e reprodutivo às mulheres, onde além do sentimento de obrigação com as atividades de casa, a responsabilização pelos trabalhos domésticos também é estipulada pelo marido que tem o poder em determinar e resolver situações que dizem respeito às esposas. A partir deste estabelecimento - trabalhos no espaço reprodutivo para mulheres e trabalhos no espaço produtivo para homens - tem-se a divisão sexual do trabalho como “[...] um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599). Ou seja, esta permanência pode servir como “método” para a garantia da supremacia masculina, especialmente no tocante à divisão sexual do trabalho.

A maneira como estas práticas são impostas no cotidiano, ou seja, a dominação masculina, passa despercebida do consciente, perpetuando “[...] a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças”; isto refere-se à violência simbólica que tem a dominação masculina como exemplo por excelência de sua prática. Este tipo de violência se propaga nas maneiras mais sutis e invisíveis às suas vítimas exercendo-se “[...] essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2002, p.7-8).

Ao realizar perguntas abertas sobre as dificuldades no rural e as diferentes formas de violência no plano dos direitos sociais, e até mesmo evocações que surgiram no andamento da conversa, foram revelados outros elementos compreendidos como meios de privação de direitos, como por exemplo, as grandes distâncias que dificultam o acesso a bens e serviços básicos, o alto preço pago por alguns serviços como energia elétrica, rede telefônica com sinal precário, dentre outras situações recorrentes no rural.

Nós estamos apavorados com a conta da luz, a nossa aqui foi pra cento e poucos. No interior não podia ser, né. Só uma lâmpada na cozinha de noite e eu. A televisão depois que eu janto, eu fico assistindo a novela no escuro, eu desligo as luzes e não sei como, onde vai, uma lâmpada. A gente não deixa a luz da rua acesa, nem desperdiça e não sei de onde eles tiram. Isso é roubo já (Entrevistada 1).

Aqui nas casas mesmo não pega [sinal telefônico]. O guri [filho] até tem telefone, mas lá fora pega. Até talvez botando uma antena quem sabe até já pega... tudo que é lugar por aí por perto pega, decerto aqui também pega. Não ficar fora do mundo (Entrevistada 2).

Essas situações corroboram com as representações de violência, encontradas por Costa (2012) nas falas de seu público pesquisado, quando estas relacionam as dificuldades de acesso aos serviços de saúde à complexidade do rural, obstaculizando a organização de serviços que compreendam as particularidades desses espaços e, ainda há o difícil acesso às sedes dos municípios, onde se encontram a maioria dos serviços básicos destinados à população. Outros serviços, como a concessão de energia elétrica e telefonia, também encontram dificuldades no rural, como citado pelas entrevistadas, pois além das distâncias a serem percorridas, caso seja necessária a assistência técnica, por exemplo, os valores pagos e a ausência de rede telefônica privam as pessoas, principalmente as mulheres envolvidas ao espaço doméstico, de usufruírem seus direitos básicos.

Em vista disso, as dificuldades de acesso a bens e serviços básicos compõem o que Monteiro (2011, p.35) entende por vulnerabilidade social. Esta reúne características, recursos simbólicos ou materiais e “habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade”. Ou seja, as dificuldades e inadequações, como rede de telefonia deficiente e preços inadequados na concessão de energia elétrica, fragilizam o acesso aos recursos materiais e simbólicos determinando a intensidade da melhora ou deterioração da qualidade de vida dos sujeitos.

As dificuldades de acesso a serviços e bens (materiais/simbólicos) de primeira utilidade no rural se intensificam em relação às mulheres, pois as relações sociais de gênero são baseadas em princípios assimétricos que promovem a superioridade da condição social masculina em relação à feminina. Com isso, a vulnerabilidade social vivenciada pelas mulheres, em grande maioria, acentua-se em comparação aos homens podendo-se interpretá-la, não raramente, como violência sexista praticada pelos homens, assentada na construção social do “ser feminino” submisso ao “ser masculino” (LORENZONI, 2007). Portanto, como salienta Costa (2012), dentre os tipos de violência sofridos pelas mulheres rurais, a violência

pelo difícil acesso e acessibilidade a serviços demonstra-se como elemento demarcador da potencialização das vulnerabilidades sociais vivenciadas pelas mulheres.

Outra associação à violência, reporta aos casos de roubos às residências e abigeatos que, por vezes, são enfatizados considerando vulnerabilidades em relação a gênero e geração.

Andou uma época que nós estávamos apavorados, as casas de beira de estrada roubaram tudo. Ficavam só cuidando os moradores ir pra cidade ou ir pra lavoura, arrombavam e levavam tudo o que tinha dentro de casa (Entrevistada 1).

Claro a violência que existe aqui fora é roubo de gado, fazem essas carneadas nas madrugadas por aí, isso aí está comum, mas assim o ser humano mesmo até que graças a Deus não (Entrevistada 6).

Aqui fora, como já aconteceu ali pra cima de assaltar porque são idosos que sabem que são pessoas aposentadas né. Já aconteceu, ali pros armazéns andarem ali assaltando porque sabem que são aposentados. Então, eu acho que fora, de repente as pessoas idosas são mais [atingidas]... (Entrevistada 9).

Com relação ao elemento analítico geração nota-se a percepção por parte das entrevistadas em mencionar os aposentados como alvos de assaltos, pois estes teriam uma renda fixa, situação que no rural, várias vezes, ocorre justamente com o recebimento do benefício social. Ao analisar o contingente de mulheres mais velhas na pecuária familiar, dentre as entrevistadas, cinco recebem o benefício da aposentadoria. Considerando o universo da pesquisa de quinze participantes, a proporcionalidade de mulheres mais velhas para jovens se destaca, pois, até trinta anos de idade encontram-se três participantes, o que também pode indicar elementos satisfatórios no que tange à continuidade da atividade, pois tanto as mais jovens como as mais velhas não se projetam em outras atividades ou lugares a não ser o rural e seus respectivos trabalhos.

Ainda assim, Godoy et.al. (2010) salientam a falta de atrativos aos jovens rurais para que permaneçam na agricultura familiar, tornando-os vulneráveis às dinâmicas familiares do rural, resultando não só no êxodo destes jovens da zona rural, mas também no de outras pessoas na faixa etária acima de 40 anos. Esse fenômeno se repete dentre as entrevistadas, pois 11 dentre as participantes da pesquisa possuem mais de 40 anos, entretanto é importante destacar que as três entrevistadas que possuem entre 20 e 30 anos de idade já estão estabilizadas em sua atividade de trabalho, todas com seus companheiros e destas duas já possuem filhos. Ou seja, mulheres que decidiram permanecer no rural inseridas na pecuária familiar.

Brumer (2004) salienta que as diferenças regionais em termos de atividades produtivas, por exemplo, podem ser demarcadoras para o êxodo da população jovem no rural

em função das dificuldades de auferir alternativas de renda. Assim, provavelmente, as regiões direcionadas à criação extensiva de gado sejam mais vulneráveis às condições do êxodo de jovens, especialmente mulheres. Esses apontamentos colaboram com as situações encontradas a partir das entrevistas, pois as mulheres mais jovens (até 30 anos) estão inseridas em ambientes rurais que permeiam outras possibilidades de renda como, por exemplo, a agricultura e prestação de serviços; já algumas das mulheres mais velhas (uma entrevistada entre 41-50 anos, três entrevistadas entre 51-60 anos e uma entrevistada entre 61-70 anos) estão inseridas em propriedades rurais onde a única atividade econômica é a pecuária, excetuando os casos de aposentadoria. Consequentemente, ocorre o envelhecimento destas dinâmicas familiares, potencializando-as como alvos de violências criminosas, como apontado pelas entrevistadas anteriormente.

Talvez a baixa escolaridade possa marcar um fator potencial de vulnerabilidades às mulheres mais velhas, entretanto destaca-se que dentre as entrevistadas apenas três possuem a conclusão do ensino fundamental: duas entrevistadas com até 30 anos de idade e uma entre 41 e 50 anos. Uma entrevistada com idade de até 30 anos não completou o ensino fundamental, demonstrando que não necessariamente a idade seja um parâmetro para estar associado à escolaridade mais elevada e, sim as possibilidades de acesso à educação no rural. Em relação à qualificação profissional, de modo geral, a idade não demonstrou um fator limitante; o que pode influenciar nesta questão, talvez, sejam as maiores condições socioeconômicas, pois a entrevistada que mencionou participar de cursos de qualificação direcionados à produção pecuária é a participante com maior área destinada à produção tanto pecuária quanto agrícola. Nesse sentido, as possibilidades econômicas configuram-se como maiores limitadores da expansão das liberdades, do que considerando aspectos relativos à variável geração.

Contudo, as formas como as mulheres mais velhas olham para suas vidas, especialmente no que diz respeito ao trabalho, mesclam-se entre afirmações que revelam ainda trabalharem de forma semelhante ao compararem os trabalhos que realizavam quando eram mais novas, apesar de algumas limitações. Essas constatações podem ser visualizadas a partir das respostas à pergunta: As mulheres idosas e as mulheres jovens desenvolvem as mesmas atividades no campo?

Acho que sim... só que a mulher idosa já não vai... não trabalha na lavoura... essa é a diferença. Mas, assim, em casa, na criação é igual (Entrevistada 1).

Quando eu era mais nova mesmo, eu fazia muito mais coisa do que faço... tem gente que se entrega, pessoas muito mais novas do que eu e olha... As forças vão faltando e já vem problema de doença e aí vem derrubando a gente. Eu mesmo esquilava,

podia estar esquilando até hoje, mas com esse problema de coluna, já não posso (Entrevistada 7).

Essas mais novas elas não têm prática né, elas já foram criadas assim um pouquinho diferente das pessoas... das pessoas mais velhas né. Não são acostumadas (Entrevistada 11).

Observam-se diferentes óticas sobre a percepção do envelhecimento por parte das entrevistadas. O primeiro trecho elucidada a própria experiência da entrevistada que revela não realizar mais os trabalhos na lavoura, porém mantém-se na criação e trabalhos domésticos. Essa constatação também é verificada por Moraes (2007) no rural em Encruzilhada do Sul, ao estudar idosos cujas principais atividades, independente de sexo, são tarefas direcionadas aos trabalhos menores como criação de animais, cuidado com hortas e trabalhos domésticos, especialmente as mulheres.

Outra ocorrência associa a capacidade de trabalho às condições de saúde das pessoas idosas, pois no segundo trecho a entrevistada estabelece essa relação. Quando era mais nova teria “mais capacidade” de desenvolver trabalhos, como a tosquia, que atualmente é limitada em virtude de problemas na coluna. Moraes (2007, p. 140) também constatou essa relação, afirmando que “[...] o indicador de saúde mais confiável de uma pessoa idosa é a capacidade que ela tem para desenvolver, sem esforço e por si só, as atividades do dia-a-dia”, portanto fixando o que poderia ser desenvolvido por mulheres idosas e, conseqüentemente, reduzindo seus espaços de atuação tornando-as dependentes de um conjunto de condições para sua manutenção - dependência do auxílio de familiares, do sistema público de saúde - que possam vulnerabilizá-las.

Já o terceiro trecho alude à construção social do ser jovem e do ser mais velho juntamente à socialização das mulheres mais novas, pois como menciona a entrevistada “essas [mulheres] mais novas não têm prática” e “foram criadas um pouquinho diferente das pessoas mais velhas”. As construções sociais que delimitam o que as mulheres mais velhas e idosas podem ou não realizarem também são referenciadas por trechos em que mulheres mais jovens comentam sobre o assunto.

Dependendo do serviço, uma mulher mais idosa não pode fazer né, já a nova sentada, como se diz. Eu, no meu pensar tem... uma lida lá, tem que lá fazer... eu não vou pedir pra uma mais velha ir lá do que eu né. Eu acho que tem, porque daí, a gente vai botar uma pessoa com idade, ir lá fazer uma lida que já não é tão conveniente pra ela fazer (Entrevistada 5).

A conveniência, o “poder” fazer, de certa forma, podem ser interpretados como construções sociais do que é ser mulher jovem e mulher idosa. Belo (2013) discute a

construção social do ser feminino e do ser velho reduzindo a realidade em dois sentidos, ou seja, apropria-se do determinismo do que é ser feminino – passividade e submissão –, assim como das condições estabelecidas ao ser idosa, como por exemplo, a dependência, a passividade, novamente a submissão e a assexualidade.

No entanto ao analisar as duas entrevistadas viúvas, notam-se duas configurações diferentes entre as mesmas ao se referirem à viuvez. Uma das entrevistadas demonstra nitidamente a dependência que tinha em relação ao seu marido, atribuindo a mesma ao seu filho no que tange, principalmente, às situações de trabalho, e, a outra relata libertar-se a partir do falecimento de seu marido. Essas duas ocasiões relativas à viuvez são retratadas por Buaes (2007) ao estudar como as mulheres mais velhas enxergam suas vidas a partir da velhice e viuvez.

Os depoimentos analisados por Buaes (2007, p. 109) evidenciam a forte dependência das mulheres em relação aos seus maridos, o que pode ser constatado neste estudo. A viuvez encaminha as mulheres para dois caminhos diferentes: “dificuldade de atuação nas diferentes dimensões da vida social” ou ao “caminho da liberdade”. O primeiro caminho corrobora com a situação vivenciada pela entrevistada que menciona transpor a responsabilidade das atividades de campo ao filho. A mesma entrevistada também destaca que, anterior ao falecimento de seu marido, realizava operações de crédito para investimentos, porém com a viuvez resolveu desistir dos investimentos. Isso denota nitidamente uma situação em que a dependência da mulher com o seu marido proporciona dificuldades para sua reintegração ao cotidiano, fragilizando-a e potencializando elementos que a tornem vulnerável socialmente.

Já a outra entrevistada viúva lamenta o falecimento de seu marido, porém confessa que a situação aumentou as possibilidades de seu poder de agência, contribuindo para conseguir a titularidade de sua parcela de terra, adquirida por doação, e ainda salienta a conquista em receber dois salários, um relativo à sua aposentadoria e o outro pela pensão de morte. Esta situação concorda com o que Buaes (2007) chama de caminho da liberdade, onde a mulher consegue transpor as barreiras do doméstico alcançando sua independência socioeconômica. Entretanto, partindo de um olhar geral das situações encontradas nas entrevistas, nota-se que essa ocorrência destoa da maioria das entrevistadas, cuja dependência e atribuição ao marido ou filhos das responsabilidades em espaço público e produtivo é recorrente. Neste caso, a entrevistada também se responsabiliza pelos trabalhos domésticos, porém quando seu filho não está na propriedade, todas as responsabilidades produtivas são exclusivamente suas.

De modo geral, as vulnerabilidades sofridas pelas mulheres rurais inseridas na pecuária familiar corroboram com a situação de mulheres nos diferentes espaços rurais. As

entrevistas não demonstram o sentir-se vulnerável, mas assimilam as maiores possibilidades de aposentados (as) serem alvos potenciais de violências, como assaltos e roubos. Independente da idade, uma situação que aflige as entrevistadas refere-se ao acesso aos serviços públicos básicos, emergindo dentre outras questões, situações associadas à segurança pública.

Um dos fatores que pode contribuir para o aumento de situações de roubos às residências e abigeatos são justamente as deficiências encontradas no sistema de segurança pública que usam das grandes distâncias como argumento indissolúvel ao problema. Várias vezes evocada pelas entrevistadas, a segurança pública aflora com um sentimento de indignação e descaso para com a população rural.

Se tivesse mais policiais né. Por exemplo, se tivesse um posto né. Isso aqui esse imenso aqui não tem nada, tem que ir lá na cidade chamar. E se tu estás sendo assaltada aqui, até tu pegar o telefone e pedir socorro, eles vão vir? Não vem, pensam que é trote (Entrevistada 13).

Aqui em Santana mesmo diz que a Brigada durante a noite não vai agir mais, não vai prestar serviço, não. Não precisa chamar porque a Brigada não vai (Entrevistada 6).

Assim, as dificuldades no plano das políticas públicas potencializam as assimetrias de gênero e as diversas formas de violência contra a mulher. É necessário salientar que são múltiplas as formas de violência sofridas por homens e mulheres no rural, porém as mulheres ao serem vítimas de outras violências que não sejam as que consideram o “ser mulher” como principal alvo, em grande medida, são atingidas em duplo sentido, onde independentemente do tipo de violência sofrida acresce-se a violência sexista. As falas das entrevistadas conduzem a dois tipos de violência, primeiramente a violência criminal e na sequência a violência institucional.

A violência criminal, citada pelas entrevistadas, refere-se aos assaltos e abigeatos, pois este tipo de violência atenta à vida e aos bens das pessoas cuja prevenção deveria ser realizada pela segurança pública. Todavia, a deficiência, ou até mesmo a inexistência, de serviços públicos de segurança e as negligências que alguns serviços públicos apresentam, resultam na composição da chamada violência institucional, onde “[...] os serviços de saúde, de seguridade social e de segurança pública são os principais exemplos dados pela própria população” ao tratar sobre este tipo de violência (MINAYO, 2009, p. 33).

A classificação das violências em diferentes modalidades não é o objetivo deste estudo, mas se faz importante destacar que situações do cotidiano em que a população rural acostumou-se a conviver não podem ser interpretadas como “normais”. Há que se percebê-las

como vulnerabilidades que potencializam as violências para que se possam pensar meios para a melhoria de qualidade de vida destas populações. E ainda, considerando o rural como ambiente de vida, principalmente referindo-se à pecuária familiar, configurado nas representações de gênero, salienta-se que as possibilidades dos diferentes tipos de violência potencializarem-se às mulheres, considerando as desigualdades de gênero, são evidenciadas.

Entretanto, a sutileza de alguns tipos de violência - por exemplo a simbólica - estão ocultas aos olhos das entrevistadas particularmente na relação homem-mulher, aumentando as chances de sua própria vitimização. Neste sentido, questionou-se a relação entre ser mulher no rural e as possibilidades aumentadas de violência, no intuito de verificar as percepções das entrevistadas.

Aumentou assim, aumentou o negócio de assalto, arrombamento que antigamente não se via no meio rural, agora já se vê mais. Isso aí sim, mas violência por ser mulher, discriminação não muito assim (Entrevistada 4).

Nem sei, está quase que parelho, está muito triste. Eu acho que até está parelho mesmo esta violência, essas ruindades estão tanto pra mulher como pra homem, está tudo igual (Entrevistada 2).

Olha, até que aqui fora [interior] eu vou te dizer que não existe violência. Na cidade sim se vê muita reportagem horrível né (Entrevistada 6).

Olha eu acho que é igual, eu acho né. É parelho, eles vêm lá da cidade pra assaltar as pessoas aqui fora e aí se está só a mulher, ela é atacada, se está só o homem ele vai ser atacado igual né (Entrevistada 13).

Ah eu não sei, acho que assim, cada caso é um caso. Essa violência até com os próprios homens está acontecendo né. Não é só com as mulheres, com tudo né. Está vindo da cidade pra fora (Entrevistada B).

Observa-se que as entrevistadas se referem à violência criminal, nos termos de Minayo (2009), como principal forma de violência que se insere no rural reiterando a associação de violência como uma situação externa à família. Porém, ao analisar as falas das entrevistadas nota-se que ao referenciarem à ausência da violência contra a mulher, os enunciados revelam contradições em seu contexto, expressas por sentenças como: “discriminação não muito mais”, “está quase parelho”, eu acho que é igual”.

Estas expressões denotam, nitidamente, o reconhecimento das diferenças entre os sexos, porém não em termos de desigualdades e sim condizendo com a determinação dos “destinos” de gênero. As demarcações de gênero são tão intensas que as formas de violência evidenciadas pelas mulheres se resumem à violência criminal, mesmo quando o assunto conduz à suspeita de violência contra a mulher. As próprias mulheres consideram sua rotina e suas atividades como naturais, como “coisas de mulher”, afinal sua socialização lhes recomenda realizar todas as atividades destinadas ao feminino para que o seu ser mulher não

seja visto de forma “distorcida” pela sociedade; ainda mais se referindo às mulheres envolvidas na pecuária familiar, atividade de homem.

Isso concorda com as reflexões propostas por Hirata (2004), pois a autora salienta as mudanças por todo o mundo no que tange ao crescimento das atividades e inserção feminina nos diferentes ambientes de trabalho, porém mesmo com uma série de transformações em âmbito profissional, a divisão sexual do trabalho doméstico e familiar perdura como responsabilidade das mulheres. Isso remete à realidade estudada, pois mesmo que tímida, a inserção feminina em ambientes tidos como masculinos, neste estudo - a pecuária de corte - a persistência e insistência na responsabilização feminina perdura histórica e culturalmente.

Hirata (2004) remete à incorporação do trabalho doméstico pelas mulheres como forma de “servidão voluntária”, em que, mesmo conscientes da reprodução de relações assimétricas, as mulheres propagam voluntariamente a execução destes trabalhos. A questão sociológica que se impõe a partir destas reflexões, conforme a autora, estaria relacionada ao entendimento desta situação, pois por vezes é explicada através do trabalho e por vezes através do amor afetivo. Os dois argumentos parecem contraditórios: o trabalho pode ser interpretado como prestação de serviços em troca de compensações afetivas, materiais e até mesmo simbólicas, ou ainda barganha no interior do casal; e o amor, pode estar representado na interiorização das normatizações de gênero.

A lógica das construções sociais desenha a mulher como mais frágil e o homem como valente conduzindo-as tanto em relação ao trabalho como às vulnerabilidades mais suscetíveis às ações promotoras de violências. Assim, as afirmações das entrevistadas sobre a violência demarcam os espaços de gênero afirmando que “até com os próprios homens está acontecendo”. Isso quer dizer que seriam os homens os principais agressores na compreensão da entrevistada; em contrapartida as mulheres, as principais vítimas. Porém a violência contra a mulher não é referida, ou ao menos não é interpretada como violência especificamente relacionada à mulher, mas sim tipos de violência que acontecem independente do sexo.

O fenômeno “violência não existe” no rural é discutido por Costa, Lopes e Soares (2015), onde as autoras salientam que a afirmação desta inexistência invisibiliza sua percepção como problemática a ser debatida. Isto fragiliza as possibilidades de ações de apoio ao enfrentamento da violência, especialmente, contra a mulher, pois essa compreensão dos gestores e responsáveis também limita a capacidade de produzir mudanças no que se refere à violência local e rural.

A invisibilidade feminina intensifica-se devido às dificuldades de acesso a serviços e bens de primeira necessidade e ainda ao entendimento de que os problemas de casa devem ser

solucionados pelo marido e pela mulher (COSTA, 2012), situações essas que são encontradas nos diálogos com as mulheres inseridas na pecuária familiar local. A violência é entendida como uma ocorrência exógena ao rural – que vem da cidade para o campo - talvez pela dificuldade em interpretar outras situações, até mesmo rotineiras, como violências.

Isso também decorre da subestimação dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres, onde essas atividades não são compreendidas como trabalho produtivo, pois não produzem mercadorias; isso “[...] embute uma associação linear entre a atividade masculina e a produção mercantil e a feminina e a atividade familiar doméstica”, suscitando a invisibilidade do trabalho feminino (MELO; CASTILHO, 2009, p. 139) seja doméstico ou não, pois essa valoração propaga-se aos demais trabalhos.

As observações de Costa (2012, p. 171) permitiram verificar que a vida das mulheres pesquisadas é tensionada por diferentes dimensões, dentre elas, culturais, sociais, familiares e religiosas que definem o “ser mulher”. Essas dimensões estabelecem “[...] conflitos e desafios na vida prática que, em meio aos avanços entre o novo e o conservador, atestam permanências da dominação masculina”. Em relação às mulheres inseridas na pecuária, percebe-se situação correspondente à exposta pela autora, salientando que a dimensão, aparentemente, menos presente foi a religiosa.

Pensando as permanências e rupturas, principalmente no que se refere ao novo e ao conservador, questionou-se, nos entendimentos das entrevistadas, formas de prevenir os casos de violência no rural. As respostas permearam diversas perspectivas considerando desde melhorias a partir da educação até a desesperança em acreditar que um dia as violências poderão ser evitadas.

Eu acho que é com, é cursos, é educação. O caminho pra tudo na vida é educação. E começa em casa... a educação e o ensino, porque é uma coisa que é muito confundida né, porque o colégio ensina, os pais educam, é isso né? Então eu acho que as duas coisas, porque se desde criança, a gente tratar as coisas com naturalidade, os filhos vão crescer pensando que aquilo é natural. E não vai ter machismo, não ter, não ser pessoas [preconceituosas]... (Entrevistada 3).

Eu acho que se esses governantes se preocupassem mais com a vida da população poderia muita coisa ser evitada sim (Entrevistada 6).

Até poderia ser evitado se, não sei se poderia ser evitado, se cada dia, se cada vez que acontecesse a gente, a pessoa fosse e denunciasse né, talvez poderia... ajudar, mas evitar acho que não tem como né (Entrevistada 8).

Acho que se tivesse uma coisa mais rígida, uma polícia que pudesse ir pra fora né, tivesse, de vez em quando passasse né. Eu acho que seria melhor (Entrevistada, 13).

As formas citadas pelas entrevistadas como caminhos para evitar os diferentes tipos de violência partem de mudanças nos princípios da socialização sexista no início da vida –

interpretadas como educação em casa. Esses modelos culturais influenciam diretamente na construção individual do que é ser homem e do que é ser mulher e, sendo baseados nas assimetrias de poder entre os sexos, sustentam as violências nas relações interpessoais (COSTA; LOPES, 2012), principalmente as violências contra a mulher. Assim, uma perspectiva de parte das entrevistadas refere que a educação seria uma forma de, ao menos, reduzir as formas de violência.

Na sequência, algumas entrevistadas comentam o sentimento de descaso por parte dos governantes, ecoando um tom de denúncia, referindo que, caso houvesse mais interesse com a população, talvez ações governamentais pudessem contribuir para a redução das violências. A entrevistada oito alude à possibilidade de denúncia por parte dos sujeitos, ou seja, que ocorram iniciativas por parte da sociedade como modo de dar visibilidade a múltiplas situações de violência ocultadas no silêncio de homens e mulheres, porém ressalta que evitar acredita ser uma tarefa complexa. As deficiências na segurança pública são novamente destacadas em relação à precaução das violências, como método que resultaria em melhorias e não supressão das mesmas.

Refletindo as dificuldades expostas pelas entrevistadas e a confirmação de permanências na perspectiva do gênero na pecuária familiar, o poder de agência das mulheres, em algumas situações, contribui com transformações de gênero (BARBOSA, 2013), condizendo com uma das estratégias mencionadas pelas entrevistadas na redução das situações de violência. Contudo, Barbosa (2013) destaca a necessidade de maiores investimentos específicos em pedagogias de gênero na busca do desenvolvimento rural a serem consolidadas por meio de políticas públicas. Isto é, almejando a igualdade entre os gêneros, além de contribuir significativamente para a redução de situações de violência, inicia-se o caminho a ser percorrido em direção ao desenvolvimento rural.

Entretanto, há que se questionar até que ponto a visão da igualdade de gênero, vista de fora, pode ser interpretada como tal pelos (as) agentes inseridos (as) nas dinâmicas familiares rurais, especialmente na pecuária familiar. Será que o olhar externo à dinâmica também não busca “impor” condições “ideais” apenas aos olhos de quem está por fora? Talvez as mulheres se satisfaçam pessoalmente em conduzir o espaço doméstico e privado e tenham a atuação na pecuária como maneira de gritar sua igualdade. Ou percebam outros elementos, além dos aqui discutidos, como potenciais promotores das vulnerabilidades? Ou ainda, o que aos nossos olhos são desigualdades, aos olhos delas possa representar a reafirmação de sua identidade?

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço realizado nesta dissertação resumiu-se em estudar, mesmo que de maneira parcial como em qualquer trabalho acadêmico, algumas condições e situações que contribuiriam com o objetivo geral desta pesquisa, ou seja, conhecer e analisar para compreender a situação das mulheres nas atividades de trabalho na pecuária familiar em áreas rurais no município de Encruzilhada do Sul/RS. Esta opção empírica se deu em virtude de se analisar o desenvolvimento rural em uma perspectiva ampliada, por tratar-se de uma atividade de produção construída histórica e socialmente como masculina, na qual as mulheres e suas respectivas participações e importância são invisibilizadas e, quando percebidas, carregam caráter submisso e complementar ao trabalho dos homens.

As reflexões teóricas com base nesse empírico partiram da realidade da pecuária familiar no Rio Grande do Sul encontrada em teses e dissertações e em constante “conversa” com aportes relacionados à divisão sexual do trabalho. Cada objetivo específico foi desenvolvido em capítulo analítico específico, onde constantemente a conversa com os demais elementos constituintes da problemática podem ser observados. Em um primeiro momento, descreveu-se o perfil sociodemográfico das mulheres pecuaristas familiares em Encruzilhada do Sul, focalizando o registro no Plano Brasil Sem Miséria, partindo de buscas em materiais disponibilizados pela Emater local.

A presença de mulheres que estariam envolvidas com a pecuária familiar e ainda participando da ação de Inclusão Produtiva do Plano Brasil Sem Miséria foi confirmada conduzindo as análises iniciais do estudo. Ao considerar a pecuária como atividade, culturalmente, de grandes produtores e caracteristicamente masculina, a oportunidade fez-se relevante, já que se identificou um cenário pouco divulgado: pecuária para pequenos produtores e com a presença, significativa, de mulheres.

No Brasil Sem Miséria as mulheres surgem como beneficiárias em virtude da maioria ter a titularidade no CadÚnico, importante ferramenta para o conhecimento do público a ser beneficiado com ações e programas públicos. Assim, obteve-se a compreensão inicial de que, quando a pecuária está inserida em cenários da pobreza, as possibilidades de estar associada à figura feminina são reforçadas. Outra associação remete ao maior contingente de mulheres jovens quando comparado aos homens jovens. Em dinâmicas rurais em que a pobreza não existe são as mulheres jovens o principal alvo do êxodo rural, pois o homem, em grande maioria, se firma como figura imponente e condutora da família rural. Porém, com a presença

da pobreza no rural, nota-se que a mulher jovem passa a “ganhar” espaço, dando um contorno mais específico a pecuária familiar, isto é, uma face jovem e feminina.

As marcas da divisão sexual do trabalho aparecem em diferentes formas e ambientes, como por exemplo, através da privação das mulheres a frequentarem ambientes de integração social. A análise das horas trabalhadas por homens e mulheres em diferentes atividades contribui para a afirmação da maior carga de trabalho feminino em comparação ao masculino. Isso contribui para a perpetuação da divisão sexual do trabalho tanto no que se refere às atividades domésticas quanto ao trabalho fora de casa, ou melhor, a soma da carga de trabalho das mulheres revela a persistência do sistema dominante masculino.

A partir disso se reconhece uma face pouco divulgada da realidade da Metade Sul do Rio Grande do Sul e, ainda instiga-se a questionamentos sobre a verdadeira face da pecuária e sua masculinidade. Ou seja, existe pobreza sim na Metade Sul do Rio Grande do Sul, e parte considerável desta está calcada na pecuária de corte, atividade tradicionalmente e, por vezes equivocadamente, vista como sinônimo de riquezas. Portanto, pode-se afirmar as mulheres como figuras marcantes nesta dinâmica, afinal quando se trata de “pobreza”, as posições de classe admitem a presença de mulheres nesses ambientes “pouco” femininos. Essa realidade destaca a importância em contribuir para a visualização de situações que não caminham em acordo com o preestabelecido socialmente, ou, ao menos em parte, não concordam com todos os caminhos “determinados” como comuns aos sexos.

O perfil sociodemográfico e de trabalho das mulheres pecuaristas familiares participantes da pesquisa permitiu traçar as características das participantes diretas da pesquisa respondendo as ideias iniciais projetadas na problemática de pesquisa. A realidade investigada permeou as diferentes situações e condições as quais encontram-se as mulheres inseridas na pecuária familiar de Encruzilhada do Sul, pois investigou-se mulheres de diferentes idades, estado civil, número de filhos, aposentadoria, arranjos familiares, dentre outras características.

Pode-se afirmar que parte das mulheres entrevistadas apresentou elementos sociodemográficos semelhantes, mas as discussões dissertaram as diferentes ocorrências encontradas buscando particularizar as situações em um esforço de abordar o mais próximo tangível da realidade. A partir deste caminho, alguns elementos destacaram-se dentre o estudo, como por exemplo, o receio em declarar o estado civil como casada sem documentos comprobatórios, a viuvez – e a própria condição de “ser mulher” – como condição para o direcionamento da renda ao doméstico, assim como para alcançar a titularidade da terra independente do homem.

Algumas características marcam a lógica da pecuária familiar no ambiente estudado.

A forma de obtenção da terra, é um destes elementos, pois apenas uma entrevistada não a relacionou à herança, ou seja, principal modo de obtenção de terra dentre os pecuaristas familiares; a mão de obra familiar, o sistema extensivo de criação e as fontes de renda nem sempre advindas da pecuária, como aposentadoria, prestação de serviços, dentre outras, também marcam delineadores da pecuária familiar e das participantes da pesquisa. Mesmo com outras fontes de renda, a pecuária segue desenvolvida pela família, especialmente pela tradição, dinamizando à lógica desse modo de viver.

A expressão da divisão sexual do trabalho na clássica dicotomia trabalho de homem e trabalho de mulher é marcante nas falas das participantes. A autodenominação das entrevistadas exemplifica essa questão. Apenas duas se identificaram como pecuaristas, pois a pecuária seria trabalho de homem, mesmo que a inserção na atividade percorra todas as situações investigadas, considerando suas particularidades. Ainda que os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres contemplem a pecuária e a agricultura, a apropriação dos trabalhos domésticos é majoritária dentre as entrevistadas, demarcando, mais uma vez, os lugares/trabalhos de homens e mulheres.

Outra relação presente no trabalho das mulheres na pecuária percebe-se quando há a inserção da agricultura na família, pois esta passa a compor as atribuições masculinas, enquanto a criação e a casa concentram-se como responsabilidades femininas. A legitimação da profissão de agricultora através da titularidade nos blocos de nota representa tanto valor material como simbólico às mulheres, fato este discutido também por outras autoras citadas, pois esta é uma forma de institucionalizar a profissão de trabalhadora rural, e assim, contar com os benefícios sociais, como a aposentadoria. Apesar desta conquista, a relação de serviço do trabalho feminino com a família é vista como “natural” às atribuições femininas.

A divisão sexual do trabalho é nítida ao verificar os trabalhos de mulheres e homens, pois as mulheres podem “atender” tanto a sua lida (basicamente as atividades domésticas) quanto a lida “deles”, dos maridos, relacionada à pecuária ou agricultura. Mesmo que as atividades construídas como masculinas sejam praticadas pelas mulheres, a titularidade da prática permanece masculina. Isso contribui para a invisibilidade e secundarização do trabalho feminino, já que as próprias mulheres não assumem as práticas do trabalho masculino como suas. Ainda, destaca-se que a permanência em definir os sexos do trabalho na pecuária familiar, pode ser compreendida como a materialização da subjetividade das relações da dominação masculina.

A distribuição das atividades de trabalho na pecuária entre os membros das famílias, entre tempos e quem executa cada trabalho, também é um indicador da permanência da divisão sexual do trabalho no rural e, exemplifica como as mulheres vivenciam as práticas cotidianas a partir da perspectiva da dominação masculina. O trabalho das mulheres divide-se em atividades na pecuária, na lavoura (em alguns casos) e no ambiente doméstico. Em primeiro momento, são realizados os tratos com os animais e, na sequência, distribuem-se os membros da família entre as demais atividades, considerando o recorte de gênero e geração. O elemento geração fica a cargo daquelas mulheres que não atuam mais na lavoura - nos casos em que as mulheres trabalham na agricultura - em virtude da idade, deixando para suas filhas e noras essas atividades. Também há a separação que enfatiza o recorte de gênero nos trabalhos desenvolvidos, ou seja, a separação entre lavoura (homem) e criação/casa (mulher), no intuito de estabelecer simbolicamente os pesos dos trabalhos de acordo com o sexo - leve/feminino e pesado/masculino (PAULILO, 2004). Esta distinção entre lavoura-homem e pecuária-mulher, também pode estar associada à modernização da agricultura, pois a inserção de tecnologias na agricultura direcionou o homem a investir em maquinários e na própria qualificação técnica profissional, distanciando as mulheres deste ambiente, e, possivelmente as responsabilizando pelas atividades de criação.

A desqualificação do trabalho feminino é expressa de forma sutil por parte das mulheres, pois as entrevistadas referenciam primeiro realizar as atividades de criação para depois “ficarem livre”, ou melhor, “permitirem-se” desenvolver as “suas” ou as “outras” atividades. Ou seja, as atividades domésticas classificadas não como trabalho (o “não trabalho”), mas um dever (serviço) da mulher com a família, onde suas raízes fixam-se em sua socialização e preparação para a vida de mulher.

As três formas encontradas de inserção da mulher no setor de prestação de serviços – mulheres que nunca trabalharam fora de casa, as que trabalharam para terceiros antes do casamento e as que realizam trabalhos para terceiros regularmente – demarcam situações que possam encaminhar vulnerabilidades de gênero acerca das mulheres. As primeiras demarcam as estruturas de gênero que bloqueiam sua participação em outras atividades, a não ser as determinadas pelo pai, sogro ou marido. Já as segundas, iniciam seu processo de empoderamento socioeconômico, porém ao casarem-se retornam para os trabalhos e cuidados domésticos delineados para o seu “destino” feminino, dando seguimento aos ensinamentos transmitidos pelas mulheres da família. E as mulheres que trabalham para terceiros, mesmo casadas, são minoria dentre as entrevistadas, mas buscam alternativas de renda para o sustento de suas famílias.

Com isso, nota-se que o casamento representa um movimento transitório na vida das mulheres rurais, assim como, uma linha divisória entre o “antes de casar” e o “depois de casar”, delineando a vida jovem e adulta das mulheres. Encerram-se os trabalhos prestados a terceiros e dá-se continuidade a realidade destinada à mulher rural, o que torna a mulher agricultora, pois uma das formas de inserção das mulheres na pecuária – e na agricultura – é justamente através do casamento.

O “ajudar na agricultura” e o “ajudar na pecuária” são elementos potenciais para a análise da fragilidade da condição de agente das mulheres e transparecem os princípios da divisão sexual do trabalho: separação e hierarquização. A modernização da agricultura separa lavoura para os homens e, ao menos nos discursos, pecuária para as mulheres e, ainda há a “ajuda” caso seja necessário aos trabalhos da lavoura, hierarquizando quem tem maior importância na atividade. O que não muda são os trabalhos domésticos, os cuidados com os filhos e a força dispendida em atividade de autoconsumo, todos constituídos como exclusividade feminina. Isso resulta na dupla desvalorização do trabalho feminino, pois quando atuantes nas atividades de produção considera-se seu trabalho como “ajuda” e ainda há a subestimação dos trabalhos domésticos.

O aprendizado da atividade pecuária evidencia o caráter masculino da mesma, em que a transmissão de conhecimentos é realizada da figura masculina para a feminina. O aprendizado antes do casamento se dá a partir dos avôs e pais e, após o casamento, os ensinamentos são transmitidos partindo dos maridos e/ou sogros. Ainda que haja essa relação do homem como detentor dos saberes da pecuária, aos poucos situações adversas vão se consolidando e as mulheres passam a compor a lida no campo.

Mesmo com essa inserção na pecuária, os ambientes privado e público permanecem com suas respectivas responsabilizações de gênero. Inclusive as decisões em cada espaço são responsabilidades também acordes com as configurações da divisão sexual do trabalho. Ainda que mulheres “ajudem” os homens na produção e homens “ajudem”, mais raramente, as mulheres no trabalho doméstico, o caráter auxiliar se reforça nestas situações. Nesse sentido, pensar a mulher na pecuária familiar sinaliza a discussão de contextos considerados inertes, ou seja, a mulher em casa e o homem no campo. De certa forma, percebe-se, nesta pesquisa, que aquilo que é repassado nas interações sociais, busca manter a permanência dos lugares principalmente de poder masculino e feminino, no entanto, as práticas sociais e de trabalho de uns e outros se relativizam na realidade “simbolicamente ocultada” e mostram a verdadeira relação da mulher com o trabalho na pecuária e com os animais.

O orgulho em desenvolver a pecuária transmite a verdadeira relação da mulher com a atividade, provocando o sentimento de ocupar uma posição dominante. Todavia, nas falas o reconhecimento sobre a masculinidade da pecuária é recorrente em função das determinações de gênero no que se refere às atividades de trabalho no rural. Talvez, ao perceberem esse jogo entre posição dominada e dominante, inicie-se a busca pelo seu reconhecimento na atividade.

Neste estudo, a relação das mulheres com a pecuária reflete o sentimento de bem-estar pessoal em estabelecer contatos com os animais, repletos de significados. A pecuária é vista como um espaço de liberdade, diversão, distração, de desprender-se das atividades domésticas e cotidianas, do silêncio que cerca o “serviço” de casa. A evocação do silêncio remete à subordinação e à obediência que a mulher deve ao sistema hierarquizado de sexo e gênero. Assim, a pecuária representa um momento de fuga e um sentimento de superação em estar desenvolvendo uma atividade masculina.

O gosto pela atividade e a relação com uma vida saudável configuram-se como principais elementos motivadores para a continuidade das mulheres na prática da pecuária. Proporcionar aos filhos um viver no campo, saudável, a continuidade das tradições repassadas pelos antecessores e a heranças de bens materiais e simbólicos aos filhos também motiva as mulheres a prosseguirem na atividade.

Nota-se que algumas situações do trabalho e das dinâmicas familiares consubstanciam situações de vulnerabilidade e privação de direitos em relação às mulheres inseridas na pecuária familiar. A restrita distribuição e o destino da renda – a renda feminina destinada aos suprimentos domésticos –, o poder de decisão produtiva concentrado no homem, o “combinar” como forma de consentimento, dentre outras situações resultam na fixação das construções sociais baseadas nas assimetrias de gênero explicitando as dificuldades vivenciadas pelas mulheres em empoderarem-se socioeconomicamente tornando-se agentes de sua própria mudança.

Até mesmo a participação em iniciativas de integração social, por parte das mulheres, pode ser resultante das dificuldades de acesso a serviços básicos como saúde e previdência social e das poucas opções de lazer no rural. Ou seja, a inserção em associações comunitárias, por exemplo, com o intuito de buscar alternativas que reduzam as distâncias aos serviços básicos. O próprio envolvimento das mulheres na realização, nas atividades necessárias aos eventos, na sua logística, buscando promover momentos de interação, privam as mulheres de aproveitarem estes momentos, já que, na maioria das vezes, são elas que se envolvem com os preparativos, reforçando o espaço reprodutivo às mulheres.

A desvalorização do trabalho feminino também é identificada como potencial desencadeadora de condições que conduzem às vulnerabilidades femininas. A construção social que constitui a divisão sexual do trabalho é percebida como situação tão “natural” que passa despercebida aos olhos tanto das vítimas quanto dos agressores, pois é reproduzida diariamente nas estruturas familiares, inclusive por intermédio da incorporação feminina aos trabalhos domésticos que o entende como obrigação.

A percepção sobre a violência se resume à violência física, assaltos e abigeatos. As próprias vítimas não se percebem em meio à violência doméstica e suas diversas formas de existir, como por exemplo, nas relações sociais cotidianas, diferença de posse e manejo de terra, sobrecarga de trabalho, dentre outras. Entretanto, nota-se um tom de incerteza nas negações das entrevistadas, demarcando nuances da percepção sobre a desvalorização do trabalho, mas preferem entender como sua responsabilização o espaço privado, amenizando o sentimento contraditório.

Em relação ao envelhecimento duas óticas são levantadas: a incapacidade de desenvolver os mesmos trabalhos que pessoas mais novas devido à condição de saúde e, a construção social sobre o que é conveniente ou não para ser realizado por pessoas idosas, neste caso mulheres. As duas condições potencializam fatores vulnerabilizadores às mulheres mais velhas, pois o primeiro diminui os espaços de atuação destas mulheres tornando-as dependentes de familiares e de um conjunto de condições para a manutenção de sua saúde, e, a segunda delimita, socialmente, o que uma mulher idosa pode ou não fazer.

A partir das reflexões construídas ao longo da dissertação, pensa-se a igualdade de gênero como premissa na busca do desenvolvimento rural para as diferentes dinâmicas familiares de vida, especialmente a pecuária familiar. Refletindo o contexto – a partir de fenômenos como êxodo, masculinização e envelhecimento do campo, por exemplo – destaca-se o pensar e agir com igualdade como elemento fundamental para a sobrevivência dessas famílias. Para isso é indispensável iniciativas que contribuam com olhares específicos para a recondução da organização das atividades familiares, ao menos em situações/condições que distanciam as funções de mulheres e homens nos ambientes produtivo e reprodutivo.

Tal reorganização em nenhum momento deve descaracterizar o modo particular de vida dessas famílias. E sim encurtar distâncias entre o ser homem e o ser mulher, não apenas nas práticas cotidianas de campo como constatado na investigação, mas no plano simbólico permitindo com que a mulher possa se perceber, também, como pecuarista. Para isso, faz-se necessário alguns “reveres” em políticas públicas, como, o reconhecimento de que as mulheres também são produtoras rurais criando ações independentes de seu vínculo familiar

e, as especificidades demandadas em políticas destinadas a elas que perpassem a lógica produtivista.

Em relação às limitações desta dissertação, a escassez de estudos centralizando a mulher na pecuária familiar sumariza as dificuldades encontradas. Isso torna difícil a análise comparada dos resultados deste estudo, já que as abordagens que mencionam as mulheres na pecuária familiar surgem em meio às discussões da atividade e se resumem em explicitar a mulher como componente desta dinâmica familiar, mas não tratam especificamente da problemática. Nesse sentido, em questões teóricas aplicadas, o aporte mais aprofundado e sensível encontrado refere-se a um capítulo inserido na tese de Litre (2010), destacando a atuação e importância da mulher na atividade. Com isso, destaca-se o compromisso e ineditismo deste estudo na compreensão desta realidade.

Assim, no decorrer deste estudo, buscou-se relacionar a problemática do trabalho feminino no rural, mais precisamente, na pecuária e suas implicações na perspectiva do desenvolvimento rural. Enfatizou-se a importância do reconhecimento do trabalho de mulheres no rural no intuito de dar visibilidade e promovê-las socioeconomicamente, assim como, contribuir, em início teoricamente, na luta contra as desigualdades de gênero, potenciais desencadeadores de vulnerabilidades.

No entanto, ainda que este reconhecimento das mulheres nos processos produtivos não seja uma tarefa concluída, há que se considerar nuances do protagonismo feminino em atividades rurais. A pecuária familiar junto à atuação feminina pode ser percebida como um exemplo singular da busca do empoderamento das mulheres, considerando a perspectiva de gênero, sendo este uma importante partícula no caminho para ampliar o que se considera desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; PINHEIRO, Leonardo Castro. Violência e vulnerabilidade social. In: FRAERMAN, Alicia. **Inclusión social y desarrollo: presente y futuro da la Comunidad Iberoamericana**. Madri: Comunica, 2003.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres. In: VENTURINI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Org.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

BARBOSA, Ana Alves Neta. **Mulheres na agricultura familiar do semiárido Norte-Mineiro: divisão social do trabalho e gênero no Projeto Jaíba**. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BARBOSA, Ana Alves Neta; LOPES, Marta Júlia Marques. Mulheres na agricultura familiar do Semiárido Norte Mineiro: exclusão, inclusão e desenvolvimento rural do feminino. In: STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; SOUZA, Marcelino de; NASCIMENTO, Carlos Alves. **Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 293-319.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BECK, Fabio de Lima et al. Construção de uma problemática interdisciplinar de pesquisa: trajetórias e reflexões. In: PHILIPPI JUNIOR, A.; SILVA NETO, A. J. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. São Paulo: Manole, 2010. p. 263-297.

BELO, Isolda. Velhice e mulher: vulnerabilidades e conquistas. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 1, n. 3, set./dez. 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em: 8 jan. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Brasil sem Miséria no seu município: o que são, para que servem e como acessar os principais programas e serviços do Brasil Sem Miséria no seu município**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil Sem Miséria no seu município: Encruzilhada do Sul**. Brasília, 2015.

BRUMER, Anita. O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força de trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, n. 8, p. 20-38, out. 1988.

_____. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1. p. 205-227, jan./abril, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUAES, Caroline Stumpf. O envelhecimento e a viuvez da mulher num contexto rural: algumas reflexões. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, v. 4, n. 1, p. 103-114, jan./jun. 2007.

CAMPELLO, Tereza; MELLO, Janine. O processo de formulação e os desafios do Plano Brasil Sem Miséria: por um país rico e com oportunidades para todos. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **O Brasil Sem miséria**. Brasília: MDS, 2014. p. 33-66.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, 2004.

CÂNDIDO, Maria Henrique. **Dinâmicas sociais de gênero a partir da concessão do crédito pecuário a mulheres rurais do posto administrativo de Chagalane em Maputo-Moçambique**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social de gênero. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 2, jun. 1994.

COSTABEBER, José Antônio e CAPORAL, Francisco Roberto. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: Vela, Hugo. (Org.): **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003. p. 157-194.

COSTA, Marta Cocco. **Violência contra mulheres rurais, agendas públicas e práticas profissionais da saúde: o visível e o invisível na inconsciência do óbvio**. 2012. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

COSTA, Marta Cocco da; LOPES, Marta Júlia Marques; SOARES, Joannie dos Santos Fachinelli. Representações sociais da violência contra mulheres rurais: desvelando sentidos em múltiplos olhares. **Revista da Escola de Enfermagem**, São Paulo, p. 214-222, 2014.

COSTA, Marta Cocco da; LOPES, Marta Júlia Marques. Violência contra mulheres rurais... das representações às ações políticas e técnicas de intervenção no campo da saúde. In: GERHARDT, Tatiana Engel; LOPES, Marta Julia Marques. (Org.) **O Rural e a Saúde: compartilhando teoria e método**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

COTRIM, Marcelo Souza. **“Pecuária familiar” na região da “Serra do Sudeste” do Rio Grande do Sul: um estudo de caso sobre a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu/RS**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento

Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CUNHA, Noel Gomes da et al. Município de Encruzilhada do Sul: formas de relevo. **Embrapa: Clima Temperado**, 2005.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: DESLANDES, Suely Ferreira; MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2011.

DIONISIO, Rui et al. Maus-tratos a pessoas idosas: estudo comparativo entre duas comunidades: Vousela e S. Martinho do Bispo. **Investigação em Saúde: perspectiva ética, clínica e epidemiológica**. 2014. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/264894419_Maus-tratos_a_pessoas_idosas_Estudo_comparativo_entre_duas_comunidades_Vousela_e_S.Martinho_do_Bispo>. Acesso em: 6 jan. 2015.

ENCRUZILHADA DO SUL. Prefeitura Municipal. **Encruzilhada do Sul**. 2015. Disponível em: <<http://www.encruzilhadadosul.rs.gov.br/prefeitura/home/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA -FEE. **FEE dados**. 2015. Disponível em: <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

FERNANDES, Valéria Dorneles. **O pecuarista familiar na Campanha Rio-Grandense: Santana do Livramento**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Mulheres na Guerra dos Farrapos**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel; LOPES, Marta Julia Marques. Desigualdades sociais e de saúde: elementos para análise interdisciplinar. In: XXIX CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 29., Santiago do Chile, 2013. **Anais...** Santiago de Chile: Facultad de Ciencias Sociales – Universidad de Chile, 2013.

_____. **O Rural e a Saúde: compartilhando teoria e método**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Cristiane Maria Tonetto et.al. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: A realidade do município de Santa Rosa/RS. In: CONGRESSO

DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., Campo Grande, 2010. **Anais...** Campo Grande: SOBER, 2010.

GOMES, Romeu. A dimensão simbólica da violência de gênero: uma discussão introdutória. **Athenea Digital**, Bellaterra, n. 14, p. 237-243, 2008.

GUIMARÃES, Iolanda. Violência de gênero. In: LIMA, Cláudia Araújo de. **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 105-109.

GUIZZO, Bianca Salazar; KRZIMINSKI, Clarissa de Oliveira; OLIVEIRA, Dora Lúcia Leidens Correa de. O software QSR NVivo 2.0 na análise qualitativa de dados: ferramenta para a pesquisa em ciências humanas e da saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 53-60, abr. 2003.

HERNANDEZ, Carmen Osorio. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

HIRATA, Helena. Divisão: relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. **Em Aberto**, Brasília, v. 15, n. 65, jan./mar. 1995.

_____. Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”? In: SILVEIRA, M.; GODINHO, T. **Gênero e feminismo: desvelando trajetórias**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 43-54.

_____. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 6, n. 11, p. 1-7, 2010.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, set./dez. p. 595-609, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa pecuária municipal**. 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp?o=27&i=P>>. Acesso em: 14 out. 2015.

_____. **IBGE Cidades**. 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430690&search=rio-grande-do-sul|encruzilhada-do-sul|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

_____. **Censo demográfico 2010: Nupcialidade, fecundidade e migração – resultados da amostra**. 2015. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd_2010_nupcialidade_fecundidade_migracao_amostra.pdf>. Acesso em 17 nov. 2015.

_____. Notas Técnicas, 2007. In: **Censo Agropecuário 2006**. 2015. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/Segunda_Apuracao/notatecnica.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2015.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos**, São Paulo, n. 86, p.93-103, 2010.

_____. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Ed.). **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

_____. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Júlia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (Org.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 19-27.

LANDAU, Elena Carlote et al. **Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012.

LANGBECKER, Tatielle Belem; PERLEBERG, Cleiton Stigger. A contribuição da mulher pecuarista como potencial ator na preservação da atividade de corte no município de Dom Pedrito-RS. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 8, n. 2, p. 177-200, 2014.

LIMA, Lara Carvalho Vilela de; BUENO, Cléria Maria Lobo Bittar. Envelhecimento e gênero: a vulnerabilidade de idosas no Brasil. **Revista Saúde e Pesquisa**, Maringá, v. 2, n. 2, p. 273-280, 2009.

LITRE, Gabriela. **Os gaúchos e a globalização: vulnerabilidade e adaptação da pecuária familiar no Pampa do Uruguai, Argentina e Brasil**. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2010.

LOPES, Marta Julia Marques. Divisão do trabalho e relações sociais de sexo: pensando a realidade das trabalhadoras de saúde. In: LOPES, Marta Júlia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina. **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. O sexo do hospital. In: LOPES, Marta Júlia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (Org.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 76-105.

_____. Violência contra mulheres rurais em áreas rurais sob o olhar da saúde. In: GERHARDT, Tatiana Engel; LOPES, Marta Julia Marques. (Org.) **O Rural e a Saúde: compartilhando teoria e método**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 77-85.

LORENZONI, Carmen. Violência nas relações de gênero e classe: uma interpretação a partir das mulheres camponesas do Rio Grande do Sul. **Libertas**, Juiz de Fora, ed. especial, p. 82-98, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta Júlia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina. (Org.) **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. 7-18.

LUNARDI, Raquel. **Mudanças nas relações de trabalho e gênero no turismo rural**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LUNARDI, Raquel; SOUZA, Marcelino de. Desenvolvimento rural e gênero: análise do perfil sócio-econômico e do trabalho das mulheres rurais gaúchas no turismo. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 8., Porto de Galinhas, 2010. **Anais...** Porto de Galinhas: ALASRU, 2010.

LUNARDI, Raquel; SOUZA, Marcelino de; PERURENA, Fátima. Participação e decisão no turismo rural: uma análise a partir da perspectiva de gênero. **Turismo em análise**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 334-357, abr. 2015.

MATTE, Alessandra; WAQUIL, Paulo Dabdab; NESKE, Márcio Zamboni. Dinâmicas socioeconômicas das Microrregiões Campanha Meridional e Serra do Sudeste - RS. In: ENCONTRO DA ECONOMIA GAÚCHA, 7., Porto Alegre, 2014. **Anais...** Porto Alegre: FEE, 2014.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econ. NE.**, Fortaleza, v. 45, supl. especial, p.83-91, out./dez. 2014.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez Silveira. Apresentação. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativas, 2013.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. Gênero e trabalho rural: 1993/2006. In: DI SABBATO, Alberto. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009. p. 31-120

_____. Divisão sexual do trabalho e pobreza. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 53-76.

MELO, Lígia Albuquerque de. Injustiças de gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., Ouro Preto, 2002. **Anais...** Ouro Preto: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

MELLO, Janine et al. A inclusão produtiva rural do Brasil Sem Miséria: estratégias e primeiros resultados. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil Sem miséria**. Brasília: MDS, 2014. p. 323-345.

MINAYO, Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; MINAYO, Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-29.

_____. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal a saúde. In: NJAINE, Kathie; ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia (Org.). **Impactos da violência na saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. 21-42.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 29-40, jul./dez. 2011.

MORAIS, Eliane Pinheiro de. **Envelhecimento no meio rural**: condições de vida, saúde e apoio dos idosos *mais velhos* de Encruzilhada do Sul. 2007. Tese (Doutorado em Enfermagem Fundamental) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

NEVES, Magda de Almeida. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho: precarização e discriminação salarial. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Autonomia econômica e empoderamento da mulher**: textos acadêmicos. Brasília, 2011. p. 157-175.

NICOLA, Marcelo Porto; DIESEL, Vivien. Tendências e desafios do monitoramento e avaliação do desenvolvimento rural local e sustentável. In: BRUMER, Anita; PIÑEIRO, Diego. (Org.) **Agricultura latino-americana**: novos arranjos e velhas questões. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005. p. 315-334.

PANZUTTI, Nilce da Penha Migueles. Mulher rural: eminência oculta. **Informações econômicas**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 9-24, 1996.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 64-70, 1987.

_____. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.

PAZ, Potiguara de Oliveira; LOPES, Marta Julia Marques. Vulnerabilidades de gênero ao homicídio de mulheres rurais. In: GERHARDT, Tatiana Engel; LOPES, Marta Julia Marques. (Org.) **O Rural e a Saúde**: compartilhando teoria e método. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 87-100.

PRESVELOU, Clio. Família, autossuficiência alimentar e desenvolvimento. In: PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca Rodrigues; ALMEIDA, Joaquim Anécio. **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996. p. 13-23.

PLOEG, Jan Douwe Van der. Dez qualidades da agricultura familiar. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, Botafogo, n. especial, p. 7-14, 2014.

RAUBER, Cassiane da Costa. **Masculinização da população rural no Rio Grande do Sul**: análise a partir dos sistemas agrários. 2010. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

RAYNAUT, Claude. Interfaces entre a antropologia e a saúde: em busca de novas abordagens conceituais. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 149-165, 2006.

REVERBEL, Carlos. **O Gaúcho: Aspectos de sua formação e no Rio da Prata**. Porto Alegre: L&PM, 1986.

RIBAS, Rafael Perez; SEVERO, Christiane Marques; MIGUEL, Lovois de Andrade. Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários em Encruzilhada do Sul-RS: o contraste entre pequenos e grandes produtores rurais na ocupação de um mesmo espaço. In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 42., Cuiabá, 2004. **Anais...** Cuiabá: SOBER, 2004.

RIBEIRO, Claudio Marques. **Pecuária familiar na região da Campanha do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EMATER, 2003. (Série realidade rural: pecuária familiar, 34).

_____. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Lei nº 13.515, de 13 de Setembro de 2010**. Institui o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar e dá outras providências. 2010. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/13.515.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

ROESE, Adriana et al. Diário de campo: construção e utilização em pesquisas científicas. **Online Brazilian Journal of nursing**, Niterói, v. 5, n. 3, p. 1-7, 2006.

SANDRINI, Gisléia Benini Duarte. **Processo de inserção dos pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul, na cadeia produtiva da carne**. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. In: SOBRAL, Fernanda Antonia da Fonseca; PORTO, Maria Stela Grossi (Org.). **A contemporaneidade Brasileira**. Santa Cruz: Ed. da Universidade de Santa Cruz, 2001. p. 433-450.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010.

_____. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Parry. Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. **Gênero e Geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. Mulheres rurais e as políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. (Org.) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

SIQUEIRA, Deis; OSÓRIO, Rafael. **O conceito de rural**. In: GIARRACA, Norma. **¿Una nueva ruralidade en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 67-79.

SOUZA, Tânia Santos Coelho de. **Afirmção e contestação ao patrimonialismo**: um estudo das práticas e das representações sociais num território em transformação. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SOUZA, Rubia Elza Martins de; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Mulher: a quebra do paradigma da função reprodutiva. **Revista Geografares**, Vitória, n. 10, p. 203-224, mar. 2012.

STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. Desenvolvimento e gênero: um olhar sobre o rural a partir da perspectiva de Amartya Sem. In: STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; SOUZA, Marcelino de; NASCIMENTO, Carlos Alves. (Org.) **Desenvolvimento rural e gênero**: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 69-95.

STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; NASCIMENTO, Carlos Alves; SOUZA, Marcelino de. Ocupações e renda das mulheres e homens no rural no estado do Paraná, Brasil: uma perspectiva de gênero. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 10, n. 72, p. 91-115, jul./dez. 2013.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 253-267, jan./abril, 2004.

TEDESCHI, Losandro Antônio. Meu nome é “ajuda”: a vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais na região Noroeste do Rio Grande do Sul. **Contexto e Educação**, Ijuí, v. 19, n. 71/72, p. 45-64, jan./dez. 2004.

_____. Mulheres e a sociedade agrária: representações sociais e relações de gênero. **SAECULUM**, João Pessoa, v. 26, p. 295-310, jan./jun. 2012.

_____. A poderosa “mão invisível” da vida cotidiana: reflexões sobre gênero e trabalho na história das mulheres camponesas. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 49, p. 439-457, jul./dez., 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, Norma. **¿Una nueva ruralidade en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 31-44.

_____. **O Mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

ZORSI, Analisa. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao PRONAF Mulher em Ijuí-RS.** 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Idade: _____
 Estado civil: _____
 Escolaridade: _____
 Aposentadoria: Sim Não Tipo de aposentadoria: _____
 Filhos: Sim Não Quantos: _____ Sexo: _____
 Moradores (quem/quantos): _____
 Membros da família na cidade: _____
 Localidade: _____ Distância da cidade: _____

2 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DA PROPRIEDADE

2.1 Propriedade da terra: Família Outros

2.2 Forma de obtenção da terra: Compra de parentes Compra de terceiros Herança
 Viuvez Arrendamento Posse Doação Parceria Outros

2.3 Qual a área da propriedade? _____

2.4 Qual a principal fonte de renda da propriedade?

2.5 Quais são as principais atividades econômicas desenvolvidas? _____

2.5.1 Pecuária: Sistema de criação _____ Por quê? _____

Sistema de produção _____ Por quê? _____

3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: ESTRUTURA FAMILIAR E DO TRABALHO

3.1 Qual é a sua ocupação?

3.2 Como são divididas as tarefas domésticas?

3.3 Quantas pessoas trabalham na propriedade?

3.4 Tipo de mão de obra?

3.5 Como é a distribuição das atividades (tempo e trabalho) na família?

3.6 Qual o destino da renda obtida nas atividades produtivas? Quem administra?

3.7 A senhora recebe alguma remuneração?

3.8 Presta serviços a terceiros?

3.9 Qual o destino da sua renda?

3.10 Quem é responsável pelas decisões das atividades desenvolvidas na propriedade?

- 3.11 Quem é responsável pelas decisões relacionadas à casa?
- 3.12 Como e quem comercializa a produção?
- 3.13 E os insumos, quem compra e como são adquiridos?
- 3.14 O que a senhora entende sobre crédito rural?
- 3.15 Já acessou ou tentou alguma vez acessar crédito rural? Obteve alguma dificuldade? Qual o destino do crédito?
- 3.16 Outro membro da família já acessou opções de crédito? Quem decide sobre acessar o crédito? Qual o destino do crédito?
- 3.18 A senhora participa de associação, sindicato, cooperativa? Por quê?
- 3.19 Como a senhora define a atividade pecuária (feminina/masculina)?
- 3.20 A senhora desenvolve o manejo com animais? Quais atividades?
- 3.21 Como aprendeu essas atividades? A quanto tempo está na pecuária?
- 3.22 Qual a motivação para desenvolver a pecuária como atividade econômica?
- 3.23 Como a senhora se identifica? Dona de casa Pecuária Agricultora Outros

-
- 3.24 A senhora pretende continuar na atividade?
- 3.25 A senhora acredita que haverá sucessão na atividade? Qual sua opinião sobre essa questão?
- 3.26 A senhora está satisfeita com a posição que ocupa na atividade produtiva?
- 3.27 E com a pecuária? Como a senhora vê a atividade? Satisfatória?
- 3.28 O que precisaria para melhorar?

4 SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: TRABALHO, GÊNERO E GERAÇÃO

- 4.1 Como é ser mulher na pecuária?
- 4.2 O que a senhora considera de aspectos positivos e negativos na sua atividade?
- 4.4 Existe relação entre violência no rural e ser mulher? Por quê?
- 4.5 E em tratando de mulheres idosas? Por quê?
- 4.6 Mulheres idosas desenvolvem as mesmas atividades na pecuária que mulheres mais jovens? Por quê?
- 4.7 A senhora já sofreu algum tipo de violência?
- 4.8 Já se sentiu reprimida em relação ao seu trabalho?
- 4.9 Sua atividades são valorizadas por sua família?
- 4.9 A violência poderia ser evitada? Como?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: Trabalho e Gênero: mulheres na atividade pecuária familiar no município de Encruzilhada do Sul/RS.

Equipe: Prof. Dr^a. Marta Júlia Marques Lopes. Contato: (51) 3308-5251.
Tatielle Belem Langbecker. Contato: (53) 99318152; tatielle.belem@gmail.com

Instituição de Origem: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sr^a (o) Participante:

A partir desta pesquisa pretende-se conhecer e compreender a situação das mulheres nas atividades de trabalho na pecuária familiar no município de Encruzilhada do Sul. Assim, conta-se com sua participação, de fundamental importância, para responder algumas questões que serão gravadas e posteriormente transcritas.

A sua participação é livre podendo optar por não responder todas as perguntas, assim como, desistir a qualquer momento mesmo sem ter respondido a todas as questões. Garante-se a preservação de sua privacidade, não havendo mensurações e associações nominais com o conteúdo das informações dispostas nos relatórios de pesquisa; da mesma forma, somente serão expostas as informações devidamente autorizadas pela (o) participante.

A pesquisa destina-se a elaboração de uma dissertação de mestrado inserida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da Professora Doutora Marta Júlia Marques Lopes.

Coloco-me à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários em qualquer momento, inclusive após as entrevistas e, garante-se aos participantes acesso aos resultados obtidos ao final da pesquisa.

Nome da(o) Participante

Assinatura da(o) Participante

Nome da Entrevistadora

Assinatura da Entrevistadora

APÊNDICE C – FOLHA EXPLICATIVA

Pesquisa: Trabalho e Gênero: mulheres na atividade pecuária familiar no município de Encruzilhada do Sul.

Equipe: Prof. Dr^a. Marta Júlia Marques Lopes. Contato: (51) 3308-5251.
Tatielle Belem Langbecker. Contato: (53) 99318152; tatielle.belem@gmail.com

Instituição de Origem: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prezada Pecuárista:

Convidamos a senhora para participar do projeto acima mencionado, por meio de entrevista individual onde serão registradas algumas informações para a realização da pesquisa. O objetivo principal é conhecer e compreender a situação das mulheres nas atividades de trabalho na pecuária familiar no município de Encruzilhada do Sul/RS.

Enfatiza-se que sua identidade será preservada, assim como tem a liberdade de optar por participar ou não da pesquisa. A senhora poderá escolher pela desistência da participação na pesquisa a qualquer momento, mesmo em caso da entrevista estar em andamento, assegurando-se nenhum prejuízo.

Os resultados obtidos serão divulgados em publicações científicas vinculadas à área do conhecimento em que originou-se o projeto. Também em outras modalidades de comunicação, como por exemplo, eventos e congressos com o intuito de divulgar as informações obtidas.

Nome da(o) Participante

Assinatura da(o) Participante

Nome da Entrevistadora

Assinatura da Entrevistadora

APÊNDICE D – AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Autorização

Como detentor dos direitos autorais, autorizo por meio deste instrumento particular, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) a utilizar imagem e som de voz, fixados nesta data, na íntegra ou em partes, para os específicos fins educativos, técnicos, culturais e de divulgação científica, desenvolvidas através de cópias de vídeo, televisão em canal aberto, em canais por assinatura e via satélites e Internet, sem que isso implique qualquer ônus a mesma.

_____, de _____ de 2015.

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Identidade: _____

CPF: _____

APÊNDICE E - AUTORIZAÇÃO

Pesquisa: Trabalho e Gênero: mulheres na atividade pecuária familiar no município de Encruzilhada do Sul/RS.

Equipe: Prof. Dr^a. Marta Júlia Marques Lopes. Contato: (51) 3308-5251.
Tatielle Belem Langbecker. Contato: (53) 99318152; tatielle.belem@gmail.com

Instituição de Origem: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A partir desta pesquisa pretende-se conhecer e compreender a situação das mulheres nas atividades de trabalho na pecuária familiar no município de Encruzilhada do Sul. Assim, além das entrevistas diretas com as participantes gostaria de obter algumas informações complementares relacionadas ao tema de pesquisa junto à Emater de Encruzilhada do Sul. Conta-se com o seu apoio de fundamental importância para o desenvolvimento desta pesquisa.

Garante-se a preservação de sua identidade, não havendo mensurações e associações nominais com o conteúdo das informações dispostas nos relatórios de pesquisa; entretanto é necessário a mensuração da entidade participante e cargo. Da mesma forma, somente serão expostas as informações devidamente autorizadas.

A pesquisa destina-se a elaboração de uma dissertação de mestrado inserida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da Professora Doutora Marta Júlia Marques Lopes.

Coloco-me à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários em qualquer momento, inclusive após a coleta de dados e, garante-se aos participantes acesso aos resultados obtidos ao final da pesquisa. Os resultados obtidos serão utilizados para a elaboração da dissertação do curso mencionado, assim como na publicação de cunho acadêmico.

Nome

Assinatura